

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO

MARIA AUXILIADORA MÁXIMO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM RONDÔNIA NOS TEMPOS DO
TERRITÓRIO FEDERAL

MARINGÁ

2021

MARIA AUXILIADORA MÁXIMO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM RONDÔNIA NOS TEMPOS DO
TERRITÓRIO FEDERAL**

Tese apresentada por MARIA AUXILIADORA MÁXIMO ao programa de Pós-Graduação em Educação: Doutorado, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO

Orientador: Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO

Coorientador: Prof. Dr. GEORGE QUEIROGA ESTRELA

MARINGÁ
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M464h	<p>Máximo, Maria Auxiliadora</p> <p>História da educação escolar em Rondônia nos tempos do Território Federal / Maria Auxiliadora Máximo. -- Maringá, PR, 2021. 252 f.: il. color., figs., tabs., maps.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Coorientador: Prof. Dr. George Queiroga Estrela.</p> <p>Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.</p> <p>1. História da educação. 2. História - Educação escolar - Rondônia. 3. Educação escolar - Território Federal. I. Toledo, César de Alencar Arnaut de, orient. II. Estrela, George Queiroga, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 23.ed. 370.9</p>
-------	--

MARIA AUXILIADORA MÁXIMO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM RONDÔNIA NOS TEMPOS DO
TERRITÓRIO FEDERAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá

Prof. Dr. George Queiroga Estrela (Coorientador)
Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Guajará Mirim

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes
Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá

Prof. Dr. Marcos Ayres Barboza
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná – Paranavaí

Prof^a. Dr^a. Maria Nilvane Fernandes
Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá

MARINGÁ
2021

Passado e futuro se fazem presentes nas páginas da vida...

Dedico este trabalho às Mulheres que me inspiram:

À minha mãe, Lídia de Souza Máximo (*in memoriam*),
às minhas filhas, Natalí e Gabriela Máximo dos Reis, e
à minha neta, Clarice Barbosa Máximo de Souza!

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo, meu orientador, um sábio e inspirador amigo que levarei para sempre como exemplo de pessoa e de profissional.

Ao Professor Doutor George Queiroga Estrela, exemplo de amor a Rondônia e suas belezas naturais, meu coorientador, pela luz emanada sobre este estudo em suas valiosas orientações.

Às Professoras Doutoras Maria Nilvane Fernandes, Marli Delmônico de Araújo Futata, Adriana Salvaterra e Maria Cristina Gomes Machado e aos Professores Doutores Marco Antônio de Oliveira e Marcos Ayres Barboza pela presença honrosa na Banca, pela leitura atenta e contribuições sugeridas às minhas investigações.

Às Professoras Doutoras Maria Luísa Furlan Costa, Rosângela Célia Faustino e ao Professor Doutor Mário Luiz Neves de Azevedo pelas aulas ministradas em Guajará Mirim.

Aos colegas de curso, pela convivência e conversas saudáveis que tivemos. Foi muito bom estar com vocês. Saudades.

Ao Professor Doutor Edinaldo Flauzino de Matos, pelo excelente trabalho na coordenação local do DINTER UEM / UNIR.

Ao Hugo Alex da Silva pela atenção dispensada e profissionalismo junto à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM.

Ao Professor Doutor Antônio Carlos Maciel (UNIR), pela iniciação científica na graduação, pelos estudos teóricos e incentivos de outrora que muito contribuíram à constituição do atual trabalho.

Ao Professor Doutor Clarides Henrich de Barba (UNIR), pelos incentivos constantes e apoio aos estudos em nível de doutorado, principalmente no momento da escolha de qual DINTER cursar.

Aos meus colegas Professores do Departamento de Ciências da Educação – DECED, da UNIR, campus Ariquemes, pela torcida e pelo apoio.

À Professora Doutora Eliéte Zanelato, amiga para todas as horas e para qualquer assunto. Sempre adiante nas decisões e atenta aos encaminhamentos de primeira ordem. Obrigada pela força constante!

À Professora Doutora Márcia Ângela Patrícia, amiga e parceira nas idas e vindas das demandas do Departamento; companheira no DINTER, nos estudos, nas viagens, na divisão de moradia. Estar com a Márcia, é estar segura em uma amizade sincera e rica em aprendizado! Gratidão amiga!

Aos meus amigos e familiares de perto e de longe, pelo apoio incondicional e torcida pelo sucesso da pesquisa, reverencio e agradeço.

Ao Domingos Araújo dos Reis, pela torcida e força constantes, desde sempre.

À Escola Barão do Solimões, pela receptividade à pesquisa e por ter possibilitado o acesso às poucas, porém importantes, fontes. Obrigada pela gentileza.

À Biblioteca Municipal de Porto Velho Francisco Meirelles pelo acesso aos jornais impressos, fontes imprescindíveis à pesquisa.

Ao Museu da Memória Rondoniense, pela atenção dispensada nas inúmeras visitas e pelo material disponibilizado à pesquisa empírica.

Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pelo acesso remoto aos documentos de valor inigualável para esta e outras pesquisas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento recebido.

Aos “dactilografos” e “typographos” do final do século XIX e início do século XX, pelo inimaginável esforço na feitura dos relatórios que consultei.

À Biblioteca Nacional, que digitalizou esses relatórios, disponibilizando-os de forma prática e confortável aos pesquisadores.

À equipe do cerimonial do *campus* Ariquemes da UNIR, em especial ao Hilton Crívelon Martins Ferreira, pelo valioso suporte técnico na Defesa desta Tese.

Gratidão!

Flora concreta, fauna, + uma palavra

(Bado¹)

Oh Dona Arara!
Rasga a mortalha!
Ressona o som da taquara no meio da mata,
Angelim, Imbaúba... mais uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra...

Oh Dona Arara!
Rasga a mortalha!
Ressona no meio da mata o rachar da taquara
Angelim, Imbaúba... mais uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra...
O pé na picada, pé na vereda da mata
Pé na palavra, o canto da arara, meio da mata
Ressona como o som voraz de um corisco rachando a taquara no meio da mata
Angelim, Imbaúba... mais uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra...

Oh Dona Arara!
Rasga a mortalha!
Ressona no meio da mata o rachar da taquara
Angelim, Imbaúba... mais uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra...
Taquara, Maracatiara, Cerejeira
Taquara, Maracatiara, Cerejeira, Cedro, Maçaranduba,
Angelim, Imbaúba, mais uma palavra
Tire o motosserra deixe o canto da arara
E rasga a mortalha no meio da mata, Angelim, Imbaúba, mais uma palavra
Mais uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra...
[...]

Oh Dona Arara!
Rasga a mortalha!
Rasga a mortalha, rasga a palavra, mais uma palavra formando imagens
Junta outra palavra, mais uma palavra
Que não arara, que não taquara
Angelim, Imbaúba no meio da mata, mais uma palavra
[...]
Nem rima pesada, nem quadro logístico... Metáfora
Só uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra, mais uma palavra...

Oh Dona Arara!
Rasga a mortalha!

¹ Cantor, compositor e instrumentista regional.

Para ouvir: https://www.youtube.com/watch?v=ftoA1qp1KWE&list=RDMftoA1qp1KWE&start_radio=1

MÁXIMO, Maria Auxiliadora. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM RONDÔNIA NOS TEMPOS DO TERRITÓRIO FEDERAL**. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2021.

RESUMO

A tese analisa a história da Educação Escolar no Território Federal do Guaporé, depois denominado Território Federal de Rondônia, no âmbito da linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação Brasileira” do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em convênio com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) por meio do programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) patrocinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objetivo é investigar como os meios e relações de produção presentes na região determinaram esse movimento histórico, uma vez que só faz sentido analisar a educação como parte de uma totalidade que contempla a estrutura econômica e a superestrutura jurídico-política, da qual a Educação Escolar faz parte. O recorte temporal compreende o período de 1943, quando o Território foi criado, até 1961, ano em que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) substituiu as Leis Orgânicas do Ensino decretadas na década de 1940. Entretanto, a pesquisa retroagiu ao final do século XIX para analisar a Educação Escolar nos estados do Amazonas e Mato Grosso, os quais tiveram terras desmembradas para formação do Território. A investigação foi conduzida por meio de pesquisa documental, bibliográfica e na imprensa escrita da época. Foram consultados relatórios governamentais e documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Divisão de Educação do Território. O jornal *Alto Madeira*, que circulou na cidade de Porto Velho, foi o principal veículo de imprensa consultado. Os resultados da investigação estão expostos em seis seções. Na seção 1, de introdução, são apresentados o problema e *locus* de pesquisa e a metodologia utilizada. A seção 2 contém o referencial teórico, que contempla os conceitos necessários ao desenvolvimento da tese, tais como capitalismo, sociedade de classes e Educação Escolar. Também são apresentadas as categorias que conduziram a análise: totalidade, contradição, mediação, reprodução e hegemonia. A seção 3 analisa a economia e a sociedade no Território, além de fatos históricos importantes para seu desenvolvimento: os primeiro e segundo ciclos da borracha, Expedição Rondon, construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, fundação da cidade de Porto Velho e a própria criação do Território. Na seção 4 é analisada a Educação Escolar antes da criação do Território, acontecida em 1943, nos estados do Amazonas, com destaque para a cidade de Porto Velho, e Mato Grosso, em especial Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará Mirim. A seção 5 contempla o período posterior à criação do Território e analisa como a Educação Escolar foi organizada e consolidada para se adequar às Leis Orgânicas do Ensino. Nesse período, a abordagem principal recai sobre os problemas da formação de professores e da construção de prédios escolares, pois eram pontos críticos para expansão do Ensino Primário. A conclusão é apresentada na seção 6 e, a partir das categorias de análise da contradição, totalidade, reprodução, mediação e hegemonia, busca comprovar a tese de que a Educação Escolar no Território foi condicionada pelo modo de produção capitalista e pela sociedade de classes presentes na região.

Palavras-chave: Educação; Educação Escolar; História da Educação; Rondônia.

MÁXIMO, Maria Auxiliadora. **HISTORY OF SCHOOL EDUCATION IN RONDÔNIA IN THE TIMES OF THE FEDERAL TERRITORY**. 252 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2021.

ABSTRACT

This thesis consist of an analysis of the history of the School Education at the Federal Territory of Guaporé, later named Federal Territory of Rondônia, on the line of research "History and Historiography of Brazilian Education" of the Graduate Program in Education of State University of Maringá, in partnership with Federal University of Rondônia. The objective is to study how the means and relations of production that existed in the region had determined this historical movement, as the analysis of Education can only be understood as part of a whole that regards the economic structure and the legal-political superstructure of which the School Education is part of. The timespan comprises the year of 1943 - when the Territory was created - until the year of 1961 - when the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) replaced the Organics Laws of Education enacted on the 1940s. This research, however, retrocedes to the end of the 19th century in order to conduct an analysis of the School Education in the Amazonas and Mato Grosso states, which had their territories partitioned for the formation of the Territory. This study was realized through bibliographic and documentary research, as well of news articles of the period. Government forms and documents from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira and the Territory Education Division were consulted. The newspaper Alto Madeira, which circulated in the city of Porto Velho, was the main press source. The results of this study are laid out on six sections. On section 1, as introduction, the problem, research locus, and methodology are explained. Section 2 comprehends the theoretical framework, which includes the required concepts for the thesis development, such as capitalism, society of classes, and School Education. The categories that lead this analysis also are explained: totality, contradiction, mediation, reproduction, and hegemony. Section 3 conducts an analysis of the economy and society of the Territory, as well the relevant historical facts for its development: the first and second rubber cycles, the Rondon Expedition, the construction of the railroad Madeira Mamoré, the foundation of the city of Porto Velho, and the creation of the Territory. Section 4 conducts the analysis of School Education before the Territory creation, on the year of 1943, in the Amazonas state - particularly at the city of Porto Velho - and in the Mato Grosso state - especially at Santo Antônio do Rio Madeira and Guajará Mirim. Section 5 regards the period after the creation of the Territory and conducts the analysis about how the School Education was organized and consolidated to comply with the Organic Laws of Education. In this period, the main approach is directed towards the problems on teachers' formation and the building of schools, as those were the critical points to the elementary education expansion. As conclusion, section 6, using the analysis' categories of contradiction, totality, reproduction, mediation, and hegemony, intends to demonstrate the thesis that the School Education in the Territory was conditioned by the capitalist means of production and by the classes' society presents in the region.

Keywords: Education; School Education; History of Education; Rondônia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados demográficos e macroeconômicos do estado de Rondônia.....	29
Tabela 2 - Indicadores de educação do estado de Rondônia.....	30
Tabela 3 - Exportações brasileiras de borracha e café - 1906 a 1910.....	82
Tabela 4 - Exportações e arrecadação de impostos – Mato Grosso - 1917 a 1920.....	83
Tabela 5 - Exportações e arrecadação de impostos – Mato Grosso - 1917 a 1920.....	90
Tabela 6 - Comparativo de despesas Instrução Pública x Força Pública – Mato Grosso - 1916 a 1918 e 1926 a 1928.....	92
Tabela 7 - Despesas da Instrução Pública por aluno – Mato Grosso - 1915, 1919 e 1927 a 1929.....	94
Tabela 8 - Comparativo de despesas Instrução Pública x Força Pública – Delegacia Fiscal do Norte – Mato Grosso (1913 a 1919).....	97
Tabela 9 - População que sabia ler e escrever nos municípios formadores do Território Federal do Guaporé – censo de 1940.....	123
Tabela 10 - Comparativo Educação Escolar – 1943 / 1944.....	124
Tabela 11 - Situação funcional do magistério – 1947.....	146
Tabela 12 - Metas para a educação no Plano de Valorização da Amazônia.....	148
Tabela 13 - Subvenções a instituições particulares.....	171
Tabela 14 - Previsão de formação de professores pelo Instituto Maria Auxiliadora.....	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas identificadas na região entre 1908 à 1943.....	115
Quadro 2 - Governadores do Território Federal Guaporé/Rondônia – 1943 a 1962.....	121
Quadro 3 - Acontecimentos referentes à Educação Escolar – 1943 a 1947.....	125
Quadro 4 - Acontecimentos na Educação Escolar no governo de Joaquim Vicente Rondon	144
Quadro 5 - Escolas identificadas na pesquisa – 1943 a 1947.....	153
Quadro 6 - Escolas construídas no Território – 1947 a 1952.....	169
Quadro 7 - Professores do Curso Normal Regional Carmela Dutra – 1949.....	183
Quadro 8 - Escolas identificadas na pesquisa – 1947 a 1961.....	189
Quadro 9 - Atos de nomeação de professores – 1952 a 1961.....	193
Quadro 10 - Currículo do Curso Normal do Instituto Maria Auxiliadora - 1952.....	195
Quadro 11 - Currículos do Curso Normal Regional Carmela Dutra (CNR) e Escola Normal do Guaporé (ENG) – 1956.....	196

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formação do Território Federal do Guaporé.....	26
Figura 2 - Evolução divisão política de Rondônia.....	27
Figura 3 - Mesos e microrregiões de Rondônia.....	27
Figura 4 - Organização do Ensino Secundário segundo a Lei 4.244/1942.....	51
Figura 5 - Organização do Ensino Primário segundo a Lei 8.529/1946.....	54
Figura 6 - Organização do Ensino Normal segundo a Lei 8.530/1946.....	57
Figura 7 - Evasão escolar na década de 1940.....	61
Figura 8 - Distribuição escolas rurais pelo plano do INEP.....	62
Figura 9 - Projeto do INEP para escola rural.....	64
Figura 10 - Supostas inscrições fenícias e gregas na região da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.....	68
Figura 11 - Frequência, aplicação e comportamento da Escola Pública Municipal de Porto Velho – outubro de 1917.....	107
Figura 12 - Organização Administrativa do Território Federal do Guaporé – 1945.....	127
Figura 13 - Portaria 27 de 22 de abril de 1946 (deveres dos pais).....	132
Figura 14 - Viagens de inspeção do governador Joaquim Vicente Rondon - 1946.....	135
Figura 15 - Despacho do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Ministério da Educação e Saúde.....	139
Figura 16 - Despacho de Murilo Braga sobre a conclusão da análise do relatório do governador.....	141
Figura 17 - Localização das escolas identificadas na pesquisa - 1943 a 1947.....	152
Figura 18 - Capa do regulamento da Divisão de Educação.....	156
Figura 19 - Estrutura da Divisão de Educação.....	158
Figura 20 - Comparativo de matrículas 1947 / 1948.....	162
Figura 21 - Estatística de escolas e professores da Divisão de Educação - 1947/1948..	172
Figura 22 - Linha do tempo: a situação do Ensino Normal.....	174
Figura 23 - Decreto territorial número 47 – 19 dez.1947.....	175
Figura 24 - Relação de aprovados para admissão ao CNR - 1948.....	176
Figura 25 - Planta de localização / foto prédio do Curso Normal Regional.....	178
Figura 26 - Carta de Frederico Trotta a Murilo Braga – folha 1 - 1948.....	180
Figura 27 - Carta de Frederico Trotta a Murilo Braga – folha 2 - 1948.....	181
Figura 28 - Homologação do ministro Clemente Mariani ao funcionamento da Escola Normal do Instituto Maria Auxiliadora.....	185
Figura 29 - Telegrama de Anísio Teixeira ao Instituto Maria Auxiliadora - 1951.....	195

Figura 30 - Currículo do CNR Carmela Dutra - 1956.....	201
Figura 31 - Currículo da Escola Normal do Guaporé - 1956.....	202
Figura 32 - Despacho de Anísio Teixeira em parecer do INEP - 1957.....	204

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Escolas rurais em estado precário.....	60
Fotografia 2 - Escola no modelo projetado pelo INEP.....	65
Fotografia 3 - Estudante Parriba Paraquina Pioaca, da tribo Arikem.....	80
Fotografia 4 - Grupo Escolar Barão do Solimões.....	114
Fotografia 5 - Prédio Curso Normal Regional Carmela Dutra.....	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das exportações brasileiras de borracha - 1906 a 1910.....	82
Gráfico 2 - População que sabia ler e escrever nos municípios formadores do Território Federal do Guaporé – censo de 1940.....	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Bacias hidrográficas do estado de Rondônia.....	28
Mapa 2 - Escolas previstas no plano territorial – 1947.....	151

LISTA DE SIGLAS

CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	- Curso Elementar
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNR	- Curso Normal Regional
CP	- Curso Primário
DE	- Departamento de Educação / Divisão de Ensino
DINTER	- Doutorado Interinstitucional
EA	- Escola de Aprendizagem
EE	- Estádio Escolar
EEP	- Estatuto do Funcionário Público
EFMM	- Estrada de Ferro Madeira Mamoré
EI	- Escola Isolada
EMEIEF	- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
ENG	- Escola Normal do Guaporé
ER	- Escola Rural
ERM	- Escola Rural Modelo
FSESP	- Fundação Serviço Especial de Saúde Pública
GE	- Grupo Escolar
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFRO	- Instituto Federal de Rondônia
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JAM	- Jornal Alto Madeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MESP	- Ministério da Educação e Saúde Pública
MMR	- Museu da Memória Rondoniense
NIMPI	- Núcleo Informatizado de Memória e Pesquisa do Instituto Federal de Rondônia
ONU	- Organização das Nações Unidas
PPE	- Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	- Projeto Político Pedagógico

LISTA DE SIGLAS

PVH	-	Porto Velho
SDI	-	Seção de Documentação e Intercâmbio
SEDUC	-	Secretaria Estadual de Educação
SEMED	-	Secretaria Municipal de Educação
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESP	-	Serviço Especial de Saúde Pública
SOE	-	Seção de Organização Escolar (do INEP)
SPI	-	Serviço De Proteção aos Índios
SPVEA	-	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM	-	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UEM	-	Universidade Estadual de Maringá
UNIR	-	Universidade Federal de Rondônia

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	35
2.1 Capitalismo e sociedade de classes.....	35
2.2 Categorias de análise.....	40
2.3 Educação Escolar.....	44
2.3.1 Conceituação.....	45
2.3.2 Organização da Educação Escolar brasileira após a década de 1940.....	49
2.3.3 Desafios da Educação Escolar brasileira após a década de 1940.....	58
3 HISTÓRIA, ECONOMIA E SOCIEDADE.....	67
3.1 História.....	67
3.1.1 Antecedentes.....	67
3.1.2 Antes da criação do Território Federal do Guaporé.....	70
3.1.3 A criação do Território Federal do Guaporé.....	81
3.2 Economia.....	81
3.3 Sociedade.....	84
4 EDUCAÇÃO ESCOLAR ANTES DA CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	87
4.1 No estado do Mato Grosso.....	87
4.1.1 Em Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará Mirim.....	95
4.2 No estado do Amazonas.....	100
4.2.1 Em Porto Velho.....	104
4.3 Síntese da Educação Escolar até 1943.....	114
5 EDUCAÇÃO ESCOLAR APÓS A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL.....	120
5.1 Um período de indefinições: de 1943 a 1947.....	122
5.1.1 Situação da Educação Escolar herdada pelo Território.....	122
5.1.2 Ações no campo da Educação Escolar.....	125
5.1.3 Relatório de Joaquim Vicente Rondon ao governo federal.....	134
5.1.4 Questionário do INEP.....	143
5.1.5 Metas para o Plano de Valorização da Amazônia.....	147
5.2 Organização da Educação Escolar sob as Leis Orgânicas do Ensino.....	154
5.2.1 Regulamentação da Educação Escolar.....	156
5.2.2 Investimentos na Educação Escolar.....	167
5.2.3 A formação de professores.....	171
5.3 Consolidação da Educação Escolar sob as Leis Orgânicas do Ensino.....	192

5.3.1 Formação de professores.....	192
5.3.2 Regulamentação da Educação Escolar.....	196
5.3.3 Investimentos na Educação Escolar.....	204
6 CONCLUSÃO.....	206
REFERÊNCIAS.....	215

1 INTRODUÇÃO

Esta tese, intitulada “História da Educação Escolar em Rondônia nos tempos do Território Federal”, faz parte dos estudos acadêmicos e científicos sobre a história e historiografia da educação brasileira, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, em convênio com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) por meio do programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) patrocinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nessa introdução, apresentamos o problema de pesquisa, a metodologia aplicada, a estrutura do texto, o *locus* da pesquisa e a história da tese.

Iniciamos a apresentação do **problema de pesquisa** anunciando o seu objetivo: analisar o desenvolvimento da Educação Escolar no Território Federal do Guaporé, depois denominado Território Federal de Rondônia², no período de 1943 a 1961.

A justificar o recorte temporal definido, 1943 marcou a criação do Território Federal do Guaporé a partir do desmembramento de terras dos estados do Amazonas e Mato Grosso. E 1961 foi o ano em que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi sancionada, marcando o fim de um período em que a Educação Escolar era regida pelas Leis Orgânicas do Ensino decretadas na década de 1940.

Nesse intervalo, de 1943 a 1961, o grande desafio educacional do Território foi se adequar às Leis Orgânicas do Ensino. Afinal, a prioridade dos primeiros governos territoriais não se voltava ao ensino, mas recaía na montagem de uma nova administração pública e em problemas de transporte e comunicação. Mais ainda, a sucessão de gestões geralmente curtas, às vezes com diferentes concepções sobre o ensino, comprometia a continuidade dos projetos educacionais (nesses 18 anos investigados foram 13 governadores, e muitos mais os diretores de educação).

Ainda sobre o recorte temporal, a história da Educação Escolar em Rondônia

² A simples mudança no nome promovida em 1956, de “Território Federal do Guaporé” para “Território Federal de Rondônia”, apesar de ter sido polêmica na ocasião, não implicou nenhuma mudança histórica significativa. Doravante, passaremos a nos referir à região simplesmente como “Território”.

não se inicia com a criação do Território, tornando necessário retroceder ao final do século XIX para analisar acontecimentos de quando os pequenos núcleos urbanos existentes pertenciam aos estados do Amazonas e Mato Grosso.

No decorrer das investigações foi pouco a pouco se evidenciando que a construção da Educação Escolar fez parte de um processo de consolidação do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa que lhe é inerente. Pode parecer uma constatação óbvia, universal, presente em todas as sociedades ocidentais e, por isso mesmo, desnecessária de ser comprovada.

Desse modo, ficou claro que a tese a ser comprovada era que, no Território, assim como em outras regiões ao redor do mundo, a estrutura econômica do modo de produção capitalista determinou a organização da Educação Escolar, componente da superestrutura jurídico-política.

A **metodologia** aplicada privilegiou a consulta de fontes primárias, tais como relatórios dos governos estaduais do Amazonas e Mato Grosso, relatórios ministeriais, documentos existentes no acervo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valiosas também foram as consultas aos jornais de época, principalmente o “Alto Madeira”, de Porto Velho. Fundado em 1917, circulou até 2017, passando por várias gestões e proprietários. Além de notícias locais, nacionais e internacionais, o jornal publicava os atos oficiais da prefeitura e do governo territorial. Em suas páginas também é possível visualizar como era a sociedade local em cada época investigada.

Infelizmente, muitas edições do “Alto Madeira” não estão digitalizadas e foi necessário recorrer a outros veículos da imprensa escrita para compor o cenário da pesquisa. Cabe destacar: “Jornal do Comércio”, de Manaus; “O Matto-Grosso”, de Cuiabá; “Jornal do Brasil”, “A Manhã”, “A Noite”, “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro, dentre outros.

Quando se pretende recuperar e analisar fatos passados, a pesquisa na imprensa não pode ser negligenciada, por ser, inegavelmente “uma produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos [...]” (BECKER, 2003, p. 197), bem como retrata “a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 2011, p. 14), cuja

compreensão é fundamental aos nossos propósitos.

É importante frisar a opção de priorizar a pesquisa com fontes primárias e jornais da época, em vez de recorrer apenas a obras de referência. Com certeza, é um caminho mais longo e árduo, porém, com a vantagem de trazer informações inéditas ou, pelo menos, de oferecer interpretações alternativas para fatos já conhecidos.

As consultas aos jornais e relatórios governamentais foram feitas principalmente no sítio eletrônico da Fundação Biblioteca Nacional. Recorremos também aos acervos digitais do Núcleo Informatizado de Memória e Pesquisa (NIMPI) do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Arquivo Nacional, Biblioteca do Senado, dentre outros.

Pesquisas em documentos físicos foram também feitas nos acervos do Museu da Memória Rondoniense e da Biblioteca Pública Municipal Francisco Meireles, ambos de Porto Velho.

Como não poderia deixar de ser, para compor o estado do conhecimento, também foram consultadas teses e dissertações sobre a região, principalmente as que abordam a educação.

Na composição do referencial teórico que sustenta a análise da pesquisa empírica, buscamos autores que fundamentam os conceitos de Educação Escolar, capitalismo e sociedade de classes, bem como aqueles que analisam a história da educação brasileira, permitindo comparar a realidade local com o contexto nacional.

Assumido que não faz sentido considerar sociedade e educação como distintas dimensões da realidade, optamos por utilizar as seguintes categorias de análise, que relacionam sociedade e educação dialeticamente: contradição, totalidade, reprodução, mediação e hegemonia (CURY, 1989), as quais serão discutidas mais adiante, na seção 2.2.

Por se tratar de uma pesquisa histórica no campo da educação, alguns comentários sobre a metodologia merecem ser feitos, a começar pela dificuldade de a educação ser reconhecida pelos historiadores como campo de suas investigações. Assim, pelo menos no Brasil, o diálogo entre história e educação “tem se dado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, ‘historiadores de ofício’ e não no sentido inverso” (SAVIANI, 2010, p. 14, grifos do autor).

O que se pretende, então, com a pesquisa histórica em educação? O propósito da história, enquanto ramo do conhecimento humano, pode ser entendido como explicar as transformações ocorridas nas sociedades humanas, uma vez que biologicamente somos quase os mesmos que nossos ancestrais de doze mil anos atrás; sequer somos mais inteligentes do que os antigos mesopotâmios ou chineses:

Há uma pergunta central na história que não pode ser evitada, no mínimo porque todos nós queremos saber a resposta. Ou seja: *como a humanidade passou do homem das cavernas para o astronauta*, de um tempo em que éramos assustados por tigres dentes-de-sabre para um tempo em que somos assustados por explosões nucleares — isto é, não assustados pelos perigos da natureza, mas por aqueles que nós mesmos criamos? (HOBSBAWM, 1997, p. 34 grifos nossos).

É possível afirmar, então, que a pesquisa da história da educação, dentro de seu campo de atuação, contribui com a busca de respostas a essa pergunta. A investigação, contudo, não deve ser apenas uma narrativa interessante sobre, por exemplo, métodos de ensino, arquitetura dos prédios escolares, formação dos professores ou gastos públicos com a instrução. É imprescindível analisar como sociedade e educação se influenciam mutuamente, em uma relação dialética.

Quanto à **estrutura da tese**, além dessa “Introdução” (seção 1) e da “Conclusão” (seção 6), a exposição da pesquisa foi dividida em mais quatro seções,

A seção 2 – “Referencial teórico” – analisa, de início, os conceitos de capitalismo e sociedade de classes, imprescindíveis ao desenvolvimento da tese. Em seguida, são discutidas as categorias adotadas na análise: totalidade, contradição, mediação, reprodução e hegemonia. Por fim, a Educação Escolar é conceituada, bem como sua organização e desafios são detalhados.

A seção 3 – “História, economia e sociedade” – apresenta a evolução histórica da região, desde o período colonial até a criação do Território, além de analisar a economia e a sociedade presentes no *locus* e recorte temporal considerados.

Na seção 4 – “A Educação Escolar antes da criação do Território” – é analisado o cenário educacional anterior a 1943, quando a região era formada por cidades e povoados sob administração dos estados do Amazonas e Mato Grosso. Os acontecimentos desse período foram divididos em duas partes segundo um critério geográfico simples: em Mato Grosso, com destaque para as regiões de

Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará Mirim; no Amazonas, destacando a cidade de Porto Velho. A razão para esses destaques é que tais regiões iriam fazer parte do novo Território. A seção é encerrada com uma síntese do período.

A parte principal da tese é a seção 5 – “A Educação Escolar após o Território Federal” – que contempla o período de 1943, quando foi criado o Território Federal do Guaporé, até 1961, ano em que foi sancionada a primeira LDB. Nesse período foi institucionalizada a Educação Escolar no Território.

Nesses 18 anos, a construção da Educação Escolar muito se deu em torno das necessárias adequações às Leis Orgânicas de Ensino da década de 1940, principalmente à do Ensino Normal, uma vez que por alguns anos a formação de professores no Território ficou interrompida, em prejuízo da expansão do Ensino Primário. Na construção do texto procuramos incluir ilustrações, mapas, tabelas, quadros e gráficos que pudessem facilitar o entendimento dos leitores.

Descrevemos a seguir o **locus da pesquisa**, com o propósito de apresentar ao leitor uma visão atual do estado de Rondônia, em geral pouco conhecido.

O estado foi criado em 1982, sucedendo ao antigo Território Federal de Rondônia. Antes disso, a região estava dividida entre os estados do Mato Grosso, na maior parte, e Amazonas, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 1 - Formação do Território Federal do Guaporé



Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE (2021)

O Território Federal do Guaporé foi criado em 1943, sendo sua denominação alterada para Território Federal de Rondônia em 1956. Era, então, formado por

apenas dois grandes municípios: Porto Velho, a capital, e Guajará Mirim. Em 1977, ainda no tempo do Território, mais cinco foram criados (Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Cacoal e Vilhena). Atualmente são 52 municípios, conforme ilustrado na figura a seguir:

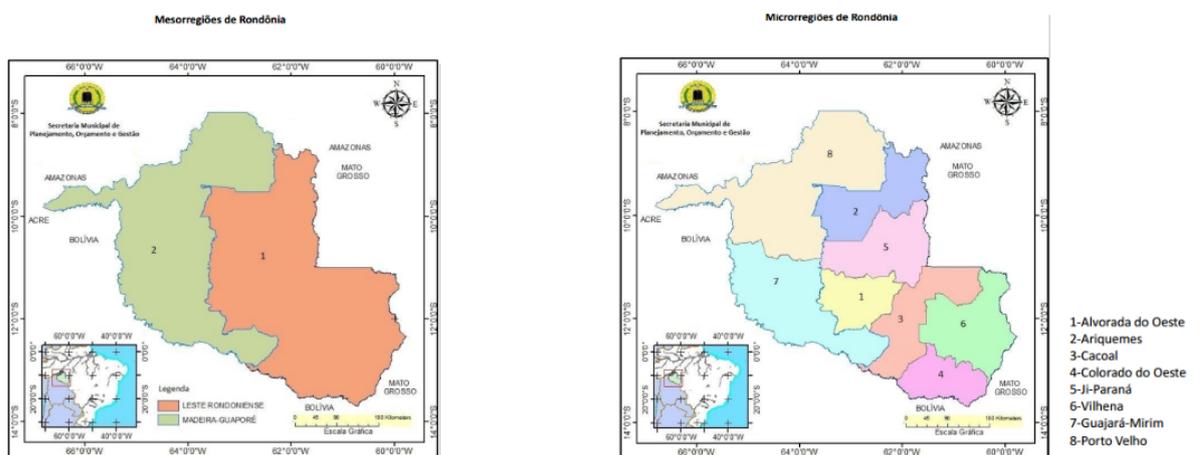
Figura 2 - Evolução divisão política de Rondônia



Fonte: Elaborado pela autora com base em PORTO VELHO (2017).

A configuração geográfica do estado pode ser compreendida considerando suas mesos e microrregiões:

Figura 3 - Mesos e microrregiões de Rondônia

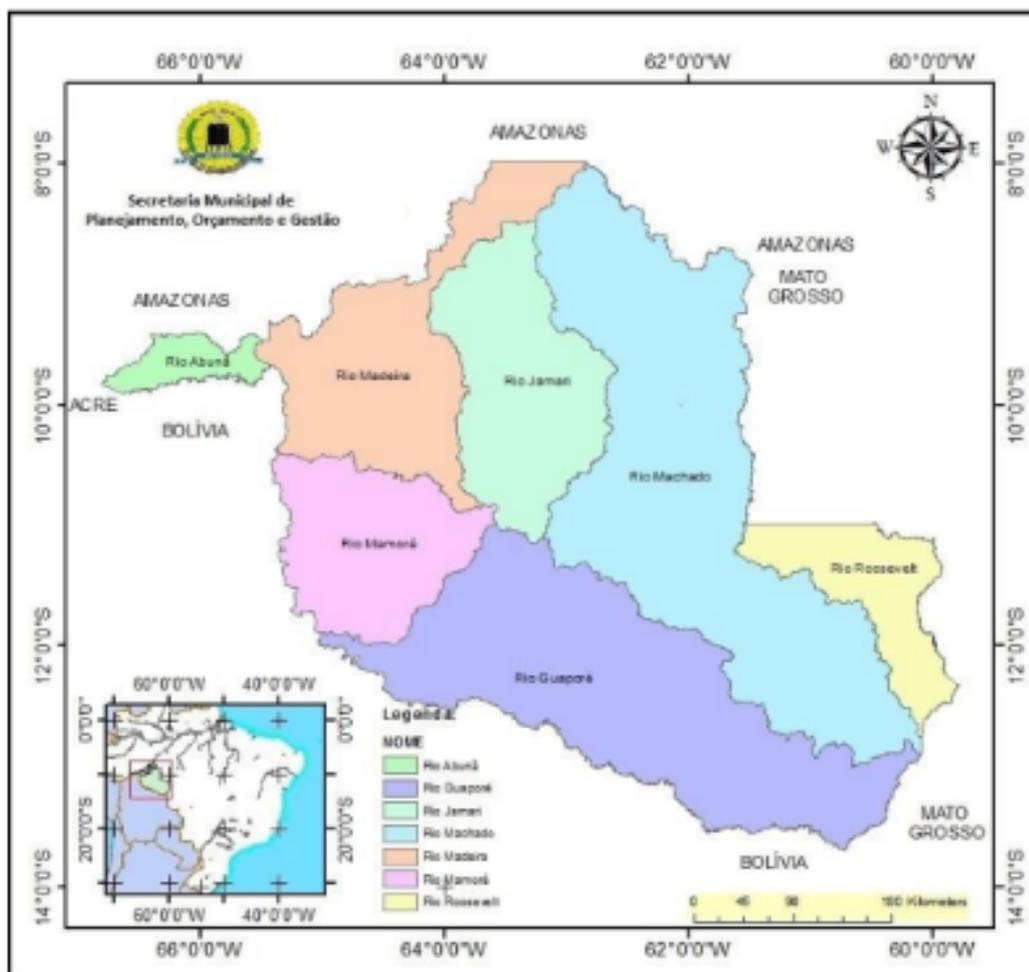


Fonte: Elaborado pela autora com base em PORTO VELHO (2017).

Ou, ainda, por suas bacias hidrográficas, uma vez que o desenvolvimento da região esteve muito associado aos seus principais rios, principalmente o Madeira, do qual todos os demais, direta ou indiretamente, são tributários.

O Madeira, por sua vez, deságua no rio Amazonas, sendo, por isso, uma importante via de exportação. Em 2019, o Porto Público de Porto Velho movimentou 2.470 milhões de toneladas, das quais 75% eram de grãos sólidos, principalmente soja, produzidos no Centro Oeste e no próprio estado (RONDÔNIA, 2020).

Mapa 1 - Bacias hidrográficas do estado de Rondônia



Fonte: PORTO VELHO (2017).

Quanto a dados demográficos e macroeconômicos, a situação atual do estado é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 1 - Dados demográficos e macroeconômicos do estado de Rondônia

Descrição	Valor	Ano de referência	Ranking
Área	237.765,347 km ²	2020	13 ^o
População estimada	1.796.460 habitantes	2020	23 ^o
Densidade demográfica	6,58 habitantes / km ²	2010	20 ^o
Produto interno bruto (PIB)	R\$44,914 bilhões	2018	22 ^o
% PIB brasileiro	0,64%		
Rendimento domiciliar médio	R\$1.169,00	2020	12 ^o
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	0,690	2010	15 ^o

Fonte: Preparada pela autora com base em IBGE (2020)

A análise da tabela indica que Rondônia é um dos estados com menores população e PIB. Entretanto, no critério de renda *per capita* ocupa uma posição de relativo destaque, à frente de estados mais antigos, como, por exemplo, Pernambuco (R\$970,00), Ceará (942,00), Amazonas (R\$842,00) e Pará (R\$806,00).

É interessante observar ainda que o PIB rondoniense (R\$44,914 bilhões) é bem superior aos de Roraima (R\$13,370 bilhões) e Amapá (R\$16,795 bilhões), também ex-territórios federais que foram transformados em estados na mesma época.

Os setores de administração pública (28,27%), agropecuária (14,24%) e comércio (13,33%) respondem juntos por mais da metade do PIB estadual, índices superiores à média brasileira (17,4%, 5,2% e 13,0%, respectivamente). A participação industrial nessa composição é de apenas 5,51%, contra 12,3% verificados no Brasil.

Para finalizar a apresentação do *locus* da pesquisa, a tabela a seguir mostra alguns indicadores no campo da educação:

Tabela 2 - Indicadores de educação do estado de Rondônia

Descrição	Valor Rondônia	Ano de referência	Ranking	Valor Brasil
IDEB – Rede Pública (fonte: QEdu)				
Ensino Fundamental (Anos iniciais)	5,5		13°	5,7
Ensino Fundamental (Anos finais)	4,8	2019	7°	4,9
Ensino Médio (3ª série)	4,0		11°	4,2
Matrículas (fonte: IBGE)				
Educação Infantil	53.191		--	8.829.795
Ensino Fundamental	252.636	2020	--	26.718.830
Ensino Médio	62.664		--	7.550.753
Docentes (fonte: IBGE)				
Educação Infantil	2.696		--	593.087
Ensino Fundamental	10.768	2020	--	1.378.812
Ensino Médio	3.683		--	505.782
Média alunos por docente (fonte: IBGE)				
Educação Infantil	19,7		--	14,9
Ensino Fundamental	23,5	2020	--	19,4
Ensino Médio	17,0		--	14,9
Taxa de escolarização (fonte: IBGE)				
Campo Novo de Rondônia	90,6%		5.449°	99,7%
Porto Velho	94,5%	2010	5.134°	
Teixeirópolis	99,2%		427°	* em 2019

Fonte: Preparada pela autora com base em QEdu (2021); IBGE (2017).

Esses números sugerem que, em termos qualitativos, a educação em Rondônia está relativamente bem posicionada no *ranking* brasileiro de 2019: anos iniciais do Ensino Fundamental, 13° lugar; anos finais do Ensino Fundamental, 7° lugar; terceira série do Ensino Médio, 11° lugar.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, por exemplo, seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), igual a 4,8, é superado apenas por Ceará, São Paulo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Acre, sendo superior ao de outras unidades federativas mais ricas, a exemplo de Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Apesar de sugerir um cenário otimista, esse destaque no *ranking* nacional não revela as discrepâncias de qualidade dentro do próprio estado. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nada menos do que 70,46% das escolas avaliadas encontravam-se nas situações de alerta ou atenção, o sexto pior resultado nacional, significando que não atingiram a meta estipulada ou que apresentaram queda do IDEB.

Apenas 24 dos 52 municípios rondonienses atingiram ou superaram o IDEB de 5,5. Há casos que apontam o sucesso nesse nível de ensino, como em Nova Brasilândia D'Oeste (IDEB = 6,9), ao mesmo tempo em que outros exemplos mostram uma situação oposta de fracasso, como em Rio Crespo e Parecis (IDEB = 4 e 4,1, respectivamente).

Essas discrepâncias também são notórias entre as escolas de um mesmo município. Por exemplo, em Ariquemes, terceira maior cidade do estado, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Eva dos Santos de Oliveira atingiu o expressivo índice de 6,8 no IDEB dos anos iniciais, enquanto a EMEIEF Arco-Íris chegou a apenas 3,8.

O cenário é mais preocupante quanto à universalização do ensino. Em Porto Velho, capital do estado, a taxa de escolarização (94,5%) é uma das menores do Brasil, ou seja, aproximadamente 5 crianças a cada 100 não frequentam a escola. O município de Campo Novo de Rondônia tem a pior taxa do estado (90,6%), quase 10 crianças a cada 100 estão fora escola. Em contrapartida, alguns municípios encontram-se bem posicionados no ranking brasileiro, como Teixeiraópolis, onde a taxa de escolarização (99,2%) é quase igual à brasileira (99,7%).

Para finalizar a introdução, narramos a **história da tese**, começada com a aprovação no processo de seleção do DINTER UEM/UNIR, em 2017, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação.

O cumprimento das disciplinas obrigatórias ocorreu no segundo semestre de 2017, no *campus* Guajará Mirim da UNIR, onde morei por cerca de dois meses. A primeira disciplina do curso foi ministrada pelo meu orientador, professor doutor César de Alencar Arnaut de Toledo, com quem, durante duas semanas, tive a oportunidade de aprender muito, de conhecer e de conviver.

Nossas primeiras conversas levaram a um tema inicial: “a institucionalização da Educação Escolar no estado de Rondônia a partir da criação da escola Barão do

Solimões em Porto Velho”. Pretendíamos, então, conforme implícito no tema, que a investigação fosse conduzida a partir da história do Grupo Escolar Barão do Solimões, o mais antigo da cidade de Porto Velho e ainda em funcionamento como Escola Estadual atendendo ao Ensino Fundamental e Médio.

Definimos, também, que a análise da pesquisa teria uma abordagem materialista, o que representou para mim um retorno para as abordagens metodológicas que fazia antes de ingressar no mestrado, quando Michel Foucault se tornou o teórico de referência. Portanto, em lugar dos conceitos foucaultianos, precisava, analisar a pesquisa pela ótica marxiana.

Iniciei a pesquisa de campo pelo Grupo Escolar Barão do Solimões em abril de 2018, onde fui muito bem recebida pela diretoria e funcionários. Entretanto, para meu desapontamento, havia pouca documentação histórica nos arquivos da quase centenária instituição devido a diversas reformas prediais e à prática inaceitável de incinerar papéis antigos e sem valor jurídico.

Assim, foi necessário redefinir o problema da pesquisa, estendendo o alcance do tema e o recorte temporal. O tema, de certa forma ousado, passaria a ser “a institucionalização da Educação Escolar em Rondônia à luz do desenvolvimento econômico, social e político da região”. O recorte temporal, igualmente ambicioso, começaria nas primeiras décadas do século XX e atingiria os dias atuais.

Com essas definições em vista, intensifiquei a busca de novas fontes a partir de maio de 2018. Naquele momento, tive uma reunião primorosa com o meu coorientador, professor Dr. George Queiroga Estrela, que me apresentou o professor Dr. Marco Antônio Fernandes Teixeira, lotado no Departamento de História da UNIR. Em uma conversa frutífera, os novos encaminhamentos para a pesquisa ficaram mais claros e o reordenamento me colocou, primeiro, no Museu da Memória Rondoniense, em Porto Velho, onde há um rico acervo de documentos e coleções de jornais da época.

Ali passei algumas semanas a manusear, resumir e fotografar papéis já amarelados pelo tempo. Depois, por mais algumas semanas, repeti esse trabalho na Biblioteca Municipal Francisco Meireles, também em Porto Velho. Em ambos os locais fui muito bem atendida pelos funcionários.

Em novembro de 2018, fui também à Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC), mas a pesquisa não pode ser realizada, pois era momento de

transição no governo estadual. Além disso, fui informada que os documentos mais antigos haviam se perdido em um incêndio na década de 1990.

Ao mesmo tempo, buscava levantar outras fontes em meio digital. A principal foi a hemeroteca da Biblioteca Nacional. Depois descobri o acervo mantido pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), uma instituição federal em Rondônia que realiza um valioso trabalho de digitalização de publicações antigas. As buscas eram feitas por palavras chaves, mas logo concluí que seria necessário visualizar página por página, como se folheasse um jornal impresso em papel. A pesquisa se tornou mais trabalhosa, porém mais desafiadora e gratificante pelas surpresas que cada página trazia.

Destacou-se nessa pesquisa digital a coleção do jornal “Alto Madeira”, infelizmente incompleta, obrigando-me a recorrer a outros órgãos de imprensa, jornais de Cuiabá, Belém, Salvador, Manaus e, principalmente, os que circulavam no Rio de Janeiro, antiga capital federal, tais como o “Jornal do Brasil”, “A Noite”, “A Manhã”, “Correio da Manhã”, dentre outros.

Na hemeroteca da Biblioteca Nacional também encontrei relatórios dos governadores e interventores estaduais no início do século XX. Em meio a variadas informações foi possível identificar valiosos dados referentes à Educação Escolar.

Complementei a pesquisa documental nas fontes acima citadas com a pesquisa bibliográfica necessária à análise dos resultados, inclusive teses e dissertações que já haviam explorado o tema da educação em Rondônia e no Mato Grosso.

Em março de 2019 fui morar em Maringá durante cinco meses, cumprindo uma etapa obrigatória de estágio do DINTER. Foi uma oportunidade útil e prazerosa, permitindo discussões enriquecedoras com meu orientador e pesquisas na grande biblioteca da UEM. Importante também foi ficar um período afastada da sala de aula, pois a conciliação entre docência e pesquisa talvez seja a maior dificuldade em um programa de doutorado interinstitucional.

De volta à casa, em agosto, alguns compromissos me esperavam: o retorno às aulas do curso de Pedagogia da UNIR, *campus* de Ariquemes, a redação do texto de qualificação (aprovado em maio de 2020) e a continuação das pesquisas *in loco* já previstas, nas secretarias estaduais de Educação de Mato Grosso e do Amazonas (SEDUC); nas secretarias municipais de Educação dos principais municípios

rondonienses (SEMED) e no acervo físico do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em Brasília.

Em meio às obrigações de docência, as pesquisas *in loco* foram reprogramadas para o início do próximo ano. Entretanto, a realidade em 2020 já era outra, como jamais se haveria de esperar. A pandemia provocada pelo vírus COVID-19 impediu as pesquisas planejadas. Do INEP, depois de algumas tentativas frustradas, ainda consegui, em agosto de 2020, o envio de documentos em meio digital, alguns sem custo e outros mediante pagamento

O desafio, então, tornou-se construir a tese sem ter acesso a muitas fontes importantes. Precisava explorar cada documento já levantado e intensificar as buscas em meios digitais. Surpreendi-me, assim mesmo, ao ver que tinha em mãos riquíssimas informações para trabalhar.

Com a pesquisa melhor delineada, pude aprofundar a análise dos dados disponíveis, concluindo que esse processo de construção da Educação Escolar teve como ponto central a adequação às Leis Orgânicas de Ensino decretadas na década de 1940.

Concluída a tese, percebo ter contribuído com mais algumas palavras ao estudo da história da educação brasileira, sinalizando a mim mesma e a outros pesquisadores caminhos para pesquisas mais aprofundadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção analisa alguns conceitos importantes para o desenvolvimento da tese, a saber: capitalismo, sociedade de classes, educação e Educação Escolar.

Também são apresentadas as categorias utilizadas na análise dos resultados e conclusão: contradição, totalidade, reprodução, mediação e hegemonia.

2.1 Capitalismo e sociedade de classes

Capitalismo e sociedade de classes são dois conceitos intrinsecamente ligados, pois a existência daquele entende a existência desta, e vice-versa. As relações de produção próprias do capitalismo acontecem no seio da sociedade burguesa, que constitui o esteio necessário ao modo de produção capitalista.

Para os propósitos da tese, é importante discutir esses dois conceitos, uma vez que na região investigada e no recorte temporal considerado predominaram a sociedade de classes e o sistema econômico capitalista. Esse foi um processo iniciado em fins do século XIX, quando o primeiro ciclo da borracha começou a integrar a região à economia mundial, incrementado ao longo do século XX e, pode-se afirmar, ainda em curso.

Aliás, a existência da sociedade burguesa associada ao capitalismo mesmo em regiões remotas, como a rondoniense no início do século XX, já era antevista por Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895) no Manifesto do Partido Comunista, publicado pela primeira vez em 1848: “no lugar da simplicidade e do isolamento local e nacional antigos, [...] a burguesia arrasta para a civilização até as nações mais bárbaras” (MARX e ENGELS, 2014, p. 36-37).

Para fins de comparação, a discussão será conduzida a partir de duas concepções antagônicas: a liberal e a marxiana.

O capitalismo se fundamenta em conceitos, tais como os de propriedade particular, iniciativa privada e livre concorrência, fortemente articulados. A dinâmica do mercado, por exemplo, exige a livre concorrência, que, por sua vez, pressupõe a atuação dos agentes privados, os quais detêm os meios de produção, impedindo a formação da propriedade comunitária e fazendo do Estado uma instituição a serviço dos interesses privados.

O mercado age como uma espécie de “mão invisível”³ (SMITH, 1996, p. 438), mantendo os preços em patamares justos conforme os níveis de oferta e demanda, sem exigir a intervenção do Estado. Não só as mercadorias estão sujeitas às suas leis, mas também o aluguel das terras e a contratação da mão de obra. O dinheiro e o trabalho, como qualquer mercadoria, também são assim regulados; daí falar-se em mercado financeiro ou de trabalho, do mesmo modo que em mercados da carne, do ouro, da borracha ou qualquer outro produto⁴.

A mercantilização do trabalho levou ao aviltamento dos salários, favorecendo ainda mais a acumulação de capital, explicada por Marx no conceito de mais-valia, que explica a exploração do operário, a apropriação pelo capitalista da diferença entre o salário e o valor da produção. É interessante transcrever a explicação de Marx, até porque nos remete à comercialização do ensino e à exploração do trabalho do professor:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de *mais-valor*. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um *mestre-escola* é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa *fábrica de ensino*, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação (MARX, 2013, p. 706, grifos nossos).

O capitalismo também reinterpretou o conceito de liberdade, que passou a ser mais do que não estar sujeito à servidão, ao trabalho escravo ou às regras das corporações profissionais. Exacerbou o individual ante o coletivo, associando a liberdade ao desejo de subir na vida tão próprio da sociedade de classes, “abrindo à competição geral todos os objetos de ambição, até os mais nobres — tornando-se

³ A expressão “mão invisível” é citada poucas vezes por Adam Smith, mas se tornou uma espécie de mantra dos economistas neoliberais, que fazem apologia do mercado, e motivo de crítica pelos que defendem a superação do capitalismo ou um certo grau de intervenção estatal na economia.

⁴ Talvez não seja exagero afirmar que até mesmo a natureza, inclusive o ar que respiramos, foi transformado em mercadoria pelo sistema capitalista. No denominado mercado de carbono, as empresas que conseguiram reduzir a emissão de dióxido de carbono (CO₂) vendem créditos àquelas que não cumpriram as metas. Poder-se-ia dizer que se negocia uma espécie de licença para poluir.

assim o desejo de subir na vida já não o caráter de uma classe particular, mas sim de todas as classes” (MILL, 2011, p. 70).

À essa definição liberal do conceito de liberdade, contrapõe-se a crítica marxiana, que a vê como a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, tornando-os tão somente “vendedores de si mesmos”, abrindo caminho à “livre exploração do homem pelo homem” (MARX, 2013, p. 962).

O capitalismo não se limitou a um grupo restrito de nações, mas estendeu globalmente o seu modo de produção. Fora o mercado interno, com a participação de agentes locais, há um mercado mundial em que os países concorrem entre si, tirando proveito de suas vantagens competitivas. Do mesmo modo que o bem coletivo se condiciona ao individual, o bem universal dependeria do sucesso de cada país, conforme sinaliza um conhecido texto da economia clássica:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra (RICARDO, 1996, p. 97).

A denominada “divisão internacional do trabalho” justificaria as desigualdades entre nações ricas e pobres, centrais e periféricas, cada vez mais profundas. Ainda hoje os países pobres baseiam suas economias na agricultura e na exploração de recursos naturais, enquanto os ricos desenvolvem tecnologias de ponta. O professor Florestan Fernandes (1920 – 1995) entende que esse processo, às vezes descrito de forma idílica, significou, na América Latina, o surgimento de um capitalismo dependente (FERNANDES, 1975).

Contudo, o pensamento liberal clássico de que o Estado não deveria intervir na economia, passou a ser criticado pela própria teoria econômica capitalista, principalmente pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883 – 1946), que indicou o caminho para enfrentamento da recessão econômica, cujo momento

emblemático foi o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929⁵.

O mercado deixou de ser visto como uma “mão invisível” a controlar eficientemente os preços por meio da livre concorrência. Os interesses privados, agindo o Estado como mero expectador, não mais levariam, necessariamente, ao bem coletivo. A ação dos governos não poderia se pautar apenas pela não geração de déficit fiscal, mas deveria ser mais firme para garantir o bom funcionamento da economia como um todo, principalmente combatendo o acentuado desemprego (KEYNES, 1996). O *laissez-faire* defendido pelos economistas clássicos deu lugar à política do *welfare-state*, o estado de bem-estar social.

Entretanto, o pensamento keynesiano não afetou o conceito de liberdade individual, tampouco buscou a superação do sistema capitalista⁶. É uma crítica aos excessos do *laissez-faire* predominante até então, buscando conciliar liberdade e eficiência sem a necessidade de um Estado homogêneo ou totalitário:

Porém, acima de tudo, o individualismo, se puder ser purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais. É também a melhor salvaguarda da variedade da vida, que desabrocha justamente desse extenso campo das escolhas pessoais, e cuja perda é a mais sensível de todas as que acarreta o Estado homogêneo ou totalitário.

[...]

É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência — e na minha opinião uma consequência inevitável — do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade (KEYNES, 1996, p. 346-347).

A própria origem do capitalismo é entendida de formas diferentes. Para o pensamento liberal foi um surgimento natural ocorrido nas cidades, fruto da “propensão existente na natureza humana [...] a intercambiar, permutar ou trocar

⁵ O dia 24 de outubro de 1929 ficou conhecido como a “terça-feira negra”. A queda acentuada da Bolsa de Nova Iorque provocou perdas financeiras para milhares de investidores. Falências e desemprego agravaram a recessão econômica já em curso. Os efeitos foram sentidos em todos os países, inclusive no Brasil, com o decréscimo das exportações de café e borracha.

⁶ Sobre a antipatia de Keynes pelo marxismo, vale reproduzir a nota do economista Adroaldo Moura da Silva na apresentação da obra citada: “Depois de uma breve viagem à Rússia em 1925 Keynes escreve [em *Essays in Persuasion* (1931)]: ‘Como posso aceitar uma doutrina que estabelece como sua Bíblia, acima e além da crítica, um livro-texto obsoleto de Economia [O capital, de Marx] que, pelo que sei, não é apenas cientificamente errôneo, mas igualmente sem interesse e aplicação no mundo moderno?’” (KEYNES, 1996, p. 11).

uma coisa pela outra [...] ninguém jamais viu um cachorro fazer uma troca justa e deliberada de um osso por outro, com um segundo cachorro” (SMITH, 1996, p. 73).

Para Marx, ao contrário, sua origem é agrária, decorrente de um processo de “acumulação ‘primitiva’ (*‘previous accumulation’*, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, [...] que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2013, p. 959, grifos do autor). A análise desse processo é realizada no capítulo 24 do primeiro livro de “O capital”, tomando como exemplo a origem do capitalismo inglês a partir da concentração fundiária e do cercamento (*enclosure*⁷) das terras.

Complementa Marx ter sido uma história nada idílica, “gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 962).

Portanto, o capitalismo deixa de ser visto como um sistema econômico surgido espontaneamente e passa a ser produto de um longo processo histórico influenciado mais pelas condições materiais do que pelas ideias do homem.

Essa é a concepção materialista da história, a assumir que a produção, combinada à troca de produtos, é a base de toda a ordem social. Historicamente, isto significa que a organização da sociedade é determinada pelo que ela produz, bem como pelos modos de produção e troca utilizados. Daí resulta que as transformações sociais, sejam as abruptas por força de revoluções ou as discretas ao longo do tempo, decorrem de condicionantes econômicos, e não das ideias engendradas pela consciência (ENGELS, 1999).

Explicado de outra forma, a relação entre a estrutura econômica e a superestrutura jurídico-política constitui uma distinção de peso entre as ideologias socialista e liberal, esta última presente no pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831). Para Hegel, a superestrutura jurídico-política, derivada da consciência, determina a estrutura econômica; para Marx, a relação é inversa:

A estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência, de que o modo de

⁷ Cercamento de terras comunais, transformadas em privadas. Na Inglaterra, ocorreu entre os séculos XII e XIX; na Europa continental, na segunda metade do século XVIII. Antes, as terras aráveis formavam numerosas faixas descontínuas e sua propriedade implicava restrições, como o uso comunitário em algumas épocas. Não significou cercamento no sentido literal, mas levou à extinção de direitos consuetudinários, prejudicando o sustento de multidões. O filósofo inglês Thomas More (1478 – 1535), Chanceler de Henrique VIII, ele próprio um cercador, definiu tais práticas como “carneiros que devoram homens” (WOOD, 2000).

produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral (MARX, 2013, p. 1135).

A relação dialética entre estrutura e superestrutura pode ser observada de forma mais direta ao se analisar a articulação entre a Educação Escolar e os meios e relações de produção capitalistas.

2.2 Categorias de análise

Admitindo-se, conforme já discutido, que sociedade e educação compõem uma totalidade, é possível afirmar que não convém estudar o fenômeno educativo isoladamente, sob pena de termos a seu respeito uma visão incompleta. Ao contrário, não podemos esquecer que “a educação é imanentemente presente à totalidade histórica e social e coopera no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos [...] mediante a interiorização de uma visão de mundo [...] (CURY, 1989, p. 53).

Essa breve afirmação nos leva a algumas categorias de análise possíveis de serem consideradas no curso de uma pesquisa no campo da educação. Em primeiro lugar, a categoria da totalidade, a nos revelar que a educação não se fecha em si, mas é, ao mesmo tempo, produto e força geradora de uma realidade histórico-social totalizante (CURY, 1989, p. 53).

A mediação é uma outra categoria presente no fenômeno educativo. Isto quer dizer que a educação se torna um meio de incorporar grupos e indivíduos a uma visão de mundo preexistente a cada um de nós. Essa visão do mundo, por sua vez, faz reforçar a hegemonia de algumas classes sobre outras, levando à reprodução de um modelo de realidade que inibe as ações emancipatórias. Neste ciclo, o papel mediador da educação entra em contradição com seus propósitos de transformação da realidade; passa, então, a ser mais influenciada do que a influenciar a realidade.

Nos parágrafos anteriores, foram citadas cinco categorias *a priori* que podem auxiliar o pesquisador na compreensão da realidade investigada, quais sejam: “contradição”, “totalidade”, “reprodução”, “mediação” e “hegemonia”. O uso dessas categorias “e sua valorização indicam o modo pelo qual se procura entender o fenômeno educativo” (CURY, 1989, p. 53).

Portanto, vale analisar essas cinco categorias, principalmente em suas

manifestações no campo da educação. Afinal, fazem parte de um método, ou seja, um caminho para se chegar a um fim, para conduzir uma investigação.

Em contexto mais amplo, a **contradição** não se resume a uma categoria de análise, mas deve ser entendida como um motor interno à própria realidade, conduzindo-a à transformação. Representa uma constante tensão entre o “já sido” e o “ainda não”, caminho que conduz ao novo (CURY, 1989).

Esse movimento real da história, cujo motor é a contradição, constitui um contínuo embate, no qual tese e antítese não convergem necessariamente na síntese. Ao contrário, buscam eliminar-se mutuamente, pois “do futuro pode-se prever luta, mas não seu resultado” (BUFFA e NOSELLA, 2009, p. 82). Ao identificarmos movimentos contraditórios ao longo da investigação, não podemos ter a ilusão simplista de buscar entre elas um equilíbrio ou meio-termo.

As próprias transformações da sociedade capitalista se dão por força dos movimentos contraditórios em seu seio, especialmente as lutas de classes. No mundo contemporâneo, onde o conservadorismo político e a onipotência do mercado parecem cada vez mais enraizados, discutir essa categoria ainda se mostra oportuno:

Ignorar a contradição resulta numa atitude que leva ao conservadorismo, pois abstrair esse elemento é retirar da realidade seu caráter profundo de inacabamento. Ignorar a contradição é querer retirar do real o movimento e, por isso, é recurso próprio das ideologias dominantes, que, não podendo retirá-la das relações sociais, econômicas e políticas, representam-na como imaginariamente superada (CURY, 1989, p. 34).

Na educação, especificamente, a contradição emerge ao ser instrumento para reproduzir a sociedade capitalista via transmissão da ideologia dominante e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de desenvolver um saber crítico, gérmen para uma ruptura deste mesmo modelo (CURY, 1989). Nesse sentido, devemos olhar sem ingenuidade para as muitas mudanças educacionais ao longo da história, pois por trás de um discurso pedagógico há tanto um movimento para perpetuar a hegemonia do capital quanto a possibilidade de uma transformação.

Importante também é fugir de uma análise estruturalista apoiada na exterioridade do objeto, “que vê as partes como universos separados uns dos outros” (CURY, 1989, p. 34). Isso nos leva à segunda categoria que interessa

considerar: a de **totalidade**, que não é, contudo, algo completo, acabado e composto por todas as partes menores possíveis de serem identificadas.

A totalidade que nos interessa não se mostra pelo método cartesiano, que tão somente divide o todo em suas menores partes, até que nada se tenha omitido, para depois reconstituí-lo em um caminho inverso sem considerar as relações e contradições entre as partes:

A totalidade não é um todo já feito, determinado e determinante das partes, não é uma harmonia simples, pois não existe uma totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições. [...] Na totalidade, cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas. [...] Totalidade não quer dizer todos os fatos e nem soma das partes. O conhecimento de todos os fatos e o exaurimento de todos os aspectos é algo que o conhecimento humano não atinge e nem é tal o sentido da totalidade (CURY, 1989, p. 35-36).

A complementar essa definição, a totalidade social pode ser entendida como “a unidade fundamental entre as relações de produção e as forças produtivas, como duas realidades dialeticamente diferentes, e as suas articulações com a superestrutura” (CURY, 1989, p. 63). É, portanto, uma complexa unidade formada pela estrutura (as forças produtivas, tais como o trabalho e o capital, e as relações entre elas) e superestrutura (as leis, os valores éticos e morais, a consciência, a educação, o próprio Estado).

No interior do sistema capitalista, busca-se a **reprodução** das relações de produção a fim de garantir a própria acumulação do capital, condição *sine qua non* à perpetuação do sistema. Entretanto, tal reprodução não acontece apenas na dimensão econômica, mas se mostra também “no dia a dia, na família, na arte, na ciência, na Igreja, no exército e na educação” (CURY, 1989, p. 39).

No caso da educação, essa contribuição para a reprodução se dá enquanto ela, “mas não só ela, forma a força de trabalho e pretende disseminar um modo consentâneo com as aspirações dominantes” (CURY, 1989, p. 59).

No caso de nossa pesquisa, será interessante acompanhar como esse papel de reprodução da educação aconteceu ao longo de décadas, desde o início do século XX, quando a economia de mercado ainda estava se estabelecendo em regiões afastadas do Brasil, até os anos 1960, com a hegemonia da escola

tecnicista que, mais do que qualquer outra, focava a formação da mão de obra para o sistema capitalista.

A categoria da **mediação** se articula com a reprodução das relações de produção por meio da disseminação de “práticas sociais que concorrem para a divisão do trabalho, entre as quais as práticas escolares” (CURY, 1989, p. 59), justificando-se por não ser a realidade um simples composto de processos independentes entre si.

Diferente disso, “os contrários se relacionam de modo dialético e contraditório” (CURY, 1989, p. 27), exigindo um processo de mediação que “expressa as relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo” (CURY, 1989, p. 43).

Expresso de modo mais direto, é por meio da mediação que se pode melhor entender as relações contraditórias entre estrutura e superestrutura dentro de uma totalidade, em uma perspectiva dialética, ou seja, que não reconhece a causa unidirecional, mas enxerga a reciprocidade entre as partes em si e destas com o todo.

A mediação se manifesta sob diferentes formas, inclusive no decorrer do fenômeno educativo, muitas vezes com o propósito de mascarar a realidade diversa, a esconder as contradições:

A educação possui, antes de tudo, um caráter mediador. No caso concreto da sociedade de classes, ela se situa na relação entre as classes como momento de mascaramento/desmascaramento da mesma relação existente entre as classes.

[...] há outras formas de mediação imanentes a esse modo de produção. No caso, as relações de antagonismos entram na prática social através de formas fetichizadas que tentam dar uma aparência de unidade àquilo que é divisivo, ou seja, tentam mascarar-las. Entre essas outras formas de mediação, além das relações jurídicas constituídas, há também formas contratuais e, sem dúvida, as instituições educativas, que elaboram, expressam e transmitem as mesmas e outras relações (CURY, 1989, p. 64).

A última dessas cinco categorias, a da **hegemonia**, insere-se na discussão sobre as relações de classe, “que permeiam a sociedade no seu todo e também na educação” (CURY, 1989, p. 28). Essas disputas não se travam apenas no plano material, mas se estendem ao campo teórico, conforme sugeria Marx no revolucionário século XIX: “sem dúvida, a arma da crítica não pode substituir a

crítica das armas, a força material deve ser derrotada pela força material, mas a teoria também se torna uma força material quando ela se apodera das massas” (MARX, 2010, p. 16).

Nessa luta de classes, do lado do capital, busca-se sedimentar uma ideologia dominante mediante um discurso homogêneo que nega a própria divisão de classes. A implantação dessa ideologia pode ser entendida em dois momentos históricos, possíveis de serem identificados em uma investigação que atravessa várias décadas:

[...] o da implantação e o da manutenção. No primeiro momento, a classe dominante tenta justificar-se por todos os meios, difundindo sua ideologia. Já no segundo momento, quando estão presentes com maior nitidez as forças sociais que pretendem a modificação da situação implantada, estas se defrontam com as que querem sua manutenção (CURY, 1989, p. 47).

A educação cumpre determinado papel na afirmação da hegemonia capitalista ao concretizar uma concepção de mundo apropriada pela classe dominante. Ao desempenhar esse papel ela se torna ambivalente, pois “o veículo possível de desocultação da desigualdade real se torna também veículo de dominação de classe” (CURY, 1989, p. 58).

Expostas essas cinco categorias, necessário se torna esclarecer que elas “não são reificáveis, mas se incluem mutuamente e se completam”. Dividi-las desse modo é um tanto quanto arbitrário, não pretendendo restringir o entendimento do fenômeno educativo. Elas pretendem, sobretudo, auxiliar na análise da educação ao longo da história, exprimindo uma “realidade em devir” e não um fato ou momento isolado ao modo da ciência positivista (CURY, 1989, p. 29).

2.3 Educação Escolar

Em continuidade à fundamentação teórica, será analisado a seguir o significado de Educação Escolar. Começamos com sua conceituação e depois a discutimos no contexto brasileiro da década de 1940, momento que coincide com a criação do Território Federal do Guaporé.

A Educação Escolar brasileira é exaustivamente discutida em inúmeras obras, tornando desnecessário, para os fins dessa tese, alongar-se em demasiado no

tema. Assim, serão abordados dois pontos específicos sempre presentes na pesquisa realizada: a organização do ensino com base nas Leis Orgânicas decretadas na década de 1940 e os desafios para oferecer o Ensino Primário a todas as crianças, para isso construindo mais escolas e formando novos professores.

2.3.1 Conceituação

A Educação Escolar é uma das manifestações do fenômeno educativo, convindo discutir o que a distingue da educação em geral, as suas finalidades e a sua relação com a sociedade.

A educação, em seu sentido mais amplo, é definida por Fernando de Azevedo (1894 – 1974), um dos expoentes do movimento da Escola Nova, como “veículo da cultura e da civilização” (AZEVEDO, 1944, p. 11), entendimento compartilhado até mesmo por críticos do movimento renovador, como Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983), para quem “a educação é por natureza, [...] um movimento de humanismo comunitário e pluralista” (CURY, 2010, p. 106).

Esse sentido de transmitir cultura e civilização é reforçado por autores alinhados ao pensamento marxista. Em uma das mais célebres passagens da literatura pedagógica brasileira, o professor Demerval Saviani define o trabalho educativo como “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2011, p. 6).

Aliás, é interessante observar que tais palavras remetem ao pensamento do poeta cubano José Martí (1853 – 1895), ainda no século XIX: “*educar es depositar em cada hombre toda la obra humana que lhe ha antecedido; es hacer a cada hombre resumen del mundo viviente hasta el dia em que vive*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 58).

Contudo, esse propósito da educação não deve ser simplesmente romanceado. Propagar a civilização, na verdade, pode ser cruamente entendido como impor a todos os povos o modo de produção capitalista, a sociedade burguesa e a cultura ocidental.

No curso da história, em inúmeros momentos e variadas regiões, esse

processo implicou o extermínio de “milhares de povos que antes viviam em prosperidade e alegria, espalhados por toda a terra com suas línguas e com suas culturas originais” (RIBEIRO, 2006, p. 59).

Assim foi, com certeza, a colonização da América Latina, quando civilizações pré-colombianas ou pré-cabralinas, algumas em estágio avançado de desenvolvimento, foram superadas pela moderna civilização ocidental, a qual se mostrava como alternativa histórica viável tanto para manter, na maioria das vezes, quanto para superar, em alguns casos, a ordem social vigente (FERNANDES, 1975).

Não foi diferente na Amazônia brasileira, inclusive na região rondoniense, onde, a partir do final do século XIX, a economia de subsistência dos povos nativos foi progressivamente suplantada pelo modo de produção capitalista.

Então, se o papel essencial da educação, entendida de forma ampla, é propagar a cultura e civilização, seja para manter ou para superar a ordem social, é admissível tratar-se de um processo sem prazo delimitado, presente durante toda a vida. A esse respeito, no século XVI, o pensador Paracelso (1493 – 1541) já afirmava ser a aprendizagem a própria vida e que desde a juventude até a velhice ninguém passa dez horas sem nada aprender (MÉSZÁROS, 2008). Logo, a educação se manifesta em nosso cotidiano nas mais diversas circunstâncias, na escola, na família, nas relações sociais, no trabalho, nos veículos de comunicação.

A mais visível dessas manifestações, certamente, é a Educação Escolar, muitas vezes equivocadamente entendida com a totalidade do fenômeno educativo. Ao contrário, a educação, em seu sentido mais amplo, extrapola em muito os muros escolares, acontecendo também na família, nos grupos sociais, nas brincadeiras infantis, nos meios de comunicação⁸.

A expressão “Educação Escolar” é suficientemente autoexplicativa, a ponto de dispensar extensos comentários, mas convém ressaltar que se trata de uma prática institucionalizada, formal e que pode acentuar a elitização do ensino. Por ser

⁸ Sobre isto, em tom espirituoso, o escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez (1927 – 2014), Nobel de Literatura em 1982, teria dito que interrompera sua educação aos sete anos de idade para entrar na escola, conforme prefácio da obra de Mézáros pelo professor Emir Sader, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A citação original aparece no livro de memórias “Viver para contar” e, em nossa opinião, não deprecia o papel da escola, significando mais uma ilusão juvenil do autor: “Havia desertado da universidade, com a ilusão temerária de viver do jornalismo e da literatura sem necessidade de aprendê-los, animado por uma frase que creio ter lido em Bernard Shaw: ‘desde pequeno tive que interromper minha educação para ir à escola’. Não fui capaz de discutir o assunto com ninguém, porque sentia, sem conseguir explicar, que meus argumentos só seriam válidos para mim mesmo” (GARCIA MÁRQUEZ, 2019).

limitada a poucos anos, assume um sentido mais restrito contrário à concepção mais ampla, citada anteriormente, de a aprendizagem ser a nossa própria vida:

Assim, o “capitalismo avançado” pôde seguramente ordenar seus negócios de forma a limitar o período de educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente convenientes da vida dos indivíduos e mesmo fazê-lo de maneira discriminadora/elitista. As determinações estruturais da “normalidade” da vida cotidiana capitalista realizaram com êxito o restante, a “educação” *contínua* das pessoas no espírito de tomar como dado o *ethos* social dominante, internalizando “consensualmente”, com isso, a proclamada inalterabilidade da *ordem natural* estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p. 80-81, grifos do autor).

Uma das principais funções dessa educação formal é internalizar em cada educando a ideologia hegemônica. Assim, sob a aparência de um consenso, cada indivíduo passa a aceitar a “ordem social estabelecida como uma ‘ordem natural’ supostamente inalterável” (MÉSZÁROS, 2008, p. 37, grifos do autor), sem tornar necessário o uso de instrumentos coercitivos na defesa dos interesses de classe dominantes.

Conquanto possa haver relativo consenso sobre o desígnio de atuar como veículo da cultura e da civilização, o mesmo não se pode dizer quanto às finalidades mais imediatas da educação, seja em seu sentido mais amplo ou na modalidade escolar. Ao contrário, verifica-se uma intensa disputa entre grupos antagônicos visando à hegemonia no campo da educação e, por extensão, à imposição de um modelo de sociedade.

Com a ascensão do sistema capitalista, passaram a se destacar nesse embate os grupos liberais e socialistas, cujas ideologias podem ser entendidas como um conjunto de normas, princípios e objetivos que orientam a ação em uma dada situação histórica (BUFFA, 1979).

Para os liberais, sejam os idealistas ou os pragmatistas, a educação tem por propósito adaptar as classes sociais, tanto as dominantes quanto as dominadas, às relações capitalistas de produção, implicando uma “organização dualista da escolarização: uma educação desinteressada para as elites, e um ensino primário mais algumas escolas profissionais para os trabalhadores” (BUFFA, 1979, p. 98).

Aos liberais idealistas importa formar o indivíduo segundo uma concepção abstrata não representativa, necessariamente, do homem concreto. Esse

entendimento de educação remonta aos primórdios da sociedade burguesa, expressando-se, por exemplo, na “educação moral” do filósofo Immanuel Kant (1724 – 1804) e na “educação estética” do poeta alemão Friedrich Schiller (1759 – 1805).

Esses nobres ideais da época do Iluminismo, porém, mostraram-se utópicos ante ao crescente domínio do capitalismo e da sociedade burguesa:

[...] os melhores ideais da *educação moral* de Kant e da *educação estética* de Schiller – que tinham a intenção de ser, para seus autores, os antídotos necessários e possíveis da progressiva tendência de alienação desumanizadora, contraposta pelos indivíduos moralmente preocupados em sua vida pessoal à tendência criticada – foram condenados a permanecer para sempre no reino das *utopias educacionais* irrealizáveis (MÉSZÁROS, 2008, p. 80-81, grifos do autor).

Ao contrário dos propósitos idealistas, a corrente liberal pragmatista não busca formar o homem idealizado, mas sim adaptá-lo ao mundo moderno fortemente influenciado por fenômenos como a industrialização, a urbanização e o protagonismo da ciência. Em lugar de utopias educacionais, prioriza-se a reconstrução da experiência, que leva ao saber prático, útil e imediato e, daí, à ação eficiente e produtiva exigida pelo sistema capitalista.

São princípios baseados na filosofia pragmatista surgida no final do século XIX com os norte-americanos William James (1842 – 1910), Charles Sanders Pierce (1839 – 1914) e John Dewey (1859 – 1952), com destacada influência no movimento da Escola Nova ocorrido no Brasil nas primeiras décadas do século XX (BUFFA, 1979).

Contudo, não importa se idealista ou pragmatista, a corrente liberal tem por desígnio perpetuar o modo de produção capitalista, pregando uma educação “pela qual os indivíduos particulares são diariamente e por toda parte *embebidos nos valores da sociedade de mercadorias*, como algo lógico e natural”, fazendo crer que nenhuma transformação profunda é necessária, mas apenas regulações pontuais, sem questionar a máxima “cinzelada no mármore em muitas igrejas inglesas: ‘Teme teu Deus e obedece teu Rei’” (MÉSZÁROS, 2008, p. 82; 89, grifos do autor).

Em oposição à ideologia liberal, para os socialistas, o fim último da educação é romper a lógica do capital, necessitando, para realizar este desígnio, intervir efetivamente no processo de transformação social (MÉSZÁROS, 2008), e não

apenas promover adequações superficiais em prol da manutenção do sistema.

Em lugar da escola dualista, diferentes para elite e classe operária, a educação almejada pelos socialistas exige a escola unitária, a qual “requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família” (GRAMSCI, 2001, p. 36).

Apesar das históricas e acirradas disputas entre liberais e socialistas, fato é que em cada época e lugar prevaleceram as ideias das classes dominantes (CURY, 1978), o que significa, no caso concreto de nossa pesquisa, a hegemonia da ideologia liberal na educação.

Quaisquer que sejam as suas finalidades e concepções ideológicas, é inconteste que a educação não constitui fenômeno dissociado da realidade social, tampouco do movimento da história. Ao contrário, é praticamente inegável que processos educacionais e sociais estão intimamente ligados (MÉSZÁROS, 2008) e que a educação está presente à totalidade histórica e social (CURY, 1989). Tal entendimento não se restringe ao pensamento de inspiração marxista, mas pode ser notado também em educadores liberais como Anísio Teixeira, para quem a educação é elemento-chave do processo de modernização da sociedade (SAVIANI, 2013).

Essa constatação pode ser entendida como reafirmação da concepção materialista associada à educação, componente da superestrutura. Ela é, inclusive em sua modalidade escolar, moldada pela estrutura econômica e, ao contrário do que pregam os discursos oficiais, é descabido, superdimensionar seu papel como transformadora da realidade. Ao contrário, ela é um elemento socialmente determinado e não um poderoso determinante capaz de modificar as relações sociais (SAVIANI, 2011).

Desse modo, retornamos à tese proposta de que, também no caso do Território Federal do Guaporé / Rondônia, a estrutura econômica do modo de produção capitalista determinou a organização da Educação Escolar, componente da superestrutura jurídico-política.

2.3.2 Organização da Educação Escolar brasileira após a década de 1940

Ao longo de sua história, a Educação Escolar brasileira foi regida por diversas legislações, dentre as quais interessa destacar as Leis Orgânicas do Ensino da

década de 1940, estabelecidas por decretos-leis presidenciais, portanto, sem serem debatidas pelo Poder Legislativo:

- a) do Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073, de 30/01/1942);
- b) do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244, de 09/04/1942);
- c) do Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141, de 28/12/1943);
- d) do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529, de 02/01/1946);
- e) do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530, de 02/06/1946);
- f) do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613, de 22/08/1946).

Dentre essas seis leis orgânicas, interessam-nos especialmente, para os propósitos da tese, as do Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Normal, as quais serão analisadas em seus principais pontos a seguir.

A **Lei Orgânica do Ensino Secundário** foi aprovada em 1942, pelo Decreto-lei 4.244, de 9 de abril.

Os artigos 2º ao 4º definiam os ciclos em que o ensino estava organizado:

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginasial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginasial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginasial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências (BRASIL, 1942).

Os artigos 5º ao 7º revelavam os tipos de estabelecimentos:

Art. 5º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio.

Art. 7º Ginásio e colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário (BRASIL, 1942).

A articulação com os outros níveis era disciplinada no artigo 9º:

Art. 9º O ensino secundário manterá ligação com as outras modalidades de ensino pela forma seguinte:

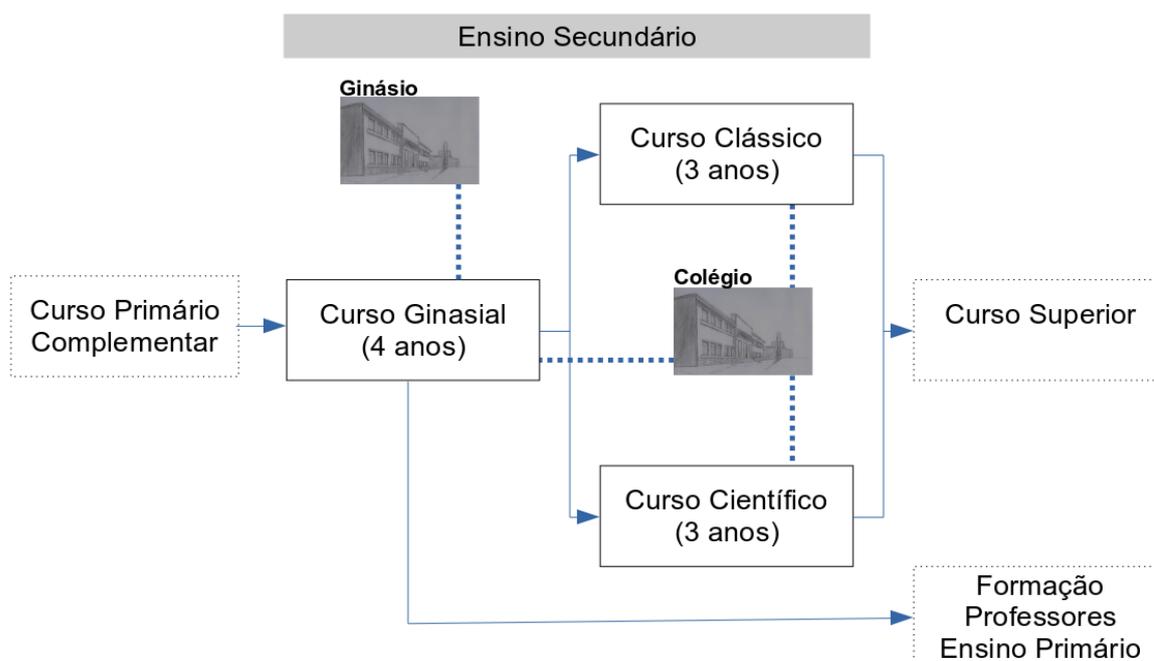
1. O curso ginásial estará articulado com o ensino primário, de tal modo que deste para aquele o aluno transite em termos de metódica progressão.

2. Estará o curso ginásial vinculado aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau, para a realização dos quais deverá constituir base preparatória suficiente.

3. Aos alunos que concluírem quer o curso clássico quer o curso científico mediante a prestação dos exames de licença será assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula (BRASIL, 1942).

A organização disposta nos artigos acima citados pode ser melhor compreendida pela figura a seguir:

Figura 4 - Organização do Ensino Secundário segundo a Lei 4.244/1942



Fonte: Elaborado pela autora com base em BRASIL (1942).

O Ensino Secundário era oferecido em dois ciclos sequenciais: o primeiro

compreendia o Curso Ginásial, com quatro anos de duração; no segundo, o aluno poderia optar entre os cursos Clássico e Científico, ambos com 3 anos.

O ingresso no Curso Ginásial dependia da conclusão do Curso Primário Complementar. Concluído o curso Ginásial, o aluno poderia ingressar na Escola Normal para ser formar em professor do Ensino Primário. A conclusão dos cursos Clássico e Científico, por sua vez, permitiria a matrícula em cursos superiores.

O curso ginásial era oferecido por estabelecimentos denominados “Ginásios”, enquanto os denominados “Colégios” poderiam oferecer as três modalidades, Ginásial, Clássico e Científico.

Outras disposições relevantes também merecem ser citadas, como a recomendação da educação das mulheres ser feita em estabelecimentos ou classes de exclusiva frequência feminina. Para elas era obrigatória a disciplina de “economia doméstica”, assim como a orientação metodológica dos programas observar a “natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar” (artigo 25).

O ensino poderia ser ministrado por estabelecimentos públicos e privados (artigo 69), classificados segundo a natureza de seus mantenedores: “federais”, mantidos diretamente pela União; “equiparados”, pelos estados ou Distrito Federal; “reconhecidos”, pelos municípios ou particulares. Todos, entretanto, deveriam ser autorizados pelo governo federal. Os estabelecimentos “equiparados” e “reconhecidos”, assim como os administrados pelos territórios federais, deveriam ser inspecionados, administrativa e pedagogicamente, pelos órgãos federais (artigos 71 a 76).

Quanto ao pagamento de mensalidades e taxas, a lei determinava: medidas deveriam ser adotadas para acentuar a gratuidade nos estabelecimentos oficiais; as cobranças feitas pelos estabelecimentos particulares deveriam ser módicas e de acordo com normas do Ministério da Educação; era obrigação de todos os estabelecimentos reservar a adolescentes necessitados bolsas integrais e parciais (artigos 86 a 90).

Da **Lei Orgânica do Ensino Primário** (Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946) são destacadas, primeiramente, algumas disposições sobre a organização:

Art. 2º O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino:

- a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos;
 - b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.
- Art. 3º O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos sucessivos; o elementar e o complementar.
- Art. 4º O ensino primário supletivo terá um só curso, o supletivo. (BRASIL, 1946a).

E sobre sua articulação com outras modalidades de ensino:

- Art. 5º O ensino primário manterá da seguinte forma articulação com as outras modalidades de ensino:
- 1. O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial e agrícola.
 - 2. O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar.
 - 3. O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato, em geral.
- Art. 6º Os cursos de jardim de infância se articularão com o curso primário elementar (BRASIL, 1946a).

Em outros artigos eram definidos os tipos de estabelecimentos de Ensino Primário mantidos pelo poder público:

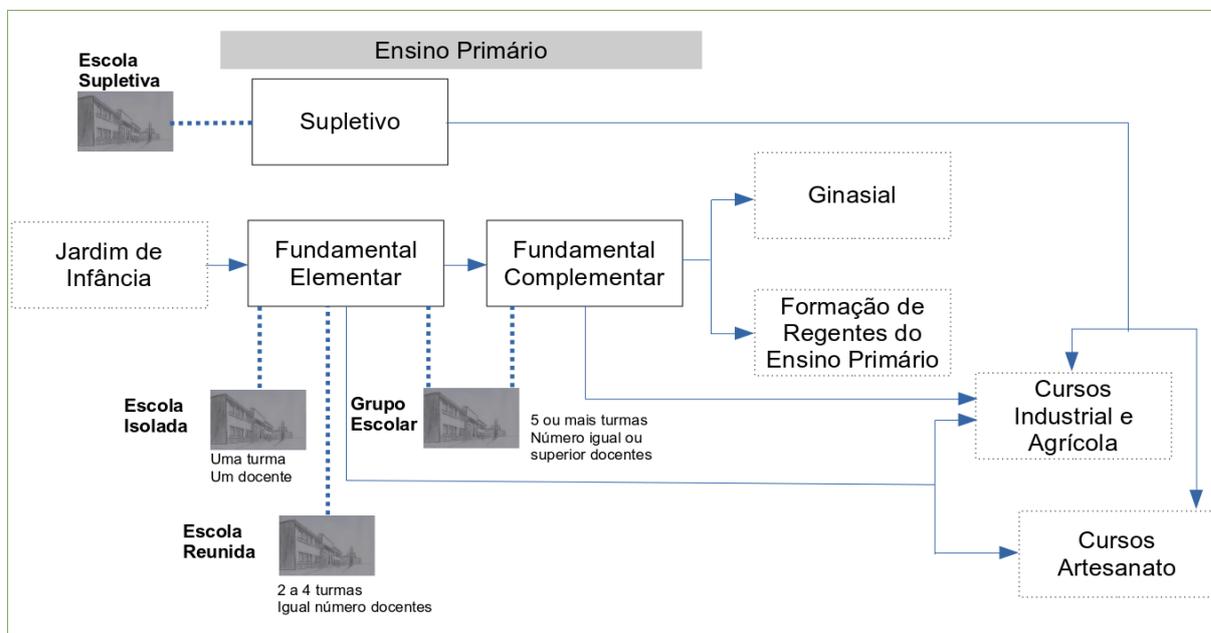
- Art. 28. Serão assim designados os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos:
- I. Escola isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.
 - II. Escolas reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.
 - III. Grupo escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.
 - IV. Escola supletiva (E.S.), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores.
- Art. 29. As escolas isoladas e escolas reunidas ministrarão somente o curso elementar; os grupos escolares poderão ministrar o curso elementar e o curso complementar; as escolas supletivas ministrarão apenas o curso supletivo (BRASIL, 1946a).

E também os mantidos por particulares:

- Art. 30. Os estabelecimentos de ensino primário fundamental, mantidos por particulares, terão as seguintes designações, independentemente do número de seus alunos e docentes:
- I. Curso elementar (C.E.), quando apenas ministre o curso elementar.
 - II. Curso primário (C.P.), quando ministre o curso elementar e o curso complementar.
 - III. Curso supletivo (C.S.), quando mantenha o curso supletivo (BRASIL, 1946a).

A organização disposta nos artigos acima citados pode ser melhor compreendida pela figura a seguir:

Figura 5 - Organização do Ensino Primário segundo a Lei 8.529/1946



Fonte: Elaborado pela autora com base em BRASIL (1946a).

O Ensino Primário contemplava os cursos Fundamental, para crianças de 6 a 12 anos, e Supletivo, para adolescentes e adultos. O curso Fundamental se dividia entre Elementar e Complementar.

Concluído o curso Complementar, o aluno estava apto ao ingresso nos cursos Ginásial, de formação de Regentes do Ensino Primário, Industrial, Agrícola e de Artesanato. A conclusão dos cursos Supletivo e Elementar permitia matrícula nos cursos Industrial, Agrícola e de Artesanato.

Os tipos de estabelecimentos que podiam oferecer o Ensino Primário eram: Escolas Supletivas, para o curso supletivo; Escolas Isoladas, com apenas uma turma e um docente; Escolas Reunidas, com duas a quatro turmas e igual número de docentes e Grupos Escolares, com cinco ou mais turmas e número igual ou superior de docentes.

As Escolas Isoladas e as Escolas Reunidas podiam ministrar somente o Curso Elementar. Os Grupos Escolares podiam oferecer tanto o Curso Elementar quanto o Complementar.

Além desses artigos sobre a organização, há outras disposições que

interessa citar, a começar pelas edificações que deveriam ser construídas e aparelhadas de acordo com normas estabelecidas em lei (artigo 38).

O ensino gratuito era garantido, embora admitido o funcionamento de caixas escolares (artigos 39 e 40), sendo obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, estando seus responsáveis sujeitos a penas do Código Penal, caso não as matriculassem (artigos 41 a 44). Nas escolas isoladas, se houvesse disponibilidade de vagas, poderiam ser matriculado alunos acima dos 12 anos (artigo 51).

O ensino deveria ser financiado pelos estados e Distrito Federal com parte das receitas de impostos. No caso dos territórios federais, essa responsabilidade cabia à União. Os municípios poderiam investir seus recursos diretamente ou incorporá-los ao orçamento estadual. Em caráter suplementar, a União promovia a distribuição dos recursos do “Fundo Nacional de Ensino Primário”⁹, visando a atender as necessidades mais urgentes de cada região (artigos 45 a 48).

A lei também facultava aos estados e territórios federais a formação de docentes de emergência, o funcionamento de classes de alfabetização para adolescentes e adultos e a organização de missões pedagógicas itinerantes para divulgar noções de higiene e de organização de trabalho (artigos 49 e 50).

Quanto à **Lei Orgânica do Ensino Normal** (Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, mesma data da Lei Orgânica do Ensino Primário), são destacadas algumas disposições sobre a organização:

Art. 2º O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos.

Art. 3º Compreenderá, ainda o ensino normal cursos de especialização para professores primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário.
(BRASIL, 1946b).

Os tipos de estabelecimentos:

Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

⁹ O “Fundo Nacional de Ensino Primário” instituído pelo Decreto-lei 4.958, de 14 de novembro de 1942, era formado por renda de tributos federais criados para esse fim. Seu objetivo foi ampliar e melhorar o sistema escolar primário de todo o país por meio de convênios firmados entre o Ministério da Educação e Saúde Pública e os governos dos estados, do Distrito Federal e dos territórios federais (BRASIL, 1942).

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário (BRASIL, 1946b).

As articulações com outras modalidades de ensino:

Art. 6º O ensino normal manterá da seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino:

1. O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário.

2. O curso de formação geral de professores primários, com o curso ginásial.

3. Aos alunos que concluírem o segundo ciclo de ensino normal será assegurado o direito de ingresso em cursos da faculdade de filosofia, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula.

(BRASIL, 1946b).

E os estabelecimentos anexos:

Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas.

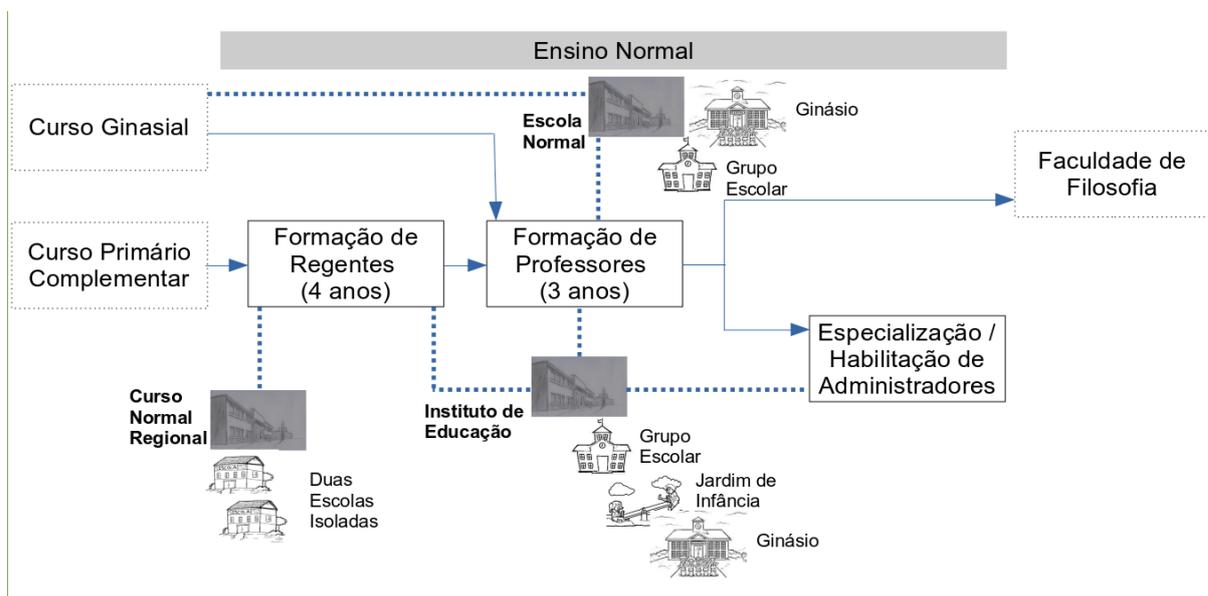
§ 2º Cada escola normal manterá um grupo escolar.

§ 3º Cada instituto de educação manterá um grupo escolar e um jardim de infância.

Art. 48. Além das escolas primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deverá manter um ginásio, sob regime de reconhecimento oficial (BRASIL, 1946b).

Para melhor compreensão da organização do ensino normal segundo a Lei 8.530, é apresentada a figura abaixo:

Figura 6 - Organização do Ensino Normal segundo a Lei 8.530/1946



Fonte: Elaborado pela autora com base em BRASIL (1946b).

O Ensino Normal era oferecido por três tipos de estabelecimentos: o Curso Normal Regional, para formação de regentes do Ensino Primário, em 4 anos; a Escola Normal, para formação de professores do Ensino Primário, em 3 anos; o Instituto de Educação, que além de formar professores também oferecia cursos de especialização e de administração escolar.

A fim de não se limitar ao conhecimento teórico, esses três estabelecimentos mantinham estabelecimentos anexos para a prática pedagógica. O Curso Normal Regional precisava ter anexas duas escolas isoladas; a Escola Normal, um Grupo Escolar e um Ginásio; o Instituto de Educação, um Jardim de Infância, um Grupo Escolar e um Ginásio.

A formação em regente no Curso Normal Regional dependia de o candidato ter concluído o Curso Primário Complementar, enquanto a formação em professor, na Escola Normal, exigia o Curso Ginásial de 4 anos. Concluído o curso de Formação de Professores, o aluno poderia ingressar nas faculdades de Filosofia.

Além desses artigos sobre a organização, a Lei Orgânica do Ensino Normal trazia outras disposições que interessa citar.

Art. 39. Os poderes públicos federais e estaduais devem desenvolver a rede de estabelecimentos de ensino normal, mediante conveniente planejamento, a fim de que, no devido tempo e onde se torne necessário, haja em número e qualidade os docentes reclamados

pela expansão dos serviços de ensino primário.

Art. 40. Onde se torne conveniente, poderão os Estados outorgar mandato a estabelecimentos municipais ou particulares de ensino, para que ministrem cursos de ensino normal, do primeiro ou do segundo ciclo e que serão, assim, oficialmente reconhecidos.

[...]

Art. 51. A União, os Estados e os Municípios poderão subvencionar estabelecimentos particulares de ensino normal, sob mandato, sempre que funcionem em zonas onde não haja ensino normal oficial.

[...]

Art. 54. Não poderão receber auxílio à conta do Fundo Nacional de Ensino Primário, as unidades federadas que não providenciarem nos termos do presente decreto-lei, quanto ao planejamento e desenvolvimento da rede de ensino normal, que lhes caberá manter, a fim de que a expansão de seu sistema escolar primário não venha a ser prejudicada por escassez de pessoal docente devidamente habilitado (BRASIL, 1946b).

De imediato, é reconhecido que a formação de docentes, em quantidade e qualidade suficientes, é condição indispensável à expansão da instrução primária e que o não cumprimento dessa determinação pela unidade federativa a impediria de receber recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário. É prevista, ainda, a possibilidade de subvencionar estabelecimentos particulares ou de lhes outorgar mandato para oferecimento do ensino normal.

2.3.3 Desafios da Educação Escolar brasileira após a década de 1940

Em meio às transformações ocorridas na educação brasileira a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, quando o governo federal assumiu o papel de suplementar as ações dos estados e municípios no oferecimento do Ensino Primário, dois desafios principais se impuseram ao Ministério da Educação e Saúde Pública, criado pelo Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930: eliminar o *deficit* de prédios escolares e formar mais professores para universalizar o ensino.

Em relação ao *deficit* de prédios escolares, estava em curso desde 1946 um plano de ampliação e melhoria da rede escolar primária elaborado pelo INEP, assim comentado por Murilo Braga: “[...] não fugiu à realidade brasileira nem se inspirou em figurino estrangeiro; considerou o Brasil em seus recursos disponíveis e necessidades educacionais” (INEP, [1949 ou 1950]).

Essa era uma preocupação presente até mesmo na mensagem do presidente

Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974) ao Poder Legislativo em 15 de março de 1948:

No tocante ao ensino primário, incentivou-se o desenvolvimento da rede escolar, visando diminuir o deficit de matriculas que de ano para ano mais se acentuava, tendo chegado mesmo à elevada percentagem de 90% em alguns municípios, onde faltam, na maioria dos casos, professores, prédios, material didático e conseqüente estímulo para a aprendizagem.

A ação supletiva da União neste campo é, pois, imperativa, tendo-se em vista a insuficiência das rendas dos Estados para tão dispendiosas tarefas. Nesse sentido, o Governo desenvolve largo programa de construções escolares, que consistiu inicialmente no financiamento de 2.270 prédios para escolas rurais. Desses, mais de 500 já se acham terminados e mais de 1.000 em fase adiantada de construção, convindo esclarecer que, nos núcleos de população estrangeira, foram localizadas mais de 200 escolas, sendo que igual número estamos construindo nas regiões de fronteira. No corrente ano, com os recursos já destinados a esse fim, cerca de 2.000 classes, com residência para professores, serão construídas, beneficiando diretamente as zonas que delas carecem.

O alcance dessa providência é fácil de ser medido desde que se saiba ter sido apurado, em levantamento recente, que cerca de 300 municípios do país não dispõem de um único prédio público especialmente destinado a escola primária (BRASIL, 1948, p. 15).

O problema descrito no discurso presidencial era esmiuçado em publicação do INEP: de 6.700.000 crianças em idade escolar (de 7 a 12 anos), apenas 3.200.000, ou seja, 47,8% frequentavam a escola primária. A grande causa desse cenário preocupante era atribuída à falta de prédios escolares, reconhecendo-se um deficit de 40.000 salas de aula:

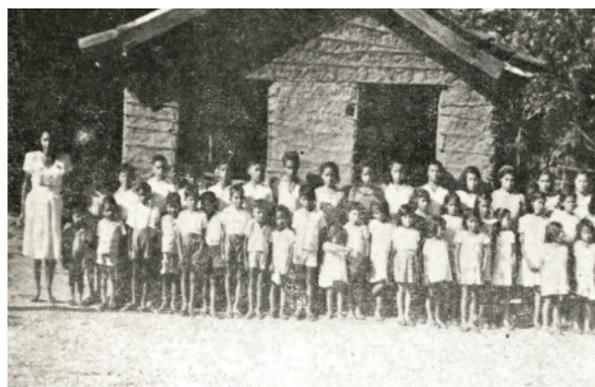
Basta assinalar que contávamos no ano de 1945 apenas com 44.000 unidades escolares, ou assim genericamente chamadas, quase que totalmente concentradas nas cidades e zonas distritais, sendo portanto incapazes de atender a todos que morassem distante, resultando daí um *semi abandono da imensa zona rural*. Menos de seis mil desses prédios pertenciam aos poderes públicos. Grande parte havia sido cedida aos Governos dos Estados, alguns gratuitamente, muitos por aluguel. Milhares funcionavam em próprios estaduais ou federais, mas em *salas inadequadas, o resto pertencia a particulares* (INEP, [1949 ou 1950], grifos nossos).

Desse diagnóstico, alguns pontos merecem ser destacados: a concentração das escolas nas áreas urbanas, o abandono da zona rural, o predomínio de escolas particulares e a precariedade das unidades escolares, “ou assim genericamente chamadas [...] simples telheiros, sem paredes, ‘puchados’ (sic) rústicos, espremidos

em reduzidas áreas”, a grande maioria instalada em porões ou precárias residências (INEP, [1949 ou 1950], grifo no original).

A mesma publicação, para enfatizar esse cenário, trazia fotografias de escolas rurais nas condições relatadas:

Fotografia 1 - Escolas rurais em estado precário



Fonte: INEP ([1949 ou 1950]).

Realmente, o deficit de escolas era mais acentuado na zona rural. Nas cidades, “apenas” 305.965 (15,6%) do total estimado de 1.956.969 crianças estavam fora da escola. No campo, esse percentual se elevava a 66,9%, representando que, de um total estimado em 4.800.574, faltavam escolas para 3.213.216 crianças. Exposto de outro modo, na zona rural, apenas uma em cada três crianças frequentava a escola; nas cidades, essa relação era de “apenas” 16 a cada 100.¹⁰

Agravava esse cenário de baixa escolarização o fenômeno da evasão escolar. De acordo com a mesma publicação do INEP, de cada 1.000 crianças, 462 não estavam matriculadas; 98 matriculavam-se, mas não frequentavam as aulas; 183 abandonavam os estudos ao fim do primeiro ano; apenas 174 concluíam o Curso Primário e menos ainda, 33, chegavam ao final do Ensino Médio.

A ilustração a seguir pretende tornar mais contundente o cenário crítico da Educação Escolar no Brasil na década de 1940:

¹⁰ Comparando com a situação atual, em 2019 a taxa nacional de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos era de 99,7%, ou seja, de cada 1.000 crianças apenas 3 estavam fora da escola. Em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, essa taxa em 2010 era de 94,5%, uma das piores do país (a 5134º entre 5570 municípios), representando que de cada 100 crianças 5 estavam fora da escola (IBGE, 2021).

Figura 7 - Evasão escolar na década de 1940



Fonte: Elaborada pela autora com base em INEP ([1949 ou 1950]).

Dada a impossibilidade de estados e municípios resolverem esse problema sem o socorro da União, o governo federal instituiu, em 1942, pelo Decreto-lei 4.958, de 14 de janeiro, o Fundo Nacional de Ensino Primário. Em 1946 estavam disponíveis Cr\$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de cruzeiros), quantia que, para o ministro da Educação e Saúde Pública, Ernesto de Sousa Campos (1882 – 1970), “se não é muito, também não é pouco” (A NOITE, 23 mar. 1946).

Previa-se aplicar 25% na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, 5% em aperfeiçoamento profissional e 70% na construção de prédios. Conforme estimativa do ministro de cada escola custar Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), é possível estimar a construção de menos de 500 escolas, ainda muito aquém das reais necessidades.

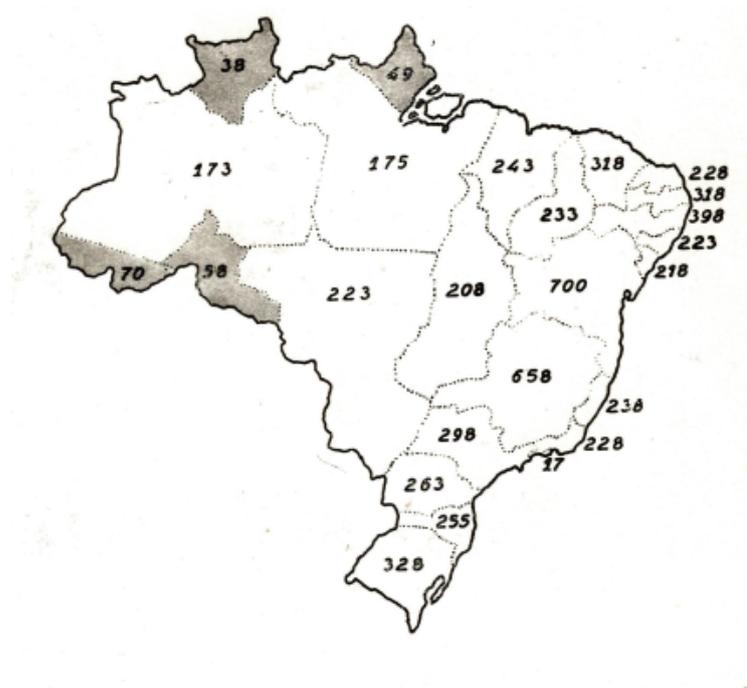
Coube ao INEP elaborar um plano para construção de escolas no interior, havendo o seguinte balanço sobre ele em 1949:

Até o corrente ano de 1949, 6.160 novas escolas já foram localizadas no interior, beneficiando cerca de 1.500 municípios. Aproximadamente 1.216 prédios estão concluídos, encontrando-se outro tanto em fase final de acabamento. E como desenvolvimento desse programa, o INEP prevê para 1950 a distribuição de mais 1.500 escolas rurais, que serão somadas à rede, além das 45

escolas normais rurais e dos 220 grupos escolares já distribuídos no período de 1948/1949 [...]” (INEP, [1949 ou 1950]).

A distribuição das 6.160 novas escolas entre as unidades federativas pode ser visualizada na ilustração a seguir:

Figura 8 - Distribuição escolas rurais pelo plano do INEP



Fonte: INEP ([1949 ou 1950]).

Observa-se no mapa o destaque dado aos antigos territórios federais, Guaporé, para onde foram previstas 58 novas escolas, Acre, Amapá, Rio Branco (atual Roraima) e Fernando de Noronha. A justificar esse detalhe, é necessário citar a preocupação do governo federal com a integridade nacional nas áreas de fronteira e de colonização estrangeira:

A ausência de uma eficiente rede escolar nos limites brasileiros e a existência de escolas de outras nacionalidades, determinam uma atração natural das populações ali fixadas para outras escolas, provocando, ao cabo de algum tempo, a desnacionalização das novas gerações nesses núcleos marginais. [...]

As zonas de colonização oferecem, também, excepcional importância, por constituírem regiões de fixação imigratória, às quais, com raras exceções, não se ofereciam os recursos necessários para a educação primária. Permitiu-se, assim, o desenvolvimento de culturas estranhas à nossa terra e aos nossos costumes, traduzidas

no esforço das populações alienígenas em suprir as deficiências do meio (INEP, [1949 ou 1950]).

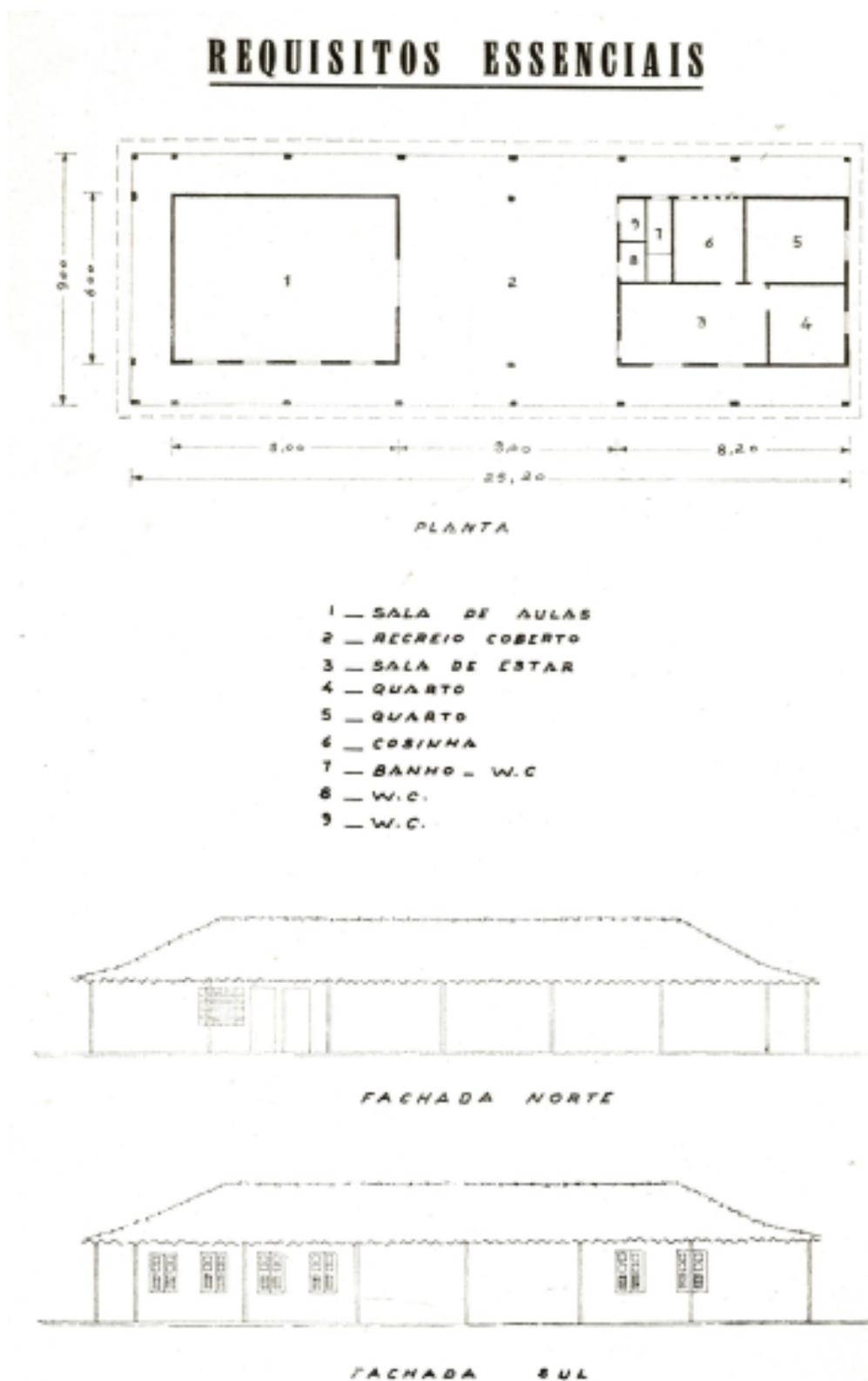
O plano definiu requisitos mínimos para construção das escolas, dentro de um valor módico estipulado, os quais constavam nos acordos firmados entre a União e os entes federativos, cabendo ao INEP fiscalizar se estavam sendo observados:

O prédio escolar, construído de acordo com as normas técnicas recomendadas pelo INEP, dispõe de confortável residência para o professor; e, para que sirva realmente de centro de aprendizagem e fixação do homem, é levantado em terreno nunca inferior a um hectare [10.000 m², maior que a de um campo de futebol, que tem 8.250 m²], onde o aluno tem oportunidade de aplicar os conhecimentos rurais, que também adquire, em complemento ao curso fundamental (INEP, [1949 ou 1950]).¹¹

A planta e as fotografias a seguir ilustram o prédio planejado pelo INEP:

¹¹ É interessante comentar como o zelo pretendido na construção das escolas contrasta com uma afirmação em 1946 do ministro Ernesto de Sousa Campos: “cada unidade não custará, assim, mais de 50 mil cruzeiros. [...] será feito de tijolo, de adobe, de madeira e, se necessário for, até de pau a pique. Usaremos na cobertura, por exemplo, o material mais adequado pelo preço e pela facilidade de obtenção: telha, eternite, ou palha e sapê” (A NOITE, 23 mar. 1946).

Figura 9 - Projeto do INEP para escola rural



Fonte: INEP ([1949 ou 1950]).

Fotografia 2 - Escola no modelo projetado pelo INEP



* Ao centro, escola rural em Dionísio Cerqueira – SC, região de fronteira, colonizada por italianos e alemães; à esquerda, aula prática de agricultura; à direita, sala de aula.

Fonte: INEP ([1949 ou 1950]).

Entretanto, a expansão do Ensino Primário não era freada apenas pelo deficit de escolas. Preocupante também era a carência de pessoal do magistério, citada inclusive na mesma mensagem presidencial de 1948:

A ação supletiva do Governo federal estende-se também ao ensino normal, pois não é mais animadora a situação do país nesse setor, [...]. Daí a insuficiência de professores diplomados, condição essencial para a eficiência do ensino. Das 388 escolas normais existentes, 80% são mantidas por instituições particulares [...] (INEP, [1948 ou 1950]).

Em 1945 havia no Brasil apenas 85.322 mestres, a maioria não habilitada para a função pedagógica e muitos sem formação. Era necessário, com urgência, formar mais 100.000 professores primários, o que exigia construir novas escolas, principalmente nas regiões mais desassistidas, visando à formação de regentes do Ensino Primário. Tais prédios deveriam ser dotados de uma seção de internato para atender aos candidatos ao magistério das zonas rurais (INEP, [1949 ou 1950]).

As ações do INEP também se estendiam ao aperfeiçoamento de professores dos estados e territórios, mediante oferecimento de bolsas de estudos no Distrito Federal.

Em resumo, esses planos de construção de escolas e formação de professores representavam o propósito de universalização do Ensino Primário, condição indispensável a um país que buscava a industrialização e plena inserção na economia capitalista mundial.

Em sua mensagem de 1949 ao Congresso Nacional, o presidente da República previa ter construído ou contratado ao longo seu mandato 6.000 escolas rurais, 200 grupos escolares e 50 escolas normais rurais. Esperava, assim, atender a um quarto do deficit escolar existente, com a expectativa de zerá-lo em mais três governos, ou seja, em 15 anos, até 1964 (INEP, [1949 ou 1950]).

Infelizmente, a realidade não correspondeu aos anseios governamentais. Em 1970, por exemplo, das 19.331.100 de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, apenas 13.190.315 constituíam a “população escolar”, o que representava uma taxa de escolarização de 68,23%, distante ainda do ideal de universalização do Ensino Primário (IBGE, 1975).

3 HISTÓRIA, ECONOMIA E SOCIEDADE

Nesta seção são analisados a evolução histórica, o contexto econômico e aspectos da sociedade na região que passou a constituir o Território Federal do Guaporé.

3.1 História

A retrospectiva histórica está dividida em três partes:

- a) os antecedentes, principalmente no período colonial;
- b) o período anterior à criação do Território Federal do Guaporé, iniciando com o primeiro ciclo da borracha e apresentando a Expedição Rondon, a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, o segundo ciclo da borracha e a fundação da cidade de Porto Velho;
- c) a criação do Território do Guaporé.

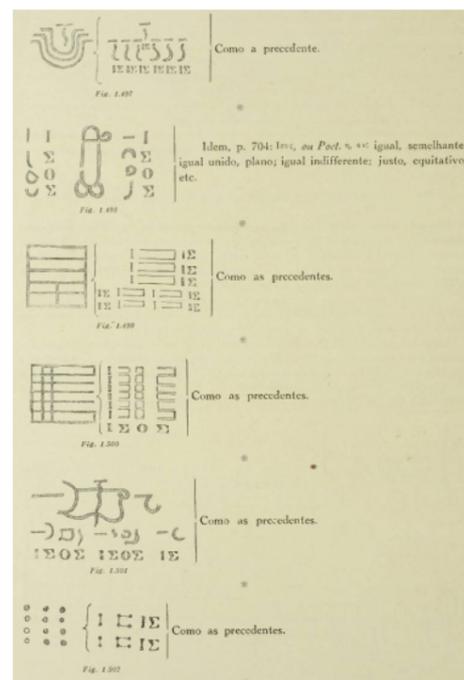
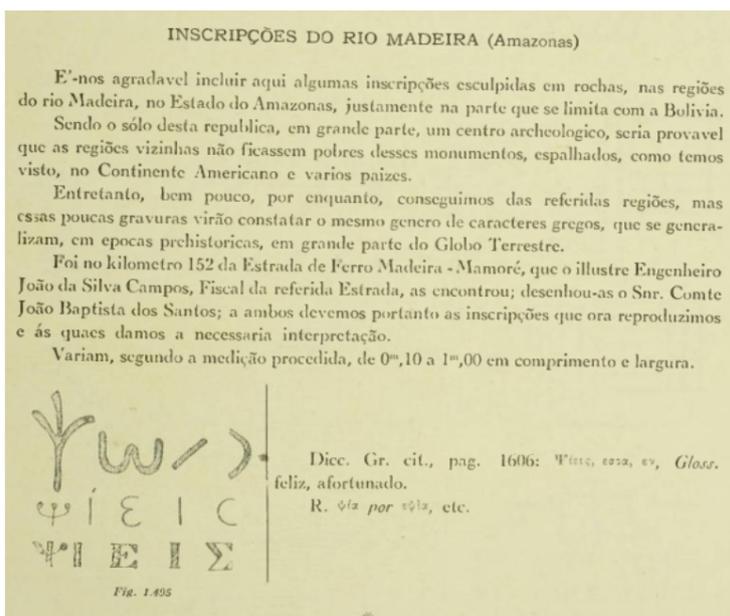
3.1.1 Antecedentes

Embora o recorte temporal dessa tese se inicie em 1943, consideramos relevante retroceder no tempo para apresentar brevemente as origens do povoamento da região correspondente ao atual estado de Rondônia.

Há registros de que a presença humana antecedeu a colonização portuguesa. No atual município de Presidente Médici, por exemplo, foram descobertos sítios arqueológicos que sugerem uma densa ocupação da região, utilizada como refúgio e trânsito dos povos Tupi (IPHAN, 2014).

Também há informações sobre inscrições fenícias e gregas no vale do Madeira que cobrem uma grande extensão (BORZACOV, 2007), no quilômetro 152 da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré (EFMM). É uma informação que muito impressiona, a ponto de ser interessante visualizar, na figura a seguir, sua fonte original, o livro “Inscrições e tradições da América prehistorica especialmente do Brasil” escrito por Bernardo de Azevedo da Silva Ramos (1858 – 1931), arqueólogo nascido em Manaus:

Figura 10 - Supostas inscrições fenícias e gregas na região da Estrada de Ferro Madeira Mamoré



Fonte: RAMOS (1939, p. 243-244).

Quanto à ocupação portuguesa, as primeiras expedições datam do século XVII, quando bandeirantes paulistas chegaram à região dos rios Mamoré e Madeira. Merece destaque a bandeira comandada por Raposo Tavares (1598 – 1658), que durou 3 anos, de 1648 a 1651, e percorreu cerca de 12000 quilômetros por vias terrestre e fluvial, de São Paulo até Belém, e mais 6000 quilômetros por via marítima no sentido inverso. A tropa inicial, composta por 200 paulistas e 1000 indígenas, viu-se reduzida a 58 pessoas em seu destino.

Foi, realmente, uma saga de tamanho vulto a ponto de o padre Antônio Vieira (1608 – 1697), que tivera contato com Raposo Tavares em Belém, descrevê-la, em carta dirigida a seus superiores, como uma das mais notáveis viagens já realizadas no mundo. A carta também atestava a passagem do bandeirante pela região rondoniense, a navegar pelos rios Madeira e Mamoré, via mais curta e provável para atingir o grande rio Amazonas (CINTRA, 2014).

Motivação aparente da empresa de Raposo Tavares, o aprisionamento de

índios recebeu veladas críticas do padre Vieira, a despeito de ter exaltado a epopeia bandeirante: “[...] se não o deslustrara tanto a causa” (CINTRA, 2014, p. 111). Entretanto, este propósito parece insuficiente para justificar os custos e riscos de tão grandiosa e arriscada aventura. Mais provável ter se tratado de uma missão oficial patrocinada pela coroa portuguesa, uma vez que o rio Madeira nasce nas proximidades de Potosí, na atual Bolívia, cujas riquezas minerais já eram conhecidas. Fato é que as expedições bandeirantes contribuíram para a expansão territorial além da linha de Tordesilhas, favorecendo as reivindicações territoriais lusitanas no Tratado de Madri, firmado em 1750 pelos reis de Portugal e Espanha (CINTRA, 2014).

Outro passo importante para a ocupação portuguesa foi a construção do forte Príncipe da Beira, no atual município de Costa Marques, a fim de conter incursões de espanhóis, que desde 1743 implantavam alguns povoados na margem direita do rio Guaporé. De imediato, o governador do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares (1709 – 1782) promoveu a construção de um fortim provisório cercado por paliçada, o qual foi denominado Nossa Senhora da Conceição (FUNDAÇÃO NACIONAL PROMEMORIA, 1983).

As obras do forte definitivo foram iniciadas em novembro de 1775 pelo novo governador, Dom Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1739 – 1797). Dado como concluído em agosto de 1783, foi batizado em homenagem a Dom José (1761 – 1777), neto do rei Dom João V (1689 – 1750, reinado de 1706 a 1750) e detentor do título de Príncipe da Beira (FUNDAÇÃO NACIONAL PROMEMORIA, 1983).

É possível ter uma noção de quão difícil foi a construção do Forte Príncipe da Beira a partir do relato acerca do transporte por meios fluvial e terrestre das pedras utilizadas:

A pedra necessária à construção veio de Belém, inicialmente, via rio Amazonas e Madeira; depois, de Albuquerque ou Corumbá, em Mato Grosso, subindo o rio Paraguai até o Jauru, e daí por terra até a margem do rio Guaporé, percorrendo uma distância de 1500 quilômetros (FUNDAÇÃO NACIONAL PROMEMORIA, 1983, p. 6).

Após cumprir seu papel de consolidar a presença portuguesa na região, o Forte Príncipe da Beira pareceu perder importância. Foi abandonado em 1889 e

suas instalações foram saqueadas por brasileiros e bolivianos; seus canhões chegaram a ser vendidos a navios ingleses no porto de Antofagasta, no norte do Chile. Foi redescoberto pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865 – 1958) em 1914 e desde 1930 passou a sediar guarnições militares (FUNDAÇÃO NACIONAL PROMEMORIA, 1983).

3.1.2 Antes da criação do Território Federal do Guaporé

A ocupação efetiva do território rondoniense só viria a ser retomada a partir do final do século XIX. Destaca-se nesse período o denominado primeiro ciclo da borracha, ou seja, a extração do látex das seringueiras nativas da Amazônia, produto de exportação com grande relevância, junto com o café, na economia brasileira.

Embora desconhecida pelos europeus, os indígenas da América equatorial já conheciam e usavam a borracha. Os primeiros registros por missionários portugueses datam de fins do século XVII e são atribuídos ao frei carmelita Manoel da Esperança:

Data o seu conhecimento dos fins do século XVII, pelos missionários portugueses que viveram entre os índios do Solimões, sendo o primeiro que della deu noticia e a utilizou, o carmelita frei Manoel Esperança, que estabeleceu missões entre os Cambebas ou Umanuas, como se deduz da copia imperfeita de uma carta de outro carmelita que missionava entre aquelles índios, em 1738 (MOURA, 1910, p. 30).

Se para os indígenas a borracha servia à fabricação de botijas, baldes e outros vasos para transporte de líquidos, os europeus nela viram, de imediato, importância no fabrico de botas e sapatos, visto que a umidade da região amazônica os sujeitava a moléstias perigosas. Seu uso se tornou geral no Pará e logo chegou a Portugal, onde o próprio Rei D. José I (1714 – 1777, reinado de 1750 até sua morte) quis ter botas revestidas com goma elástica (MOURA, 1910).

Somente a partir do início do século XIX houve incremento na importância comercial da borracha com o aumento gradativo de suas aplicações, tornando-se produto indispensável e de uso geral (PIRES, 2000). É suficiente notar os nomes envolvidos na ampliação dos usos da borracha (Goodyear, Dunlop, Michelin,

Firestone, dentre outros) para perceber o quão importante foi a borracha para o desenvolvimento da economia capitalista¹².

Havia, no final do século XIX, uma confiança exagerada de que a exploração da borracha nativa seria fonte de riqueza inesgotável, mesmo a longo prazo, graças à acelerada ampliação de seus usos industriais. Tome-se, por exemplo, trecho do relatório apresentado em 1893 pelo governador do Pará, Lauro Sodré (1858 – 1944):

Como sabeis a quasi totalidade de nossa renda provêm do imposto de exportação cobrado sobre a borracha, o que a deixa muito sujeita a flutuações, embora não devemos nos arreceiar do futuro, já porque estamos interessados em precavel-o, creando e desenvolvendo novas fontes de produção, já porque sendo a gomme elastica materia prima, cujas applicações industriaes dia a dia multiplicam-se, e não encontrando a do valle do Amazonas competencia entre os productos similares, podemos ter confiança na estabilidade da renda que d'ahi provêm, a qual nunca poderá descer aquem de razoavel limite (PARÁ, 1893, p. 15).

Tratava-se, sem dúvida, de previsões assaz otimistas e de uma visão talvez míope, pois, a essa época, conforme veremos mais adiante, os ingleses já haviam contrabandeado sementes da seringueira para plantio em suas possessões asiáticas.

Entretanto, toda essa euforia já se encontrava ameaçada desde as últimas décadas do século XIX. Em 21 de março de 1883, por exemplo, o então bispo do Pará e Amazonas, D. Antonio de Macedo Costa (1830 – 1891), em conferência proferida na Assembleia Provincial do Pará, assistida pelo presidente da província e outras autoridades civis e militares: alertava sobre a ilusão do progresso espantoso e sem base verificado no Amazonas e no Pará. O alerta do religioso se fundamentava nos estudos do engenheiro Coitinho¹³, um eminente estudioso da

¹² Uma das primeiras aplicações da borracha pelos europeus, e que perdura até hoje, foi apagar marcas de lápis, popularizada em 1770 pelo inglês Joseph Priestly (1733 – 1804). Em 1820, o inglês Thomas Hancock (1786 – 1865) inventou uma máquina que permitia amolecer e moldar a borracha sólida. Em 1839, o norte-americano Charles Goodyear (1800 – 1860) descobriu o processo de vulcanização, melhorando as propriedades da borracha bruta (ALVES, 2004). A partir daí, a fabricação de pneus ampliou consideravelmente a aplicação da borracha: em 1854, o escocês Robert Tompson (1822 – 1873) registrou a primeira patente; em 1888, o irlandês John Dunlop (1840 – 1921) reinventou o pneumático para uso em bicicletas; em 1895, os franceses André Michelin (1853 – 1931) e seu irmão Edourd Michelin fizeram a primeira utilização em um veículo a motor; em 1900, o norte-americano Harvey Firestone (1868 – 1938) fundou sua empresa e passou a fornecer pneus para o Ford T, o primeiro automóvel produzido em série (LAGARINHOS, 2011).

¹³ O “engenheiro Coitinho”, trata-se de João Martins da Silva Coutinho (1830 – 1889), que fez os primeiros estudos sobre a navegabilidade do rio Madeira (SILVA; FERNANDES; FONSECA, 2013).

época (A BOA NOVA, ed. 14 , 15 de abril de 1883).

De fato, a partir de 1912, o volume da produção brasileira foi superado pelas *plantations* do leste asiático, uma realidade que se desenhava desde o final do século XIX, conforme o demonstra as palavras de Pedro de Toledo (1860 (1873?) – 1935), ministro da Agricultura de 1910 a 1913, no governo do marechal Hermes da Fonseca:

E foi assim que, desde 1895, começou a aparecer no mercado borracha produzida nas possessões inglesas da Asia. Desse anno em deante, a producção tem subido em escala tão acentuada que tendo sido então de cerca de 200 toneladas, cinco annos mais tarde, em 1910, atingiu a 8.000 e calcula-se que, dentro de mais cinco a seis annos, suba a 75.000 toneladas, isto é, quasi o dobro da producção actual do Brasil. O que, porém, aggrava sobre modo a situação em que vae ficar a borracha nacional, é que, enquanto a nossa seringa, que representa quasi 90 por cento da exportação total, tem seu custo medio de producção por kilo, nas vizinhanças de 4\$000, a seringa cultivada asiatica é produzida a um pouco menos de 2\$000 (BRASIL, 1911, p. 156-157).

Nessa síntese do ministro, que destoava radicalmente do otimismo externado pelo governador do Pará em 1893, dois pontos merecem ser considerados: primeiro, como a seringueira foi cultivada nas possessões inglesas, uma vez que é árvore nativa da região amazônica; segundo, o motivo de o produto asiático ter um custo muito inferior ao brasileiro.

Sobre o primeiro ponto, em 1876, o botânico inglês Henry Alexander Wickham (1846 – 1928), então residindo em Santarém, despachou 70 mil sementes da seringueira ao *Royal Botanic Gardens*, sem qualquer fiscalização das autoridades do porto de Belém. Após tratamento adequado, as sementes foram plantadas, com absoluto sucesso, nas possessões inglesas e holandesas no leste asiático. Sob a aparência de intercâmbio científico, o descarado contrabando das sementes resultou na derrocada da economia da borracha brasileira (PIRES, 2000). O contrabandista travestido de cientista foi agraciado com o título de *Sir* pelos serviços prestados à sua Majestade, a rainha Vitória (1819 – 1901, reinou de 1837 até sua morte).

Em relação ao segundo ponto, a disparidade entre os custos de produção no Brasil e na Ásia devia-se muito ao sistema de plantio utilizado. Aqui, centenas de milhões de árvores nativas espalhadas na selva amazônica faziam crer no eterno progresso sem a preocupação de implantar novas tecnologias e modelos de gestão.

Na Ásia, deu-se a plantação intensiva baseada em um avançado modelo empresarial, na qualidade do solo e na mão de obra barata (PIRES, 2000).

Por ocasião de uma viagem pelo vale do rio Tocantins em 1896, o engenheiro e deputado paraense Ignácio Baptista de Moura (1857 - 1929), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, muito bem ilustrou a forma rudimentar de extração do látex nos seringais da região, muito distante do modelo empresarial adotado nas *plantations* asiáticas:

Quasi não se planta a seringueira: ella apparece e cresce, sobretudo nos logares baixos e alagados. Chama-se estrada de seringueiras o caminho tortuoso que liga entre si 80 a 100 daquellas arvores. O systema de fazer a borracha é muito rudimentar: córta-se pela manhã, por meio de machadinha de ferro, com dois a quatro golpes, cada uma daquellas madeiras; prendem-se as tigellinhas de barro ou de flandres em baixo de cada cesura; vai-se mais tarde recolher em vasos o leite colhido, traz-se para a barraca, despeja-se em bacias e, depois de se fazer, com sementes das palmeiras inajá, urucury ou cavacos de certas madeiras, um fogo abafado em um tubo afunilado, feito de barro, chamado boião, com a parte larga voltada para a terra, pelo qual sae uma fumaça espessa, procura-se com fômas solidificar o leite, mergulhando-se aquellas intermittenemente ora no deposito do leite, ora no meio da fumaça. Assim é que um só homem pôde ganhar diariamente de 9.000 a 50.000 réis, quasi sem trabalho. Esta facilidade de vida tem implantado nas povoações do Amazonas a incúria para as antigas culturas, a riqueza relativa e com ella a vadiação e o vicio. Muitos desses extractores abandonam esse meio moderado e empregam ambiciosamente os mutás' ou andaimes, para subirem e cortarem junto dos galhos das arvores, e o arrocho, escavando o solo em procura das raízes, afim de as cortarem, sem se importar com os prejuízos dos proprietários, provocando assim a morte das arvores por um meio condemnavel. Não sei porque os extractores de borracha conservam o modo de preparar o leite por esse processo rudimentar, quando já têm apparecido alguns machinismos e preparados inventados por lavradores ou industriaes, os quaes, se fossem adoptados, creio que dariam mais descanso na lide e economisariam o tempo, que poderia ser empregado em outra utilidade. A machina Coutinho leva vantagem sobre o antigo processo pela defumação, e o preparado do Sr. Freitas obteve do Governo Federal privilegio para o seu invento, de que elle está fazendo propaganda assídua no Amazonas, para o tornar conhecido (MOURA, 1910, p. 31 – 32).

É interessante e curioso notar que, diante desse sistema rudimentar o Brasil procurou desenvolver tecnologias voltadas à produção da borracha, conforme mostram algumas patentes registradas, desde as mais simples até as mais pretensiosas. Por exemplo: em 1898, uma “tijelinha de folha de flandres [...] pra

colher o leite da borracha” (BRASIL, 1899, p. 45) e em 1900, um “processo de solidificação da borracha da seringueira [...]” (BRASIL, 1901, p. 43).

Para superar a crise e competir com a produção do leste asiático, também o governo promoveu ações que visavam modernizar a produção. A título de exemplo, em 16 de setembro de 1909, o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Antônio Cândido Rodrigues (1850 – 1934), baixou uma portaria cuja finalidade era prevenir a devastação dos seringais e implementar processos mais racionais de exploração (BRASIL, 1910).

Pretendia-se, principalmente, substituir os seringais nativos pelos cultivados, que, apesar de exigirem maior investimento, possibilitavam menor custo de produção. Desse modo, a cultura poderia se estender por outros estados, sem ficar restrita à Amazônia. Entretanto, é interessante citar como o governo buscava justificar o malogro dos novos plantios: “por causa da índole do nosso povo, que em geral, não gosta de dedicar-se a negócios de resultados demorados, ou por falta de capitais [...]” (BRASIL, 1912a, p. 169).

Em 1912, a lei 2.543-A, de 5 de janeiro, e o decreto 9.521, de 17 de abril, estabeleceram diversas medidas para desenvolver a cultura das árvores produtoras do látex: a seringueira, o caucho, da maniçoba e da mangabeira”, as quatro árvores produtoras da borracha. Dentre essas medidas, destacamos (BRASIL, 1912b; 1912c):

- a) isenção de impostos de importação aos itens aplicados na produção da borracha;
- b) prêmios para plantações regulares dessas árvores;
- c) criação de estações experimentais de plantação no então território do Acre e nos estados de Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná;
- d) prêmios para a instalação de usinas de refinação da borracha;
- e) construção de hospedarias para imigrantes em Belém, Manaus, Acre e outras localidades do vale do Amazonas;
- f) construção de estradas de ferro e melhoria de navegabilidade nos rios Negro, Branco, Purús e Acre;
- g) criação de centros produtores de gêneros alimentícios no vale do

Amazonas;

- h) realização, a cada três anos, de exposição sobre a indústria da borracha nacional;
- i) redução dos impostos de exportação sobre a borracha produzida nos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso;
- j) isenção dos impostos de exportação sobre a borracha produzida nos seringais cultivados;
- k) criação da Superintendência da Defesa da Borracha, repartição provisória do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Esses dois decretos, pela representatividade que tiveram nas tentativas de reerguimento da produção brasileira da borracha, mereceriam uma análise mais acurada, mas comentaremos apenas os planos de construção de ferrovias, o modelo pretendido para ocupação da Amazônia e as exposições sobre a indústria da borracha.

Os ambiciosos planos de construir ferrovias nunca foram postos em prática¹⁴. Pretendia-se, por exemplo, uma estrada de ferro que iniciada em algum um ponto conveniente da recém-inaugurada Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, próximo à “fóz do rio Abunan, passe pior Villa Rio Branco e por um ponto entre Senna Madureira e Catay e termine em Villa Thaumaturgo, com um ramal para a fronteira do Perú, pelo valle do rio Purús” (BRASIL, 1912b).

O modelo de ocupação da Amazônia já se mostrava favorável ao desmatamento, com a instituição de “premios de 30:000\$ por grupo de mil hectares de pastos articiaes [...] e de 100:000\$ por grupo de mil hectares de terrenos [...] effectivamente cultivados com arroz, feijão, milho e mandioca” (BRASIL, 1912b)

Finalmente, as exposições sobre a indústria da borracha, cuja primeira edição, em comemoração ao 25º aniversário da lei da Abolição fora prevista para 13 a 28 de maio de 1913, mas só foi inaugurada a 7 de setembro. Baseado em números publicados no Diário Oficial, o Jornal do Brasil denunciava os exagerados custos para sua realização:

¹⁴ É interessante pensar que a opção histórica do Brasil pelo transporte rodoviário, relegando papel secundário às ferrovias, parecia retratar o pensamento das elites no início do século XX. Fernando de Azevedo (1894 – 1974), um de nossos maiores intelectuais, parecia fazer apologia ao automóvel e crítica à velocidade do trem nessas palavras: “as fitas brancas ou vermelhas das estradas que rasgam as planícies e envolvem a cintura de nossas montanhas, e em que quase tôda parte, já circula com o automóvel, a *velocidade libertada dos trilhos* [...]” (AZEVEDO, 1944, p. 454, grifos nossos).

Sommando, portanto, [...] temos já a somma de [...] TREZENTOS E CINCOENTA E OITOS CONTOS OITOCENTOS E QUARENTA MIL REIS [...] sem contar as despesas englobadas com os sumptuarios gastos da Superintendencia Nacional da Borracha, que a julgar pelos algarismos publicados não têm mãos a medir.

A actual Exposição de Borracha é, portanto, um dos mais escandalosos sorvedouros dos dinheiros publicos.

E todo esse inaudito esbanjamento foi [...] transgressão do [...] decreto n. 9.521 [...], que determina [...] que os serviços relativos ás exposições triennaes de borracha SERÃO DIRIGIDAS (sic) por uma commissão especial [...].

Por que a Superintendencia da Defesa da Borracha [...] se empenha [...] que não convoque essa comissão [...]?

O motivo é patente.

Os dinheiros publicos foram e estão sendo imprudentemente desperdiçados para a pretexto de defesa de borracha conseguir-se illudir o povo e o Congresso Federal, e assim continuar no próximo orçamento essa escandalossissima e criminosa sangria no Thesouro. [...]

Desperdiçar não é grandeza (JORNAL DO BRASIL, ed. 289, 16 out. 1913, Grifos no original).

Na região que deu origem ao Território Federal do Guaporé, o primeiro ciclo da borracha também apresentou grande importância, a ponto de ser determinante em acontecimentos capitais para a região, tais como a construção da ferrovia Madeira – Mamoré, a fundação da cidade de Porto Velho e a Expedição Rondon.

A criação legal do município de Porto Velho aconteceu em 2 de outubro de 1914, por ato do governador do Amazonas, mas sua existência como núcleo urbano remonta a 1907, associada à construção da ferrovia Madeira – Mamoré. Relatório de 1910 do governador amazonense, coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, já fazia referência à localidade ao relatar “a inauguração, ha pouco, da telegraphia sem fios, entre Porto Velho, no rio Madeira, e a Ponta do Ismael, nesta capital, empreendimento de importância máxima, realizado pela empresa Madeira-Mamoré Railway e sem onus algum para o Estado” (AMAZONAS, 1910, p. 9).

Em outro relatório de 1911 novamente a localidade é citada nos trabalhos de definição de limites entre os estados do Amazonas e Mato Grosso. A linha divisória deveria passar pela latitude 8°48':00”, entre Porto Velho e Santo Antônio do Rio Madeira (AMAZONAS, 1911).

O relatório de 1912 traz mais informações sobre a região:

A maioria da população vive ainda da extração da gomme elastica, e uma pequena minoria no rio Madeira dedica-se ao cultivo do tabaco

e a pequena lavoura cujos productos são quasi todos consumidos em Porto Velho.

Na região existem apenas tres povoados: Porto Velho, Santo Antonio e Samuel.

O primeiro foi fundado pela Madeira-Mamoré e é o mais importante pela população constituída por empregados e operarios desta empreza; por seus edificios, casas de moradia, de officinas, depositos, etc. (AMAZONAS, 1912, p. 112).

Na região que deu origem ao Território Federal do Guaporé em 1943, o principal centro urbano era a cidade de Porto Velho, fundada em 1914 em território amazonense, na divisa com o estado do Mato Grosso. Sua origem remonta ao início da construção da EFMM, quando, por razões principalmente sanitárias, decidiu-se que o ponto inicial da ferrovia não seria mais a vila mato-grossense de Santo Antônio do Rio Madeira.

Uma das mais significativas ações da Expedição Rondon diz respeito às políticas indigenistas do governo federal no início do século XX. O território dito vazio era, na verdade, habitado por diversos povos indígenas, os quais, irremediavelmente, passaram a ter contato com o homem branco, gerando um choque entre história e pré-história, conforme diz o antropólogo Edgard Roquette-Pinto¹⁵ (1884 – 1950), na clássica obra “Rondônia: antropologia etnográfica”, editada pela primeira vez em 1917:

Os indios da Serra do Norte, no Estado de MatoGrosso, representam quiçá, neste momento, a mais interessante população selvagem do mundo.

Vivem, ainda hoje, em estado de accentuada inferioridade.

Foram surprehendidos em plena idade lithica; e, assim, foi encontrada uma civilização fóssil no coração da America do Sul.

Aqui, mais do que alhures, justifica-se a observação de Bastian, segundo a qual historia e pre-historia se confundem nas terras do Novo Mundo (ROQUETTE-PINTO, 1919, p. 2).

Nesse contexto dos primeiros contatos entre índios e brancos se insere a criação do Posto Indígena Rodolpho de Miranda¹⁶, em 1914. Situado à margem

¹⁵ O título de antropólogo é apenas um dos atribuídos a Roquette-Pinto: médico legista, professor, escritor, eugenista, etnólogo, ensaísta. Foi membro de diversas organizações: Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Ciências, Sociedade de Geografia, Academia Nacional de Medicina, Associação Brasileira de Antropologia. Participou da fundação da primeira rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, atual Rádio MEC. Em 1912 participou da Missão Rondon, oportunidade em que coletou material para o livro “Rondônia: antropologia etnográfica” (FGV CPDOC, 2009).

¹⁶ O nome do posto é uma homenagem a Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (1862 – 1943), ministro da Agricultura, Indústria e Comércio de 1909 a 1910), criador, pelo decreto 8.072 de 20 de

esquerda do rio Jamari, no atual município de Ariquemes, com uma área de aproximadamente 4.000 hectares, teve o propósito de congregar os índios dispersos da região, objetivando formar mão de obra, além de lhes impor a catequese (ALTO MADEIRA, ed. 80, 24 fev. 1918).

Quanto à formação de mão de obra, telegrama de Rondon ao ministro Rodolpho Miranda em 1910 é suficientemente esclarecedor ao relatar que os povos indígenas escolarizados, como os Parecis e os Bororós, poderiam prestar excelentes serviços na conservação e melhoria das linhas telegráficas e estradas do sertão (BRASIL, 1910, p. 11).

A catequese, por sua vez, não mais se baseava em princípios católicos, mas era voltada à formação de cidadãos trabalhadores (CAVALCANTE, 2014). Mais do que isso, manifestava-se o espírito positivista republicano, francamente defendido por Rondon no mesmo telegrama a Rodolpho Miranda: “como [...] membro da Igreja Positivista do Brazil, estou convencido de que nossos indígenas deverão incorporar-se ao Occidente sem passar pelo theologismo, e assim será mais tarde, quando o Positivismo houver triumphado sufficientemente” (BRASIL, 1910, p. 8-9).

Em contradição a esse fervor positivista de Rondon, interessa citar uma informação contida em relatório de 1909 do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas que sugere a catequese católica ao destinar para esse fim, por meio da lei orçamentária, a verba de 50:000\$ aos padres salesianos (BRASIL, 1909).

Essa resumida descrição das ações da missão Rondon voltadas aos povos indígenas não poderia ser encerrada sem a história do menino Parriba Paraquina Pioaca, da tribo Arikeme, narrada pelo próprio Rondon:

Um dos chefes, desejoso de apressar o advento da era de redempção do povo Arikeme, pedio-me que fizesse educar um dos seus filhos segundo os nossos usos e costumes. Accedendo a esse pedido, trouxe commigo o menino Parriba Paraquina Pioaca, que será incluído no quadro de educandos do Instituto Profissional S. José. Innumeras pessoas, nesta Capital, em Cambuquira e alhures, conhecem o pequeno Parriba; e quando o ouvem falar o português, tão fácil e correntemente como se houvera aprendido dos lábios maternos; quando vêem os seus *modos gentis e polidos*; quando apreciam a vivacidade de sua conversação inteligente e comedida; a *docilidade de seu genio franco e liberal*: a custo creem que há dois annos apenas, vivia ele no fundo de uma floresta virgem da nossa

junho de 1910, do “Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes”, cujo primeiro diretor foi o tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon.

Patria, fazendo parte de uma tribo de miseros selvícolas, ignorados, perseguidos e massacrados (RONDON, 1916, p. 194-197, grifos nossos).

Parriba foi depois matriculado no internato do Colégio Batista, no Rio de Janeiro, onde logo no primeiro ano conquistou o primeiro lugar em sua turma, mas morreu em seguida, vitimado pela epidemia da Gripe Espanhola (RONDON, 2019).

Não importa se inspirada por fervores positivistas ou cristãos, fato é que a desejada redenção do povo Arikem, ao qual pertencia o dócil e inteligente Parriba, com seus modos gentis e polidos, implicou a extinção daquele povo. Ao analisar a integração dos indígenas na sociedade nacional, o professor Darcy Ribeiro¹⁷ (1922 – 1997) classificou a tribo Arikem como isolada em 1900 e como extinta pouco mais de meio século depois, em 1957 (RIBEIRO, 2017).

Eis o valioso e trágico relato sobre o as consequências do contato desse povo com o homem branco:

A consequência desse contato indiscriminado e da atitude dócil daqueles índios foi sua pronta contaminação por doenças, desde a gripe até a sífilis, que provocaram violenta mortalidade, reduzindo a tribo que contava 600 pessoas a 60 apenas, em poucos anos (RIBEIRO, 2017, p. 115-116).

Certamente que o pequeno arikeme foi um dos primeiros nascidos em terras rondonienses a estudar na capital federal. Entretanto, esse incentivo à educação dos indígenas estava longe ser unanimidade na época. Eis uma crítica sarcástica publicada no jornal Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro:

De Cuyabá chega-nos noticia de S. Ex. (o interventor federal do Mato Grosso) concedeu uma pensão ao aborígene Parriba Paraquina Pioaca, que pelo nome não se perca, da tribo dos Ariketes, que se acha internado num collegio Baptista qualquer.

Se a intervenção do Sr. Camilo Soares vai por esse caminho, vai muito mal.

Quando se souber que S. Ex. Anda a distribuir pensão a índios e naturalmente a índias, vai ser um horror, porque daqui mesmo do Rio irão levar e levar de gente fantasiada de selvagem e com bons empenhos para pegar a sua “mesada”. Não haverá dinheiro que chegue e quando a intervenção acabar, o Thesouro de Matto Grosso estará exausto.

¹⁷ A biografia de Darcy Ribeiro dispensa comentários, mas merece ser citado seu ingresso no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1947, onde conheceu e colaborou com o Marechal Rondon (RIBEIRO, 2017).

Este Parriba é uma porta... O Sr. Camillo não pode protegê-lo sem estender a sua protecção a outros gentios, ávidos de instrução e quando S. Ex. deixar o Estado, será cognominado - o protector honorario dos aborigenes (GAZETA DE NOTICIAS, ed. 111, 22 abr. 1917).

Vale ressaltar que o jornal não informou que a pensão de Parriba, no valor mensal de 120 mil reis, era concedida a outros 23 estudantes, com base na lei estadual nº 531, de 4 de julho de 1910. Eram condições para o recebimento que o aluno contemplado fosse natural do Mato Grosso, tivesse concluído o ensino secundário, apresentasse boa conduta e aproveitamento nos estudos e fosse considerado pobre (MATO GROSSO, 1919).

Fotografia 3 - Estudante Parriba Paraquina Pioaca, da tribo Arikem



Fonte: Rondon (1916, p. 164).

A história de Parriba foge ao particular e representa o resultado trágico de tantos outros exemplos em que a educação serviria de “veículo da cultura e da

civilização” (AZEVEDO, 1944, p. 11). No curso da história, em inúmeros momentos e variadas regiões, este processo implicou o extermínio de “milhares de povos que antes viviam em prosperidade e alegria, espalhados por toda a terra com suas línguas e com suas culturas originais” (RIBEIRO, 2006, p. 59).

3.1.3 A criação do Território Federal do Guaporé

O Território Federal do Guaporé foi criado pelo Decreto-lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, com terras dos estados do Amazonas e Mato Grosso. Do primeiro, foi desmembrado o município de Porto Velho; do segundo, os municípios de Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará Mirim.

O projeto inicial previa que o Território fosse formado apenas por terras do estado do Mato Grosso. Entretanto, uma visita que o presidente Getúlio Vargas fez a Porto Velho em 1940 foi decisiva para incorporação do município.

3.2 Economia

A primeira riqueza da região hoje compreendida pelo estado de Rondônia foi a borracha produzida a partir da extração do látex das seringueiras. Ao mesmo tempo em que se multiplicavam as aplicações industriais desse produto, aumentavam em ritmo acelerado suas exportações, cujos primeiros registros oficiais datam de 1827, quando saíram do país 31 toneladas. De menos de 400 toneladas em 1840, a produção atingiu mais de 6 mil toneladas em 1870, um aumento superior a 1400% em três décadas (PIRES, 2000).

A tabela a seguir apresenta a evolução das exportações brasileiras de borracha no período de 1906 a 1910, comparando-as com as de café:

Tabela 3 - Exportações brasileiras de borracha e café - 1906 a 1910

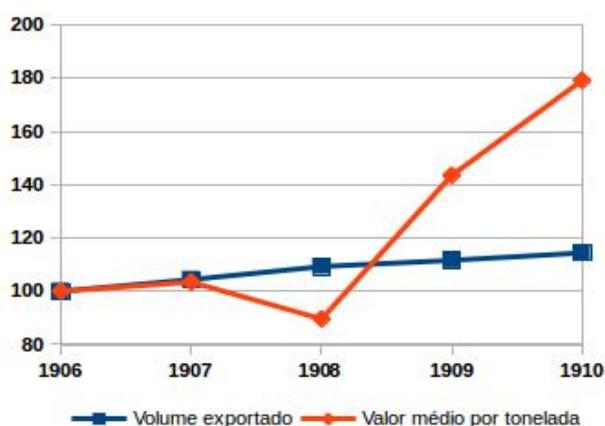
Ano	Borracha*				Café**	
	Total ¹ (mil réis)	Quant. (toneladas)	Valor (mil réis)	%	Valor (mil réis)	%
1906	799.670	34960	210.284	26,29%	418.399	52,32%
1907	860.891	36490	217.504	25,26%	453.754	52,70%
1908	705.791	38206	188.357	26,68%	368.285	52,18%
1909	1.016.590	39027	301.939	29,70%	533.869	52,51%
1910	939.413	40000	376.971	40,12%	385.493	41,03%

Fonte: Preparada pela autora com base em IBGE (2020)¹ / BRASIL (1911, p. 198)².

A análise desses dados mostra, de imediato, uma fase da história brasileira em que café e borracha eram os dois principais produtos de exportação, respondendo por cerca de 80% das receitas externas. E revela, ainda, a importância crescente da borracha para a economia do país, chegando ao ponto de, em 1910, ter o mesmo peso que o café na balança comercial.

Também é possível perceber que esse considerável crescimento nas exportações da borracha deveu-se mais ao aumento dos preços internacionais do que ao aumento da produção. De fato, entre 1906 e 1907, o volume exportado cresceu 14,4%, enquanto o valor médio da tonelada deu um salto de 79,3%. É o que procuramos ilustrar no gráfico abaixo, que, tomando o ano de 1906 como base, apresenta as evoluções de volume exportado e valor por tonelada:

Gráfico 1 - Evolução das exportações brasileiras de borracha - 1906 a 1910



Fonte: Elaborado pela autora com base em BRASIL (1911, p. 198).

Após atingir a produção recorde de 44 mil toneladas em 1911, o Brasil deixou de ser o líder mundial de produção. Como não acontecia desde 1898, a balança comercial apresentou saldo negativo e a exportação de borracha despencou de 25 milhões de libras, em 1910, para 10 milhões de libras em 1913 (PIRES, 2000).

A atividade seringalista também acontecia no alto Madeira e no vale do Jamari. A importância econômica dessas regiões pode ser medida, por exemplo, com a renda total (passageiros e carga) da companhia de navegação Lloyd Brasileiro na linha do rio Madeira em 1908: 384:983\$450 de um total de 1.011.071\$360, ou seja, 38% do faturamento total da empresa vinham do transporte de produtos originários ou destinados à região que hoje forma o estado de Rondônia (BRASIL, 1908).

Outro indicativo, mais convincente ainda, diz respeito à importância da atividade seringalista regional nas finanças públicas de Mato Grosso. Em 1920, por exemplo, as zonas produtoras cobertas pela Delegacia Fiscal do Norte (Jamari, Rio Machado, São Manoel, Tapajós, Santo Antônio do Rio Madeira, Vila Murinho e Presidente Marques) responderam por 97,6% das exportações de borracha, firmando-se como principal fonte do tesouro estadual (MATO GROSSO, 1921).

A tabela a seguir mostra os valores de exportação e arrecadação de impostos referentes à borracha no período de 1917 a 1920:

Tabela 4 - Exportações e arrecadação de impostos – Mato Grosso - 1917 a 1920

Ano	Exportações (em Mil Réis – Rs)			Impostos sobre Exportações (em Mil Réis – Rs)		
	Total	Borracha	%	Total	Borracha	%
1917	34.478	15.197	44,07%	2.702	1.564	57,88%
1918	31.160	10.200	32,73%	2.280	1.046	45,88%
1919	39.499	12.486	31,61%	3.203	1.268	39,58%
1920	30.312	8.867	29,25%	2.495	893	35,79%

Fonte: Preparada pela autora com base em Mato Grosso, 1921.

Verifica-se, na tabela acima, que as receitas de impostos sobre as exportações de borracha sofreram, entre 1917 e 1920, uma forte queda de 43%, com impacto considerável nas finanças públicas.

3.3 Sociedade

A pujança econômica do primeiro ciclo da borracha transformou a vida da região, tanto nas grandes cidades amazônicas quanto nos longínquos seringais:

O clima era de prosperidade, que se refletia nas duas capitais, mas também influenciando a vida nos acampamentos dos seringais, onde a 'casa grande' seria o 'barracão', morada em plena selva do chefe do seringal, quando não do próprio dono da terra. Há folclóricas narrativas de testemunhas oculares, sobre o conforto existente nos interiores desses barracões. [...] Qualidade de vida do mais alto nível era então observada por uma sociedade emergente, refinada no conhecimento, apurada no gosto e exigente nos costumes, que frequentava espetáculos teatrais ou musicais de consagrado valor artístico e promovia saraus nos casarões de seringalistas, onde requintados cardápios europeus eram servidos aos convidados. O que havia de melhor na Europa não faltava na Amazônia (PIRES, 2000, p. 239).

Em Belém, as pretensões culturais europeizantes eram ambiciosas, a ponto de em 1878 ter sido inaugurado o Theatro da Paz, inspirado no projeto arquitetônico do Teatro Scala, de Milão (THEATRO DA PAZ, 2015). Em 1895, foi criado o Conservatório de Música, assumindo sua direção, em 5 de junho de 1896, Antônio Carlos Gomes (1836 – 1896), o maior compositor brasileiro da época, que veio a falecer em Belém três meses depois, em 16 de setembro de 1896 (INSTITUTO ESTADUAL CARLOS GOMES, 2013). Quanto a obras de urbanização, no princípio do século XIX, o empresário Percival Farquhar (1864 – 1953) obteve a “concessão das obras do porto, além dos serviços de bondes, luz, água e esgoto” (PIRES, 2000, p. 241).

Manaus, no coração da selva amazônica, rivalizava com Belém ao também buscar traços de metrópole europeia. Em 1896 foi inaugurado o Teatro Amazonas, cujo salão nobre foi decorado pelo pintor italiano Domenico de Angelis (1853 – 1900), o mesmo que trabalhara no Theatro da Paz (TEATRO AMAZONAS, 2020). Em 1902 foram iniciadas as obras do cais flutuante pela empresa inglesa “*Manaos Harbour Limited*”, as quais foram concluídas apenas em 1919 (PORTO DE MANAUS, 2020).

Até mesmo as cidades mais afastadas das capitais promoviam espetáculos de artistas estrangeiros. Como exemplo, na jovem Porto Velho, fundada em 1914 no

Alto Madeira, na divisa do Amazonas com Mato Grosso, o jornal local anunciava: “effectivou-se segunda feira, 13 do corrente no Theatro da Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho, uma festa artistica levada a efeito pela aplaudida cantora italiana Renata Yolanda [...]” (ALTO MADEIRA, ed. 25, 16 ago. 1917).

A importância da borracha se refletia em anúncios de vendas de seringais, como o denominado “Dois de Junho, situado nas duas margens do Igarapé Ipixuma, no Municipio de Humaytha” por 5:000\$000 (ALTO MADEIRA, ed. 629, 31 mai. 1923). E, também, em elogios aos grandes seringalistas, como o “o nosso amigo Octavio Reis, importante industrial no rio Abunã, proprietário do seringal Mucuripe e membro do poder legislativo Municipal” (ALTO MADEIRA, ed. 31, 2 set. de 1917).

Não faltavam, tampouco, notícias de crimes e arruaças na crônica da sociedade, como a prisão de “José Limeira da Silva [...] acusado de ter praticado um ferimento na pessoa de Galdino Rosa de Souza, em o seringal Alliança” ou que “no seringal São Pedro [...] deu-se um barbaro e frio assassinato cometido pelo indivíduo de nome Jorge Eufrazio da Silva” (ALTO MADEIRA, ed. 17, 15 jul. 1917; ed. 19, 22 jul. 1917). Por fim, sobre o “João Furtado, sujeito de maus figados” (ALTO MADEIRA, ed. 221, 3 jul. 1919):

No seringal “Repartimento”, no rio Branco, affluente do Jacy Paraná, está trabalhando ultimamente o indivíduo João Furtado, morador no seringal “Espírito Santo”.

Outro dia, a 24 do mez ultimo, João Furtado, sujeito de maus figados, arruceiro e valentão, tentou agredir o proprietario do seringal e atacar o barracão, porque queria embarcar a viva força, num igarité da casa, conduzindo viveres, sem pagal-os.

Esse indivíduo é o mesmo que em 1914 fez diversas proesas no seringal “Massangana”, no rio Jamarý.

Outro traço da sociedade da época era a visão de que os povos indígenas eram de condição inferior e que catequizá-los constituía um dever, conforme pode ser exemplificado pelo pitoresco relato de um casamento cristão entre indígenas, em 1918, na vila em Santo Antônio do Rio Madeira:

Custava-me a crer que aquella moçoila, de feições bastante regulares, tão garbosa e apumada no seu bem acabado vestido branco, [...] sorridente, mas sem o sorriso idiota e alvar dos inconscientes, com o ar e a pose de uma rapariga nascida e creada

entre gente civilizada e de bons modos, quatro annos antes errava em plena nudez, os labios tingidos de negro em companhia dos seus irmãos da nação Ariqueme. É de ver o aplomb, a serenidade a linha de gente educada, com que se houve na cerimonia do casamento [...]. Fructos da patriotica Missão Rondon, que a foi buscar na selva com os seus irmãos, e lhe ensinou as praticas da civilisação, lhes deu professores e educadores (ALTO MADEIRA, ed. 80-B, 24 fev. 1918).

Compreendida a história, economia e sociedade, cabe agora analisar como esses elementos influenciaram a construção da Educação Escolar na região.

4 EDUCAÇÃO ESCOLAR ANTES DA CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

Nesta seção analisamos a Educação Escolar na região que deu origem ao Território Federal do Guaporé. O período investigado vai desde a Proclamação da República, em 1889, até a criação do Território, em 1943. Nesse período de pouco mais de meio século, os rumos da educação local foram ditados, principalmente durante a denominada República Velha (1889 a 1930), pelas ações dos dois governos estaduais citados em conjunto com seus respectivos municípios. Somente a partir de 1930, o governo federal passou a desempenhar um papel mais determinante na implantação de políticas nacionais de educação.

A análise da Educação Escolar nesse período está dividida em duas partes, correspondentes aos dois estados que tiveram terras desmembradas para formação do Território: Mato Grosso, de onde são destacadas as cidades de Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará Mirim, e Amazonas, com destaque para a cidade de Porto Velho, futura capital do Território.

Para encerrar a seção, é apresentada uma síntese da Educação Escolar até 1943, a fim de oferecer um diagnóstico consolidado anterior à formação do Território.

4.1 No estado do Mato Grosso

Ao analisar a Educação Escolar de Mato Grosso, serão abordadas as seguintes questões: Como o ensino estava organizado e regulamentado? Como e quanto o poder público investia? Como eram as instalações escolares?

A primeira Constituição do estado de Mato Grosso, de 1891, já tratava da instrução pública. Seu artigo 11, garantia o ensino público livre e leigo em todos os graus, bem como a gratuidade e obrigatoriedade da instrução primária. O artigo 52, por sua vez, delegava às câmaras municipais a criação, manutenção e subvenção das escolas primárias (BRASIL, 1895).

Para regulamentar essas disposições constitucionais, o presidente nomeado do Estado, Dr. Manuel José Murinho (1847 – 1917), publicou o decreto nº 10, de 7 de novembro de 1891, no qual a direção suprema do ensino era atribuída da própria presidência, enquanto a direção imediata e inspeção cabia ao diretor da instrução pública, ao conselho superior da instrução pública, aos inspetores

escolares e à congregação do Liceu Cuiabano.

Em se tratando do primeiro regulamento do estado no período republicano, vale transcrever alguns de seus pontos mais importantes:

Art. 27. O ensino do Estado de Matto-Grosso será primario e secundario.

Art. 28. O ensino primario será ministrado em escolas fundadas nas diversas localidades do Estado, conforme a população escolar de cada uma, e o secundario no lyceu da Capital.

Art. 29. O ensino primario será leigo, gratuito e obrigatorio.

[...]

Art. 30. As escolas primarias serão divididas em tres classes:

Pertencem á 3ª classe, as escolas da capital, onde haverá para cada sexo, tantas quantas forem necessarias;

Pertencem á 2ª classe, as escolas das villas ou cidades, que forem sede de comarca, onde haverá, pelo menos, uma para cada sexo;

Pertencem á 1ª classe todas as outras escolas do Estado, só podendo haver uma em cada localidade, e n'ellas se ministrará o ensino a alumnos de ambos os sexos, sob a regencia de um só professor, que será de preferencia uma senhora.

[...]

Art. 91. O ensino secundario também será leigo e ministrado no lyceu cuyabano.

Art. 92. O lyceu cuyabano tem por fim ministrar o ensino das materias exigidas para a matricula dos aspirantes aos cursos superiores da Republica.

§ Unico. Haverá um curso normal annexo ao de preparatorios, destinados á habilitação daquelles que se propuzerem á carreira do magisterio publico primario.

[...]

Art. 98. A matricula nas aulas do lyceu será facultada a alumnos de ambos os sexos maiores de 10 annos lavrado em livro especial pelo secretario da instrucção publica, declarando-se n'elle a idade, a filiação e naturalidade do matriculando, que deverá provar o pagamento da taxa em cada disciplina, ser vaccinado, não sofrer molestia contagiosa e estar habilitado nas materias do ensino primario (O MATTO-GROSSO, ed. 652, 22 de novembro de 1891; ed. 654, 6 de dezembro de 1891; ed. 655, 15 de dezembro de 1891).

Em primeiro lugar, é preciso notar que a obrigatoriedade do ensino garantida pela lei contemplava algumas exceções, previstas no artigo 80: os menores de 7 anos e maiores de 14, os que provassem habilitações nas matérias do Ensino Primário, os que servissem de arrimo a pais inválidos ou enfermos, os que tivessem impedimento físico ou moral, os que recebessem a necessária instrução no lar ou em escolas particulares.

Esse regulamento também nos revela traços de uma escola dualista: o Ensino

Primário destinado às classes desfavorecidas e o ensino secundário oferecido a uma elite que pretendia estudar nas faculdades de outras cidades.

O currículo da escola primária sugere o quão rudimentar deveria ser o ensino para esse nível: caligrafia, escrita, elementos de gramática e aritmética, compreensão do sistema métrico decimal, e noções de geografia e história. Nas escolas para o sexo feminino, é patente também a preocupação em preparar a mulher para a vida do lar, com aulas de corte e costura e prendas domésticas.

Por outro lado, o curso secundário do Liceu Cuiabano, destinado aos filhos da elite que almejavam o ensino superior em outros estados, apresentava um currículo mais extenso e profundo, com 11 disciplinas: “I. Portuguez; II. Latim; III. Francez; IV. Inglez; V. Arthmetica; VI. Geometria; VII. Algebra; VII. Geographia; IX. Historia; X. Philosophia; XI Rhetorica” (O MATTO-GROSSO, ed. 655, 15 dez. 1891).

Vislumbrava-se nessa grade curricular uma concepção humanista que caracterizava a educação brasileira desde os tempos coloniais. Entretanto, a fim de cumprir o aviso circular nº 32 de 1893, do Ministério dos Negócios Interiores, sobre mudanças nos exames preparatórios, as cadeiras de Filosofia e Retórica foram substituídas pelas de Física, Química e História Natural. O currículo, então, seguia as tendências mais recentes de valorização do ensino das ciências (MATO GROSSO, 1893).

Embora ordenado pela Constituição e pela lei ordinária, o próprio governo reconhecia a incapacidade de pôr em prática a obrigatoriedade do Ensino Primário devido, principalmente, ao fato de a população ser muito disseminada geograficamente. Até mesmo na capital o ensino obrigatório ainda não se tornara realidade, pois faltava executar um recenseamento escolar.

A ilustrar essa constatação governamental, a tabela a seguir apresenta os números de matrículas em diferentes modalidades de ensino, nos anos de 1919, 1927, 1928 e 1929:

Tabela 5 - Exportações e arrecadação de impostos – Mato Grosso - 1917 a 1920

Ano	Escolas isoladas	Grupos escolares / Escolas modelos	Liceu Cuiabano	Escola normal / Curso complementar	Total
1919	4.633	1.001	82	105	5.821
1927	4.308	2.712	215	236	7.313
1928	4.851	3.491	262	246	8.744
1929	5.334	3.391	315	145	9.185

Fonte: Preparada pela autora com base em MATO GROSSO (1920, p. 33; 34; 37), MATO GROSSO (1928, p. 134; 142), MATO GROSSO (1929, p. 92; 93) e MATO GROSSO (1930, p. 40; 41; 43; 44).

Uma análise desses números pode, a princípio, levar ao entendimento de que a instrução pública em Mato Grosso era bem-sucedida e apresentava uma expressiva expansão. Afinal, de 1919 a 1929 o número total de matrículas passou de 5.821 para 9.185, crescimento acumulado de 57,8% ou de 4,67% ao ano, superior à taxa de aumento populacional de 3,8% apurada entre 1900 e 1920¹⁸.

Entretanto, até mesmo o governo estadual duvidava dessas estatísticas ao reconhecer a dificuldade de os inspetores distritais fornecerem dados precisos para organização de um quadro estatístico das escolas públicas e particulares existentes no estado (MATO GROSSO, 1929). No caso das escolas isoladas, em particular, expressava-se uma visão mais pessimista ainda:

Escolas isoladas, temos 175, sendo 32 urbanas, 130 ruraes e 13 ambulantes. A matricula nessas escolas subiu a 5.334 alumnos, mas não acredito que a frequencia atinja sequer á terça parte da matricula e o aproveitamento dos alumnos estou certo que não corresponde ao sacrificio do Thesouro. A impossibilidade de frequentes inspecções favorece a negligencia dos docentes, estimulada já pela incompetencia, pela impropriedade das installações, pela deficiencia de material e por vários factores conhecidos (MATO GROSSO, 1930, p. 42).

Percebemos que pela inspeção ser deficitária, não havia credibilidade quanto aos números apresentados e com base nisso acreditava-se que não valia a pena o

¹⁸ Segundo os censos demográficos, a população do estado em 1900 era de 118.025 e, em 1920, de 246.612 habitantes, com crescimento médio anual de 3,8% ao ano (IBGE, 1949, p. 45).

investimento do governo na educação. Outrossim, culpabilizava também aos professores, dentre outros fatores, pela suposta baixa frequência dos alunos às aulas.

Quanto aos estabelecimentos privados, as informações se mostravam ainda mais incertas e espaçadas: em 1919, 3442 alunos, em 12 municípios; em 1922, uma quantidade que “não andar­á longe de 1.000, embora seja desconhecida a sua estatística minuciosa”; em 1928, 2111 alunos, considerados apenas os municípios de Campo Grande, Três Lagoas e Cáceres (MATO GROSSO, 1920, p. 34; MATO GROSSO, 1923, p. 37; MATO GROSSO, 1929, p. 93).

Face a essas imprecisões estatísticas, a evolução da instrução pública no estado pode ser mais bem ilustrada pelas taxas de alfabetização apuradas nos recenseamentos realizados pelo governo federal: em 1920, 36,8% da população; em 1940, 40,5%. Esse cenário, aliás, não era muito diferente do Brasil, cujos índices de alfabetização nos mesmos anos foram de 30,9% e 38,2% (IBGE, 1936; IBGE, 1949).

A análise da tabela também sugere que o ensino secundário, ministrado no Liceu Cuiabano e dirigido às elites, apresentou uma expansão mais expressiva do que a instrução primária, destinada à população em geral. Entre 1919 e 1929, as matrículas nas escolas isoladas, grupos escolares e escolas modelos aumentaram de 5.634 para 8.725, crescimento de 54,8%; no mesmo período, as matrículas no Liceu Cuiabano quase quadruplicaram, passando de 82 para 315, aumento de 284%.

Analisar como acontecia o financiamento também contribui no entendimento da Educação Escolar mato-grossense no período investigado. Para esse fim, o já citado decreto nº 10, de 7 de novembro de 1891, estabelecia a criação de um fundo escolar suprido principalmente por um “imposto de capitação [por cabeça], a razão de dous mil réis por cada contribuinte [...] indivíduos residentes no Estado que exercerem indústria, profissão ou viverem de rendimentos próprios” (O MATTO-GROSSO, ed. 655, 15 dez. 1891).

Em 1893, o imposto de capitação previsto no regulamento ainda não começara a ser arrecadado e se buscava como fonte alternativa as receitas das loterias estaduais extraídas na capital federal. Essas loterias arrecadaram, em 1892, a importância de 11 contos e eram isentas de impostos pelo Ministério da Fazenda

se seus recursos fossem aplicados na instrução pública¹⁹ (MATO GROSSO, 1893).

Na verdade, o imposto de capitação logo deixou de ser fonte de receita para a instrução pública e foi abolido pelo governo, pois, além de repugnar aos contribuintes, arrecadou, em 1902, a insignificante quantia de 50\$600 (cinquenta contos e seiscentos mil réis), sem atingir a arrecadação orçada de 100\$000 (MATO GROSSO, 1902).

Dadas essas restrições orçamentárias, algumas medidas de contenção adotadas no final do século XIX hoje soariam surreais: “tambem reduzi o pessoal da directoria da instrucção publica, emquanto perdurar a má situação financeira do Estado, ao diretor, secretario e amanuense, ficando dispensados o continuo e o porteiro” (MATO GROSSO, 1892, p. 11).

No orçamento total do estado, as despesas com a instrução pública ocupavam o segundo lugar geral, mas eram menos vultuosas do que os gastos com a força pública. Conforme a tabela abaixo, em 1916, por exemplo, 32% da receita do estado foi destinada à força pública, contra apenas 12,24% investidos na instrução pública. Somente em 1928 essas duas rubricas apresentam um relativo equilíbrio.

Tabela 6 - Comparativo de despesas Instrução Pública x Força Pública – Mato Grosso - 1916 a 1918 e 1926 a 1928

Ano	Total receita (contos de réis)	Instrução pública (contos de réis)		Força pública (contos de réis)	
		Valor	%	Valor	%
1916	4.877	597	12,24%	1.561	32,00%
1917	4.885	560	11,46%	1.170	23,95%
1918	4.967	550	11,07%	1.170	23,55%
1926	10.780	854	7,92%	1.176	10,90%
1927	16.516	923	5,58%	1.817	11,00%
1928	15.734	1.145	7,27%	1.236	7,85%

Fonte: Preparada pela autora com base em MATO GROSSO (1920, p. 114-116) e MATO GROSSO (1930, p. 111-114).

¹⁹ Sobre as loterias, previa-se a arrecadação de 50 contos em 1894, mas buscava-se o paradeiro do “cidadão Ubaldo Rodrigues Andrade Pereira”, residente na capital federal, que fora contratado para rodar as novas loterias, mas que “até as ultimas datas ainda não tinham andado á roda” (MATO GROSSO, 1894, p. 11; 12).

A ressaltar a disparidade entre gastos da instrução pública e da força pública, é interessante notar que, em 1926, foram abertos créditos complementares de 66:000\$000 (sessenta e seis contos) para vencimentos de pessoal da instrução pública, enquanto para a força pública, nas rubricas fardamento, armamento, equipamento, munição e compra e arreamento de animais, as complementações de crédito totalizaram 448:000\$000 (quatrocentos e quarenta e oito contos) (MATO GROSSO, 1930).

Eis, a seguir, uma interessante interpretação, de cunho histórico, do governo estadual, atribuindo os elevados gastos com a força pública à necessidade de combater a Coluna Prestes²⁰:

As causas do desequilíbrio financeiro, ora constatado, são faceis de descobrir. Para ele concorreram preponderantemente as despesas efectuadas pela verba de OBRAS PUBLICAS e pela de FORÇA PUBLICA, e os gastos a que o governo foi forçado em consequencia da invasão dos rebeldes de Luiz Carlos Prestes, em fins de 1926 e principios de 1927. [...] Quanto aos gastos com a invasão de Prestes, o que apparece destacadamente na divida consolidada de exercicio de 1928 é a parcella de 916:914\$120 [...] (MATO GROSSO, 1929, p. 16-17, grifos no original).

Além dos gastos diretos com a instrução pública, o erário também subvencionava instituições privadas e alunos que iam estudar em outros estados. Em 1927, por exemplo, foram destinados 10:000\$000 (dez contos) para cada um dos seguintes estabelecimentos: Ginásio Municipal de Campo Grande, Escola Comercial de Corumbá, Instituto Comercial Antônio Corrêa. No mesmo ano, a Missão Salesiana e o Liceu São Gonçalo dividiram 31:500\$000 para manutenção de 80 e 30 alunos, respectivamente, enquanto 10:800\$000 favoreceram oito estudantes mato-grossenses matriculados em cursos superiores de outros estados (MATO GROSSO, 1928).

Para concluir a análise do orçamento da instrução pública, a tabela abaixo apresenta o gasto médio por aluno nos anos de 1919 e no período de 1927 a 1929:

²⁰ Também chamada “Coluna Miguel Costa-Prestes”, foi um movimento revolucionário liderado pelos “tenentes” Miguel Alberto Crispim da Costa (1885 – 1959) e Luís Carlos Prestes (1898 – 1990), militares participantes do “Movimento Tenentista” de 1922. Por quase dois anos, de abril de 1925 a fevereiro de 1927, marchou 25000 km. por 11 estados, desde o Paraná, passando pelo Centro Oeste e Nordeste, até a deposição das armas em território boliviano. No Mato Grosso, o movimento da Coluna aconteceu no sul do estado, com combates vitoriosos na região de Ponta Porã, antes de prosseguir rumo a Goiás (FGV CPDOC, 2009).

Tabela 7 - Despesas da Instrução Pública por aluno – Mato Grosso - 1915, 1919 e 1927 a 1929

Exercício	Total da despesa (mil réis)	Número de alunos	Despesa por aluno (mil réis)
1915	541:000\$000	6.512	83\$077
1919	570:000\$000	5.821	97\$921
1927	923:000\$000	7.313	126\$213
1928	1.145:000\$000	8.744	130\$946
1929	1.077:000\$000*	9.185	117\$256

* Dados provisórios

Fonte: Preparada pela autora com base em MATO GROSSO (1916, p. 66), MATO GROSSO (1920, p. 114; 116) e MATO GROSSO (1930, p. 111-114).

Com referência ao ano de 1915, na avaliação do governo, o gasto por aluno no Mato Grosso era bastante elevado, se comparado a outros estados brasileiros e, até mesmo, a outros países:

Com a nossa instrução primaria mantida pelo Estado, gastamos $\frac{7}{3}$ da nossa receita, isto é, 541:000\$000, e como temos para as nossas escolas publicas o numero de 6.512 alumnos, segue-se que cada um custa ao Estado - 83\$077 – quociente bastante elevado, em confronto com o de diversos outros Estados da Federação e de diversas nações da Europa [...].

A quota para cada alumno, no Estado de S. Paulo, que é o mais adeantado dos da Federação e que melhor paga o seu professorado, é de 110\$000 annual para cada uma.

a Suissa, que é o paiz da Europa onde a instrução primaria é mais generalizada, despense annualmente com cada alumno, cerca de 29\$000 da nossa moéda (MATO GROSSO, 1915, p. 65-66).

Conclui-se, portanto, que um aluno mato-grossense custava quase o triplo de um estudante na Suíça, o que pode levar a uma reflexão sobre as gritantes diferenças na qualidade de ensino.

Consequência das dificuldades financeiras relatadas, as edificações escolares se apresentavam precárias. Em visita às escolas públicas primárias da capital, o próprio presidente do estado constatou que, em regra, eram mal instaladas em casas de aluguel, com salas insuficientes, algumas até sem as mais elementares condições higiênicas (MATO GROSSO, 1893).

Ao mesmo tempo, reconhecia-se a necessidade de serem construídos novos edifícios, mais apropriados ao ensino. Atribuiu-se à diretoria de obras públicas a confecção da planta de uma “construção modesta, si bem que elegante, e de custo relativamente modico [...], na medida dos recursos pecuniarios que fornecer o orçamento” (MATO GROSSO, 1893, p. 15).

A situação se repetia em outros níveis de ensino e tipos de escola. O Liceu Cuiabano carecia de um outro prédio que permitisse melhor divisão das aulas, com espaços para a secretaria, e arquivo e sala de estudo para os alunos. A Escola Normal e a Escola Modelo funcionavam em prédios alugados que não ofereciam condições higiênicas e pedagógicas satisfatórias (MATO GROSSO, 1908; MATO GROSSO, 1912).

Em 1913, os relatórios do governo já apontavam alguns avanços, como a edificação de prédio para o grupo escolar da capital e a breve inauguração do grande edifício do Liceu Cuiabano, onde também funcionariam a Escola Normal, a Escola Modelo e um Jardim de Infância (MATO GROSSO, 1913).

No exercício de 1913, foram gastos 587:284\$700 em construção, reforma ou aquisição de terrenos para prédios escolares. Desse total, cerca de 91% foram aplicados na construção do Palacio da Instrução, 170:000\$000 (cento e setenta contos), destinado ao Liceu Cuiabano, Escola Normal e Escola Modelo, e de três novos grupos escolares 366:000\$000 (trezentos e sessenta e seis contos), em Cuiabá, Corumbá e Cáceres. Apenas cerca de 36:000\$000 (trinta e seis contos) foram gastos na construção ou reforma de escolas isoladas (MATO GROSSO, 1915).

4.1.1 Em Santo Antônio do Rio Madeira e Guajará Mirim

Em Santo Antônio do Rio Madeira, na divisa entre os estados do Amazonas e Mato Grosso, a primeira escola pública foi fundada em 1913. A situação da instrução pública na vila, rotulada então como antecâmara da morte, consta em relatório do prefeito nomeado, Joaquim Augusto Tanajura (1878 - 1941):

A instrução publica primaria é ministrada, ali, em uma escola mixta, que já se acha bem installada em edificio mandado construir especialmente para esse fim. Essa escola foi inaugurada em 1º de maio do anno findo, com 48 alumnos, e no fim do anno accusava 56,

alunos, o que é, para um lugar de população reduzida e que até pouco era tido como *ante-camara da morte*, um numero bastante animador. Esta escola, porem, não satisfaz as necessidades do ensino primario em tão vasta região e de população tão disseminada (MATO GROSSO, 1914, p. 54, grifos nossos).

No mesmo relatório, Joaquim Augusto Tanajura, que alguns anos depois seria prefeito de Porto Velho, recomendava a criação de uma biblioteca, de uma escola noturna para adultos e de escolas primárias nas povoações vizinhas. Apesar de apoiadas pelos governos estadual e municipal, tais iniciativas não puderam ser concretizadas em razão da crise financeira do município, que tinha ainda de prestar os onerosos serviços próprios de uma organização administrativa recente, principalmente obras de saneamento, prioritárias ante a tantas outras (MATO GROSSO, 1914).

Pretendia-se, ainda, um colégio ou pensionato para os filhos dos seringueiros e de moradores de lugares distantes, oferecendo também instruções sobre artes e atividades rurais. Não era, entretanto, um serviço que o poder público pretendia oferecer gratuitamente; dada a crise financeira advinda, principalmente, da queda da produção de borracha na região da Delegacia Fiscal do Norte, cogitava-se, então, subvencionar os religiosos salesianos:

Lembra o Sr. Prefeito, tendo-se em vista os resultados obtidos entre nós pela Congregação Salesiana, nesse mistér, e como meio mais facil de se chegar a este resultado, de se dar para esse fim, á dita congregação, uma subvenção que auxilie as despesas do pensionato que ali ella se proponha a fundar e, pelo menos, até que o mesmo possa ser custeado com a sua propria renda. Seria, realmente, pelo menos da actualidade, o caminho mais facil, seguro e economico, de se diffundir a instrucção por tão dilatados dominios, dada a dedicação e habilidade desses missionarios para esse mistér (MATO GROSSO, 1914, p. 54).

No cenário de restrições orçamentárias, a instrução pública era particularmente afetada. Situação análoga à de Mato Grosso, em 1913, sua despesa na região foi de 3:773\$086 (três contos, setecentos e setenta e três mil e oitenta e seis reis), um décimo dos gastos com a força pública, de 38:206\$428 (trinta e oito contos, duzentos e seis mil e quatrocentos e vinte e oito reis); no saneamento da vila, prioridade do governo, foram aplicados 30:000\$000 (trinta contos de reis). Essa relação de gastos desfavoráveis à educação se acentuou em 1914: na instrução,

3:375\$000 (três contos, trezentos e setenta e cinco mil reis); na força pública, 98:665\$905 (noventa e oito contos, seiscentos e sessenta e cinco mil e novecentos e cinco reis); no saneamento, 34:500\$000 (trinta e quatro contos e quinhentos mil reis) (MATO GROSSO, 1914; MATO GROSSO, 1915).

O desequilíbrio de gastos entre instrução pública e segurança pode ser melhor entendido na tabela a seguir:

Tabela 8 - Comparativo de despesas Instrução Pública x Força Pública – Delegacia Fiscal do Norte – Mato Grosso (1913 a 1919)

Ano	Total receita (réis)	Instrução pública (réis)		Força pública (réis)	
		Valor	%	Valor	%
1913	1.985:988\$788	5:055\$886	0,25%	110:194\$377	5,54%
1914	1.717:189\$186	5:675\$000	0,33%	119:100\$148	6,93%
1915	1.800:200\$827	3:648\$000	0,20%	128:525\$067	7,13%
1916	1.939:790\$332	3:600\$000	0,18%	107:119\$711	5,52%
1917	1.685:200\$510	4:694\$661	0,27%	120:279\$089	7,13%
1918	1.127:220\$769	11.260\$000	0,99%	132:252\$290	11,73%
1919	1.344:916\$415	13.680\$000	1,01%	133:768\$340	9,94%

Fonte: Preparada pela autora com base em MATO GROSSO (1920, p. 135-136).

Em 1918, por exemplo, 11,07% da receita de Mato Grosso foi destinada à instrução pública, enquanto no norte do estado esse percentual representou apenas 0,99%. Mais ilustrativo ainda, o gasto com fardamento da tropa aquartelada na região: 14:680\$654 (quatorze contos, seiscentos e oitenta mil e seiscentos e cinquenta e quatro reis) foi maior do que com toda a instrução pública: 11:260\$000 (onze contos e duzentos e sessenta mil reis).

Notícias veiculadas na imprensa e relatórios governamentais revelam que as preocupações locais no início do século XX ainda não priorizavam a instrução pública, mas recaíam principalmente em questões como saúde, comunicação e fixação de divisas interestaduais.

No tocante à instrução pública, os primeiros anos na região são caracterizados por uma situação de abandono, conforme denunciava o artigo

publicado em 1917 no recém-fundado jornal Alto Madeira:

Problemas regionaes - fronteira matto-grossense: A instrucção primaria, como base essencial á vida da região, se resume numa escola mantida na séde do Municipio, como um favor extraordinario concedido a toda uma população que contribue com cerca de dois mil contos para o erario publico do Estado, manifestação eloquente e positiva de que pode viver independente á custa do seu esforço próprio (ALTO MADEIRA, ed. 19, 22 jul. 1917).

Essa crítica era especialmente dirigida ao presidente do Mato Grosso, o general Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, qualificado pelo jornal como “philosopho administrativo, cuja passagem pelo governo do Estado, é uma lembrança bem amarga” (ALTO MADEIRA, ed. 19, 22 jul. 1917). A quantia de cerca de dois mil contos certamente se referia ao total dos impostos recolhidos pela Delegacia Fiscal do Norte 1.939:790\$332 (um mil, novecentos e trinta e nove contos, setecentos e noventa mil e trezentos e trinta e dois reis) em 1916, conforme já apresentado em tabela anterior.

A retratar esse abandono da instrução pública, os resultados dos exames escolares em Santo Antônio do Rio Madeira se mostravam sofríveis. De 67 alunos que frequentaram as aulas no ano de 1914, apenas 8 estavam aptos para realização dos exames, cujas bancas foram presididas pela professora Constança Pestana Pires, com a participação do dr. Joaquim Augusto Tanajura, prefeito do município, do sr. Salustiano Alves Corrêa, intendente geral e do sr. José Pereira Brandão, agente fiscal estadual interino:

A Escola Publica de Santo Antonio do Rio Madeira [...] vae dando soffríveis resultados, apezar das difficuldades [...] com que lucha a professora, em vista do grande numero de alumnos. É assim que no anno passado, tendo a dita Escola uma frequencia media de 67 alumnos, sendo 35 do sexo masculino e 32 do feminino, foram em 12 de Dezembro, apresentados a exame 8 alumnos aptos nas disciplinas do primeiro grão, consistentes em leitura, escripta, as quatro operações arithmeticas e elementos de gramatica portugueza; sendo aprovados com distincção 2 do sexo masculino e 2 do feminino e plenamente 3 do sexo masculino e 1 do feminino (MATO GROSSO, 1915, p. 44).

De 1918 vem informação sobre a criação de uma escola mista no vale do Jamari, no interior da Colônia Indígena Rodolpho de Miranda, com 19 meninos e 10

meninas matriculados. Além do curso primário, eram oferecidas lições de prendas e de costura. A imprensa da época não economizava elogios à inteligência e devoção da senhorita Aline Girão de Oliveira, professora da escola:

É merecedora de todos os encomios essa digna preceptora, muito jovem ainda que, como uma excepção de regra na sua idade, abandonou os centros civilizados para dedicar-se a uma missão patriótica e elevada em pleno interior do paíz, provendo a educação dos nossos pequenos selvícolas (ALTO MADEIRA, ed. 80, 24 fev. 1918).

Em 1925, onze anos após sua criação, a escola mista da colônia ampliou o seu ensino com o reestabelecimento das aulas de prendas, com frequência de 13 alunas, enquanto nas aulas primárias estavam matriculadas 15 indígenas (BRASIL, 1925).

Com relação a localidades situadas ao longo da EFMM, mensagem do governo mato-grossense de 1915 à Assembleia Legislativa cita a verba de 16:000\$000 (dezesesseis contos de reis) aplicada, em 1913, na rubrica identificada genericamente como construção de escolas em Vila Murtinho (MATO GROSSO, 1915).

Em outro relatório de 1919 é informada a autorização para criação de escolas em Generoso Ponce, Vila Murtinho, localidades ao longo da estrada de ferro, e Guajará Mirim, ponto final da ferrovia, localidade que será analisada em separado (MATO GROSSO, 1919).

Entretanto, cabe questionar se essas construções foram realmente realizadas, ou mesmo se foram criadas escolas públicas na região, pois o jornal Alto Madeira criticava em junho de 1921:

A 18 foi iniciada a construcção do predio que servirá de quartel ao destacamento local e cadeia publica. É este um motivo para darmos agradecimentos ao governo mato-grossense [...].
Todavia, lamentamos profundamente não haver aquelle governo mandado construir annexo a este predio, um outro para que nelle funcionasse a escola publica do Estado [...].
Que olhem as autoridades deste Estado para os nossos filhos aqui entregues á ignorancia. Temos aulas particulares, porem não temos elementos e nem os paes de famílias podem sustentar seus filhos em aulas pagas. Necessitamos uma escola publica para os pobres, pois aqui ha grande numero de crianças que não receberam ainda o batismo da instrucção (ALTO MADEIRA, ed. 422, 5 jun. de 1921).

Antes disso, em Vila Murtinho, em 6 de maio de 1918, o capitão Guilherme Bessa, encarregado da agência fiscal, inaugurou a Escola Barão do Rio Branco, curso primário gratuito com 15 alunos. Na falta de recursos públicos, foram encenadas uma comédia teatral e uma apoteose ao Barão do Rio Branco, sendo arrecadados 632\$000 (seiscentos e trinta e dois mil reis) para aquisição de mobília e livros (ALTO MADEIRA, ed. 109, 6 jun. 1918; ed. 112, 16 jun. 1918).

Ainda de 1918, também no percurso da ferrovia, há registros sobre a existência de uma escola pública na vila de Presidente Marques, regida pela professora Satyra Tapajós. Em seus exames, segundo noticiado, a banca examinadora, presidida pelo dr. José de Mendonça Lima, reuniu-se na sala do posto fiscal e foram avaliados dez alunos com grau 10, cinco com grau 9, dois com grau 8 e um com grau sete (ALTO MADEIRA, ed. 67, 10 jan. 1918).

Em 1927, são citadas escolas públicas nas cidades de Mato Grosso (3 urbanas e 2 rurais, total de 131 alunos) e em Santo Antônio do Rio Madeira (1 urbana e 5 rurais, sem informação do número de matrículas). Nesta última, as escolas estavam situadas na sede do município (uma mista), em Guajará Mirim (uma mista e outra masculina) e nas povoações de Rodolpho de Miranda, Simões Lopes, Presidente Marques e Generoso Ponce (MATO GROSSO, 1928).

4.2 No estado do Amazonas

Mensagem do governador do estado do Amazonas à Assembleia Legislativa, em 1894, cita a existência de 105 escolas primárias públicas, 22 na capital e 83 no interior, sobre as quais é feito o seguinte diagnóstico das instalações:

Muito deixam a desejar as casas escolares, quer na capital quer no interior [...]. É insuficiente, em geral, o material de ensino. Para prover do necessario material ás escolas da capital acabo de fazer a aquisição dos indispensaveis aparelhos e utensilios para a pratica do ensino intuitivo (AMAZONAS, 1894, p. 14; 15).

Das 22 escolas da capital, apenas 4 funcionavam em prédios apropriados, com as devidas prescrições higiênicas e de ensino, providas do material técnico indispensável. No interior, apenas algumas escolas dispunham de material de ensino adequado. Na maioria dos casos, os prédios eram mal localizados, de difícil acesso

para a população e sem as condições higiênicas e pedagógicas necessárias. Relatório do governo solicitava aos deputados estaduais recursos para construção de edifícios apropriados e melhoramento das condições materiais (AMAZONAS, 1896).

No ensino secundário, o edifício do Ginásio Amazonense passava por modificações, uma vez que ficara ao abandono pela falta de limpeza e de reparos e seus gabinetes de física e química estavam pessimamente acomodados. Ainda não fora possível dotá-lo com a mobília necessária, situação que se estendia à Escola Normal (AMAZONAS, 1898).

Apesar desse cenário sobre as más condições materiais, há também informações pontuais que sugerem instalações bastante satisfatórias, como as do Instituto Benjamim Constant, destinado a meninas órfãs. Seu prédio se caracterizava pelo gosto artístico e elegância, era bem mobiliado, dotado de gabinetes de física, química e história natural, além de espaços para a prática de ginástica e outros trabalhos pedagógicos. Comportava cem alunas e a direção satisfazendo as mais rigorosas exigências higiênicas e pedagógicas (AMAZONAS, 1896, p. 12).

É interessante notar a atenção dada a esse instituto voltado à educação feminina, onde em dezembro de 1898, foram constatadas 4 mortes por enfermidade. Médicos higienistas investigaram os óbitos e concluíram “pela salubridade do edifício, não achando n’ele nem no seu regimen as causas do morbus” (AMAZONAS, 1899, p. 16). O estado, então, promoveu a compra de uma chácara no bairro Cachoeira Grande para servir de local de diversões ao ar livre.

Em relatório da Inspeção Escolar de 1910 sobre a saúde dos alunos, já se destacavam avançadas preocupações com os prédios escolares, os quais deveriam contemplar, além das exigências estéticas, também orientações de higiene. Sobre isto, reproduzia-se uma opinião espirituosa e instigante de Louis Émile Javal (1839 – 1907)²¹: “Os higienistas não pretendem dar aos architetas licções de arte decorativa; não será razoável portanto que estes consintam em se deixar dirigir pelos medicos em materia de Hygiene?” (AMAZONAS, 1910, p. 193).

²¹ Oftalmologista francês, nascido em 3 de maio de 1839, Paris; morreu em 20 de janeiro de 1907, Paris. Em 1878, fundou o *Laboratoire d'ophtalmologie* na Universidade de Sorbonne em Paris e foi seu diretor até 1900. Desenvolveu com seu aluno, Hjalmar August Schiøtz (1850-1927) o oftalmômetro com o nome deles; com o aluno Marius Hans Erik Tscherning (1854- 1939) a colaboração com os estudos dos problemas de óptica e astigmatismo. Disponível em: <https://www.whonamedit.com/doctor.cfm/3043.html>. Acesso em: 22 fev. 2020.

As preocupações médicas sobre os prédios escolares eram das mais diversas naturezas, contemplando, por exemplo: o isolamento das construções próximas; a iluminação da sala que fosse uni ou bidirecional, mas que mesmo o ponto mais sombrio fosse bastante claro; a “cubagem de ar”, adequada ao número de crianças, para evitar a propagação de doenças; as carteiras e cadeiras, proporcionais à estatura das crianças, sendo a mesa “inclinada de 15° a 18°”; os livros, impressos em caracteres de legibilidade, preferencialmente de corpo 14, em papel suficientemente espesso para que a impressão não seja percebida no verso (AMAZONAS, 1910, p. 193-205).

Essas recomendações surpreendem por terem sido feitas há mais de um século em uma das regiões mais longínquas do Brasil, mas à luz de referenciais teóricos de estudiosos europeus da época, como Herman Cohn, Phelippe Tissié, I. Dufestel, Labit, Polin, Burgestein e o já citado Louis Émile Javal. Para melhor ilustrá-las, vale transcrever alguns dos pontos do relatório:

Além de confortavel, ampla, illuminada, hygiencia enfim, deve ser bella e attrahente, porque a escola moderna, com a perda do seu character de espantallo [...] precisa reunir avultado conjunto de atractivos, que seduzam, prendam e impressionem agradavelmente a creança. [...]. Além disso é embaraçada a liberdade dos movimentos respiratorios, e o modo porque se deve exercer esta funcção durante os trabalhos escolares merece especial cuidado do hygienista. O eminente dr. Phelippe Tissié, estudando as relações intimas da educação physica, com a educação intellectual, resume em duas leis de psycho-dinamica [...]. A primeira [...]: ‘a intensidade da attenção está na razão inversa da intensidade da respiração’. Por isso os professores suecos costumam determinar aos seus alumnos das escolas primarias, exercicios de respiração, no curso da licção ou do estudo, quando percebem que a fadiga intellectual lhes diminue o poder de attenção (AMAZONAS, 1910, p. 196, grifos no original).

Em 1914, novamente se destacavam as preocupações com as instalações escolares, cujas construções, segundo relatório da direção geral da Instrução Pública, “parece que [...] foram entregues á proficiência dos ‘mestres de obras’”, sem o concurso dos médicos higienistas. Então, “o resultado não podia ser outro: escolas mal orientadas, outras sem cubagem sufficiente, quasi todas collocadas em ponto de maior movimento e de barulho, todas ellas sem pateo, sem jardim e muito menos largos espaços cobertos” (AMAZONAS, 1914, p. 172, grifos no original).

Em uma vistoria a prédios escolares, o grupo escolar Marechal Hermes foi rotulado como “a corôa de todos esses dispausterios - [...] INPERDOAVEL POR TER SIDO CONSTRUIDO MODERNAMENTE”, mas sem observar os “cuidados hygienicos, compactiveis com a pedagogia moderna” (AMAZONAS, 1914, p. 172, grifos no original).

Nada menos do que 29 recomendações foram enumeradas no relatório da Instrução Pública, muitas das quais não atendidas. Citemos apenas algumas que melhor ilustram as minúcias do zelo pretendido pelo poder público:

- 1° – Exposição a E (leste), com predominancia para a direção N.E. (nordeste) nos climas quentes;
[...]
- 5° – Um descanso por cada 14 ou 15 degráos, altura maxima de cada degráo 16 centímetros;
[...]
- 8° – Todas as portas devem abrir para fóra (prevenção - panico, incendio, etc.);
- 9° – Toda porta de classe (acceno) deverá sempre estar entre a cadeira do professor e os bancos onde se acham os alumnos;
[...]
- 13° – Superficie da classe 1,^m25 para cada alumno;
[...]
- 20° – Water closets [...]. Numero de W.C. na Bélgica 1/25 rapazes – 1/15 meninas; na Allemanha 1/40 rapazes – 1/25 meninas; na França 1/25 creanças. No grupo Marechal Hermes 1 para todas as classes!!!. A differença entre os W.C. para meninas é que a parte anterior deve ser talhada em fórmula de ferradura para evitar o contato: vulvite, parasitas, etc. etc. A quasi totalidade destas medidas foi criminosamente sacrificada! (AMAZONAS, 1914, p. 172-173).

Da região sul do estado, na bacia do rio Madeira, as notícias sobre a Educação Escolar se referem aos municípios de Humaitá e, principalmente, Porto Velho.

Em Porto Velho, jovem cidade fundada há 3 anos, os números do balancete da Superintendência Municipal referentes ao primeiro semestre de 1917 sugerem uma situação de abandono: da receita total de 91:901\$826 (noventa e um contos, novecentos e um mil e oitocentos e vinte e seis reis), apenas 0,27%, 250\$000 (duzentos e cinquenta mil reis) foi gasto com a única escola pública municipal existente. Esse valor era 24 vezes menor do que os 6:000\$000 (seis contos de reis) registrados como subsídio ao superintendente (ALTO MADEIRA, ed. 16B, 12 jul. 1917). A Educação Escolar em Porto Velho será melhor analisada mais adiante.

Em Humaitá, município instalado em 1890, o cenário parecia mais satisfatório, conforme relatos publicados no jornal “O Madeirense”, cuja primeira edição data de 1º de março de 1918, cujo propósito era ser “órgão do governo municipal [...] pregoeiro legítimo dos interesses do Município” (O MADEIRENSE, ed. 1, 1º mar. 1918).

A serem exatas as palavras do jornal, a instrução pública na cidade era:

[...] incontestavelmente, uma página gloriosa. Talvez porque este rincão fadado para melhor futuro, teve a ventura de abrigar em seu seio, duas professoras diplomadas [...]. A instrução já não é difundida com a lamentável indiferença que se constituía em costume quase que em todo o Estado. Obediente ao methodo seguro de pedagogia [...] (O MADEIRENSE, ed. 1, 1º mar. 1918).

Sobre as escolas em funcionamento no município de Humaitá, interessa citar a do povoado de Cachoeira do Samuel, que em 1943 passou a fazer parte do Território Federal do Guaporé. Criada pela Portaria Municipal 85, de 17 de setembro de 1917, assinada pelo superintendente Anselmo Tinoco, foi regida pela senhorita Agostinha Ignacia Monteiro e já acusava frequência de mais de 40 alunos (ALTO MADEIRA, ed. 104, 19 mai. 1918; O MADEIRENSE, ed. 14, 2 jun. 1918).

4.2.1 Em Porto Velho

A Educação Escolar em Porto Velho necessita de análise mais acurada, pois a cidade, além de ser o principal centro urbano da região, tornou-se capital do futuro Território Federal do Guaporé.

Como primeira notícia identificada na imprensa local dirigida explicitamente à educação, anunciava-se a importância de uma campanha contra o analfabetismo, ressaltando-se que a cidade já possuía uma sociedade organizada para empreender esse combate. Entretanto, o breve relato a seguir sugere que as ações concretas nesse sentido partiam mais de iniciativas privadas do que do poder público:

De iniciativa particular, existe já o Externato Nossa Senhora das Neves, dirigido pela exma. sra. d. Maria das Neves Palmeira Bastos de Góes, digna professora aposentada e que está prestando um relevante serviço á população, com esse bello exemplo. Soubemos que o illustre moço João Monte, pretende em breve fundar um curso nocturno, onde rapazes empregados do commercio e distrahdos

durante o dia em outros misteres profissionaes, possam receber a instrucção precisa. [...] a Associação Instructiva, Recreativa e Beneficente, está egualmente no mesmo proposito [...] (ALTO MADEIRA, ed. 7, 20 mai. 1917).

Apesar das visíveis carências na instrução primária, é possível notar iniciativas particulares com o ensino bilíngue, como o propósito de fundar uma escola noturna de curso superior para as línguas francesa e inglesa, “pelos operosos moços Aristarcho Almeida e José Alves de Araújo, auxiliares do commercio em nossa praça, [...] sob a direcção da competentissima professora de línguas, madame Marie Canet”, bem como o oferecimento do ensino de Inglês pelo professor londrino Albert de Winton Jones (ALTO MADEIRA, ed. 37, 23 set. 1917; ed. 58, 9 dez. 1917).

Da parte do poder público, ainda em 1917, a Superintendência Municipal criou uma escola na povoação de Fortaleza do Abunã, para a qual foi nomeado professor o major José Pedro de Campos Júnior, que também era o delegado de polícia da localidade. Em janeiro de 1918, há a informação de 17 alunos matriculados, com regular frequência e bom aproveitamento, havendo interesse do professor na maior difusão do ensino na localidade (ALTO MADEIRA, ed. 18, 19 jul. 1917; ed. 77, 14 fev. 1918).

No dia 14 de dezembro de 1917, o superintendente municipal Joaquim Augusto Tanajura, acompanhado de uma extensa comitiva, visitou a escola de Fortaleza do Abunã. No discurso narrado pelo menino Raymundo Guedes da Costa, em nome das crianças, insinuava-se uma espécie de culto à pessoa do superintendente: “é tudo isso que nós, as crianças deste povoado devemos a v.exc. [...] e cumprimos o sagrado dever de abençoar o vosso nome por todo o sempre”. As palavras de outro orador, o dr. José de Mendonça Lima, médico na localidade de Presidente Marques e citado em 1921 como inspetor escolar no noroeste do Mato Grosso, conclamavam o espírito patriótico: “a idéa da patria devia ser a nossa mais viva e palpitante preocupação de espirito” (ALTO MADEIRA, ed. 62, 23 dez. 1917).

Contudo, a carência do orçamento da instrução pública era gritante, a ponto de a verba destinada à escola de Fortaleza do Abunã ter sido remanejada para reabertura da Escola Mista Municipal de Porto Velho, cuja regência foi entregue à normalista Alice Borges por meio da Portaria 88 de 16 de julho de 1917 (ALTO

MADEIRA, ed. 18, 19 jul. 1917; ed. 46, 25 out. 1917).

Em se tratando de uma reabertura, sugere-se que essa escola municipal fora criada pelo primeiro superintendente, major Fernando Guapindaia Souza Brejense (1873 – 1929), cuja administração foi de 1915 a 1916. Na educação, com a “Lei n.º 5 de 15 de março de 1915, aprovou a criação da Escola Municipal “Jonathas Pedrosa”, a primeira escola pública de Porto Velho” (LIMA, 2014, p. 1, grifos do autor).

A solenidade de inauguração aconteceu quatro meses depois e a professora nomeada foi a filha do Superintendente, que disse em 15 de setembro de 1915: “a escola é frequentada presentemente por 40 crianças de ambos os sexos, que ali recebem as luzes da instrução, ministrada pela professora senhorita Tevelina Guapindaia” (CANTANHEDE 1950, p. 219).

Sobre a Lei Municipal que criou a Escola “Jonathas Pedrosa” em Porto Velho, foram encontradas três datas para a sua promulgação; “Lei nº 5 de 10 de março de 1915” (CANTANHEDE, 1950, p. 219), “Lei nº 5 de 15 de março de 1915” (LIMA, 2014, p. 1) e, a dissertação sobre a Educação Escolar no Território Federal do Guaporé cita a Lei Municipal número 5, de 28 de julho de 1915, como o respectivo ato oficial (GOMES, 2007).

A Escola Mista Municipal contava, em agosto de 1917, 25 matrículas, sendo 16 meninas e 9 meninos, com frequência média de 18 alunos; no mês seguinte, já eram 44 crianças, 33 do sexo feminino e 11 do masculino, frequência média de 24 alunos. Para seu funcionamento, na falta de um prédio próprio, a superintendência municipal adaptou uma sala de um dos prédios da EFMM, cedida por seu gerente, o sr. W. J. Knox Little (ALTO MADEIRA, ed. 46, 25 out. 1917).

No balancete do município em 1917, foi escriturada a verba de 832\$500 (oitocentos e trinta e dois mil e quinhentos reis) aplicada nessa primeira escola municipal. Mais uma vez chama a atenção a disparidade em relação a outros gastos; por exemplo: na recepção ao bispo do Amazonas, foram gastos 2:347\$000 (dois contos e trezentos e quarenta e sete mil); com o serviço sanitário, abertura de ruas, horto municipal e limpeza pública, 20:490\$209 (vinte contos, quatrocentos e noventa mil e duzentos e nove reis); com sustento a presos pobres, 1:149\$000 (um conto e cento e quarenta e nove mil reis) (ALTO MADEIRA, ed. 70, 20 jan. 1918).

A professora Alice Borges elaborava, para a Superintendência Municipal,

interessantes quadros de avaliação dos alunos, nos quais constava a frequência, um resumo das notas (classificadas em ótimas, boas, suficientes, medianas e péssimas) e o comportamento do aluno (ALTO MADEIRA, ed. 44, 18 out. 1917; ed. 51, 11 nov. 1917). A ilustração a seguir apresenta um desses mapas, para o mês de outubro de 1917:

Figura 11 - Frequência, aplicação e comportamento da Escola Pública Municipal de Porto Velho – outubro de 1917

Mappa mensal da frequência, aplicação e comportamento dos alumnos da Escola Publica Municipal de Porto Velho, regida pela professora Alice Borges, durante o mez de Outubro de 1917.

N.º de ordem	NOMES	Grão	Faltas	RESUMO DAS NOTAS					TOTAL	Comportamento
				Opt.	B.	Soff.	M.	Pes.		
1	Maria do Carmo Lima	2º	1		10	6			16	Optimo Bom " " "
2	Americo Oliveira	2º			9	5	3		17	
3	Carlyle Soares Braga	1º	10		4	2	1		7	
4	Cleyd Soares Braga	1º	9	1	6	1			8	
5	Cremild Soares Braga	1º	0		8				8	
47	Firno Mattos da Silva	1º	1		10	6			16	"
48	Severino da Silva Campello	1º	3		4	7	3		14	"
49	Nazila Jorge	1º	1		10	6			16	"
50	Zuleide Gomes	1º	5		3	7	2		12	"
51	Aleina Lina da Silva	1º	3		8	4	2		14	"
52	Raymunda Freire Aguiar	1º			11	6			17	"
53	Alzira Raymunda de Oliveira	1º			5	6			11	"
54	Rosalina Leal	1º	1		4	5	1		10	"
55	Dulcinéa Silva	1º	1		3	6	1		10	"
	Somma transportada da folha anterior								357	
	Somma total.								733	

Observações - Dias uteis 17. - Frequência mensal 733. - Frequência media 42.
Porto Velho, 5 de Novembro de 1917.
A professora, Alice Borges.

Fonte: ALTO MADEIRA (11 nov. 1917).

Embora admitido o empenho da municipalidade em resolver os problemas da instrução pública, apelos também eram feitos ao diretor de Instrução Pública do estado do Amazonas, dr. José Francisco de Araújo Lima (1884 – 1945), para criar, com urgência, escolas públicas em Porto Velho, a cidade que “mais tem progredido no Amazonas [...], prova da iniciativa laboriosa de sua população” (ALTO MADEIRA, ed. 21, 29 jul. 1917).

Com efeito, em sessões dos dias 10 e 21 de agosto, a Assembleia Legislativa amazonense aprovou projeto do deputado José da Costa Crespo para a abertura de uma escola mista em Porto Velho. Na mesma ocasião, o governador Pedro de

Alcântara Bacellar, (1875 – 1927) prometia a criação de mais uma escola estadual. Na expectativa de o governo cumprir tais promessas, o superintendente municipal pensava transferir a verba da escola municipal para difundir mais intensamente os cursos elementares noturnos para adultos e crianças que não pudessem frequentar as aulas diurnas (JORNAL DO COMMERCIO, ed. 4772, 11 ago. 1917; ed. 4782, 22 ago. 1917; ALTO MADEIRA, ed. 46, 25 de outubro de 1917).

Em 25 de dezembro de 1917, foi inaugurada a Escola Noturna Satyro Dias, a primeira de instrução elementar destinada aos adultos e mantida pela Caixa Escolar Municipal (ALTO MADEIRA, ed. 62, 23 dez. 1917). A tendência de os professores serem “colhidos numa grande variedade de meios profissionais” observada em nível nacional no primeiro quartel do século XX (AZEVEDO, 1944, p. 430), também era constatada nessas iniciativas. Assim, o primeiro professor da escola noturna foi João do Monte, jornalista e poeta, que, convocado por sorteio ao serviço militar, foi substituído, em 1918, por Manoel Affonso dos Santos Junior, advogado e oficial do Registro Civil (ALTO MADEIRA, ed. 62, 23 dez. 1917; ed. 84-B, 10 mar. 1918; ed. 110, 9 jun. 1918).

Cearense de família ilustre, João do Monte era muito presente nas atividades culturais de Porto Velho, mais inclinado à boemia do que ao magistério, segundo se entende na notícia de seu falecimento: “[...] uma eterna corda de risos [...] cultivava as musas com inspiração, mas que nada deixou de duradouro, devido a sua organização infensa ao estudo accurado e proveitoso, elemento indispensavel ao bom exito nas luctas da intelligencia”. Curioso é que 9 meses depois, sua morte foi desmentida; estaria vivo e são, trabalhando na Gazeta de Notícias (ALTO MADEIRA, ed. 423, 9 jun. 1921; ed. 507, 30 mar. 1922).

Finalmente, no dia 10 de fevereiro de 1918 foi instalada a primeira escola pública estadual. À cerimônia de inauguração, acontecida no salão da escola noturna, compareceram as pessoas proeminentes da sociedade local: Joaquim Augusto Tanajura, superintendente municipal; Juventino Lins Themudo, juiz de direito; Martinho Ribeiro Pinto, juiz municipal, e Jorge Severiano Ribeiro, promotor público. Sua primeira professora foi a normalista Alice Borges, que até então lecionava na escola municipal (ALTO MADEIRA, ed. 76, 10 fev. 1918).

Alice Borges era filha do coronel Francelino Ferreira Borges, rico industrial no rio Purus, no sul do Amazonas. Formou-se com distinção em 1916 na Escola Normal

de Manaus e fez estágio na escola Coelho Netto, onde foi designada para substituir interinamente a professora regente (ALTO MADEIRA, ed. 978, 7 nov. 1926; JORNAL DO COMMERCIO, ed. 4248, 20 fev. 1916; ed. 4526, 30 nov. 1916).

Em 1917, era professora da primeira escola municipal e, em 1918, o governo do Amazonas a nomeou para a recém-criada escola estadual de Porto Velho, onde já atuava interinamente desde os últimos meses de 1917. Desde 1920 até 1929 são encontrados registros sobre faltas e licenças por razões de saúde; por exemplo, em 1924, dois anos de licença não remunerada. Aposentou-se em 1947, na condição de professora de segunda classe (ALTO MADEIRA, ed. 63, 27 set. 1917; ed. 74-A, 3 fev. 2018; JORNAL DO COMMERCIO, ed. 5637-A, 11 jan. 1920; ed. 7338, 29 out. 1924; ed. 14.450, 28 mai. 1947).

Devia ser formosa a professora Alice Borges, pois ficou em terceiro lugar, com 294 votos, em concurso de beleza promovido pelo jornal Alto Madeira em 1917. A vencedora foi a srta. Maria de Lourdes, a Liquinha, com 1332 votos (ALTO MADEIRA, ed. 40, 4 out. 1917), mas o sr. José Camargo Lima, justificando seu voto, enaltecia a beleza da professora com versos do poeta argentino José Mármol (1817 – 1871):

Mujeres de tez morena, / y ojos de negra pupila, / que com azul aureola / qual negro diamante brilla / y cuando mira, parece / que la mirada suspira; / diciendo que está em el alma / la tentacion escondida (ALTO MADEIRA, ed. 32, 6 set. 1917).²²

No esforço de combater o analfabetismo, outras iniciativas aconteceram ao longo dos anos de 1917 e 1918. Na sede do município de Porto Velho, o sr. João de Vasconcellos instalou um curso primário no bairro da Favela. O sr. José Cruz abriu uma escola primária noturna em sua própria residência, na rua General Osório (ALTO MADEIRA, ed. 58, 9 dez. 1917; ed. 100, 5 mai. 1918).

Aliás, de população pobre e com grande número de crianças desprotegidas, o bairro da Favela parecia constituir preocupação especial. Ali, a Superintendência do município prometera instalar uma segunda escola noturna para atender a grande número de operários (ALTO MADEIRA, ed. 21, 29 jul. 1917; ed. 60, 16 dez. 1917; ed. 62, 23 dez. 1917).

Pela lei nº 70 de 18 de outubro de 1918, a Intendência Municipal autorizou a

²² O poema completo pode ser consultado em MÁRMOL (1889, p. 240).

criação nesse bairro da Escola Mista Municipal Eduardo Ribeiro. O artigo 2º, da lei enfatizava a preocupação de a nova escola ser regida por uma professora normalista:

Essa escola deverá ser regida por uma professora diplomada pelo Estado do Amazonas, ou por qualquer outro Estado da União na falta daquela, e somente na falta absoluta destas poderá ser regida por uma pessoa de reconhecida competência que perceberá apenas o ordenado estabelecido na respectiva lei orçamentaria (ALTO MADEIRA, ed. 149, 24 out. 1918).

A criação da Escola Eduardo Ribeiro também mostra a intenção da Superintendência Municipal em oferecer uma alternativa ao ensino da escola estadual, a qual se mostrava distante e custosa aos moradores mais pobres do bairro da Favela:

Gente pobre, a que ali reside, era penoso sacrificio aos paes dessas creanças envial-as á Escola Estadual, situada no bairro da Madeira-Mamoré. Não só pela grande distancia a que está a mesma situada, como tambem pelo facto de lhes ser preciso arranjar melhor vestuario para seus filhos. Por esse ultimo motivo numerosas creanças se acham privadas dos beneficios sem par da instrucção. O que agora o acertado acto dos srs. intendentos do Municipio lhes vem facilitar (ALTO MADEIRA, ed. 150, 27 out. 1918).

A reforçar a dificuldade das pessoas mais pobres manterem seus filhos, mesmo em uma escola pública e gratuita, devido à exigência de vestuário oneroso, vale citar anúncio da casa comercial “Au Bon Marché”, que acabara de receber “um variado sortimento de fazendas o que se pode desejar de fino e chic”, com destaque para a “*etamine* azul marinho para o fardamento das alumnas da Escola Municipal” (ALTO MADEIRA, ed. 22, 2 ago. 1917).

Algumas notícias da imprensa local demonstravam o interesse por questões educacionais, como o recebimento da revista de pedagogia e literatura **O Ensino**, publicada em Belém (ALTO MADEIRA, ed. 125, 01 ago. 1918). Ou, fazendo lembrar os professores de Língua Portuguesa que frequentam as mídias atuais, discutia-se, com bom humor, se o “advérbio melhor substitue a locução mais bem” (ALTO MADEIRA, ed. 193, 27 mar. 1919).

Acontecimento de grande importância em Porto Velho foi a instalação do Grupo Escolar Barão do Solimões. A primeira informação sobre esse fato data de 14

de junho de 1925: “Por comunicação radiographica [...] sabemos que o Exmo. Sr. Dr. Interventor acaba de crear um Grupo Escolar para esta cidade, serviço importantíssimo que lhe fica a dever o nosso Município” (ALTO MADEIRA, ed. 832, 14 jun. 1925). Interessante saber que a cidade vizinha de Humaitá, também no Amazonas, já possuía um Grupo Escolar desde maio de 1918 (ALTO MADEIRA, ed. 99, 2 mai. 1918).

Em 18 de julho de 1925, o interventor federal do Amazonas, Alfredo Sá (1878 – 1960) enviou radiograma ao Superintendente de Porto Velho, Joaquim Augusto Tanajura, confirmando a decisão: “Tenho praser comunicar haver decretado criação Grupo Escolar ahi constituído tres cadeiras” (ALTO MADEIRA, ed. 843, 23 jul. 1925).

Apesar de atribuída a um ato benemérito do interventor federal, o Regimento da Instrução Pública do Estado dispunha que cabia ao município, e não ao estado, construir um prédio sede para o Grupo Escolar. Porém, não havia recursos para a obra, pois o orçamento municipal apresentava uma dívida superior a 20 contos, além de já estar em andamento a onerosa conclusão do Mercado Público (ALTO MADEIRA, ed. 845, 30 jul. 1925).

Na tentativa de superar esse obstáculo, em 27 de julho de 1925 foi editado o Decreto Municipal número 49, que, após diversas considerações prévias, abria uma subscrição pública patrocinada pela Caixa Escolar do município com o fim específico de construir um edifício para funcionamento do Grupo Escolar.

Com a data de 28 de julho, a Portaria Municipal número 287 designou uma comissão de cidadãos para prover os recursos e fiscalizar a obra. Dela faziam parte: dr. Arthur Virgílio Carmo Ribeiro, juiz de direito da comarca; Arthur Napoleão Lebre, presidente da Intendência Municipal; Octávio Reis, industrial e intendente; José Centeno, da firma J. G. Araújo; Francisco Alves Erse, engenheiro; coronel Prudente Bogéa de Sá, guarda-livros da EFMM.

A partir de então, eventos foram organizados para arrecadação de fundos. Em 6 de agosto, por exemplo, a Superintendência promoveu uma festa no Parque Municipal, destacando-se a encenação da peça “O mestre escola” por alunos da Escola Municipal Dr. Jonathas Pedrosa (ALTO MADEIRA, ed. 847, 6 ago. 1925). A venda de ingressos, chá, sorvete, vatapá e tacacá e o leilão de uma galinha e doces arrecadaram Rs. 394\$200 (trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reis) para a

construção do Grupo Escolar (ALTO MADEIRA, ed. 849, 13 ago. 1925).

Antes disso, no dia 1º de agosto de 1925, a comissão constituída escolheu o local para erguimento do edifício. Pelo seu valor histórico, vale transcrever a notícia:

No sabbado ultimo [...] a commissão resolveu mais escolher naquelle mesmo dia o local em que deverá ser construído o referido edificio e, tendo percorrido após a sessão, o planalto da cidade, no trecho compreendido entre as ruas Pedro Segundo e Carlos Gomes, deu preferencia aos terrenos que fazem esquina com as ruas Pedro Segundo e José Bonifacio, mais apropriados para o fim collimado (ALTO MADEIRA, ed. 847, 6 ago. 1925).²³

Em instalações provisórias, no pavilhão da Sociedade Beneficente Portuguesa, na rua Duque de Caxias (ALTO MADEIRA, ed. 850, 16 ago. 1925), foi finalmente inaugurado o Grupo Escolar Barão do Solimões, no dia 19 de agosto de 1925. Presidiu a cerimônia o “illustre sr. Dr. Gentil Bittencourt, digno secretário da Directoria Geral da Instrução Publica [...] por um ato benemerito do Sr. Dr. Alfredo Sá” (ALTO MADEIRA, ed. 851, 20 ago. 1925).

A primeira diretora do Grupo Escolar foi “senhorinha” Nathalia de Miranda Queiroz. O relato detalhado da cerimônia relaciona os presentes, inclusive alunos e professores das escolas então existentes em Porto Velho: Municipal Dr. Jonathas Pedrosa; estaduais, regidas por dona Leontina Santos e dona Laura Arraes de Lima Brasil; Infantil Abílio Borges; municipais, dirigidas por dona Miguelina Noronha e senhorinha Gilda Botelho; escolas particulares, regidas por dona Anna Alves dos Santos e sr. João Guimarães, que proferiu um discurso (ALTO MADEIRA, ed. 852, 23 ago. 1925).

João Guimarães era um imigrante português, enfermeiro no Hospital da Candelária, que mantinha às suas expensas uma escola rural no bairro Bate Estaca, quilômetro 5 da EFMM:

[...] no bairro suburbano de Bate Estaca, uma escola rural. Naquelle logar, o snr. João Guimarães, dando um bello exemplo de altrhuismo, vem mantendo às suas expensas e sob a sua direcção uma escola elementar a que deu o nome de Marechal Hermes, prestando assim um benemerito serviço á instrucção publica. Modesto empregado do Hospital de Candelaria, onde executa o seu serviço á noite, [...] (ALTO MADEIRA, ed. 859, 17 set. 1925).

²³ É interessante observar que, mesmo sendo inaugurada em 1940, a sede do Grupo Escolar foi construída no local escolhido em 1º de agosto de 1925.

Após a inauguração do Grupo Escolar, o diretor geral da Instrução Pública, dr. Gentil Bittencourt, visitou essa escola particular e providenciou a criação de uma escola rural oficial na localidade.

Essas ações certamente guardavam interesses políticos. Na eleição para governador do estado em 1925, todos os 145 votos apurados em Porto Velho foram dados ao candidato do Partido Republicano do Amazonas, Ephigênio Ferreira de Salles (1877 – 1939). Na mesma ocasião, o superintendente municipal, Joaquim Augusto Tanajura, foi eleito deputado estadual, recebendo 116 votos (ALTO MADEIRA, ed. 873, 5 nov. 1925).

Menos de dois anos após inaugurado, o Grupo Escolar recebeu a ilustre visita do escritor Mário de Andrade, relatada no livro **O turista aprendiz**, durante sua viagem pelo nordeste e norte em 1927. A bordo do navio Vitória, chegou a Porto Velho em 11 de julho, após desembarcar em Santo Antônio do Rio Madeira, no Mato Grosso, “na mesma margem, no outro estado do Brasil, a meia hora do olhar” (ANDRADE, 2015, p. 156).

É prazeroso ler sobre os riscos da atracagem, quando até mesmo as gaivotas ganhavam voz: “as boas das gaivotas logo perceberam a maluquice e abriram numa gritaria danada ‘Tem praia’, ‘Tem praia’ nos avisando” (ANDRADE, 2015, p. 155-156).

Foi recepcionado por “uma escola pública, com a professora num estado maravilhoso de elegância gorduchinha, coisa linda!”. No dia 15, voltando de visita à Guajará-Mirim e à Bolívia, reclamando do calor da terra, foi às “visitas obrigatórias... Hospital da Candelária. Recepção festiva do Externato Tobias Barreto junto com o Grupo Escolar Barão do Solimões, discursos, recitativos” (ANDRADE, 2015, p. 156-163).

Contudo, as listas de subscrições e os eventos promovidos desde 1925 não foram suficientes para erigir a sede definitiva do Grupo Escolar. A construção somente foi concluída em 1940 pela EFMM, dirigida então pelo major Aluísio Ferreira, que viria a ser o primeiro governador do Território Federal do Guaporé (ALTO MADEIRA, ed. 2418, 4 ago. 1940).

Passados 15 anos desde sua criação e funcionamento em sedes provisórias, as pessoas presentes à inauguração, acontecida em 1º de agosto, não eram as mesmas de 1925: Bohemundo Alvares Affonso, era o prefeito de Porto Velho; Aluísio

Ferreira, o diretor da EFMM; professora Ilse Willians Borges, a diretora do Grupo Escolar.

A seguir, uma foto da sede definitiva do Grupo Escolar Barão do Solimões, ainda em funcionamento:

Fotografia 4 - Grupo Escolar Barão do Solimões



Fonte: Museu da Memória Rondoniense (2018).

4.3 Síntese da Educação Escolar até 1943

Para melhor entendimento da Educação Escolar no período anterior à criação do Território, quando a região ainda era dividida entre os estados do Mato Grosso e Amazonas, são apresentados a seguir um mapa com a distribuição das escolas identificadas nas pesquisas realizadas, ainda que não citadas no texto da tese, e um quadro sinótico com informações básicas dessas escolas:

Quadro 1 - Escolas identificadas na região entre 1908 à 1943

Ano	Localização	Escola	Fonte / Comenários
1908	Mato Grosso (sede)	1ª Escola Pública na Vila de Mato Grosso	(MATO GROSSO, 1908, p. 21).
1913	Santo Antônio do Rio Madeira (sede)	Escola Pública de Santo Antônio do Rio Madeira	(MATO GROSSO, 1915, p. 44).
1914	Mato Grosso (povoação Guaporé)	2ª Escola Pública na Vila de Mato Grosso	MATO GROSSO, 1915, p. 44).
1914	Santo Antônio do Rio Madeira (Vale Jamari)	Escola Pública em Rodolpho de Miranda	JAM (24 fev.1918).
1915	Porto Velho	Escola Pública Municipal Dr. Jonathas Pedrosa	(CANTANHEDE, 1950). (LIMA, 2014).
1917	Porto Velho	Escola Noturna Satyro Dias	JAM (16 dez. 1917).
1917	Porto Velho	Externato Nossa Senhora das Neves	JAM (20 mai. 1917).
1918	Porto Velho (São Domingos sede de um seringal)	Escola Noturna	JAM (07 fev. 1918).
1918	Porto Velho	1ª Escola Pública Estadual	JAM (10 fev. 1918).
1918	Porto Velho	Escola Ordem e Progresso	JAM (05 dez. 1918).
1918	Porto Velho	Escola do Sr. José Cruz	JAM (05 mai. 1918).
1918	Santo Antônio do Rio Madeira (Presidente Marques)	Escola Pública de Presidente Marques	JAM (10 jan.1918).
1918	Humaitá (Rio Jamary)	Escola Mixta em Cachoeira de Samuel	JAM (18 mai. 1918).
1918	Santo Antônio do Rio Madeira (Villa Murinho)	Escola Barão do Rio Branco (Privada)	JAM (6 jun.1918).
1918	Porto Velho (Bairro Favella)	Escola Mista Municipal Eduardo Ribeiro	JAM (27 out.1918).
1919	Santo Antônio do Rio Madeira (Jacy Paraná)	Escola Mista Sete de Setembro (Municipal)	JAM (18 jun.1919).

Ano	Localização	Escola	Fonte / Comenários
1920	Porto Velho	Escola Prática do Operário (privada)	JAM (29 abr.1920).
1921	Porto Velho (Bairro Favella)	Escola Pestalozzi (Irmã Cárita) (privada/beneficente)	JAM (09 jan.1921; 30 jan.1921)
1921	Santo Antônio do Rio Madeira (Guajará Mirim)	Escola Noturna (Privada / Beneficente)	JAM (21 abr.1921)
1921	Santo Antônio do Rio Madeira (Villa Murtinho)	Escola Nossa Senhora das Graças (Privada)	JAM (3 ma.1921).
1922	Porto Velho (Fox do Igarapé dos Milagres)	Escola do Sr. Joaquim Antônio Cardoso (Privada)	JAM (26 fev.1922).
1922	Porto Velho	Escola Noturna para o proletariado (Sociedade Beneficente de Artistas e Operários)	JAM (13 abr.1922).
1922	Santo Antônio do Rio Madeira (Guajará Mirim)	Escola Paulo Guajará	JAM (12 jan. 1922).
1922	Santo Antônio do Rio Madeira (Guajará Mirim)	Escola Pública	JAM (19 mar.1922).
1923	Porto Velho	Escola Barroso (Privada)	JAM (07 jan.1923).
1923	Porto Velho	Escola Primária Mista Tenreiro Aranha (Privada)	JAM (14 jan.1923).
1923	Porto Velho	Escola anexa à Igreja Batista (Privada)	JAM (21 jan.1923).
1923	Porto Velho	Escola Oswaldo Cruz	JAM
1923	Santo Antônio do Rio Madeira (Guajará Mirim)	Escola para o Sexo Masculino (Privada)	JAM (11 fev.1923).
1925	Porto Velho	Escola Rio Branco	JAM (15 jan.1925).
1925	Porto Velho	Escola Mista Ruy Barbosa	JAM (22 jan.1925).
1925	Santo Antônio do Rio Madeira (Guajará Mirim)	Escola Cezário Corrêa (Privada / Beneficente)	JAM (15 fev.1925). Mantida pelo Cel. Paulo da Cruz Saldanha.

Ano	Localização	Escola	Fonte / Comenários
1925	Santo Antônio do Rio Madeira (Guajará Mirim)	Instituto Paulo Saldanha	JAM (23 abr.1925); (3 mai.1925).
1925	Porto Velho	Grupo Escolar Barão do Solimões	JAM (16 ago.1925; 23 ago. 1925).
1925	Porto Velho	Escola de Alfabetização “Dr. Abílio Borges”	JAM (28 jun.1925).
1925	Porto Velho (Bate Estacas, km 5)	Escola Rural Marechal Hermes (Privada, tornou-se pública)	JAM (17 set.1925).
1925	Porto Velho (Fortaleza do Abunã)	Escola Cel. José de Resende (Privada)	JAM (11 out.1925).
1926	Porto Velho (Fortaleza do Abunã)	Escola Mista Joaquim Nabuco (Privada)	JAM (29 ago.1926).
1926	Santo Antônio do Rio Madeira (Guajará Mirim)	Escola Pública Estadual do sexo masculino	JAM (09 set.1926).
1930	Porto Velho (Fortaleza do Abunã)	Escola Coelho Netto	JAM (13 fev.1930).
1930	Porto Velho (Fortaleza do Abunã)	Escola Rural Estadual	JAM (13 fev.1930).
1931	Santo Antônio do Rio Madeira	Escola Mista Estadual	Documento de Instrução Pública APMT (1931).
1933	Guajará Mirim	Colégio Santa Terezinha (Prelazia de Guajará Mirim)	(DUTRA, 2010).
1936	Santo Antônio do Rio Madeira (Presidente Marques)	2ª Escola Rural Estadual	Delegacia Fiscal do Norte - Guajará-Mirim 19 de junho de 1936
1938	Porto Velho	Escola Aluízio Ferreira	JAM (29 jun.1938). (CANTANHEDE, 1950).
1938	Guajará-Mirim (Forte Príncipe da Beira)	Escola Rural Mista Capitão General Cáceres	JAM (29 jul.1938).
1938	Porto Velho	Escola Madeira Mamoré	JAM (21 set.1938).

Ano	Localização	Escola	Fonte / Comenários
1938	Porto Velho Fortaleza do Abunã	Escola Plácido Serrano	JAM (20 nov.1938).
1939	Santo Antônio (Jacy Paraná)	Escola Santos Dumont (Beneficente)	(DUTRA, 2010).
1939	Santo Antônio (Presidente Marques)	Escola Noturna (Privada)	(DUTRA, 2010).
1940	Porto Velho (Bom Será)	Escola Mista Gustavo Armbrust (Municipal/Cruzada Nacional da Educação)	JAM (15 mai.1940).
1940	Porto Velho	Escola Oswaldo Cruz	JAM (04 fev.1940).
1940	Porto Velho	Escola Dr. Joaquim Augusto Tanajura	JAM (04 fev. 1940).
1940	Porto Velho (Povoado de Santa Izabel, Rio Candeias)	Escola Primária mista Oswaldo Cruz	JAM (14 jul. 1940).
1941	Porto Velho (São José)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Nova Esperança)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Núcleo Anthenor Navarro)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Missão de São Francisco)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Sobral)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Bomfim)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Ilha do Sabiá)	Escola de Emergência	JAM (04 mai. 1941).

Ano	Localização	Escola	Fonte / Comenários
1941	Porto Velho (Conceição de Galera)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Ilha dos Periquitos)	Escola de Emergência (Estadual)	JAM (04 mai.1941).
1941	Porto Velho (Huêporanga)	Escola Primária Mista Duque de Caxias (Municipal / Cruzada Nacional de Educação / Subvencionada a 3ª Companhia Independente de Fronteiras com (180\$000 mensais)	JAM (27 abr.1941).
1941	Porto Velho (Ilha dos Periquitos)	Escola Primária Mista Getúlio Vargas (Municipal)	JAM (27 abr.1941).
1941	Porto Velho	Escola Progresso (Ensino Primário e secundário) (Privada)	JAM (03 set.1941).
1942	Porto Velho	Escola Landry Sales (Subvencionada pelos funcionários da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Porto Velho)	JAM (15 abr.1942).
1942	Porto Velho	Escola Dr. Arthur Lacerda Pinheiro (Privada)	(CANTANHEDE, 1950).

Fonte: Elaborado pela autora.

5 EDUCAÇÃO ESCOLAR APÓS A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL

Nessa seção é analisada a Educação Escolar de 1943, quando foi criado o Território Federal do Guaporé, até 1961, ano em que foi sancionada a primeira LDB, a Lei 4.624, de 20 de dezembro.

Nesse meio tempo, em 1956, a denominação passou a ser Território Federal de Rondônia, mas sem consequências nas ações governamentais. Doravante, então, referir-nos-emos à unidade federativa tão somente como “Território”.

No campo da Educação Escolar, o grande desafio do Território nesse período foi promover a organização do ensino segundo as Leis Orgânicas decretadas na década de 1940: do Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073, de 30/01/1942); do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244, de 09/04/1944); do Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141, de 28/12/1943); do Ensino Primário (Decreto-lei 8.529, de 02/01/1946); do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530, de 02/06/1946) e do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613, de 22/08/1946).

Na falta de uma legislação consolidada, o que somente viria a existir com a LDB de 1961, essas seis leis formaram um conjunto integrado que norteou a política educacional brasileira ao longo das décadas de 1940 e 1950. Antes de 1943, as políticas educacionais na região eram conduzidas pelos estados do Mato Grosso e do Amazonas e pelos governos municipais. Poucas eram as ações do governo federal, que somente passou a desempenhar um papel mais decisivo nos rumos da educação brasileira a partir do governo de Getúlio Vargas.

Com a criação do Território, a responsabilidade de organizar e administrar a Educação Escolar passou ao governo territorial, com o suporte da União, principalmente INEP. Ainda assim, o apoio parecia insuficiente, conforme admitia o próprio ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Sousa Campos: “A União deixará, de uma vez por todas [...] a situação contemplativa em que viveu até agora no setor do Ensino Primário e tomará todas as medidas ao seu alcance para que a escola do povo chegue a um maior número de brasileiros” (ALTO MADEIRA, ed. 2985, 14 abr. 1946).

Consequência dessas circunstâncias, o Território assumiu quase integralmente a gestão da área educacional, em lugar dos municípios. A ilustrar esse fato, no primeiro semestre de 1947 a cidade de Porto Velho dispendeu na verba

“Educação Pública” apenas Cr\$6.038,40 (seis mil, trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos), ou seja, 0,43% de sua despesa orçamentária total (ALTO MADEIRA, ed. 3121, 7 set. 1947). Comparativamente, era um valor menor do que a subvenção de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) concedida ao Instituto Dom Bosco pelo Decreto Territorial número 73, de 28 de abril de 1948.

Situação semelhante ocorria na cidade de Guajará Mirim, pois das despesas orçadas para 1949 (Cr\$1.232.100,00), apenas Cr\$30.000,00, ou 2,43% do total, se referiam à educação, dos quais Cr\$24.000,00 eram para auxílio ao Instituto Nossa Senhora do Calvário, instituição particular, e Cr\$6.000,00 para a caixa escolar (ALTO MADEIRA, ed. 3329, 12 jan. 1949).

Ao longo desse processo podem ser identificados três situações distintas em relação à Educação Pública, que serão analisadas a seguir: um período de indefinições; as ações de organização; as ações de consolidação.

Ao período que rotulamos como “de indefinições”, estão associados os dois primeiros governos; as ações de organização aos três seguintes e as de consolidação, aos últimos oito governos, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Governadores do Território Federal Guaporé/Rondônia – 1943 a 1962

Nome	Início	Fim	Meses
Aluísio Pinheiro Ferreira	01/11/43	07/02/46	27
Joaquim Vicente Rondon	07/02/46	31/10/47	10
Frederico Trotta	31/10/47	09/06/48	8
Joaquim de Araújo Lima	09/06/48	22/02/51	32
Petrônio Barcelos	22/02/51	07/02/52	12
Jesus Burlamaqui Hosannah	07/02/52	18/11/53	21
Ênio dos Santos Pinheiro	18/11/53	13/07/54	8
Paulo Nunes Leal	13/07/54	04/04/55	9
José Ribamar de Miranda	04/04/55	14/10/56	18
Jaime Araújo dos Santos	14/10/56	06/11/58	23
Paulo Nunes Leal	06/11/58	18/03/61	26
Abelardo Alvarenga Mafra	18/03/61	13/09/61	6
Ênio dos Santos Pinheiro	13/09/61	03/07/62	10

Como é possível perceber, foram gestões relativamente curtas, certamente dificultando a continuidade dos trabalhos entre uma administração e outra; seis delas não completaram 1 ano e apenas três excederam a 2 anos.

Primeiro governador do Território, Aluísio Pinheiro Ferreira nasceu no Pará em 1907. Participou do Movimento Tenentista no Pará e, desertando em 1924, refugiou-se no Vale do Guaporé, onde trabalhou em seringais até dezembro de 1927. Em 1928, entregou-se ao comando da Região Militar de Belém, cumprindo pena pela deserção até março de 1929. Reintegrado ao Exército, o marechal Rondon o convidou para a Comissão das Linhas Telegráficas, assumindo a chefia do distrito de Santo Antônio do Rio Madeira em janeiro de 1930. Desempenhou importante papel na nacionalização da EFMM e na criação do Território. Concluído seu governo, foi deputado federal pelo Território de 1947 a 1964, quando se afastou da política. Faleceu no Rio de Janeiro em 1980 (FONSECA, 2019).

Joaquim Vicente Rondon (1900 – 1979), segundo governador do Território, nasceu em Cuiabá e era sobrinho do marechal Rondon. Foi nomeado governador por indicação de Aluísio Ferreira. Entretanto, já no exercício do governo, ambos se tornaram adversários. Cumpriu mandato de deputado federal, também pelo Território, de 1954 a 1959 (RONDÔNIA, 2021).

5.1 Um período de indefinições: de 1943 a 1947

Esse período se estende pelos dois primeiros governos do Território e sua análise compreenderá duas etapas: uma síntese da situação educacional herdada pelo Território e as ações promovidas pelos dois governadores no campo da Educação Escolar.

5.1.1 Situação da Educação Escolar herdada pelo Território

Quando da instalação do Território, as escolas existentes na região eram escassas e enfrentavam graves problemas de estrutura física e pedagógica. O ensino básico era inacessível a muitas crianças e os seus responsáveis cobravam ao poder público a instalação de escolas próximas ao local de moradia.

Esse era um quadro herdado do período anterior e pode ser mais bem ilustrado pelas estatísticas referentes à população analfabeta dos municípios

amazonenses e mato-grossenses que formaram o Território, conforme tabela a seguir, gerada com dados do censo demográfico de 1940:

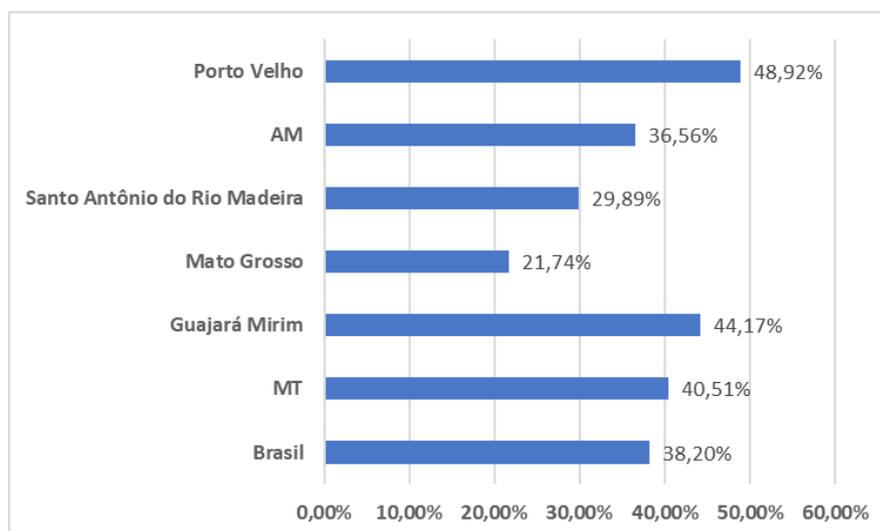
Tabela 9 - População que sabia ler e escrever nos municípios formadores do Território Federal do Guaporé – censo de 1940

Município	População acima 5 anos de idade	Sabem ler e escrever	
		Quantidade	%
Guajará Mirim	5.216	2.304	44,17%
Mato Grosso	2.584	562	21,74%
Santo Antônio do Rio Madeira	12.644	3.780	29,89%
No estado do Mato Grosso	362.268	146.780	40,51%
Porto Velho	7.184	3.515	48,92%
No estado do Amazonas	366.245	133.934	36,56%
No Brasil	34.796.665	13.292.605	38,20%

Fonte: Preparada pela autora com base em IBGE (1950); IBGE (1952a); IBGE (1952b).

Em resumo, Guajará Mirim e Porto Velho apresentavam percentuais de alfabetização superiores à média nacional, enquanto os demais municípios se situavam abaixo do índice brasileiro. É o que o gráfico a seguir demonstra:

Gráfico 2 - População que sabia ler e escrever nos municípios formadores do



Fonte: Preparado pela autora com base em IBGE (1950); IBGE (1952a); IBGE (1952b).

Embora os números sugiram um cenário mais otimista do que o do restante do Brasil, a taxa de analfabetismo era consideravelmente elevada. É, portanto, nesse contexto que a melhoria da Educação Escolar demandava ações urgentes e eficazes das três esferas do governo e, também, de iniciativas particulares.

Outros dados valiosos constam no jornal “A Manhã”, do Rio de Janeiro, em março de 1945, ao comparar as situações da Educação Escolar antes e depois da criação do Território:

Tabela 10 - Comparativo Educação Escolar – 1943 / 1944

	1943	1944	Variação
Unidades escolares	28	24	-15,3%
Professores	39	55	+41,0%
Matrículas (geral)	1.313	1.939	+47,7%
Matrículas (efetiva)	527	1.902	+60,9%
Matrículas (efetiva) por Professor	13,5	34,6	+156,3%
Frequência (número absoluto)	408	1.667	+308,5%
Frequência (%)	31%	86%	-

Fonte: Preparada pela autora com base em A MANHÃ (ed. 1094, 4 mar. 1945).

A tabela mostra que o expressivo incremento do número de alunos, tanto em relação a matrículas efetivas (+60,9%) quanto à frequência (+308,5%), não foi acompanhado do aumento da quantidade de professores (apenas +41%). Em outros termos, a frequência de alunos foi multiplicada por 4, enquanto a nomeação de novos professores foi inexpressiva.

Consequência desse cenário, em 1943 havia uma média de 13 alunos por professor, mas essa relação mais do que dobrou no ano seguinte, com 35 alunos para cada docente. São números que indicam a expansão do ensino sem o correspondente fortalecimento da estrutura escolar.

Prenunciava-se, assim, o grande problema da Educação Escolar nos primeiros anos do Território: a carência de professores para atender a necessidade de expansão do Ensino Primário.

5.1.2 Ações no campo da Educação Escolar

O quadro a seguir apresenta os principais acontecimentos referentes à Educação Escolar nos dois primeiros governos do Território, os quais fundamentarão a análise das ações praticadas no campo da Educação Escolar:

Quadro 3 - Acontecimentos referentes à Educação Escolar – 1943 a 1947

Governador	Acontecimentos
Aluísio Pinheiro Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> - Sugestão de plano de ensino apresentada pelo INEP ao governo territorial em 1944; - Definição das finalidades do órgão territorial responsável pela área de educação por Decreto Federal de 1945. - Criação do Ginásio D. Bosco, pela Congregação Salesiana, em 1946.
Joaquim Vicente Rondon	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório do governo territorial, referente ao ano de 1946, enviado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1947; - Respostas a questionário do INEP em 1947; - Metas traçadas para o Plano Nacional de Valorização da Amazônia em 1948.

Fonte: Preparado pela autora.

Ao iniciar seu mandato, Aluísio Ferreira solicitou ao INEP a elaboração de um “Plano Geral para os Serviços de Educação do Território Federal”, no que foi atendido prontamente pelo presidente do órgão, Manoel Bergström Lourenço Filho (1897 – 1970), um dos nomes mais influentes do movimento da Escola Nova (GOMES, 2007).

A solicitação do plano está noticiada na imprensa do Rio de Janeiro, apenas dez dias após a posse de Aluísio Ferreira:

Esteve em visita ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação, o sr. major Aluisio Ferreira, governador do Território do Guaporé, que ali se demorou no exame de várias questões referentes à organização do ensino na nova unidade administrativa (A MANHÃ, ed. 719, 10 de dez. de 1943).

E sua elaboração pelo INEP, na forma de um estudo preliminar, é notícia no mesmo jornal quarenta dias depois:

Por solicitação do major Aluísio Ferreira, governador do Território do Guaporé, preparou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, um *estudo preliminar* para a organização geral dos serviços educacionais nesse Território (A MANHÃ, ed. 800, 19 de jan. 1944, grifo nosso).

Do plano educacional, ou “estudo preliminar”, são destacadas as seguintes recomendações:

- a) estabelecimento de um órgão central para administração dos serviços da educação;
- b) levantamento da situação escolar, a fim de se proceder a conveniente revisão da rede escolar e ao planejamento de seu gradativo desenvolvimento;
- c) criação de um Centro de Ensino Primário em toda povoação que apresentasse pelo menos 10 crianças em idade escolar, exercendo esse centro ampla ação social, não só ministrando instrução primária às crianças mas também aos adolescentes e adultos, divulgando ainda todos os conhecimentos que pudessem interessar ao desenvolvimento da comunidade;
- e) estabelecimento de um plano de construções escolares;
- f) criação de “colônias escolas” em centros de produção rural com o objetivo de dar adequada orientação aos trabalhadores do campo e suas famílias, e ainda outras sugestões envolvendo aspectos mais minuciosos (INEP, 1947).

Em cumprimento a esse plano, foi criado o Departamento de Educação (DE), pelo Decreto Territorial número 2, de 25 de fevereiro de 1944 (GOMES, 2007), inserido em uma estrutura. Em 23 de julho de 1945, o Decreto-lei 7.772 redefiniu a organização administrativa do Território Federal do Guaporé e o departamento deu lugar à Divisão de Educação (DE)²⁴, com as seguintes finalidades listadas no artigo 7:

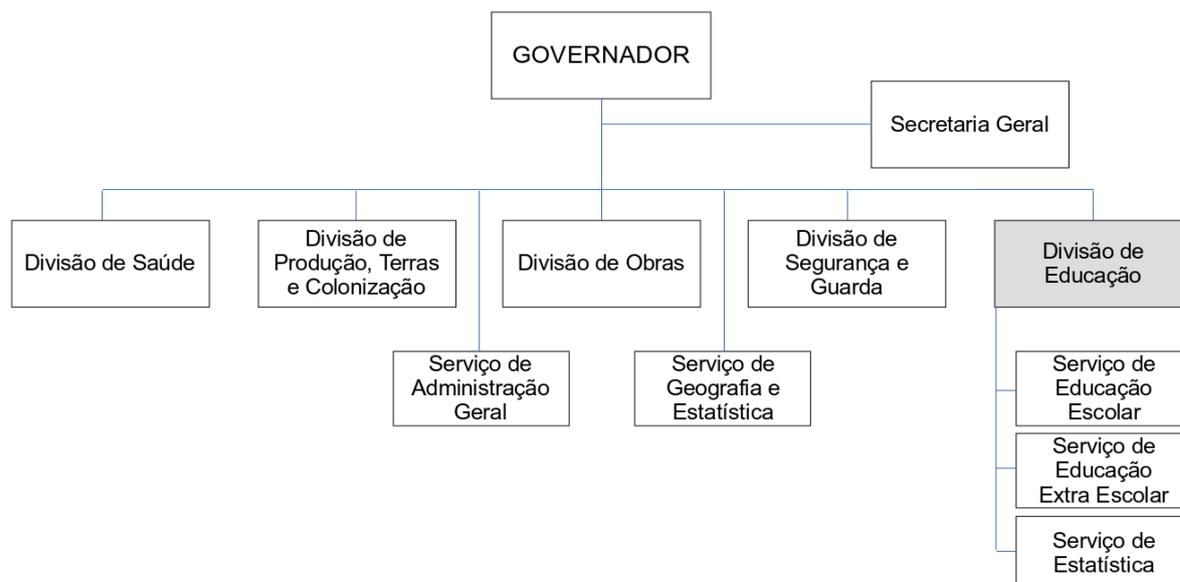
- I- promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;
- II- manter estabelecimentos escolares de grau e natureza compatíveis com as possibilidades da região;
- III- organizar, manter e auxiliar, quando de iniciativa privada, instituições complementares do ensino ou que visem o

²⁴ Doravante, o Departamento de Educação e a Divisão de Educação serão referenciados indistintamente pela sigla “DE”, visto que, mesmo após o Decreto 7.772, o Decreto federal 7.772 alguns atos oficiais continuaram a ser identificados na imprensa como do Departamento de Educação.

desenvolvimento cultural da população (BRASIL, 1945).

A seguir, é apresentado um organograma da administração pública territorial, com destaque para a DE, conforme proposta de seu segundo diretor:

Figura 12 - Organização Administrativa do Território Federal do Guaporé – 1945



Fonte: Preparada pela autora com base em BRASIL (1945) e A MANHÃ (ed. 1094, 4 mar. 1945).

O primeiro diretor do DE, a partir de 1º de março de 1944, foi o advogado Attila de Sá Peixoto, que começou a executar o plano de Lourenço Filho. Entretanto, apenas sete meses depois, em 20 de outubro, foi substituído por um “especialista em assuntos pedagógicos”, o Dr. Oldegar Franco Vieira²⁵ (1915 – 2006), que exercia as funções de técnico de educação no INEP (A MANHÃ, ed. 1094, 4 mar. 1945).

De imediato, o novo diretor escreveu ao governador Aluísio Ferreira aconselhando mudanças no regulamento do DE:

O Regimento do Departamento, apesar de bem elaborado, deveria sofrer algumas modificações [...]. Para isto, mister se faz que a organização do D.E. se baseie numa concepção integral da educação, isto é, considerada em todas as suas manifestações, quer as que se contém no âmbito da escola, quer as que superam a escola [...]. Assim sendo, o Departamento de Educação deveria

²⁵ Oldegar Franco Veira foi membro do movimento escoteiro e da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de extrema-direita, ultranacionalista, conservador e tradicionalista católico, inspirado no fascismo italiano e contrário às ideias socialistas. Fundado em 1932 pelo escritor e jornalista Plínio Salgado (1895 – 1975), ficou conhecido também como “camisas-verdes”.

constar de três divisões ou serviços que se intitulariam e se desdobrariam do seguinte modo: [...] (A MANHÃ, ed. 1094, 4. mar. 1945).

Na sequência, era proposta uma nova estrutura para o DE:

I – Serviço de Educação Escolar, coordenador das atividades caracteristicamente escolares, [...] tais como:

- o ensino primário para crianças;
- o ensino primário para adultos;
- o ensino secundário e pedagógico;
- os cursos de aperfeiçoamento;
- o ensino profissional (doméstico, industrial, agrícola e comercial);
- as associações de pais e professores.

II – Serviço de Educação Extra Escolar, coordenador das atividades que não se contém nos limites da escola [...]:

- missões culturais;
- escotismo fluvial;
- educação pioneira;
- escotismo feminino;
- museus;
- publicações educacionais;
- bibliotecas e clubes de leitura.

[...]

III – Serviço de Estatística, para a apuração, o tratamento e a interpretação dos dados estatísticos e a consequente orientação das atividades do Departamento (A MANHÃ, ed. 1094, 4. mar. 1945).

Era uma proposta de educação com a expectativa de grande participação da sociedade e economia para o governo, pois “o largo tempo disponível do cidadão de boa vontade pode muito bem ser empregado, sem maiores despesas para o governo, e à guiza de divertimento, no desenvolvimento cultural do povo [...] (A MANHÃ, ed. 1094, 4 mar. 1945).

A mesma matéria jornalística destacava as iniciativas já implantadas:

- a) curso de emergência para formação de auxiliares de ensino (157 candidatos se inscreveram com 77 classificados, sendo 35 do interior);
- b) dois cursos noturnos de alfabetização de adultos (Porto Velho e Guajará Mirim);
- c) um curso de férias para o aperfeiçoamento do professorado;
- d) organização de associação de pais e mestres no Grupo Escolar Barão do Solimões;
- e) missões culturais por meio de sessões do cinema educativo.

Quanto às Associações de Pais e Professores (APP), Oldegar Franco Vieira

editou, em 17 de abril de 1946, a Portaria DE 26, regulando o cerimonial de suas sessões.

Outros serviços já estavam em vias de serem oferecidos, dependendo da chegada de material pedagógico adquirido no Distrito Federal²⁶: bibliotecas públicas em Porto Velho e Guajará Mirim, museu escolar, maior desenvolvimento das missões culturais, preparação de líderes e monitores para o movimento “Juventude Brasileira”.

Em relação à rede escolar, o Território negociava com o Ministério da Educação e Saúde uma escola técnica federal em Porto Velho. Previam-se, ainda, estabelecimentos de ensino agrícola e novas escolas primárias, deveriam ser construídas após a formação dos auxiliares de ensino. Não havendo materiais e operários em quantidades suficientes, a solução para construção de edificações escolares foi apelar aos cidadãos mais ricos que erguessem, em suas localidades, casas que servissem de escola, mesmo que em condições rústicas.

Na lacuna deixada pelo poder público, uma importante realização se deveu à Congregação Salesiana, que criou o Ginásio Dom Bosco por autorização da Portaria 521, de 31 de agosto de 1946, assinada pelo ministro da Educação e Saúde Pública Ernesto de Souza Campos. Era o primeiro estabelecimento no Território a oferecer o Ensino Secundário conforme a Lei Orgânica de 1942 (INEP, 1949).

As poucas ações do primeiro governo no campo da Educação Escolar devem-se, pelo menos em parte, às necessidades prementes de instalação da primeira estrutura administrativa do Território e, também, ao contexto histórico da época. A Segunda Guerra Mundial estava em curso e o Brasil assumira a missão de abastecer as tropas aliadas com a borracha dos seringais amazônicos, inclusive os existentes no Território do Guaporé. Na imprensa de Porto Velho na época eram corriqueiras as manchetes “Notícias da guerra” ou “A batalha da borracha”, bem como as listas de homens convocados ao serviço militar (ALTO MADEIRA, ed. 2999, 16 jun. 1946; ed. 2695, 13 jun. 1943).

Além de solicitar o plano de ensino ao INEP e implantar a primeira estrutura da Divisão de Educação, também podem ser relatados alguns fatos pontuais sobre a

²⁶ Sobre a remessa de materiais adquiridos para Porto Velho, há um interessante registro de entrevista do governador Aluísio Ferreira a um jornal do Rio de Janeiro sobre as dificuldades de transporte: “Material que despachara em maio de 1944 ainda se achava em Belém [...]” (FIGUEIREDO, 1946).

Educação Escolar no governo de Aluísio Ferreira:

No segundo governo, de Joaquim Vicente Rondon, ficou mais claro que a Educação Escolar naquele momento não constituía prioridade da administração territorial, mais empenhada na retórica do que na adoção de medidas práticas:

O maior e mais premente problema do Território é o que diz respeito às comunicações, que ligando e aproximando as diversas regiões facilita a ação administrativa [...].

[...].

No importante setor educacional, não se tem descansado o governo de dotar o Território dos elementos necessários, envidando os maiores esforços para disseminar escolas, incentivar a instrução, e cooperando ativamente na solução do magno problema, que tanto interessa ao Brasil - a Educação do povo (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1947, p. 2).

A reforçar esse traço de excessivo discurso e poucas ações, podem ser citadas do ainda diretor da DE, Oldegar Franco Vieira, que pregava a educação dos adultos como caminho para que as crianças aprendessem, ainda no seio da família, a comer, vestir-se e se prevenir das moléstias. Mais do que isso, sua preocupação era também combater o avanço de ideias comunistas:

Assim, sem amparo material e sem assistência religiosa, a gente pobre começa a escutar a melopeia do comunismo e a marchar, rubra de revolta, para a madrugada de sangue do mundo soviético. [...; Só assim (e agora que tanto se preocupa a burguesia com a marcha das milícias vermelhas) ter-se-iam promovidos os meios de uma efetiva democracia, capaz de neutralizar os furores do demagogos totalitários e – tal como se procura fazer nos Estados Unidos da América do Norte e na Inglaterra – criar a grandeza da Nação sobre a justiça social a consciência dos deveres cívicos do povo, a saúde dos corpos e das almas e conversão das riquezas latentes em valores econômicos (ALTO MADEIRA, ed. 2994, 19 mai. 1946).

Além das indisfarçáveis preocupações ideológicas²⁷, próprias do período da Guerra Fria, Oldegar Franco Vieira talvez também estivesse mais preocupado em

²⁷ Não obstante esse posicionamento anticomunista na imprensa, a crítica social, às vezes se infiltrava sutilmente na sociedade local. Por exemplo, no Carnaval de 1949 era cantado nos salões o samba de Wilson Batista (1913 – 1968), rival de Noel Rosa, e Roberto Martins (1909 – 1992), gravado por Blecaute (1919 – 1983): “Você conhece o pedreiro Waldemar? / Não conhece? / Mas eu vou lhe apresentar / De madrugada toma o trem da Circular / Faz tanta casa e não tem casa pra morar / Leva marmitta embrulhada no jornal / Se tem almoço, nem sempre tem jantar / O Waldemar que é mestre no ofício / Constrói um edifício / E depois não pode entrar” (ALTO MADEIRA, ed. 3458, 27 nov. 1949).

* Para ouvir: <https://www.lettras.mus.br/wilson-batista/1442706/>.

apelar à consciência dos professores do que em conhecer as peculiaridades econômicas da região ou providenciar as condições materiais indispensáveis ao bom desempenho do magistério. Eis, a seguir, um pitoresco “decálogo do professor” proposto por ele na Portaria DE número 37, de 23 de maio de 1946:

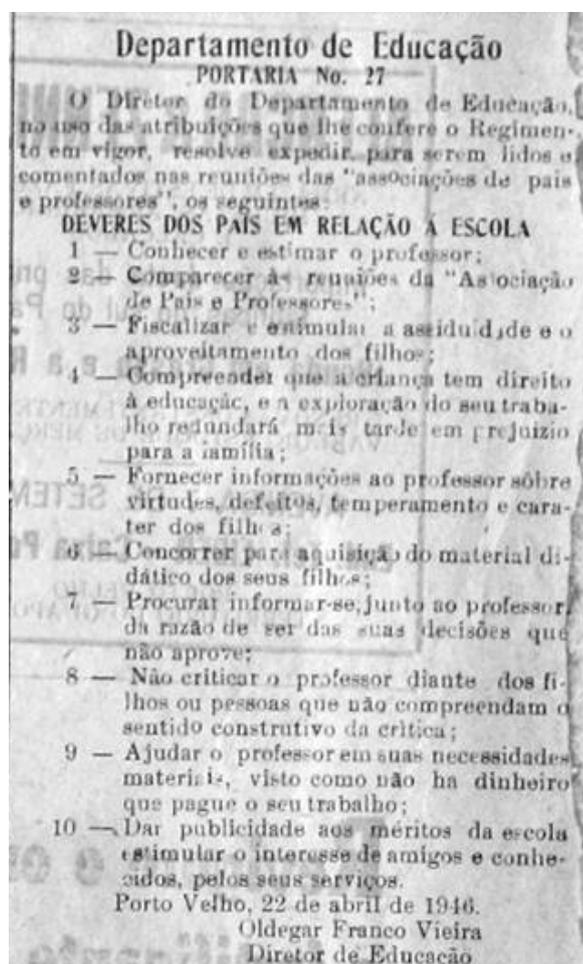
O professor no Território Federal do Guaporé, deverá:

- 1-Respeitar a personalidade do aluno e ensiná-lo como se fôra seu filho;
- 2-Trabalhar sem preocupações utilitárias e com o pensamento voltado para a grandeza do Brasil;
- 3-Desenvolver uma cultura geral e pedagógica através de escrita, leitura e consultas;
- 4-Estar em dia com as publicações do Departamento de Educação e executar suas determinações;
- 5-Prestigiar as iniciativas do Departamento de Educação comparecendo pontualmente e participando ativamente de todos os seus trabalhos;
- 6-Ser perseverante e amigo das dificuldades;
- 7-Cuidar da sua saúde física e mental para que possa desempenhar a missão de educar com eficiência e alegria;
- 8-Ser discreto em atitudes e palavras, não constituindo boatos ou providenciando intimidações contra quaisquer instituições ou pessoas, especialmente contra seus colegas;
- 9-Confiar em si mesmo e tomar iniciativas;
- 10-Ser leal e amigo dos seus superiores hierárquicos (ALTO MADEIRA, ed. 3002, 30 jun. 1946).

Aos pais dos alunos também foi destinada outra espécie de decálogo, impondo seus deveres quanto à educação dos filhos. Das recomendações estabelecidas na Portaria DE número 27, de 22 de abril de 1946, duas merecem ser destacadas, por sugerirem que o próprio poder público já reconheceria sua incapacidade de conduzir o ensino no Território: “6 – concorrer para a aquisição do material didático dos seus filhos; [...] 9 – ajudar o professor em suas necessidades materiais, visto que não há dinheiro que pague o seu trabalho” (ALTO MADEIRA, ed. 2991, 5 mai. 1946).

A figura a seguir apresenta a publicação da portaria no Jornal Alto Madeira:

Figura 13 - Portaria 27 de 22 de abril de 1946 (deveres dos pais)



Fonte: ALTO MADEIRA (ed. 2991, 05 mai. 1946).

Sob o governo de Joaquim Vicente Rondon, a Educação Escolar ainda esteve dependente das iniciativas privadas, em especial daquelas patrocinadas pelas ordens religiosas, que atuavam em parceria com a administração pública. Os exames de admissão ao Ginásio Dom Bosco em 1946, agendados para o dia 25 de março, por exemplo, eram presididos pelo diretor interino da DE, Moacyr Miranda. As mensalidades cobradas certamente limitavam o acesso da população ao ensino: Cr\$230,00 (duzentos e trinta cruzeiros) para o regime de internato, Cr\$100,00 (cem cruzeiros) para o semi-internato e Cr\$20,00 (vinte cruzeiros) para o externato²⁸ (ALTO MADEIRA, ed. 2978, 21 mar. 1946).

²⁸ Para fins de comparação, o quilo de "feijão do sul" no ano de 1946 em Porto Velho era Cr\$4,50 (ALTO MADEIRA, ed. 2981, 31 mar. 1946). Portanto, a mensalidade do externato equivalia a menos de 5 quilos de feijão, em valores de hoje, cerca de R\$40,00.

As verbas das caixas escolares ainda eram fundamentais para o custeio das escolas públicas e a Portaria DE número 18, de 2 de abril de 1948, criou o “Caixa Escolar dos Centros de Ensino do Município de Porto Velho”, unificando os fundos específicos da escola Getúlio Vargas e dos “pequenos centros de ensino do município de Porto Velho” (ALTO MADEIRA, ed. 2985, 14 abr. 1946).

Assim como no período anterior à criação do Território, também aconteciam ações da sociedade visando ao socorro financeiro das caixas escolares. Para este fim, por exemplo, em 20 de fevereiro de 1947 o “Atlético Yate Clube” doou Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros) resultantes da venda de votos para eleição da rainha e da princesa de uma festa carnavalesca. O governador, por sua vez, agradecia a contribuição nos seguintes termos: “[...] as crianças matriculadas nos nossos grupos escolares e escolas rurais saberão apreciar os benefícios dessa valiosa contribuição e louvar o interesse altamente patriótico e profundamente humano [...]” (ALTO MADEIRA, ed. 3071, 27 fev. 1947).

Contudo, já estavam em curso tratativas para o recebimento de verbas federais. A Portaria Territorial número 23, de 10 de junho de 1946, designou Jesus Burlamaqui Hosannah, que seria nomeado governador em 1952, para assinar, no Distrito Federal, em nome do Território, um acordo com o INEP para o recebimento de verbas vinculadas ao Fundo Nacional de Ensino Primário (ALTO MADEIRA, ed. 3002, 30 jun. 1946).

Há também, nesse período, informações que remetem à participação do Território nas discussões nacionais sobre a educação. No primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos, acontecido no Rio de Janeiro em 1947, o delegado do Guaporé elogiou a iniciativa de dar ensino supletivo aos adultos, advertindo, porém: “como vamos resolver o problema de iluminação das escolas se as aulas vão ser ministradas à noite? Em 90 por cento das localidades do Guaporé não há iluminação elétrica” (ALTO MADEIRA, ed. 3072, 2 mar. 1947).

Objetivamente, a situação da educação no Território era traduzida em índices medidos pelo Conselho Nacional de Estatística com dados de 1947: 75% das escolas primárias guaporenses estavam concentradas na capital, Porto Velho. Era a maior concentração verificada dentre todas as unidades da federação (ALTO MADEIRA, ed. 3445, 5 nov. 1949).

No mesmo levantamento, outro dado negativo, o pior do Brasil: a cada 5,96

alunos matriculados no Ensino Primário, apenas 1 era aprovado. Comparativamente, no estado de São Paulo essa relação era de 1 aluno aprovado para cada 1,3 matriculados; no território do Amapá, criado junto com o do Guaporé, de 3,74 para 1. Em termos percentuais, seriam essas as taxas aproximadas de aprovação citadas: Território Federal do Guaporé, 17%; São Paulo, 77%; Amapá, 27%.

Além desses aspectos específicos, a Educação Escolar durante o governo de Joaquim Vicente Rondon pode ser melhor compreendida a partir dos três acontecimentos já destacados: relatório do governo territorial; questionário do INEP e metas para o Plano Nacional de Valorização da Amazônia em 1948.

5.1.3 Relatório de Joaquim Vicente Rondon ao governo federal

A elaboração do “Relatório da Administração do Território Federal do Guaporé concernente ao ano de 1946”, foi baseada em quatro viagens de inspeção feitas pelo governador ao longo de 1946:

- a) primeira viagem – em 30 de abril, de Porto Velho a Guajará Mirim, na fronteira com a Bolívia, ao longo da E.F.M.M., em uma extensão de 366 quilômetros²⁹;
- b) segunda viagem – em 15 de junho, ao Vale do Jamari, até a localidade de Ariquemes, passando pelo povoado de Cachoeira do Samuel;
- c) terceira viagem – em 18 de agosto, à região do Alto Guaporé, passando pelo Forte Príncipe da Beira, Costa Marques e portos às margens dos rios Guaporé e Mamoré, até Guajará Mirim;
- d) quarta viagem – em 15 de setembro, a povoações do Baixo Madeira, a jusante de Porto Velho, começando por São Carlos, na foz do rio Ji-Paraná, até Calama, na divisa com o Amazonas.

Para melhor visualização dessas viagens, apresentamos o mapa a seguir:

²⁹ Sobre essa viagem a Guajará Mirim, o jornal Alto Madeira publicou um interessante relato, do qual destacamos a inauguração de um novo prédio da loja “A Pernambucana” da firma Lundgren & Cia. e uma partida de futebol entre brasileiros e bolivianos, vencido por quatro a um pela equipe do Brasil. Curiosamente, o “goal boliviano era defendido por um padre católico da missão americana que trabalha o país amigo” (ALTO MADEIRA, ed. 2992, 9 mai. 1946).

Figura 14 - Viagens de inspeção do governador Joaquim Vicente Rondon - 1946



Legendas:

1ª viagem: à Guajará Mirim =	via ferrovia	—	
2ª viagem: ao Vale do Jamari) =	via terrestre	—	via fluvial ⋯
3ª viagem: ao Alto Guaporé =	via aérea	⋯	via fluvial —
4ª viagem: ao Baixo Madeira =	via fluvial	—	

Fonte: preparado pela autora com base em TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1947). Mapa original do TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

Segundo o relatório, funcionavam em 1946 no Território: Ginásio Dom Bosco, mantido pelos padres salesianos; Escola Normal Rural Maria Auxiliadora, mantida pelas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora; Grupos Escolares Barão do Solimões e Getúlio Vargas, ambos em Porto Velho; Grupo Escolar Simão Bolívar, em Guajará Mirim, e 19 escolas rurais, em diversas localidades. Esse inventário, contudo, era questionado pelo Ministério da Educação e Saúde: em vez das 24 unidades escolares apontadas, estatísticas do IBGE indicavam a existência de 37 escolas de Ensino Primário, das quais 31 eram da rede pública.

É possível, ainda, identificar alguns fatos pontuais sobre a situação do ensino no Território. Por exemplo, em Porto Velho, o erário concedia subsídios financeiros a obras em instituições particulares, como o Ginásio Dom Bosco e a Escola Normal Maria Auxiliadora, mantidas, respectivamente, pelos padres salesianos e pelas irmãs da congregação Filhas de Maria Auxiliadora.

Em contraponto aos subsídios concedidos a instituições particulares, reconhecia-se a precariedade das instalações do Grupo Escolar Simão Bolívar, na cidade de Guajará Mirim, importante centro urbano cuja população total já chegava a 15.000 habitantes, um terço dos quais na sede do município. Sobre esse problema, o discurso de Manoel Boucinhas de Menezes, “em nome das classes conservadoras”, foi bastante enfático:

Dentre todos os nossos problemas, sobressai como de primordial importância, a construção de um prédio para nele funcionar o Grupo Escolar Simon Bolívar, sabido como é que os dois prédios em que o mesmo vem funcionando é tudo quanto há de mais detestável entre os prédios públicos da cidade e disso já deve ter inteirado V. Excia. Não pode haver boa educação quando não há ambiente adequado para os professores ministrarem ensinamentos aos seus alunos. Eis porque nos voltamos para V. Excia. Pedindo que dote a nossa cidade de um estabelecimento de ensino modelar, revestido de todos os requisitos modernos necessários ao seu perfeito funcionamento (ALTO MADEIRA, ed. 2992, 9 mai. 1946).

No Vale do Jamari, as povoações de Ariquemes e Cachoeira do Samuel careciam de edificações mais adequadas para suas escolas rurais.

Em Conceição, povoado vizinho ao Forte Príncipe da Beira, na região do Alto Guaporé, fronteira com a Bolívia, faltava uma escola para o grande número de crianças residentes. O distrito de Costa Marques, com mais de 100 habitantes residindo em 26 casas construídas de paxiúba³⁰ e cobertas de palha, já dispunha de uma escola, cujos alunos recepcionaram o governador entoando o Hino Nacional.

³⁰ Palmeira comum na Amazônia e Mato Grosso, originária da América do Sul, adaptadas tanto em áreas alagadas quanto em terra firme. De nome científico: *Socratea exorrhiza*, Família: *Arecaceae*, suas características morfológicas destacam um caule cilíndrico, simples, ereto, com diâmetro entre dez e dezoito centímetros e até 20 metros de altura. Com raízes aéreas de até dois metros de comprimento, ocupando espaço amplo, folhas pinadas (que lembram uma pena ou pluma), flores branco-esverdeadas e frutos amarelo-avermelhados quando maduros, alimento para aves. De madeira resistente usada em construções rústicas, confecção de caravelas e outros. Também utilizada em ornamentação. Disponível in: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/flora/noticia/2015/03/paxiuba.html>. Acesso em: 22 mai.2021.

Ali, o governo territorial ainda se comprometia a construir uma Escola Rural com verba prevista em fundo do Ensino Primário gerido pelo Ministério da Educação e Saúde.

Na região do baixo rio Madeira, em localidades como São Carlos, Boa Hora, Nova Esperança, Santa Catarina das Abelhas, Conceição de Galera e Calama, a avaliação era de que as ações do governo se limitavam aos setores da educação e da segurança, mas sem oferecer mais detalhes.

Também merece destaque uma interessante cooperação entre Brasil e Bolívia no campo da educação:

Essa corrente de confiança já estabelecida tem concorrido para facilitar o aumento de matrículas de jovens bolivianos de ambos sexos nos internatos do Território, mantidos atualmente pelas Congregações Salesianas, ascendendo já a mais de meia centena o número de meninos e meninas, filhos de comerciantes e seringalistas bolivianos domiciliados nos departamentos fronteiriços do Pando e Beni, matriculados quer no Colégio Dom Bôsko, quer no Instituto e Escola Normal Maria Auxiliadora, que funcionam como internatos, nesta capital e no Instituto N.S. do Calvário, de Guajará Mirim, quer ainda nas diversas Escolas Rurais existentes ao longo da Fronteira (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1947, p. 13).

Os laços de fraternidade entre as duas nações também se manifestavam em solenidades cívicas, por iniciativa direta das autoridades governamentais. No ano de 1945, o 6 de agosto, dia da Independência boliviana, foi comemorado por estudantes dos dois países no salão da Escola Normal Rural Maria Auxiliadora. Em retribuição, homenagens à Independência do Brasil foram prestadas em uma escola de Trinidad, capital do Departamento de Beni.

Quanto às atividades culturais, o relatório se limitava a citar festas cívicas em alusão aos dias da Pátria, do Território e do Centenário da Princesa Izabel, além de conferências, palestras, sessões literárias e musicais e coro orfeônico, “procurando avivar o sentimento de brasilidade e despertar o gosto artístico do povo” (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1947, p. 6). Mereceu destaque também o apoio do poder público à fundação do Centro Guaporense de Letras nos moldes das instituições congêneres de outros estados brasileiros.

Sobre o centenário da Princesa Izabel, comemorado em 29 de julho, a Portaria número 17, de 23 de julho de 1947, disciplinava em detalhes como

deveriam ser as comemorações nas escolas da capital e do interior, além de determinar que a escola rural localizada no quilômetro oito da rodovia Porto Velho – Cuiabá passaria a ser denominada “Escola Rural Princesa Izabel” (ALTO MADEIRA, ed. 3010, 28 jul. 1946).

Contudo, apesar dos detalhes suprarrelacionados o diagnóstico sobre setor educacional era raso, limitado a meia página dentre as 15 que compunham o relatório³¹:

No importante setor educacional, não se tem descançado (sic) o governo de dotar o Território dos elementos necessários, envidando os maiores esforços para disseminar escolas, incentivar a instrução, e cooperando ativamente na solução do magno problema, que tanto interessa ao Brasil - a Educação do povo. A Divisão de Educação, não obstante as naturais dificuldades, oriundas da escassez de verba, desaparelhamento do pessoal e falta de material, para construção de novas escolas, agravadas pela precariedade dos meios de transporte, vem procurando imprimir aos seus trabalhos o máximo de eficiência que as condições do meio permitem.

[...].

Ressente-se o ensino, no Território, de inúmeras necessidades apontadas no seu minucioso e sincero relatório, pelo Diretor da Divisão de Educação, ressaltando as que dizem respeito à deficiência de pessoal, falta de prédios escolares, diminuta remuneração do magistério, males esses que se vai procurando atenuar dentro das possibilidades do momento (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1947, p. 2-3).

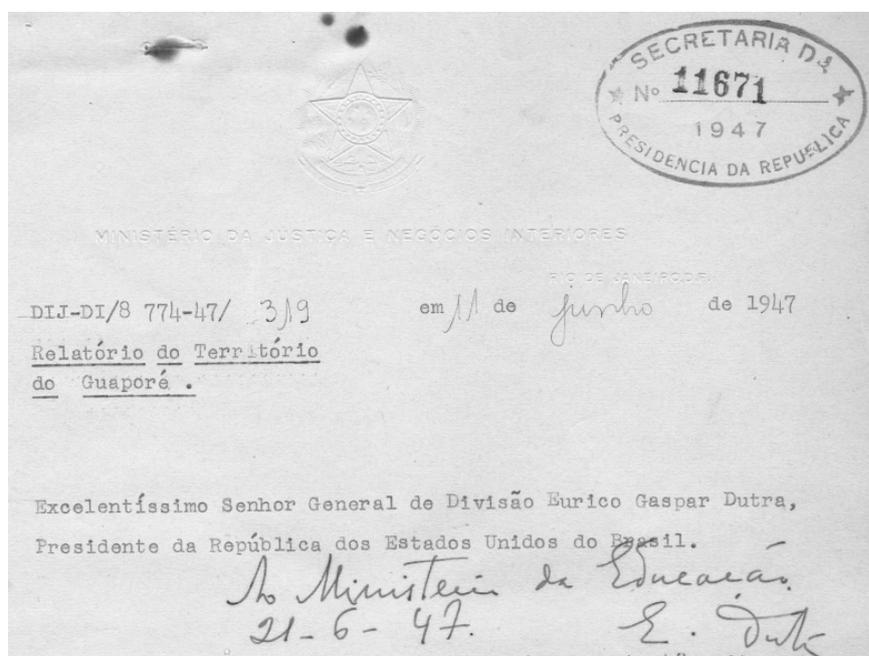
E essa superficialidade foi criticada nos órgãos da administração federal em que o relatório transitou por quase um ano. É interessante descrever seu fluxo.

Em primeiro de março de 1947 foi enviado pelo governo territorial ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por meio do Ofício 37/G.

Primeiramente, foi resumido pela Seção de Administração dos Territórios em 28 de março, antes de ser apreciado pelo ministro Benedito Costa Neto (1895 – 1981), que o remeteu ao presidente da República. No dia 21 do mesmo mês, em despacho de próprio punho reproduzido a seguir, o presidente o encaminhou ao Ministério da Educação e Saúde:

³¹ Comparando, o caso do tenente Fernando de Oliveira ocupou uma página do relatório. Sumido em junho de 1945, nas selvas do Jamari: morto por um colega? Crime encomendado por Aluísio Ferreira? (RONDÔNIA, 12 de novembro de 2018). Fuga para a Bolívia, desgostoso com a derrota do Eixo na Guerra? Atraído pela imitação do canto do inhambú e aprisionado pela tribo Boca Negra, próxima ao igarapé Ajuricaba, afluente do Machado, onde vivia com três índias? Operações de busca brasileiras e norte-americanas, não resolveram o mistério, mas a curiosidade popular foi aguçada por muitas reportagens na imprensa brasileira (ALTO MADEIRA, ed. 3200, 27 mai. 1948).

Figura 15 - Despacho do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Ministério da Educação e Saúde



Fonte: INEP (1947).

No Ministério da Educação e Saúde, foi analisado pelo então diretor do Departamento Nacional de Educação, professor Lourenço Filho, coincidentemente ex-presidente do INEP e autor do plano de ensino que fora apresentado ao Território três anos antes. Em despacho datado de 31 de outubro de 1947, encaminhado ao ministro Clemente Mariani Bittencourt (1900 – 1981), Lourenço Filho, de forma concisa e aguda, teceu críticas ao relatório do governador territorial:

[...] o presente relatório cinge-se em declarar, em meia página, que o governo territorial ‘não tem descansado³² em dotar o Território dos elementos necessários, envidando os maiores esforços para disseminar escolas e incentivar a instrução, etc.’. Faltam dados estatísticos precisos, bem como o exame objetivo da situação cultural do Território. Não há nenhuma referência ao plano que foi oferecido ao governo territorial pelo INEP., e cuja execução sabemos que chegou a ser iniciada; não há qualquer referência também ao planejamento dos trabalhos para exercícios futuros (INEP, 1947, grifos no original).

³² No relatório do governador consta “[...] não se tem descansado (sic) o governo [...]”.

Ao concluir seu parecer, Lourenço Filho sugeriu ao ministro designar um técnico de educação para os estudos preliminares necessários, uma vez que o artigo 170 da Constituição Federal de 1946 delegava à União organizar o sistema de ensino dos territórios.

No dia 8 de novembro de 1947, o ministro remeteu o documento ao presidente do INEP, Murilo Braga de Carvalho (1912 – 1952). Coube, então, à técnica de educação Eva Garfinkel relatar o Processo número 1.625/47, de 7 de janeiro de 1948, concluindo que nada indicava ter sido posto em prática o plano apresentado pelo INEP em 1944.

Baseado em dados do IBGE, o relatório de Eva Garfinkel apresentou um diagnóstico mais preciso sobre as condições de ensino no Território Federal do Guaporé em 1946:

- a) o governo territorial apontava a existência de 21 unidades escolares, enquanto para o IBGE esse número chegava a 37, sendo 31 da rede pública;
- b) 2.712 alunos estavam matriculados no Ensino Primário, dos quais 2.005 na rede pública;
- c) estimados 23.922 habitantes no Território, calculava-se uma população em idade escolar de 2.990 crianças (12,5% do total);
- d) em consequência, havia um deficit absoluto de 278 matrículas no Ensino Primário, o que significava 9,29% das crianças fora da escola.

Comparado esse deficit escolar de 9,29% com a realidade nacional, “poderia parecer não ser muito má a situação do Ensino Primário no Território” (INEP, 1947), pois, segundo dados do INEP, em 1945, 42,94% da população infantil brasileira estava fora da escola. Entretanto, alertava o relatório:

Do exposto, concluímos que o sistema educacional do Território do Guaporé apresenta deficiências que devem ser atendidas mediante um plano equilibrado que atenda as suas necessidades atuais e possa prover as condições de seu futuro desenvolvimento. [...] a necessidade de se estabelecer o referido plano torna-se mais evidente, não só para o Território do Guaporé como para os outros Territórios Federais, dependendo entretanto o assunto da ultimação dos trabalhos da Comissão de Bases e Diretrizes da Educação Nacional, bem como da legislação especial que deverá ser baixada sobre a matéria (INEP, 1947).

Finalmente, em 19 de fevereiro de 1948, quase um ano após a elaboração do relatório, Murilo Braga, comunicou ao ministro da Educação e Saúde que o órgão estudava um plano geral a ser submetido oportunamente ao governo territorial. Eis a seguir o despacho manuscrito por Murilo Braga em 30 de janeiro de 1948 instruindo sobre a conclusão da análise:

Figura 16 - Despacho de Murilo Braga sobre a conclusão da análise do relatório do governador

Arquivar. Minuente-se o p'ici
(anexo) anexando o recebimento
e esclarecendo que o Super
está estudando o plano geral
a ser submetido oportunamente
ao governo Territorial
Jan 30. 1. 48
M. Braga

Fonte: INEP (1948).

Naquele momento, contudo, não era possível prever que a primeira LDB, dada como condicionante para elaboração do plano, somente seria aprovada 13 anos depois, em 1961.

Na falta de um diagnóstico mais preciso do governo, o artigo do professor Enos Eduardo Lins, intitulado “O ensino em Porto Velho”, publicado em 1º de maio de 1947 no Jornal Alto Madeira, oferece uma visão mais crítica sobre o cenário da Educação Escolar.

Sua primeira parte revela as mazelas do ensino:

Inegavelmente o ensino deixa muito a desejar, ainda em P. Velho.

Porque nos faltam elementos. Porque não dispomos dos meios indispensáveis a uma modelar organização. Não temos prédios em condições, nem um ao menos. Não temos tido material didático que baste às nossas necessidades. Nem técnicos em investigações sobre rendimento escolar. Nem professores em quantidade suficiente para suprir as necessidades de nossas escolas.

E ainda há o caso da precariedade da alimentação da infância. E aquele outro da compressão de verbas...

Só daqui a uns três anos, provavelmente, havendo planejamento e direção criteriosa, lá para 1950 é que nós nos poderemos ufanar da organização e dos métodos de ensino de nossas escolas. Antes, não é possível (ALTO MADEIRA, ed. 3088, 1 mai. 1947).

A segunda parte, em contraponto, faz rasgados elogios ao nível de conhecimento de algumas crianças privilegiadas:

Embora todas as nossas deficiências, a custa de sacrifícios, de renúncias e de boa vontade, os que se dedicam ao magistério, nesta terra aprenderam a fazer milagres. E o ensino no Território, particularmente em P. Velho, apresenta um índice melhor, mais elevado do que em muitas outras partes do Brasil...

Senão, vejamos alguns exemplos mais ou menos convincentes.

Geralmente, um aluno que tenha estudado em P. Velho e vá submeter-se a exames em Belém ou Manaus, é classificado em um dos primeiros lugares da turma. É lógico.

No ano passado assistimos durante os exames finais da 1ª série do curso ginásial, no Instituto “Maria Auxiliadora”, coisas surpreendentes assim: em canto orfeônico as alunas superam grandemente as exigências legais e regulamentares, apresentando, mais de trinta músicas, algumas bem difíceis, a duas, três ou quatro vozes. Primeiro cantaram em conjunto. E depois, em pequenos grupos de seis em seis, escolhidas por sorteio, cantaram indiferentemente em português, em francês, em espanhol, em italiano ou em latim (isto seria motivo de orgulho para um 4º ano ginásial de qualquer colégio do Brasil...); o Dr. Aristóteles Grangeiro, poliglota, educado na França e na Bélgica, foi convidado para ser um dos examinadores de francês (notar bem: exames de 1ª série): nenhuma aluna lhe deu confiança, respondendo qualquer coisa em português, e o Dr. Grangeiro teve de falar em francês todo o tempo, umas três horas talvez, arguindo, conversando...

Há mais ainda, porém.

A menina Elionor Zalf Moreira, Léa, sobrinha do sr. Albertino Lopes, proprietário da “Drogaria Guaporé”, chegada a Manaus na véspera da realização das primeiras provas parciais. Inscreve-se. E acontece a coisa mais lógica deste mundo: conquista o 1º lugar em todas as matérias e mantém esse primeiro lugar até o fim do ano.

Zenir Oliveira, filha do sr. João Gomes de Oliveira, da E.F.M.M, enquanto esteve matriculada no Instituto de Educação em Manaus, cumpriu o dever de guaporense, conquistando sempre os primeiros lugares e agora a sua irmã, uma pirralha – Sílvia Bahurí de Oliveira – está em um dos educandários da capital amazonense, fazendo o

curso ginásial e, como era de esperar-se, ganhando as melhores notas.

José Chaquiam, filho do comerciante sr. Miguel Chaquiam, vai de P. Velho para S. Paulo matricular-se num ginásio e conquista naturalmente o primeiro lugar no exame de admissão. E sem dúvida continuará na liderança da sua turma, na escola bandeirante.

Regina Araújo Lima, filha do Dr. Joaquim de Araújo Lima, vai para o Rio de Janeiro. Com as bases adquiridas no curso primário das nossas escolas, ingressa no 1º ano de um Ginásio e nas provas que realiza depois, só não tira o 1º lugar em tudo porque em latim foi classificada em... 2º lugar.

Ruth Rodrigues, filha do Sr. Armindo Rodrigues, estudou piano aqui. Curso imperfeito, devem ter dito. No entanto, vai ela para Belém, matricula-se no 3º ano do Conservatório e acontece isto: em um ano, faz dois anos de curso, dá concertos e empolga a cidade.

E há ainda a história da aluna Maria de Lourdes Franco, filha do Sr. Raul Franco, do Banco da Borracha, que foi para Belém fazer o 2º ano ginásial. Porque ninguém tenha dúvida: ela, que se destacou até em P. Velho, conquistará o primeiro lugar em todas as disciplinas, neste ano como em todos os outros, e, si lhe derem oportunidades, eu não duvido que ela venha a ser a estudante líder do Pará. A não ser... que vá uma outra daqui para Belém...

Sic est Pôrto Velho (ALTO MADEIRA, ed. 3088, 1 mai. 1947).

Em meados do século XX, portanto, o diagnóstico do professor Enos deixaria latente uma preocupante contradição sobre o ensino no Território Federal do Guaporé: falido, precário e com perspectivas desanimadoras para a maioria da população; bem-sucedido e poliglota, para uma elite minoritária. Um cenário que denuncia sem equívocos a existência da Educação Escolar dualista.

Enquanto a maior parte da população infantil convivía até com carência alimentar, alunas da primeira série do Instituto Maria Auxiliadora tinham a capacidade de serem arguidas por mais de três horas, em Francês.

5.1.4 Questionário do INEP

O segundo acontecimento importante para compreender o cenário da Educação Escolar nos primeiros anos do Território é um questionário de 12 perguntas enviado pelo INEP em 11 de agosto de 1947, por meio do Ofício INEP 216, solicitando “informações sobre a situação do Ensino Primário e normal dos Territórios” (INEP, 1947).

O questionário foi respondido em 10 de setembro de 1947 pelo diretor da DE, Antônio Cesário de Figueiredo Neto, conforme quadro a seguir:

Quadro 4 - Acontecimentos na Educação Escolar no governo de Joaquim Vicente
Rondon

PERGUNTA	RESPOSTA
1) Quais os períodos letivos e de férias?	<p>Períodos letivos:</p> <p>1º) 15 de fevereiro a 29 de junho (provavelmente um erro, identificado pelo INEP. Deveria ser 19 de junho, para não coincidir com as férias);</p> <p>2º) 10 de julho a 15 de dezembro.</p> <p>Períodos de férias:</p> <p>1º) 20 de junho a 9 de julho;</p> <p>2º) 16 de dezembro a 14 de fevereiro.</p>
2) Há exigência de exames médicos para matrícula?	Sim. Medida já adotada em Porto Velho, Guajará Mirim e nos maiores povoados (ao longo da EFMM, em Fortaleza do Abunã e no baixo Madeira, de São Carlos a Maicí, na divisa com o Amazonas).
3) Há outras exigências para matrícula?	Não.
4) Quantidade de professores nos estabelecimentos oficiais, municipais inclusive?	<p>Total de 76 professores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 45 Professores Ensino Primário (36 diplomados); - 2 Professores Adjuntos (1 diplomado); - 29 Auxiliares de Ensino (todos não diplomados).
5) Quais os critérios para escolha dos docentes não diplomados?	<p>1º) Curso de emergência de 4 meses para os Auxiliares de Ensino, aprovados com média maior do que 5 e notas superiores a 4 em cada disciplina.</p> <p>2º) Submissão do candidato a uma prova do nível do 4º ano primário.</p>
6) Quais sugestões teria para cumprimento do art. 34 da Lei Orgânica (exames finais em segunda época para alunos reprovados em 1 ou 2 disciplinas)?	<p>1º) Provas escrita e oral: Português, Matemática, Geografia, História do Brasil e Pedagogia (princípios elementares, metodologia do Ensino Primário e administração escolar);</p> <p>2º) Provas práticas: trabalhos manuais e ministração de aulas;</p> <p>3º) Estágio de 30 dias em classe experimental.</p>
7) Quais as instituições já desenvolvidas nas escolas primárias?	<ul style="list-style-type: none"> - Caixas escolares; - Círculos ou Associações de pais e professores; - Clubes de saúde (somente em Porto Velho).
8) Que outras instituições poderão ser criadas?	<ul style="list-style-type: none"> - Centros cívicos; - Cooperativas de consumo; - Clubes agrícolas (nos moldes do "4 HC" das escolas norte-americanas).

PERGUNTA	RESPOSTA
9) O Território poderá instalar Grupos Escolares em número suficiente?	Sim, desde que obtenha os recursos previstos em suas sugestões à Comissão Parlamentar do Plano de Valorização da Amazônia.
10) Em quantas séries anuais é ministrado o Ensino Primário?	Em cinco anos, conforme artigos 7º e 8º da Lei Orgânica do Ensino Primário.
11) Quais são os estabelecimentos de Ensino Normal previstos ou já em funcionamento?	O Território necessitará: - De uma Escola Normal em Porto Velho, prevista para 1950; - De um Curso Normal Regional em Guajará Mirim, talvez a partir de 1949.
12) Há curso de aperfeiçoamento para o magistério primário?	- Existem apenas cursos de férias, sobretudo para os professores do interior, que são auxiliares de ensino. - Necessitaria organizar, em caráter permanente e com obrigatoriedade de frequência: curso de aperfeiçoamento para os professores da capital; curso por correspondência para o magistério do interior

Fonte: Preparado pela autora com base em TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1947).

Sobre as respostas às perguntas 1, 4, 8 e 9, é interessante tecer alguns comentários.

Sobre a pergunta 1 (períodos letivos e de férias), justificar-se-ia a concentração das férias nos meses de dezembro a fevereiro, pois os rigores do inverno amazônico, com fortes chuvas e cheia dos rios, tornam impraticáveis os caminhos de terra e dificultam a navegação fluvial por canoas e igarités³³.

Quanto à pergunta 4 (Quantidade de professores nos estabelecimentos oficiais), a resposta da DE explicita a política do Território quanto ao preenchimento das vagas do magistério:

Estamos adotando o critério de preencher as vagas do quadro de Professores do Ensino Primário exclusivamente com portadores de diplomas fornecidos por Escolas Normais; as do quadro de Auxiliares de Ensino, com os candidatos ao magistério, não diplomados por Escola Normal; e quanto à função de Professor Adjunto, pode ser exercida, indiferentemente, por diplomados e não diplomados (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1947).

³³ Canoa de um só tronco. "igarité", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-202, <https://dicionario.priberam.org/igarit%C3%A9>. Acesso em: 23 jun. 2021.

É possível, ainda, com base na resposta apresentada, elaborar uma tabela sobre a situação funcional e de formação curricular do magistério:

Tabela 11 - Situação funcional do magistério – 1947

Função	Quantidade	Diplomado?		Vínculo	
		Sim	Não	Funcionário	Extranumerário (mensalista)
Professor do Ensino Primário	45	36	9	45	0
Professor Adjunto	2	1	1	0	2
Auxiliar de Ensino	29	0	29	0	29
Totais	76	37	39	45	31

Fonte: Preparada pela autora com base em TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1947)

Nota-se, quanto à formação curricular, que 36 dos professores (51,3%) não eram diplomados, sendo que um deles possuía um “diploma de professor rudimentar”. E sobre a situação funcional, 31 deles (40,8%) eram mensalistas, ou seja, sem um vínculo estável com o Território.

Na pergunta 8 (que outras instituições poderão ser criadas, além das já existentes), é sugerido criar “clubes agrícolas (nos moldes dos ‘4 HC’ das escolas dos Estados Unidos”, o que fazia parte de uma política pública, conforme consta em relatório de atividades do Ministério da Agricultura para o quinquênio 1946 – 1950, no qual é citado o Território Federal do Guaporé como um dos participantes do programa (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1951).

Os “4 HC” citados se referem aos “4 H Clubs” norte-americanos, organizações de meninos e meninas, geralmente de 10 a 20 anos de idade, voltadas à promoção de técnicas agropecuárias e de economia doméstica, à formação de lideranças comunitárias e à apologia de sentimentos cívicos, de voluntarismo e de autodesenvolvimento humano, sob o lema de “aprender fazendo”. Os “4 H” remetem a *head* (cabeça), *heart* (coração), *hands* (mão) e *health* (saúde) e no Brasil foram

interpretados como os “4 S”: saber, sentir, saúde e servir (GOMES, 2019).

A pergunta 9 questionava a possibilidade de instalar grupos escolares para atender os cursos de segundo grau (secundário, normal, comercial, industrial e agrícola), principalmente para formar regentes de Ensino Primário. A resposta da DE era positiva, porém condicionada ao recebimento de recursos reivindicados à Comissão Parlamentar do Plano de Valorização da Amazônia.

5.1.5 Metas para o Plano de Valorização da Amazônia

E, agora, será analisado o terceiro acontecimento de destaque no governo de Joaquim Vicente Rondon: a definição de metas da Educação Escolar para compor o Plano de Valorização da Amazônia.

Esse plano estava garantido no artigo 199 da Constituição de 1946, prevendo aplicar, durante 20 anos consecutivos, pelo menos 3% (três por cento) da renda tributária da União. Com o propósito de o colocar em prática, uma comissão parlamentar visitou Porto Velho em junho de 1947 para avaliar as necessidades do Território. A visita demorou apenas 5 horas, o suficiente para se prometer uma verba anual de Cr\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) e as esperançosas palavras do deputado Agostinho Monteiro ao governador, antes de levantar voo rumo ao Acre: “fique V. Excia. na certeza de que não esqueceremos os problemas do Guaporé, cuja solução será estudada em conjunto com o representante parlamentar do Território” (ALTO MADEIRA, ed. 3106A, 3 jul. 1947).

Para aplicação dessa verba, diversas ideias foram discutidas em reuniões na Associação Comercial de Porto Velho. Contribuições por escrito também foram apresentadas por membros do governo territorial, pelos prefeitos de Porto Velho e Guajará Mirim, lideranças empresariais, comerciantes e seringalistas. Representou a DE o seu diretor interino, professor Enos Eduardo Lins (ALTO MADEIRA, ed. 3098, 5 jun. 1947).

Com base nessas ideias foram definidas metas quinquenais para as diferentes áreas da administração pública. Na saúde, por exemplo, o investimento total previsto era de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros), ou seja, R\$4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros) em média por ano.

E são as metas quinquenais para a área de educação, publicadas na seção

de atos oficiais do Jornal Alto Madeira nos dias 8 e 15 de julho de 1947, que compõem o terceiro documento para compreender o cenário da Educação Escolar no Território.

Para a educação, que no início do século recebia menos recursos do que a área da saúde, havia uma previsão maior de investimentos: Cr\$40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) em 5 anos, dos quais Cr\$35.600.000,00 (trinta e cinco milhões e seiscentos mil cruzeiros) seriam destinados a construções e ampliações de prédios escolares, conforme tabela a seguir:

Tabela 12 - Metas para a educação no Plano de Valorização da Amazônia

Item	Identificação	Detalhes	Valor (Cr\$)
01	Grupo Escolar Br. Solimões (Porto Velho)	Ampliação: novas salas de aula, instalações sanitárias, salão atos	350.000,00
02	Grupo Escolar Getúlio Vargas (Porto Velho)	Conclusão: refeitório, salão de atos	150.000,00
03	Jardim de Infância (Porto Velho)	Construção: 150 crianças, nos moldes do Jardim de Infância Campos Sales no Distrito Federal	3.000.000,00
04	Escola SENAI (Porto Velho)	Construção	800.000,00
05	Escola Agrícola (Santo Antônio, Porto Velho)	Construção: formação de capatazes e técnicos agrícolas	2.000.000,00
06	Grupo Escolar Simão Bolívar (Guajará Mirim)	Adequações: 350 alunos	1.500.000,00
07	Instituto N. Sra. do Calvário (Guajará Mirim)	Ampliação: 150 alunas e construção de Grupo Escolar modelo	1.000.000,00
08	7 Escolas Rurais	Construção: Costa Marques, Limoeiro e São Paulo (Guajará Mirim), Augustina, Ilha dos Periquitos, Lago do Cuniã e Aquidabã (Porto Velho)	1.400.000,00 (200.000 x 7)
Total do primeiro ano:			10.200.000
09	Instituto Maria Auxiliadora (Porto Velho)	Adequações: tornar-se futura Escola Normal do Território	8.000.000,00
10	Instituto Dom Bosco (Porto Velho)	Ampliação	1.500.000,00
11	Jardim de Infância (Guajará Mirim)	Construção: 90 a 110 alunos	3.000.000,00

Item	Identificação	Detalhes	Valor (Cr\$)
12	6 Escolas Rurais	Construção: Boa Hora, Conceição do Galera, Nova Esperança e Vila de Rondônia (Porto Velho), Porto Murtinho e Rolim de Moura (Guajará Mirim)	1.200.000,00 (200.000 x 6)
Total do segundo ano:			13.700.000
13	8 Escolas Rurais	Construção: Jaci Paraná, Mutum Paraná e Vila Murtinho (EFMM), Setenta/Rio Jaru, Calama e Maicí (Porto Velho), Ouro Preto e Forte do Príncipe (Guajará Mirim)	1.600.000,00 (200.000 x 8)
14	Internato de Pedras Negras (Guajará Mirim)	Construção: 120 a 150 alunos	600.000,00
Total do terceiro ano:			2.200.000
15	3 Escolas Rurais (Porto Velho)	Construção: Vitória, Assunção e Cachoeira de Teotônio	600.000,00 (200.000 x 3)
16	Grupo Escolar do Abunã (EFMM)	Construção	600.000,00
17	4 Internatos / externatos (Porto Velho)	Construção: São Carlos, Santa Catarina, Ariquemes e Fortaleza do Abunã, 120 a 150 alunos	2.400.000,00 (600.000 x 4)
Total do quarto ano:			3.600.000
18	Grupo Escolar (Porto Velho)	Construção: 560 alunos	1.200.000,00
19	2 Escolas Maternais (Porto Velho e Guajará Mirim)	Construção	1.200.000,00 (600.000 x 2)
20	Escola Agrícola de lata (EFMM)	Ampliação	100.000,00
21	Escola Profissional (Porto Velho)	Construção: formação de artificies	1.800.000,00
22	2 Bibliotecas (Porto Velho e Guajará Mirim)	Construção	1.600.000,00 (800.000 x 2)
Total do quinto ano:			5.900.000
Total a investir em 5 anos:			35.600.000

Fonte: Preparada pela autora com base em ALTO MADEIRA (8 jun. 1947; 15 jun. 1947).

Além do valor destinado a construções, o plano previa aplicar os seguintes investimentos:

- a) instalação de equipamentos nos edifícios.....: Cr\$2.000.000;
- b) verba anual para merenda.....: Cr\$ 400.000;
- c) manutenção internatos repassados a ordens religiosas: Cr\$1.000.000;
- d) assistência material às crianças pobres.....: Cr\$1.000.000.

Somadas todas as rubricas, a expectativa do Território era investir, em 5 anos, Cr\$40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) na área de educação, ou seja, Cr\$8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) anuais, o que correspondia a 16% dos recursos prometidos pela Comissão Parlamentar do Plano de Valorização da Amazônia em sua recente visita a Porto Velho.

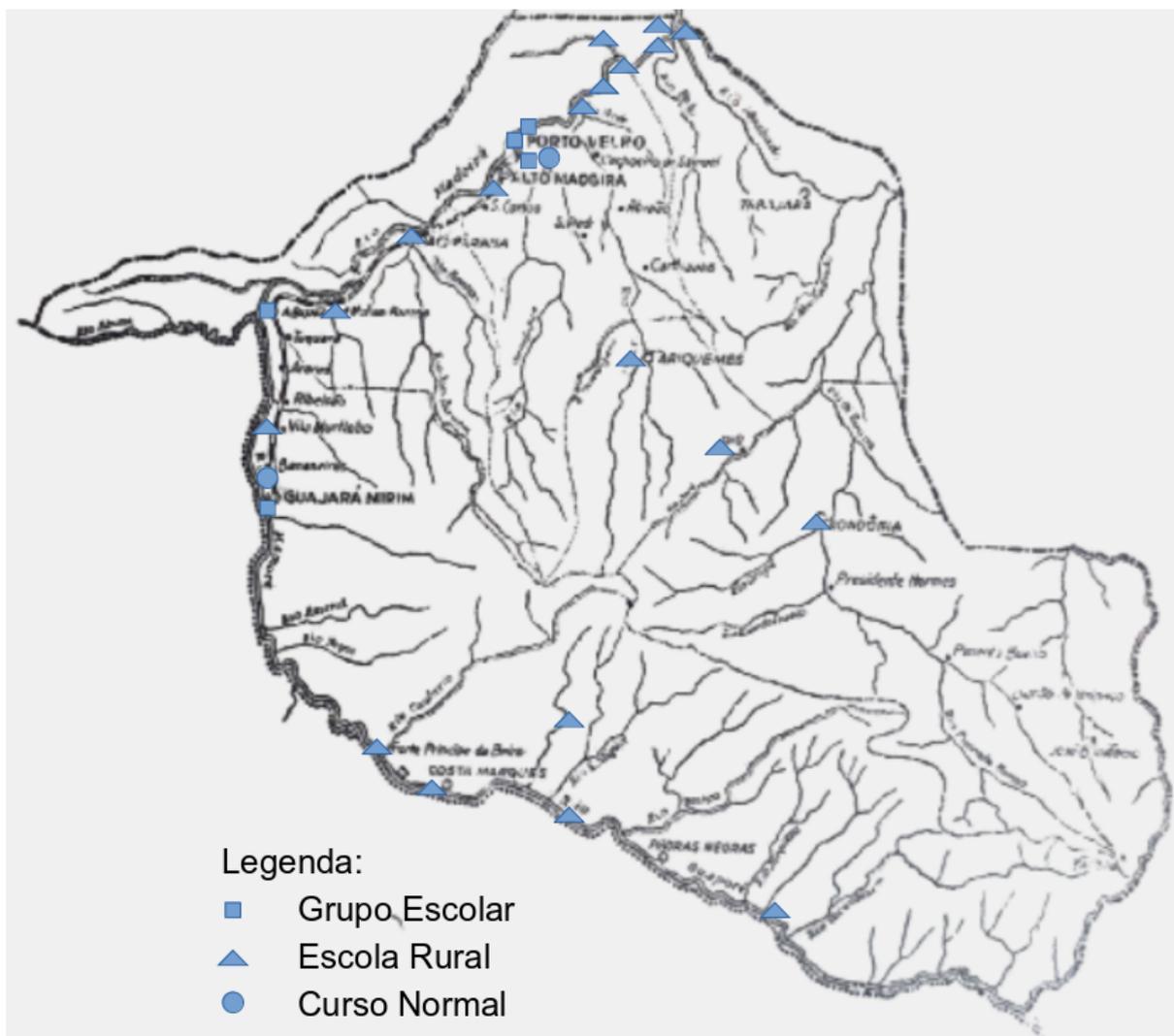
Entretanto, os recursos prometidos não chegaram de imediato ao Território, pois o artigo 199 da Constituição Federal de 1946, que previa o plano, somente foi regulamentado no segundo governo Vargas, pela Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que criou a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), sediada em Belém e diretamente ligada à Presidência da República, transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966.

O governador Joaquim Vicente Rondon pediu exoneração em 1º de novembro de 1947³⁴, legando ao seu sucessor uma situação preocupante na educação, pois um novo plano do INEP dependia das discussões arrastadas das diretrizes da educação nacional e os recursos prometidos pelo Fundo de Valorização da Amazônia não foram liberados, inviabilizando as metas entusiasticamente traçadas.

Contudo, a análise dessas metas revela a pretendida distribuição geográfica das escolas e o modelo idealizado para a Educação Escolar no Território, limitando a ação do poder público ao Ensino Primário, nas escolas rurais e grupos escolares, enquanto às instituições confessionais seriam destinados o Ensino Secundário e o Ensino Normal:

³⁴ O decreto presidencial indica uma exoneração a pedido, mas notícias da época sugerem disputas políticas locais, inclusive envolvendo o primeiro governador, Aluísio Ferreira. Em 2 de novembro de 1947: “Exonerado o tenente-coronel Joaquim Vicente Rondon [...] o ato provocou um movimento de regosijo público, ouvindo-se foguetes por toda a cidade”. Em 12 de novembro: “Aviso ao público: os *chaufers* abaixo firmados desejando prestar sua homenagem ao novo governador, transportarão gratuitamente passageiros da avenida Sete de Setembro ao Campo do Caiari, entre o aviso da chegada do avião até a aterrissagem [...]” (ALTO MADEIRA, ed. 3140, 2 nov. 1947; ed. 3142, 12 nov. 1947).

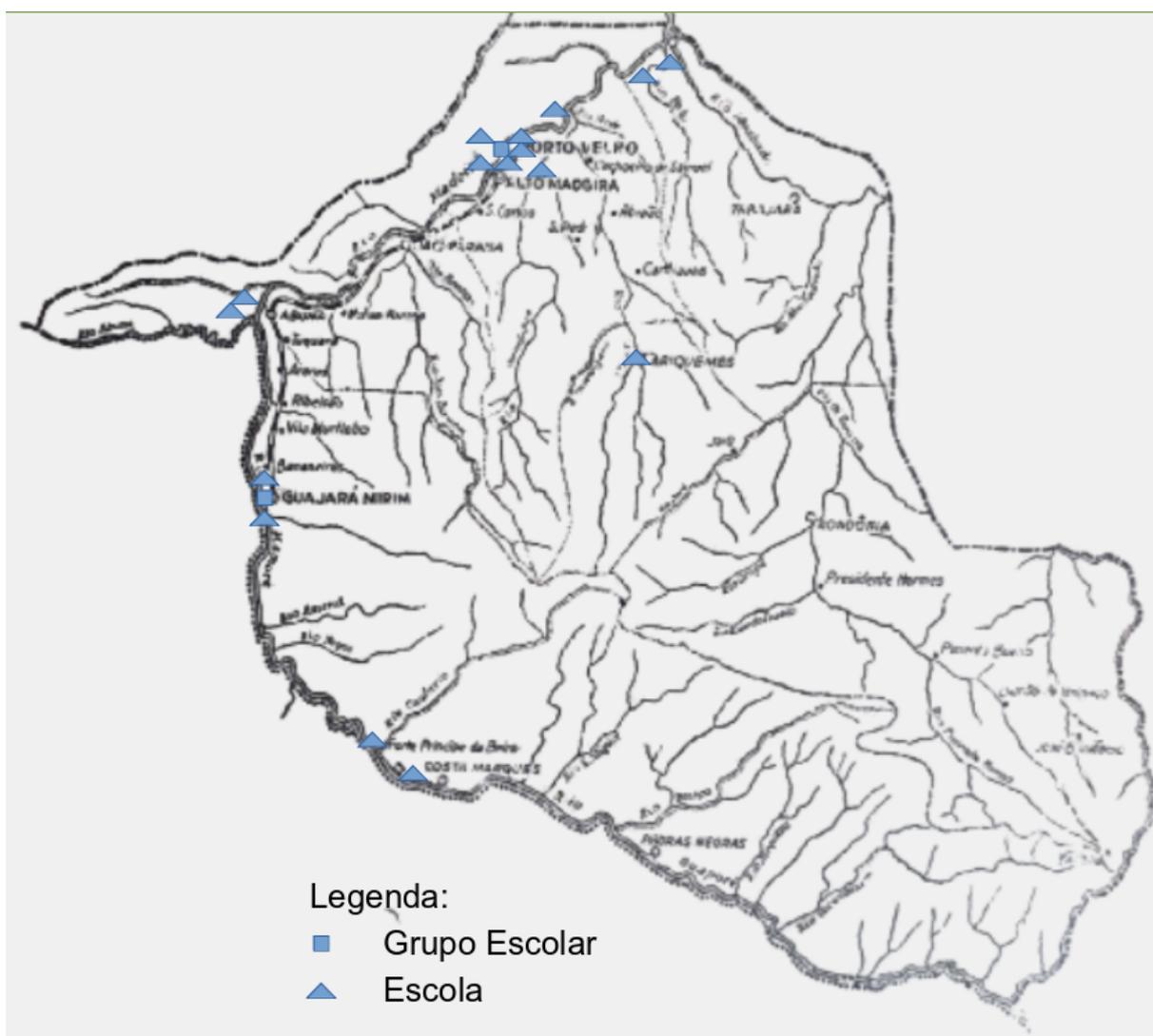
Mapa 2 - Escolas previstas no plano territorial – 1947



Fonte: Preparado pela autora com base em ALTO MADEIRA (ed. 3.099, 8 jun. 1947; ed. 3.101, 15 jun. 1947).

E para finalizar esse período, que vai de 1943 até 1947, quando Território, ainda carecia de ações educacionais sistemáticas, a figura e o quadro sinótico a seguir resumem o cenário da Educação Escolar:

Figura 17 - Localização das escolas identificadas na pesquisa - 1943 a 1947



Fonte: Preparado pela autora.

Quadro 5 - Escolas identificadas na pesquisa – 1943 a 1947

ANO	LOCALIZAÇÃO	ESCOLA	FONTE / COMENTÁRIOS
1943	Porto Velho	Escola Normal Rural Maria Auxiliadora	(LIMA, 1993).
1943	Porto Velho	Colégio Dom Bosco	(LIMA, 1993).
1943	Guajará Mirim	Instituto Nossa Senhora do Calvário	(LIMA, 1993).
1943	Porto Velho	Escola Noturna Henrique Dias	(CANTANHEDE, 1950).
1946	Guajará-Mirim	Escola Rural Ouro Preto	Portaria 44 de 09 de julho de 1946
1946	Km 8 rodovia Porto Velho - Cuiabá	Escola Rural Princesa Izabel	JAM (28 jul. 1946)
1946	Porto Velho (São Carlos)	Escola Rural Henrique Dias	JAM (12 dez.1946)
1946	Porto Velho	Escola Getúlio Vargas	Portaria 43 de 03 de julho de 1946
1946	Porto Velho	Grupo Escolar Barão do Solimões	JAM (26 mai.1946)
1946	Porto Velho (Maici)	Escola Rural de Maici	JAM (21 abr.1946)
1946	Porto Velho (Fortaleza do Abunã)	Escola Rural Barão do Rio Branco	JAM (30 jun. 1946)
1946	Porto Velho (Fortaleza do Abunã)	Escola Rural de Fortaleza do Abunã	JAM (21 abr.1946)
1946	Porto Velho (Calama)	Escola Rural de Calama	JAM (21 abr.1946)
1946	Guajará-Mirim	Curso noturno Grupo Escolar Simón Bolívar	JAM (04 ago.1946)
1946	Porto Velho	Escola Regimental	JAM (07 abr.1946)

* Legenda: JAM = Jornal Alto Madeira.

Fonte: Preparado pela autora.

5.2 Organização da Educação Escolar sob as Leis Orgânicas do Ensino

Após o governo de Joaquim Vicente Rondon, terminado em 31 de outubro de 1947, as três próximas administrações foram responsáveis pela organização da Educação Escolar no Território de acordo com as exigências das Leis Orgânicas do Ensino:

- a) Frederico Trotta - até 09/06/1948 (8 meses);
- b) Joaquim de Araújo Lima - até 22/02/1951 (32 meses);
- c) Petrônio Barcelos - até 07/02/1952 (12 meses).

Isto significa dizer que ao final do governo de Petrônio Barcelos, ainda que com inegáveis carências, já havia instituições públicas para os cursos Primário, Ginásial e Normal, além de soluções em andamento para um dos mais graves problemas existentes: a formação de professores em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades locais.

O tenente-coronel Frederico Trotta esteve à frente do governo por apenas 8 meses, sendo a DE dirigida por sua esposa Laudímia Trotta. Ele já havia governado o Território Federal do Iguaçu de 7 de fevereiro de 1946 até sua extinção, em 18 de setembro de 1946, onde sua esposa também atuou como diretora de educação. Há relatos de ações do casal nessa ocasião, como a criação do curso normal, construção de grupos escolares e escolas reunidas e contratação de professores. Ambos eram atuantes na educação: ela já fora chefe do 8º Distrito Educacional do Distrito Federal e ele, presidente do Instituto de Professores Públicos e Particulares (A NOITE, ed. 11.387, 23 out. 1943; ed. 12.329, 3 ago. 1946).³⁵

Pelo menos com base em notas elogiosas da imprensa porto-velhense, é possível inferir que a nova gestora da educação buscava compreender como a realidade socioeconômica local afetava negativamente os resultados do ensino.³⁶

Há tempos, em palestra com o nosso governador e com a Diretora

³⁵ Frederico Trotta também apresentava relações com o carnaval carioca, segundo notícias da imprensa: “Com a vitória da Escola de Samba Império Serrano, no monumental desfile de domingo de Carnaval, ingressa na galeria dos candidatos ao riquíssimo e cobiçado troféu ‘Frederico Trotta’, [...]” (A MANHÃ, ed. 1.998, 14 fev. 1948). Ao assistir a outro desfile carnavalesco, foi saudado como “o destacado amigo da gente humilde de nossos morros” (A MANHÃ, ed. 1964, 3 jan. 1948).

³⁶ Esse novo entendimento sobre a influência das condições econômicas nos problemas educacionais, decerto, já era distinto da visão do antigo diretor, Oldegar Franco Vieira, que, por meio de seus “decálogos”, buscava impingir aos professores e pais a ideia de que eram os grandes responsáveis pelo sucesso (ou insucesso) do ensino.

da Divisão de Educação, D. Laudímia Trotta, pudemos observar que ambos haviam apreendido rapidamente as peculiaridades do problema educacional da Amazônia.

Durante a safra da borracha, os pais levam os filhos para os seringais, despovoando as escolas. Como poderíamos obrigá-los a deixarem os filhos nos centros povoados onde estão as escolas, se não têm com quem deixar as crianças?

Assim sendo, só o internato resolverá o caso. Entretanto, ao fazer internatos, deve ser feito sob a forma de colônia agrícola, onde as crianças possam aprender a lidar com a terra, a fim de que possa ser desenvolvida a agricultura entre nós (ALTO MADEIRA, ed. 3181, 28 mar. 1948).

Na intenção de concretizar a ideia dos internatos, houve, no dia 25 de março de 1948, uma reunião do governador Frederico Trotta com diversos seringalistas, que se comprometeram a fazer uma “contribuição voluntária e de *tantos centavos* sobre cada quilo de borracha produzida” para construção e manutenção de um “Patronato Agrícola” em Porto Velho (ALTO MADEIRA, ed. 3181, 28 mar. 1948, grifo nosso).

O primeiro registro jornalístico local sobre o engenheiro Joaquim Araújo Lima, o 4º governador, data de 1941 e relata sua passagem por Manaus rumo a Porto Velho, para servir junto à EFMM, assumindo a direção da ferrovia em 1943 por indicação de Aluísio Ferreira. Vinha da Bahia, onde lecionara em vários estabelecimentos de Salvador atuara na imprensa, gozando de prestígio na alta sociedade (ALTO MADEIRA, ed. 2503, 28 mai. 1941; A MANHÃ, 10 abr. 1944).

Araújo Lima foi contemporâneo e conterrâneo de Oldegar Franco Vieira, já citado como diretor de educação no governo de Joaquim Vicente Rondon. Assim como Oldegar, ele também participou do movimento integralista liderando o núcleo baiano da AIB em 1935, além de fazer parte da diretoria da Congregação Mariana Acadêmica e do Círculo Católico de Estudos (O IMPARCIAL, ed. 1337, 21 mai. 1935).

Em Porto Velho, ele permaneceu ativo no movimento católico, conforme exemplifica ter sido designado “noitário”³⁷, ao lado do futuro governador Aluísio Ferreira, nas solenidades do mês mariano de 1942 (ALTO MADEIRA, ed. 2607, 28 mai. 1942).

³⁷ Pessoa grada, em localidades sertanejas, a quem nas trezenas e novenas festivas se tem por hábito dar o patrocínio de ditas celebrações pessoas essas que, aliás, podem ser de ambos os sexos e que tomam à sua conta as despesas de ornamentação do templo e de suas luzes, senão também outras, para maior esplendor do ato (Disponível em: <https://dicionarium.com/noit%C3%A1rio/>).

Desse modo, não é de se estranhar que em seu governo, transcorrido em meio às intensas disputas entre renovadores da Escola Nova e conservadores católicos pela hegemonia na educação brasileira, a imprensa porto-velhense se inclinasse à defesa das instituições confessionais

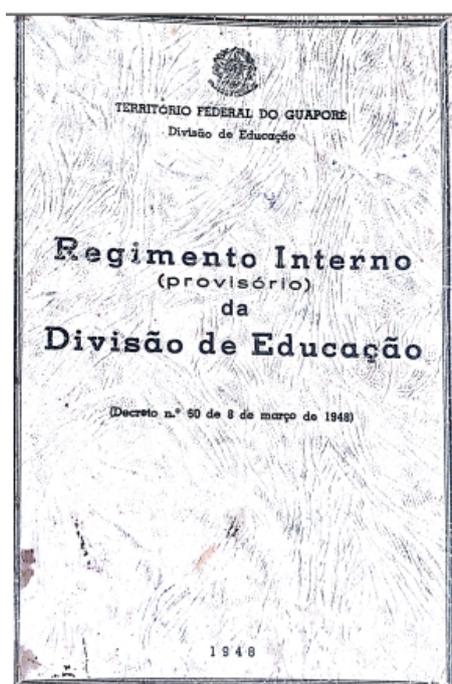
O mandato de Petrônio Barcelos (falecido em 1977), engenheiro como o seu antecessor, teve início em 22 de fevereiro de 1951 e se estendeu até 7 de fevereiro de 1952, ou seja, por quase um ano.

Para entender esse longo processo de organização da Educação Escolar, serão analisadas três ações importantes: a regulamentação, os investimentos e a formação de professores.

5.2.1 Regulamentação da Educação Escolar

Importante medida da gestão de Laudímia Trotta foi a elaboração do “Regimento Interno (provisório) da Divisão de Educação”, aprovado pelo Decreto Territorial 60, de 8 de março de 1948, cuja capa reproduzimos a seguir:

Figura 18 - Capa do regulamento da Divisão de Educação



Fonte: TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

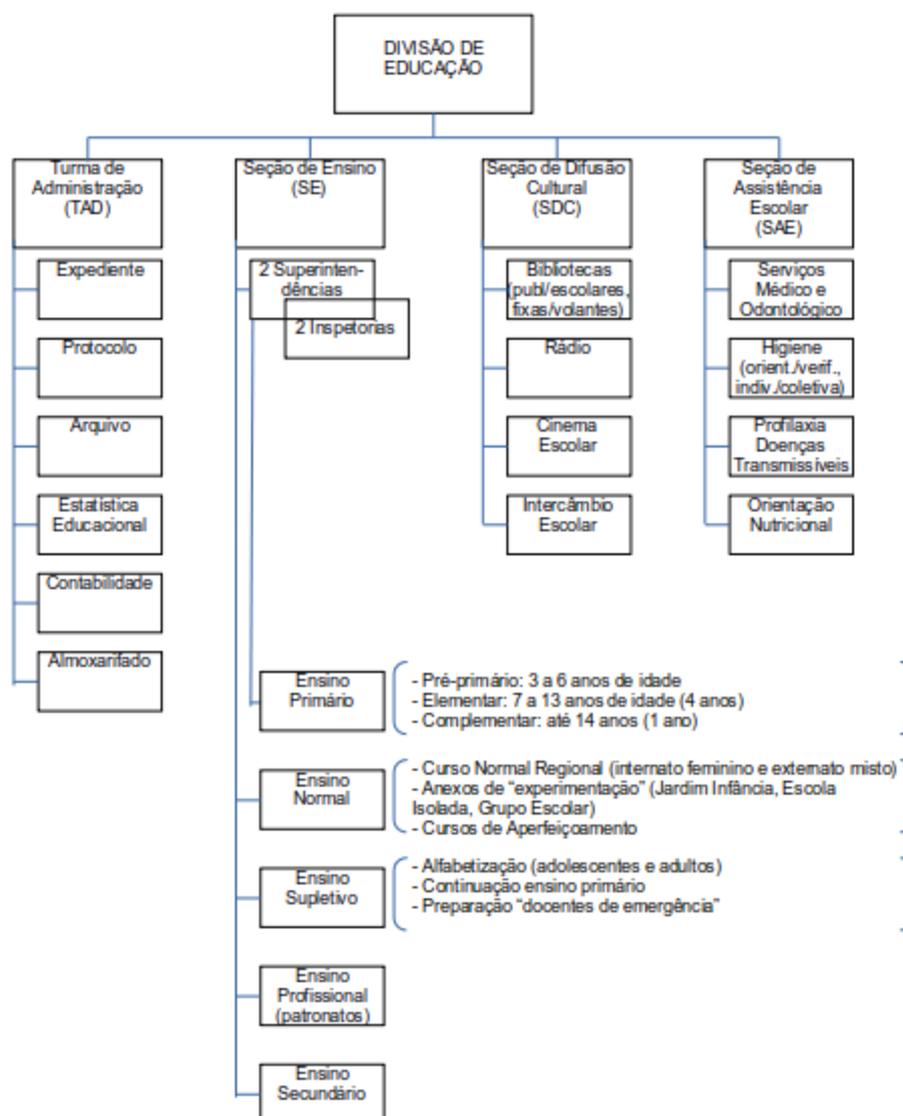
A condição provisória se justificava pela necessidade de o documento ainda ser aprovado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O preâmbulo do decreto informava que o antigo regulamento, baixado pelo Decreto Territorial 13, de 19 de abril de 1944, já não satisfazia às necessidades do ensino e que era oportuno instituir novas regras e procedimentos ainda no início do ano letivo (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1948).

Em resumo, o novo regimento era dividido em 4 capítulos (“Dos fins”, “Da organização”, “Das atribuições dos funcionários” e “Disposições gerais”), totalizando 58 artigos. Sua linguagem jurídica, objetiva e impessoal o diferenciava substancialmente dos “decálogos” do governo anterior.

Quanto aos fins da educação no Território, o novo regulamento repetia literalmente o artigo 7º do Decreto-Lei Federal 7.772/1945, que estabeleceu a organização administrativa territorial: promover, orientar e fiscalizar o ensino; manter estabelecimentos escolares conforme as possibilidades da região; organizar, manter e auxiliar as iniciativas privadas de ensino ou que visem ao desenvolvimento cultural da população (BRASIL, 1945).

O capítulo sobre organização apresentava detalhadamente a estrutura orgânica da DE, ilustrada no organograma a seguir:

Figura 19 - Estrutura da Divisão de Educação



Fonte: Preparado pela autora com base em TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

Em seguida, eram descritas detalhadamente as funções de cada um dos órgãos, interessando destacar:

- o Serviço de Estatística Educacional competia a coleta e análise de dados, bem como planejar e orientar os censos escolares, segundo convênio de estatística educacional celebrado com a União (arts. 7º ao 10º);

- b) à Seção de Ensino cabiam o planejamento, organização, fiscalização, orientação e controle do ensino segundo as normas do Ministério da Educação, além de manter curso de formação e aperfeiçoamento do magistério (arts. 18 e 19);
- c) era finalidade do Ensino Primário (art. 21), oferecer “de modo especial às crianças, as condições de equilibrada formação, procurando elevar o nível de conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação do trabalho” (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1948, p. 3);
- d) os estabelecimentos de Ensino Primário eram mantidos pelo Governo do Território (art. 23), compreendendo três cursos (art. 22):
 - pré-primário, destinado a crianças de 3 a 6 anos de idade;
 - primário elementar, faixa etária de 7 a 13 anos, com 4 anos de duração;
 - primário complementar, faixa etária até 14 anos, com 1 ano de duração.
- e) eram as seguintes as denominações dos estabelecimentos de ensino público (art. 24):
 - Escola Isolada (EI): uma só turma e um só docente;
 - Escola Reunida (ER): duas a quatro turmas, número correspondente de professores;
 - Grupo Escolar (GE): cinco ou mais turmas e número igual ou superior de docentes;
- f) os estabelecimentos particulares de Ensino Primário eram registrados, fiscalizados e orientados pela DE (art. 26), denominando-se Curso Elementar (CE), se ministrassem apenas curso elementar, ou Curso Primário (CP), se ministrassem cursos elementar e complementar (art. 25);
- g) os estabelecimentos públicos e particulares de Ensino Primário eram orientados e fiscalizados por duas Superintendências de Educação e duas Inspetorias de Ensino, com atuação limitada às zonas determinadas pelo diretor da DE (artigos 27, 28, 31 e 34);
- h) os superintendentes eram nomeados em comissão, entre pessoas de elevada cultura e excepcional capacidade para a função (art. 30);
- i) os inspetores eram de nomeação efetiva, escolhidos entre os professores primários diplomados mais renomados e com mais de 3 anos de serviço (art. 33);

- j) o Curso Normal Regional (CNR) funcionava na capital do Território, Porto Velho, sob os regimes de internato feminino e externato misto (art. 36);
- k) anexos ao CNR, como campos de experimentação, eram mantidos um Jardim de Infância, uma Escola Isolada e um Grupo Escolar (art. 35);
- l) cabia também ao CNR realizar cursos de aperfeiçoamento do magistério, os quais aconteciam durante as férias escolares e eram ministrados pelos superintendentes de educação, inspetores de ensino e professores designados pela DE (artigos 35 e 37);
- m) o Ensino Supletivo era destinado a adolescentes e adultos com as seguintes finalidades (art. 38): alfabetização; continuação da instrução primária, especialmente voltadas aos agricultores; preparação, por meio de missões pedagógicas itinerantes, de docentes de emergência para alfabetização em zonas de população muito disseminada.
- n) o fim do Setor de Difusão Cultural extrapolava a escola para desenvolver “através dela, no próprio povo, uma forte consciência patriótica e exercitá-la no culto permanente às instituições e símbolos da Nação, promovendo o aperfeiçoamento cívico, físico e artístico dos brasileiros” (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1948, p. 4-5), o que deveria ser conseguido por meio de bibliotecas escolares e públicas, fixas ou volantes, rádio, cinema e intercâmbio escolar (artigos 40 e 41);
- o) ao Setor de Assistência Escolar cumpria cuidar da saúde dos alunos, com exames clínicos periódicos, atendimento médico-odontológico, orientações nutricionais, difusão de conhecimentos de higiene individual e coletiva e implantação de práticas de profilaxia das doenças transmissíveis (artigos 42 a 44).

No capítulo referente a atribuições dos funcionários, cabe destacar algumas das competências do diretor da DE e dos titulares das Superintendências de Educação e das Inspetorias de Ensino.

Além de auxiliar o governador nos assuntos educacionais e dirigir plenamente a DE, eram atribuições específicas do titular da pasta (art. 47): dirigir e inspecionar o CNR (alínea “e”); emitir parecer sobre os livros adotados no ensino (alínea “g”); propor ao governador a criação de escolas (alínea “i”).

Das atribuições dos superintendentes de educação e dos inspetores de

ensino (artigo 48 e 49), interessa destacar: comunicar à Divisão de Saúde os casos suspeitos de doenças transmissíveis (alínea “f”); promover a organização e desenvolvimento de instituições de cooperação da escola e da família (alínea “h”); superintender os exames e presidir as bancas de exame final (alínea “l”); orientar pessoalmente o ensino nos Grupos Escolares (alínea “m”); fiscalizar e assistir aos estabelecimentos particulares de ensino (alíneas “t” e “u”).

Também segundo o artigo 48, os superintendentes de educação e os inspetores de ensino fiscalizavam os estabelecimentos, registrando suas visitas e comunicando as ocorrências relevantes à DE (alíneas “c” e “d”). Nessas inspeções era verificado (alínea “j”):

- I – se é fielmente observado o programa de ensino;
- II – se são adotados os livros, os métodos e os processos pedagógicos recomendados pela Divisão de Educação;
- III – se a escola está provida de mobiliário conveniente e do material indispensável para o ensino;
- IV – se a escola está situada no lugar onde há suficiente população escolar ou se há conveniência em transferi-la ou extingui-la (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1948, p. 6).

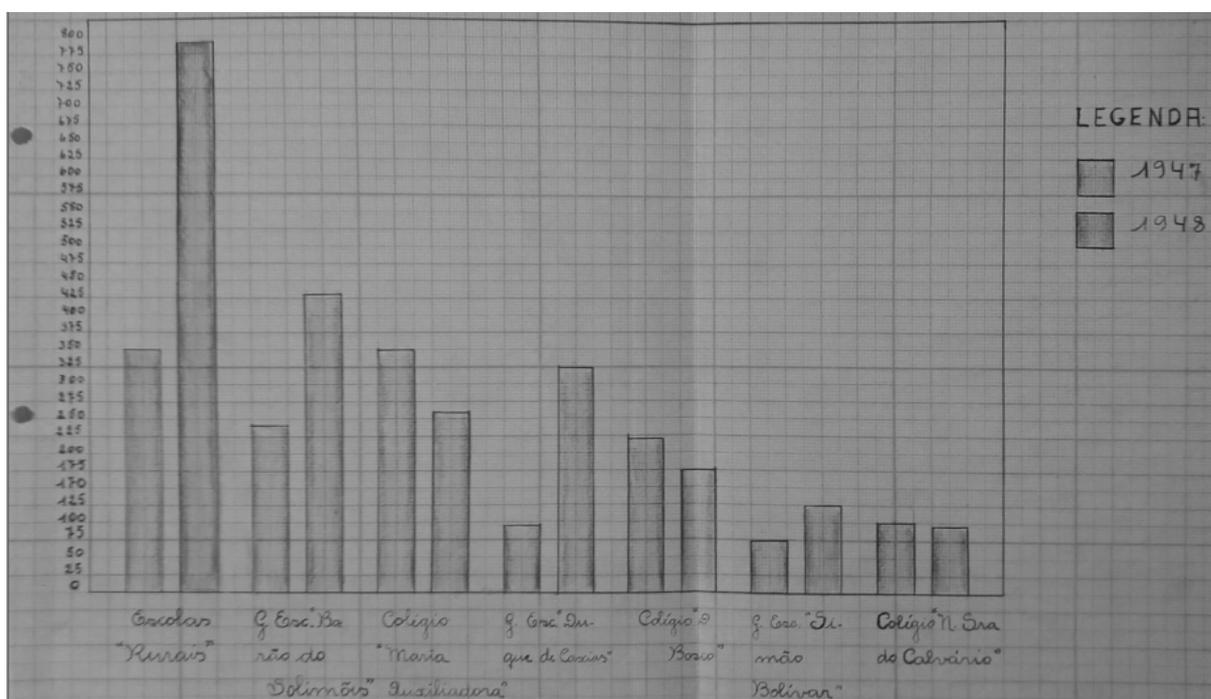
Essas ações de inspeção também pretendiam colocar em prática a intenção do governador Frederico Trotta, manifesta em carta dirigida ao presidente do INEP, Murilo Braga, de tornar obrigatório o Ensino Primário, mesmo se preciso fosse recorrer à coerção policial:

Creio que em Porto Velho haverá pela 1ª vez no Brasil o ensino primário obrigatório. Já estou obrigando, no sentido total do termo, os pais a matricularem os filhos e já determinei que a polícia auxilie a Divisão de Educação. Quando um aluno faltar, far-se-á a verificação da causa por meio da polícia e da saúde pública. As crianças serão obrigadas a andarem com o cartão de matrícula. Criança na rua durante o dia é criança interpelada. Assim acaba-se com a vadiagem e se dará vida a um texto legal que nunca saiu do papel ou das arengas políticas (INEP, 1948).

No governo anterior, as autoridades educacionais pareciam menos inclinadas à imposição de sanções, exortando os pais que os conhecimentos mínimos demandavam os quatro anos do Ensino Primário e que o trabalho com finalidade lucrativa constituía perigo à saúde e à formação das crianças (ALTO MADEIRA, ed. 2.994, 19 mai. 1946).

Consequência ou não desse rigor fiscalizatório, entre os anos de 1947 e 1948 houve um expressivo aumento na quantidade de matrículas em estabelecimentos públicos: escolas rurais, de 350 para quase 800; grupos escolares Barão do Solimões e Duque de Caxias (Porto Velho), de 340 para 750; Grupo Escolar Simón Bolívar (Guajará Mirim), de 75 para 124, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 20 - Comparativo de matrículas 1947 / 1948



Fonte: TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

Por outro lado, é interessante notar que no mesmo período os estabelecimentos particulares de Porto Velho, Instituto Maria Auxiliadora e Colégio Dom Bosco, registraram decréscimo no total de matrículas: aproximadamente, de 575, em 1947, para 325, em 1948. No Colégio Nossa Senhora do Calvário, em Guajará Mirim, também houve um leve declínio, ficando abaixo de 100 matrículas em 1948.

Merece ser destacada, ainda, a importante decisão no Edital DE 2, de 4 de fevereiro de 1948, de proibir a venda de material escolar fornecido pelo governo aos estudantes, o que foi reforçado posteriormente por Laudímia Trotta no Edital DE 14: "[...] é expressamente vedada a venda de todo e qualquer material que seja

distribuído pela DE, incorrendo nas penalidades estabelecidas no E.F.P. [Estatuto do Funcionário Público] o professor ou dirigente que desobedecer à presente recomendação” (O GUAPORÉ, [194?]).

A preocupação com as matrículas também motivou o Edital DE 5, de 11 de fevereiro de 1949, assinada pela nova diretora Amália Batista dos Santos, sobre o início do ano letivo em todas as escolas, a partir de 3 de março, em dois turnos nos grupos escolares e escolas rurais (7h:30min às 11h:30min e 13h às 17h). Aos alunos “reconhecidamente pobres” seria fornecido material escolar e fardamento gratuitos. Ressaltava a DE ser o ensino obrigatório para as crianças de 7 a 12 anos, sujeitando-se os pais que não as matriculassem à detenção de um a seis meses prevista no artigo 245 do Código Penal (ALTO MADEIRA, ed. 3.343A, 13 fev. 1949). Nos jardins de infância dos grupos escolares Barão do Solimões e Duque de Caxias, em Porto Velho, a frequência das crianças começaria no dia 10 de março (ALTO MADEIRA, ed. 3.342A, 6 mar. 1949).

No esforço de regulamentação eram consideradas as necessidades de adequar as estatísticas escolares às normas nacionais, nos estabelecimentos territoriais, municipais e particulares do Curso Primário. O Decreto Territorial 132, de 15 de setembro de 1949, substituiu o livro de “Registro do Movimento Didático”, até então utilizado, por modelos recomendados pelo IBGE. Nos grupos escolares e escolas reunidas deveriam ser utilizados os livros de “Matrícula, Professores e Aparelhamento Escolar – modelo I” e “Frequência Diária – modelo II”; nas escolas isoladas, o de “Matrícula, Frequência Diária e Aparelhamento Escolar – modelo III”. Sujeitos a penalidades, os estabelecimentos eram obrigados a enviar à DE boletins mensal e anual padronizados sobre movimentos de classe e matrículas iniciais (ALTO MADEIRA, ed. 3.457, 26 nov. 1949).

A avaliação do Curso Primário também era objeto de detalhada regulamentação. Por ocasião dos exames de 1948, a Portaria DE sem número, de 24 de novembro, estabelecia regras rigorosas para aplicação das provas escritas e orais (ALTO MADEIRA, ed. 3.310, 28 nov. 1948):

- a) confecção e fiscalização das provas: pela “Comissão Central de Provas” composta pelo diretor da DE, diretores dos grupos escolares Barão do Solimões e Duque de Caxias, dirigente da Escola Reunida do Km 1

- (professora Gildete Lima Cardoso³⁸), oficial administrativo (Oderlo Beleza Serpa) e escriturário classe “G” da DE (Antônio Augusto de Vasconcelos);
- b) tipos de prova: escrita e oral (aplicada no dia seguinte ao da prova escrita);
- c) data de aplicação: 30 de novembro (Porto Velho e Guajará Mirim) e no dia seguinte ao recebimento (demais localidades), não podendo ser antes de 30/11;
- d) avaliação (em Porto Velho e Guajará Mirim): por banca examinadora composta pela professora da série e mais dois examinadores, um deles como presidente da banca;
- e) avaliação (nas demais localidades): as provas escritas deveriam ser devolvidas à DE para “corrigenda”, junto com as notas da prova oral;
- f) aprovação: com média geral igual ou superior a 50 (a promoção à 2ª série exigia nota maior ou igual a 75, pois a 1ª série se dividia em “A”, “B” e “C”);
- g) certificados de aprovação: assinados pela banca examinadora e visados pela diretora da escola (no interior, bastava a assinatura da professora da classe);
- h) festa de encerramento: no dia 12 de dezembro, em todas as escolas.

Mudanças curriculares por força da Lei Orgânica do Ensino Primário também foram estudadas pela DE. Em portarias de 27 de fevereiro de 1950, assinadas pelo diretor interino, Ernesto Laudelino de Almeida, duas comissões foram criadas para implantar mudanças emergenciais no Ensino Primário (ALTO MADEIRA, ed. 3.514, 11 mar. 1950).

A primeira, composta pelas professoras Gildete Lima Cardoso (chefe da Seção de Ensino da DE), Emília Botelho de Amorim (diretora do GE Barão do Solimões), Hilda Nunes Duarte de Queiroz (diretora do GE Duque de Caxias), Zuíla Antonina Paiva de Lima, Stela de Oliveira Paes e Flora Calheiros Cotrim, objetivava um reajustamento do 1º ano, classificando as crianças nas classes “A”, “B” e “C”.

A segunda, presidida por Gildete Lima Cardoso e formada pelas professoras Matilde Rebelo de Macedo, Helena Rebelo de Macedo, Elvira dos Santos e Lígia dos Santos Veiga, além das citadas antes, deveria, em caráter de urgência, fazer o

³⁸ No acervo de Anísio Teixeira, mantido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC FGV), há uma carta de 1953 da professora Gildete Lima Cardoso, enviada ao deputado federal Waldemar Rupp (1915 – 1988), resumindo seu currículo e solicitando transferência de Porto Velho para o Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro (CPDOC FGV, 1953).

doseamento do programa de ensino para o novo ano letivo.

A necessidade de mudanças curriculares adentrou o ano de 1951, quando, por meio da Portaria DE 7, de 9 de janeiro, foi designada uma nova comissão, presidida pelo diretor da DE, Ernesto Laudelino de Almeida, para revisar o programa do Curso Primário Elementar e Complementar. Para cada ano foram designados dois relatores, que poderiam “ouvir em entrevista oral ou por escrito (sic)” os membros do magistério particular e público de Porto Velho, submetendo seus relatórios ao consenso e aprovação geral da comissão:

- 1º ano – Marise Magalhães Costa Castiel [diretora do CNR] e Estela de Araújo Compasso [diretora do GE Duque de Caxias];
- 2º ano – Gildete Lima Cardoso [chefe da Seção de Ensino da DE] e Irmã Sílvia Moura [Colégio Maria Auxiliadora];
- 3º ano – Zuila Antonina Paiva de Lima e Matilde Monteiro Afonso dos Santos;
- 4º ano – Lígia dos Santos Veiga e Geraldina Henriques de Lira;
- 5º ano – Padre Luiz Vanzon [diretor do Colégio Dom Bosco] e Antônio Augusto de Vasconcelos (ALTO MADEIRA, 7 jan. 1951).

Segundo a Portaria, “o programa de linguagem deverá ter especial carinho”, por ser o elemento primordial ao desenvolvimento infantil, conforme o trabalho “Leitura e linguagem no curso primário” produzido pelo INEP. Entretanto, dever-se-ia seguir a recomendação de Murilo Braga na introdução da obra:

Assim, relativamente a cada disciplina, apresentou-se um conjunto de sugestões a serem estudadas pelas administrações estaduais, às quais caberá verificar da sua aplicabilidade em face das condições ambientais, submetendo-as a revisões e alterações circunstanciais à vista do que aconselha a experiência (ALTO MADEIRA, ed. 3676, 7 jan. 1951).

Também em 1951, mas na gestão de Petrônio Barcelos, a preocupação da Portaria DE 73, de 22 de outubro, assinada pela diretora Irene Rolim, era como advertências e censuras deveriam ser feitas: “com energia suave, usando expressões elevadas próprias de um educador”, sem recorrer a castigos e penalidades. Após diversas considerações que incluíam “[...] a figura do Divino Mestre e Sua mensagem: TUDO O QUE FIZERDES A UM DESTES PEQUENINOS A MIM MESMO O FAREIS”. determinava a observância dos artigos 47 e 48 do Regimento Interno dos Grupos Escolares (ALTO MADEIRA, 9 nov. 1951, grifo no

original):

Art. 47 – Aos alunos só poderão ser aplicados conforme a gravidade da falta as seguintes penas: a) advertência; b) censura; c) eliminação; d) suspensão.

Parágrafo 1: as penas de advertência e censura podem ser aplicadas e a de suspensão até dez (10) dias pelo diretor do Grupo Escolar.

Parágrafo 2: A eliminação, que é de competência exclusiva do Diretor da Divisão de Educação, só se aplicará depois de verificada a ineficácia dos recursos disciplinares e reconhecida a incompatibilidade do aluno, por suas condições morais e mentais, com o meio escolar.

Art. 48 – Ainda que autorizada pelo pai, tutor ou responsável, não será permitido aplicar qualquer outra pena.

Os esforços de regulamentação da Educação Escolar necessitavam do aperfeiçoamento profissional dos professores e gestores do ensino e algumas ações do governo eram a este fim direcionadas.

Em 29 de outubro de 1948, pelo Decreto Territorial 100, foi criada uma especialização em educação sanitária para os professores primários, com duração de 2 meses, matrícula ex-ofício e presença obrigatória. O curso estava subordinado à DE e seria ministrado pelos médicos da Divisão de Saúde e do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)³⁹ em dois períodos mensais: no primeiro, aulas de higiene geral, doenças transmissíveis e saneamento; no segundo, alimentação, educação sanitária, puericultura, higiene pré-escolar e escolar e socorros de urgência (ALTO MADEIRA, ed. 3.304, 14 nov. 1948).

Com o mesmo propósito, o Edital DE 2, de 1949, anunciava cursos de especialização, de preparação e de emergência promovidos pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (ALTO MADEIRA, ed. 3.340, 6 fev. 1949).

O Edital DE 1, por sua vez, divulgava a Portaria INEP 34, de 8 de dezembro de 1948, que oferecia bolsas de estudo no valor de R\$1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros) mensais a profissionais da educação residentes fora do Distrito Federal e

³⁹ Agência bilateral, Brasil e Estados Unidos, criada em 1942, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde. Seu principal propósito era erradicar a malária e outras endemias na Amazônia e no Vale do Rio Doce, regiões em que se extraíam a borracha e o minério de ferro, produtos estratégicos para o esforço de guerra. Em 1960 foi transformada na Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), a qual foi incorporada em 1990 na Fundação Nacional de Saúde (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2021).

de Niterói: três para os cursos de Administração e Organização de Serviços de Educação, Medidas Educacionais e Inspeção / Orientação do Ensino Primário; três para Direção de Escolas Primárias e uma para Desenhos e Trabalhos Manuais. Ao ente federativo e ao candidato eram impostas algumas responsabilidades:

XXIII. A aceitação da bolsa implicará para o candidato nos seguintes compromissos:

a) prestar uma vez habilitado, imediatos serviços ao ensino público do Estado ou Território de onde provier, pelo prazo de 2 (dois) anos, no mínimo, ressalvada a hipótese de indenização das despesas feitas com seu curso.

XXIV. O órgão incumbido da administração da Educação, nos Estados e Territórios se compromete a aproveitar o funcionário em atividades relacionadas com o curso por ele feito (ALTO MADEIRA, ed. 3.340, 6 fev. 1949).

Em Portaria Territorial de 20 de agosto de 1949, o governador arbitrava uma ajuda de custo de Cr\$8.400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros), correspondente a um mês de vencimentos, para que a diretora da DE, Amália Batista dos Santos, representasse o Território no Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro (ALTO MADEIRA, ed. 3.410, 17 ago. 1949).

A regulamentação da Educação Escolar também se mostrava em detalhes quase despercebidos. Em 4 de junho de 1948, o Decreto Territorial número 86 de Frederico Trotta dava nomes a escolas que até então eram identificadas por suas localidades: Dr. Teodoro Assunção, em Candeias do Jamari; Rodolfo Guimarães em Cachoeira do Samuel, vale do Jamari; Ricardo Cantanhede, em Ariquemes; José de Alencar, em Maicí, baixo Madeira; Gonçalves Dias, na vila de Rondônia, atual Ji-Paraná); General Sampaio, no Forte Príncipe da Beira; Olavo Bilac, em São Paulo, Guajará Mirim; Professor Oscar Cunha em Limoeiro, Guajará Mirim e Euclides da Cunha, em Pedras Negras, Guajará Mirim (O GUAPORÉ, 1º mai. 1948; 5 jun. 1948).

5.2.2 Investimentos na Educação Escolar

Para universalizar a instrução primária não bastava o uso da força policial, mas era necessário construir escolas, ainda que os recursos federais não fossem suficientes, como mostra outro trecho da carta a Murilo Braga, a quem o governador

Frederico Trotta prometia homenagear com o nome de uma futura escola:⁴⁰

A quota de 300.000,00 cr. [cruzeiros] já a empreguei toda. Meu sistema, dadas as condições peculiares do local, é tratar a construção de cada escola e reservar o dinheiro total para ela, do contrário, ninguém aceitaria. Assim, já tenho quase prontas cinco escolas a 60.000 cr. e uma começando mas para a qual não tenho recursos ainda, daí ter-lhe pedido a remessa da 2ª quota. A 1ª que ficar pronta para funcionar (dentro de um mês mais ou menos) receberá o seu nome como uma homenagem sincera e justa a quem tanto tem feito pelo ensino primário e normal no Brasil.

Devo finalmente informar ainda ao bom amigo que o Território tem ajudado à construção de escolas porque o dinheiro atribuído a cada unidade é bem aquém do valor (em média fica de 80 a 85 mil cruzeiros e mais ainda no interior). Basta dizer que o cimento custa de 95 a 105 cr. o saco; as telhas de 3300 a 3500 o milheiro, tijolos de 1000 a 1200 cr. o milheiro. Pedreiros 80 cr. diários, serventes 40 a 45 e quando há. As esquadrias vêm de Belém⁴¹. Estou montando uma serraria e carpintaria mas só ficam prontas em junho. Peço resposta telegráfica (INEP, 1948).

É interessante notar que o custo citado de Cr\$85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros) para construção de uma escola equivalia a 42,5% dos Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) estimados nas metas traçadas no governo anterior para o Plano de Valorização da Amazônia.

A pesquisa realizada identificou algumas das escolas criadas por decretos, inauguradas, visitadas ou prometidas pelos diversos governadores, conforme quadro a seguir:

⁴⁰ Murilo Braga faleceu em 1952, vítima de acidente aéreo. Somente em 1954 uma escola porto-velhense teve o nome em sua homenagem, quando, pelo Decreto 285, de 2 de abril de 1954, a “Escola de Prosperidade no Rio Madeira”, localizada na avenida Sete de Setembro (antigo “km. 1”) passou a ser denominada “Escola de Prosperidade dr. Murilo Braga”. Em novembro de 1966, pelo Decreto 487, transformou-se no “Grupo Escolar Murilo Braga” (ESCOLA MURILO BRAGA, 2007). De qualquer forma, no afã de sua promessa, Frederico Trotta parece ter ignorado que, segundo o parágrafo único do artigo 32 da Lei Orgânica do Ensino Primário, uma escola somente poderia ser nomeada em homenagem a pessoa já falecida.

⁴¹ A narrativa do governador sobre as dificuldades de construção (“as esquadrias vêm de Belém”) lembra, de certa forma, a construção do Forte Príncipe da Beira, no século XVIII: “A pedra necessária à construção veio de Belém, inicialmente, via rio Amazonas e Madeira; depois, de Albuquerque ou Corumbá, em Mato Grosso, subindo o rio Paraguai até o Jauru, e daí por terra até a margem do rio Guaporé, percorrendo uma distância de 1500 quilômetros” (FUNDAÇÃO NACIONAL PROMEMORIA, 1983, p. 6). Quase 200 anos passados e a região ainda era de difícil acesso carente de indústrias, o que prejudicava seu desenvolvimento.

Quadro 6 - Escolas construídas no Território – 1947 a 1952

No	Data	Governo	Fonte*	Descrição	**
1	1948: 04 jun.	Frederico Trotta	Decreto 87	Escola Professor Crispim Sodré de Macedo (Assunção, baixo Madeira, Porto Velho) * Prédio a ser construído pelos moradores	D
2	1948: 04 jun.	Frederico Trotta	Decreto 87	Escola Rural Modelo (anexa ao CNR, Porto Velho)	D
3	1948: 04 jun.	Frederico Trotta	DT 87	Escola no km. 2 da EFMM (Porto Velho)	D
4	1949: 04 fev.	Joaquim Araújo Lima	JAM (13 fev. 1949)	Escola Rural (km. 8 rodovia Porto Velho – Cuiabá, Porto Velho) . Construída pelo Instituto Agrícola do Norte. . Planos da DE em ser escola rural modelo.	I
5	1949: 11 fev.	Joaquim Araújo Lima	JAM (11 fev. 1948)	Escola Rural Jaci Paraná (linha da EFMM, Porto Velho)	I
6	1949: 03 ago.	Joaquim Araújo Lima	JAM (3 ago. 1948)	Escola Rural Pedras Negras (Guajará Mirim) . Materiais de construção já disponíveis. . Construção pelos padres franciscanos em colaboração com o governo.	P
7	1949: 03 ago.	Joaquim Araújo Lima	JAM (3 ago. 1949)	Escola Rural Limoeiro (Guajará Mirim) . Materiais de construção já disponíveis. . Construção confiada ao sr. João Saldanha.	P
8	1949: 03 ago.	Joaquim Araújo Lima	JAM (3 ago. 1949)	Escola Rural Costa Marques (Guajará Mirim) . Construção confiada ao sr. Demétrio Melo.	P
9	1949: 17 ago.	Joaquim Araújo Lima	JAM (17 ago. 1949)	Escola Rural Cachoeira Samuel (Porto Velho) . Construção confiada ao sr. Demétrio Melo.	P
10	1949: 3 ago.	Joaquim Araújo Lima	JAM (3 ago. 1949)	Escola Rural no Forte Príncipe da Beira (Alto Guaporé, Guajará Mirim) . Regida pelo auxiliar de ensino José Francisco dos Santos.	V
11	1949: 3 ago.	Joaquim Araújo Lima	JAM (3 ago. 1949)	Escola Rural em Pedras Negras (Alto Guaporé, Guajará Mirim) . Regida pela auxiliar de ensino Leonilda Saldís.	V
12	1949: 3 ago.	Joaquim Araújo Lima	JAM (3 ago. 1949)	Escola Rural em Santo Antônio (Alto Guaporé, Guajará Mirim) . Regida pela auxiliar de ensino Maria de Jesus Evangelista.	V

No	Data	Governo	Fonte*	Descrição	**
12	1951: 27 abr.	Petrônio Barcelos	Decreto 196	Grupo Escolar Getúlio Vargas (Porto Velho) . Transformação da antiga escola particular 'Getúlio Vargas'). . Funcionamento em prédio provisório, antiga sede da Divisão de Segurança e Guarda, avenida Farquhar.	D

* JAM = Jornal Alto Madeira.

** D = criada por Decreto; I = Inaugurada; P = Prometida; V = Visitada.

Fonte: Preparado pela autora.

Outra Escola Rural importante já funcionava no Núcleo Agrícola Presidente Dutra, no distrito de Iata, em Guajará Mirim. Construída segundo os padrões do INEP, registrava em 1950 a frequência de aproximadamente 120 crianças, além de 32 adultos⁴² (ALTO MADEIRA, ed. 3.548, 9 mai. 1950).

A construção de escolas rurais demandava, naquele momento, atenção especial da União e foi com destaque que a imprensa local noticiou a visita, em 1950, do educador norte-americano Robert King Hall⁴³ para, em companhia do dr. Djalma Cavalcanti, representante do Território no Distrito Federal, realizar uma “viagem de estudo sobre a vida educacional do Guaporé”. O desembarque dos dois estava previsto para acontecer em Guajará Mirim, de onde iriam para Porto Velho a bordo de uma litorina da EFMM, fazendo escala em todas as localidades e acampamentos à margem da ferrovia (ALTO MADEIRA, ed. 3560A, 30 mai. 1950).

O INEP também se afirmava como importante aliado do Território para expansão da rede de escolas. Em 1951, na gestão de Petrônio Barcelos, a diretora da DE, Irene Rolim, em visita ao Rio de Janeiro, conseguiu a verba de Cr\$1.450.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) para construção de vinte escolas rurais e um Grupo Escolar (ALTO MADEIRA, ed. 3837, 14 out. 1951).

⁴² Núcleo Agrícola de grande e importante atividade, organizado com distribuição de terras para o cultivo de gêneros alimentícios e o abastecimento dos moradores de Porto Velho e Guajará Mirim, dentre outras localidades. Vivenciou três etapas: a) de 1944 a 1949 – assentamento de famílias e aberturas de lotes; b) de 1950 a 1962 – o apogeu da produção; c) 1962 a 1972 – “decadência em virtude da extinção da ferrovia” (SILVA, 1987, p. 51).

⁴³ Robert King Hall, professor de Educação Comparada do *Teacher's College* da Universidade de Columbia. Visitou o Brasil seguidas vezes ao Brasil, sob os auspícios do Inep, conduzindo estudos e colaborando tecnicamente, com o financiamento do governo brasileiro, por meio do Itamaraty e do Instituto Brasil-Estados Unidos. Atuou nos cursos de formação de professoras para as escolas primárias rurais e, a convite de Murilo Braga, então diretor-geral do INEP, foi o consultor técnico na construção dessas escolas (INEP, 2021).

Investimentos, na forma de subvenções, também eram realizados nas instituições particulares, conforme demonstram os decretos territoriais relacionados a seguir:

Tabela 13 - Subvenções a instituições particulares

Data	Decreto	Governo	Valor Cr\$	Instituição
28/4/48	73	Frederico Trotta	15.000	Instituto Dom Bosco – Porto Velho
28/4/48	74		15.000	Instituto Maria Auxiliadora – Porto Velho
28/4/48	75		10.000	N. Senhora Calvário – Guajará Mirim
16/7/49	122	Joaquim Araújo Lima	5.000	Escola Eurico Néson (Igreja Batista) – Porto Velho
4/8/49	126		5.000	Escola Samaritana (Loja Maçônica) – Porto Velho
25/2/50	143		6.000	Escola Samaritana (Loja Maçônica) – Porto Velho

Fonte: Preparado pela autora com base em O GUAPORÉ (1º de mai. de 1948; 5 de jun. de 1948); ALTO MADEIRA (31 de jul. de 1949)

Sobre a Escola Samaritana, há relato da cerimônia do encerramento do ano letivo de 1952. Aos alunos mais bem aplicados (José de Melo Garcia, do 3º ano, e Francisco das Chagas, do 4º ano), foram oferecidos Cr\$1.000,00 (um mil cruzeiros) e Cr\$400,00 (quatrocentos cruzeiros), respectivamente; à aluna mais assídua (Mary Sales), Cr\$300,00 (trezentos cruzeiros). E estavam previstas Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) a cada um dos 183 alunos para aquisição de bombons no Natal. São citados nessa matéria os nomes de Moacyr Miranda, Venerável da Loja Maçônica União e Perseverança, e das professoras Nadir Brasil, palestrante da cerimônia, e Maria do Carmo Ribeiro, dirigente da escola (ALTO MADEIRA, ed. 4.126, 17 dez. 1952).

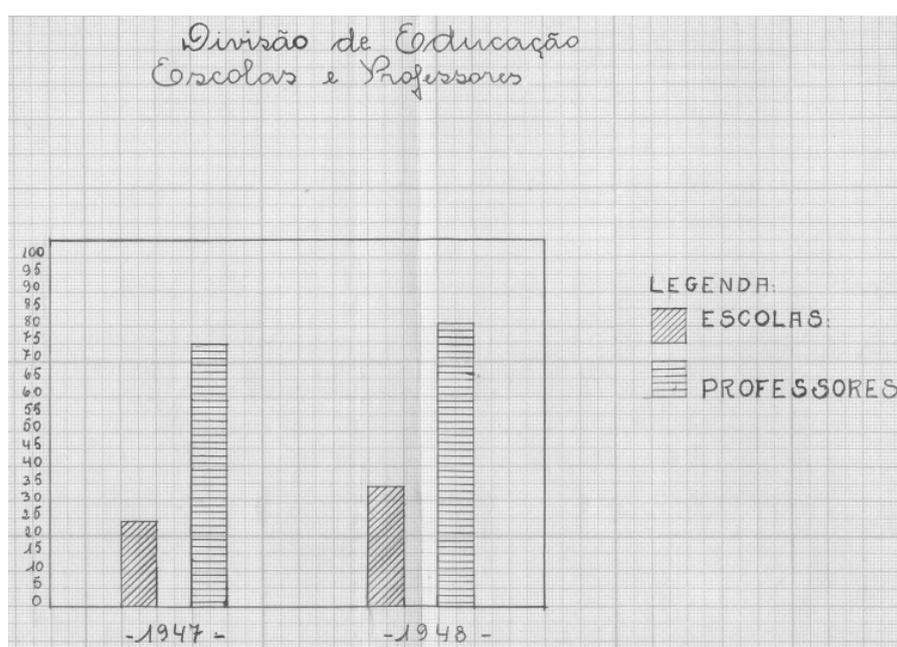
5.2.3 A formação de professores

Entretanto, o maior obstáculo à expansão do Ensino Primário residia na carência de professores, o que já era possível constatar no governo de Joaquim Vicente Rondon, tomando como exemplo o comunicado publicado pela DE:

Havendo vagas de professor em diversas escolas do interior do Território, o Departamento de Educação torna público seu interesse de nomear jovens do sexo masculino, maiores de 18 anos, que desejem exercer situação de auxiliar de ensino com vencimentos de novecentos cruzeiros (Cr\$900,00) mensais (ALTO MADEIRA, ed. 2.993, 12 mai. 1946).

Essa carência também pode ser visualizada na figura a seguir, elaborado pela DE, na gestão de Laudímia Trotta:

Figura 21 - Estatística de escolas e professores da Divisão de Educação - 1947/1948



Fonte: TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

É possível perceber que o número de escolas aumentou mais do que o de professores, além de a quantidade de matrículas na rede pública, conforme visto em outro gráfico, ter mais do que dobrado de 1947 para 1948. Portanto, a formação para o magistério passou a ser prioridade e o governo do Território almejava, com o apoio do Ministério da Educação e Saúde, “construir uma verdadeira Escola Normal” (INEP, 1948).

E a razão dessa estagnação na quantidade de professores devia-se, em

grande parte, à paralisação, em 1946, do Curso Normal Rural mantido pelo Instituto Maria Auxiliadora desde 1938, por não ter se adequadado ainda às exigências da nova Lei Orgânica do Ensino Normal. Dentre essas exigências, estava a necessidade de a formação do professor ser precedida pelo Curso Ginásial de 4 anos.

Então, de imediato, o curso mantido pelo Instituto Maria Auxiliadora passou a constituir seção feminina do Ginásio Dom Bosco, sobre a qual foram coletados os seguintes dados referentes a 1948: das 18 alunas da terceira série, uma precisou fazer exame de 2ª época em Francês; na segunda série, todas as 17 alunas foram aprovadas; na primeira série, do total de 29 alunas, 23 foram aprovadas, 2 foram para exame de 2ª época e 3 ficaram reprovadas (a quarta série ainda não tinha alunas matriculadas). Nos exames de admissão foram classificadas 19 alunas (ALTO MADEIRA, ed. 3.319, 19 dez. 1948).

Tais números, resumidos na tabela a seguir, ressaltavam a carência de pessoal para o magistério:

Tabela 14 - Previsão de formação de professores pelo Instituto Maria Auxiliadora

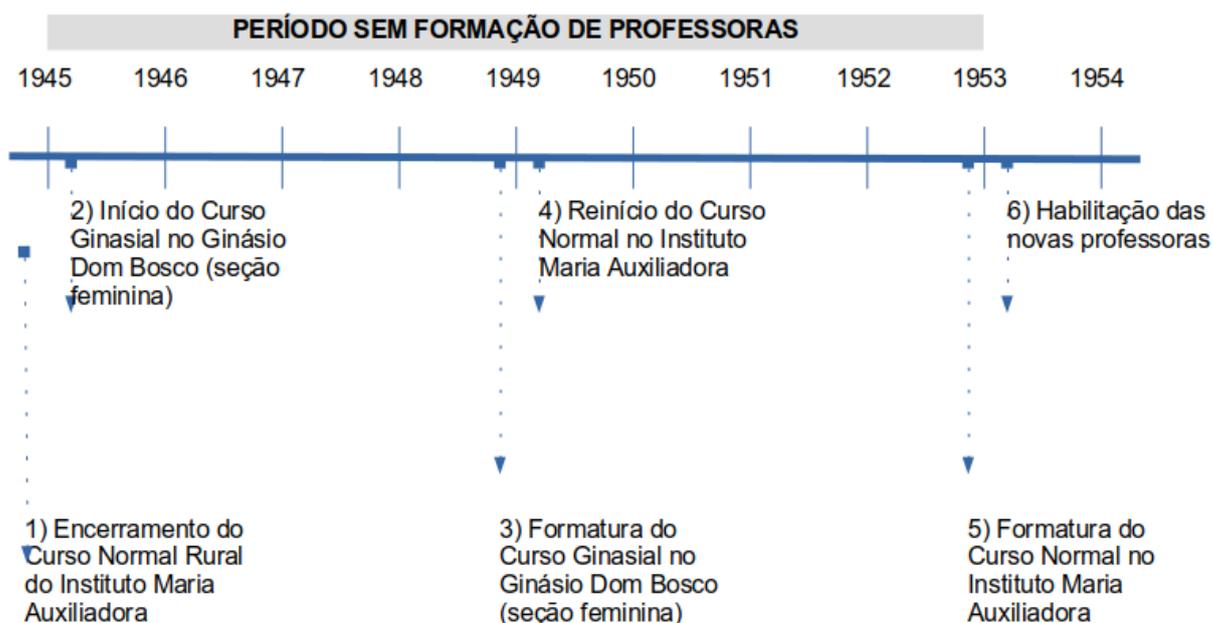
Ano	Quantidades previstas de formandas	
	Curso Ginásial	Curso Normal
1949	18	0
1950	17	0
1951	25	0
1952	19	0
1953	-	18
1954	-	17
1955	-	25
1954	-	19

Fonte: Preparada pela autora.

Desse modo, agravou-se sobremaneira o problema de formação de professores, comprometendo ainda mais a expansão da instrução primária, pois as primeiras alunas do curso ginásial somente se formariam no final de 1949, iniciando o curso normal em 1950 e sendo habilitadas como professoras no final de 1952.

Para melhor entender essa difícil situação, recorreremos à linha do tempo a seguir:

Figura 22 - Linha do tempo: a situação do Ensino Normal



Fonte: TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

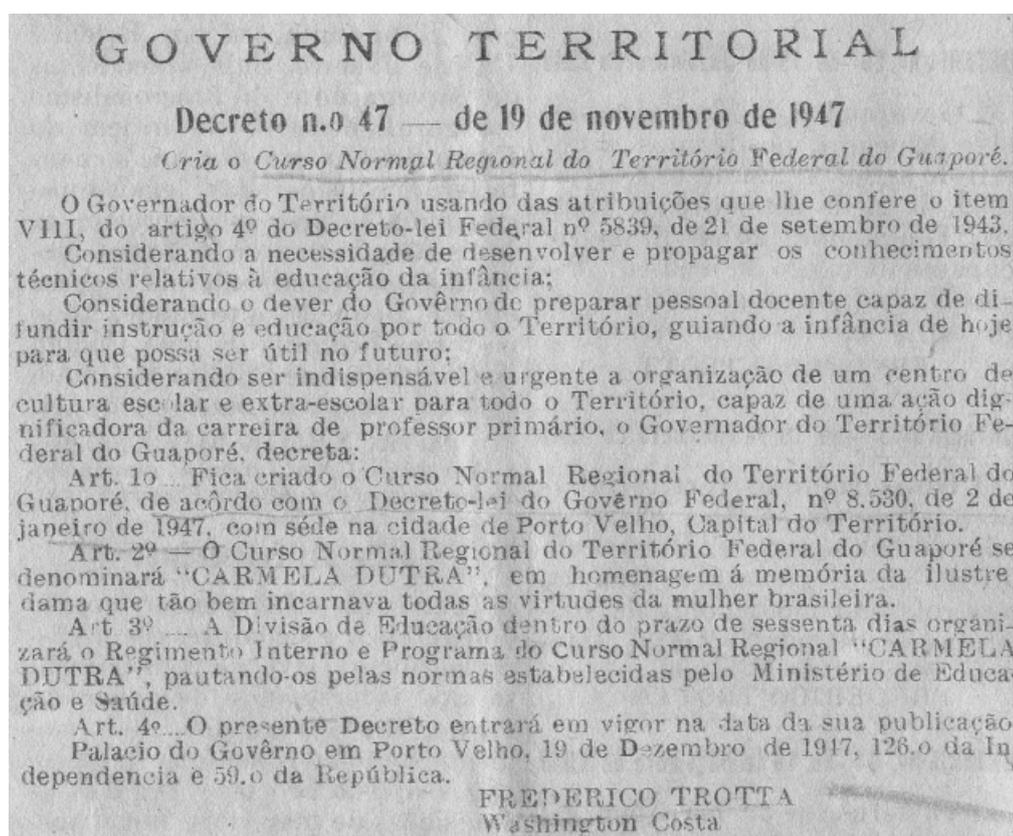
Dadas essas situações expostas, o Território ficaria praticamente 8 anos sem formar professores, o que fazia da organização do Ensino Normal o maior e mais urgente desafio do governo na área da Educação Escolar, que optou pela criação de um Curso Normal Regional (CNR) para formação de regentes do Ensino Primário.

Para o professor Enos Eduardo Lins, diretor interino de educação na gestão anterior, essa era a solução mais acertada naquele momento, “diplomando regentes do Ensino Primário, para atender as necessidades imediatas do Território; depois transformar-se-á em Escola Normal para formar professores; e finalmente será Instituto de Educação, tipo de educandário do qual é, desde agora, a base” (ALTO MADEIRA, ed. 3.215, 15 jul. 1948).

Em 19 de dezembro de 1947, pelo Decreto Territorial 47, reproduzido a seguir, foi criado o “Curso Normal Regional do Território Federal do Guaporé – Carmela

Dutra”, assim denominado, em homenagem à então primeira-dama, Carmela Teles Leite Dutra (1884 – 1947), falecida dois meses antes, em 9 de outubro.

Figura 23 - Decreto territorial número 47 – 19 dez.1947



Fonte: O GUAPORÉ (20 dez. 1947).

Uma vez criado o CNR, a DE publicou, em 16 de março de 1948, as instruções para os exames de admissão, marcados para o próximo dia 18, os quais consistiam em provas de Português e Matemática (escritas e orais) e Geografia e História do Brasil (somente orais). Para as provas escritas eram estipulados tempos máximos de 60 minutos para a de Português e 90 minutos para a de Matemática. As provas orais atribuíam 10 pontos para cada uma das 4 disciplinas, tendo cada avaliador até 10 minutos para arguir o candidato. A avaliação final do candidato seria a média das notas em cada prova escrita e oral. Aprovados seriam aqueles com média final superior a 50 e que não tivessem nota inferior a 50 em qualquer prova

(ALTO MADEIRA, ed. 3.178, 18 mar. 1948).

Em 24 de março de 1948 foi divulgado o resultado do exame, sendo aprovados 36 candidatos, dos quais apenas 7 do sexo masculino:

1 – Luiz Alves Santana; 2 – Antônio Augusto Vasconcelos; 3 – Ivette Struthos Arouca; 4 – Flayza Maria Arouca; 5 – Marlene Costa; 6 – Angelina dos Anjos; 7 – Lady Alves Corrêa; 8 – Lourival Chagas da Silva; 9 – Eunice de Oliveira Lobato; 10 – Aglacy Lins Lôbo da Silva; 11 – Norma Iracema Jacob; 12 – Samuel Monteiro dos Santos; 13 – Maria Smith Campêlo; 14 – Maria Rodrigues da Costa; 15 – Graziela Soeiro; 16 – Maria Perpétuo Socorro M. de Araújo; 17 – Rosa Maria Dias de Carvalho; 18 – Judith Holder; 19 – Maria Neuza Freire Rivoredo; 20 – Noêmia Arantes Meira; 21 – Herbert Alencar de Souza; 22 – Gabriela Pereira de Souza; 23 – Iracema Costa; 24 – Albertina Coelho; 25 – Neuza Alves Carneiro; 26 – Sebastiana Gomes de Oliveira; 27 – Elita Alves de Lima; 28 – Joselina da Conceição R. Santos; 29 – Raimundo Pinheiro Albano; 30 – Rosa Terezinha Carneiro; 31 – Lídia dos Anjos; 32 – Geny Ferreira de Mendonça; 33 – Neuza Felix do Nascimento; 34 – Maria Rosa Pinheiro; 35 – Clarisse de Oliveira Messias; 36 – Jeremias de Oliveira Lobato (SILVA, 2019, p. 54).

A figura a seguir mostra a lista de aprovados publicada no jornal Alto Madeira:

Figura 24 - Relação de aprovados para admissão ao CNR - 1948



Fonte: ALTO MADEIRA (ed. 3181, 28 mar. 1948).

A aula inaugural foi ministrada em dependências ainda provisórias, no Grupo Escolar Duque de Caxias, pelo próprio governador Frederico Trotta em 20 de abril de 1948 para trinta e seis alunos, sendo destaque em jornal do Rio de Janeiro: “Começa a escola a funcionar com o primeiro e o segundo ano, as alunas da capital são externas e as do interior são internas sem nenhuma despesa para as meninas” (A MANHÃ, ed. 2.058, 25 abr. 1948).

Com a finalidade de expandir o regime de internato, o governo projetava a construção de dormitórios. No Ofício 98, de 25 de fevereiro de 1948, encaminhado ao governador, o diretor interino do Departamento de Obras do Território, Flamínio Júlio de Albuquerque, apresentava os dados iniciais desse projeto:

[...] um prédio com capacidade para 80 (oitenta) alunas, sub-dividido em dois ou três dormitórios, com respectivas instalações sanitárias, devendo ser de um pavimento apenas, em virtude do local ser fronteiro ao campo de pouso da cidade, o futuro aeroporto.

Sendo assim temos a considerar o seguinte:

Capacidade..... 80 (oitenta) alunas.

Pavimentos..... 1 (Um)

Média de ocupação útil..... 8 M2 por aluna.

Área aproximada de construção..... 650,00 M2

Preço aproximado do metro quadrado...

de construção no local..... Cr\$1.800,00

Área aproximada do terreno..... 6.000,00 M2

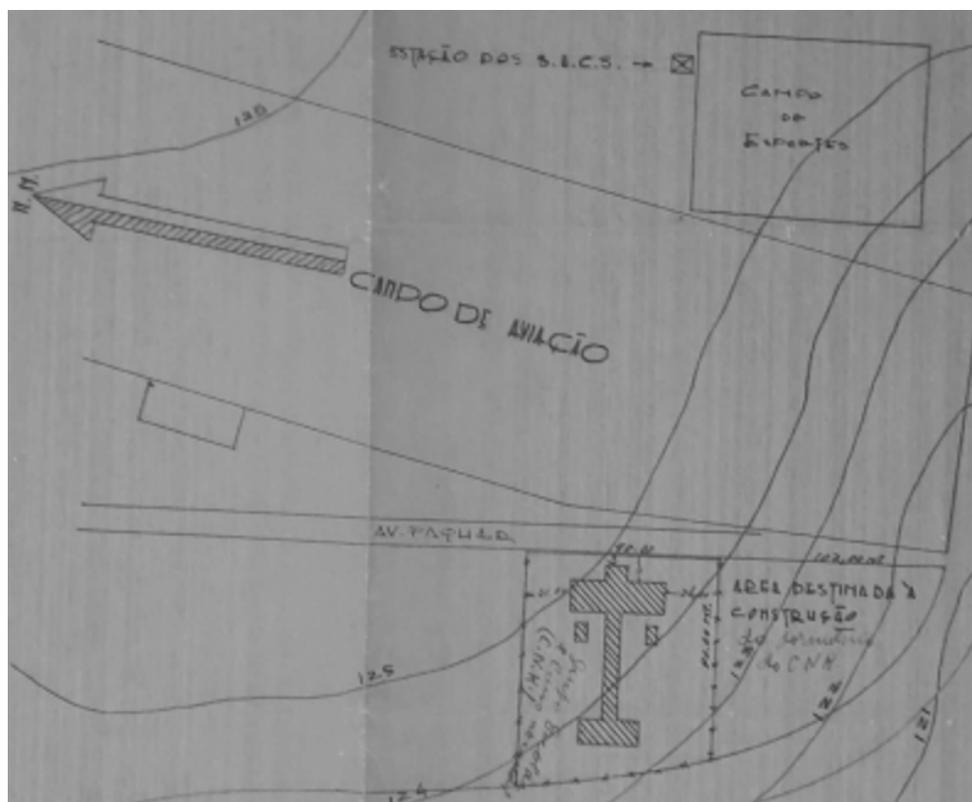
[...]

O local é aprazível, bastante ventilado, e desfrutando de ótima vista, em ótima situação, para o fim que se destina (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1948).

Portanto, segundo os cálculos acima, seriam necessários Cr\$1.170.000,00 (um milhão cento e setenta mil cruzeiros) para realização do projeto, o equivalente à construção de 13 escolas.

A seguir, para melhor visualização, são apresentados um rascunho da planta de localização e uma foto do prédio concluído:

Figura 25 - Planta de localização / foto prédio do Curso Normal Regional



Fonte:

TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

Fotografia 5 - Prédio Curso Normal Regional Carmela Dutra



Fonte: TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1948).

A fim de reivindicar recursos federais para a construção dos dormitórios, o governador Frederico Trotta recorreu às suas relações políticas e pessoais. Em carta de próprio punho protocolada pelo INEP em 23 de abril de 1948, reproduzida a seguir, ele se dirigia ao “prezado amigo Dr. Murilo Braga”:

A premência de tempo obriga-me a escrever-lhe de próprio punho. Junto mando-lhe as informações sobre o futuro dormitório da C.N.R. As modificações o sr. poderá fazer como quiser que aceitarei integralmente. O que preciso é da vinda urgente de qualquer auxílio para iniciar a construção.

Penso que ficaria interessante fazer três grandes dormitórios ligados entre si, tipo da Escola Militar de Resende, de modo a facilitar o aproveitamento de cada um logo que concluído, sem prejuízo das obras dos demais, bem como da futura ampliação com novos dormitórios. O local é magnífico – é ao lado do Grupo Escolar Duque de Caxias, desdobrado em C.N.R. provisoriamente.

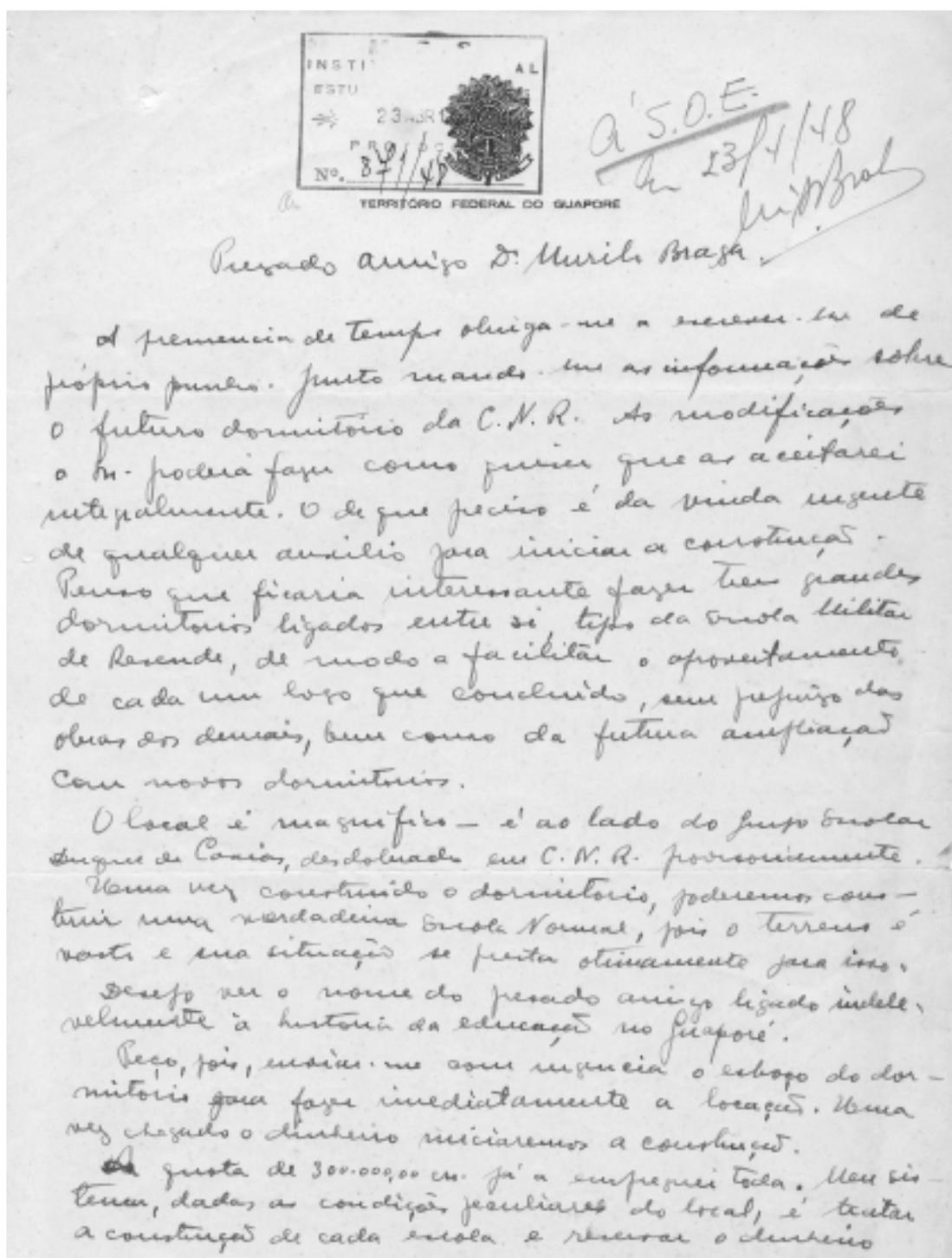
Uma vez construído o dormitório, poderemos construir uma verdadeira Escola Normal, pois o terreno é vasto e sua situação se presta otimamente para isso.

Desejo ver o nome do prezado amigo ligado indelevelmente à história da educação no Guaporé.

Peço, pois, enviar-me com urgência o esboço do dormitório para fazer imediatamente a locação. Uma vez chegado o dinheiro iniciaremos a construção.

[...]. Peço resposta telegráfica (INEP, 1948).

Figura 26 - Carta de Frederico Trotta a Murilo Braga – folha 1 - 1948



Fonte: INEP (1948).

Figura 27 - Carta de Frederico Trotta a Murilo Braga – folha 2 - 1948


 TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ

total para ela, do contrário ninguém aceitaria. Assim já tenho quase prontos cinco escolas a 60.000 u. e uma começando mas para a qual não tenho recursos ainda, daí o ter-me pedido a remessa da 2ª parte. A 1ª que fica pronta para funcionar (dentro de um mês mais ou menos) realçará o seu nome como uma homenagem sincera e justa a quem tanto tem feito pelo ensino primário e normal no Brasil.

Creio que em Porto Velho haverá pela 1ª vez no Brasil o ensino primário obrigatório. Já estou obrigando, no sentido total do termo, os pais a matricularem os filhos e já determinei que a polícia auxiliar a busca do educado. Quando um aluno faltar, far-se-á a verificação da causa por meio da polícia e da saúde pública. As crianças serão obrigadas a comparecer com os cartões de matrícula. Criança na rua durante o dia é criança interpelada. Assim acaba-se com a vaidade e o desvirtuamento a um texto legal que nunca saiu do papel ou das arengas políticas.

Quero finalmente reformar ainda do bom amigo que o Território tem apudado a constituição das escolas, por que o dinheiro atribuído a cada unidade é bem aquém do valor (em média fica de 80 a 85 mil cruzeiros e mais ainda no interior). Basta dizer que o consumo custa de 75 a 105 cr. o saco; as telhas de 3300 a 3500 o milheiro, tijolos de 1000 a 1200 u. o milheiro. Pedreiros 80 cr. diários, serventes 40 a 45 e quando lá. As esquadrias vêm de Belém. Estou montando uma serraria e carpintaria mas só ficam prontos em junho. Pego resposta telegráfica.

Seu amigo do Território
 Frederico Trotta

Com base em entrevista concedida pelo governador ao jornal “A Manhã”, do Rio de Janeiro, a reivindicação da verba teria sido atendida, tendo o Ministério da Educação e Saúde liberado a importância de Cr\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para a construção definitiva do CNR, compreendendo internato e externato (A MANHÃ, ed. 2.058, 9 mai. 1948).

Pouco após a inauguração do CNR, o governo do Território criou a “Vila Escolar de Porto Velho” pelo Decreto Territorial 81, de 28 de maio de 1948:

[...]

Art. 1º – Fica criada a VILA ESCOLAR na cidade de Porto Velho, Capital do Território Federal do Guaporé, constituída do seguinte agrupamento:

- a) Grupo Escolar (GE);
- b) Escola Rural Modelo (ERM);
- c) Curso Normal (CNR);
- d) Escola de Aprendizagem (EA);
- e) Estádio Escolar (EE)

Art. 2º – O Grupo Escolar [...] é o atual Grupo Escolar Duque de Caixas.

Art. 3º – O Estádio Escolar será [...] à direita do Grupo Escolar Duque de Caxias.

Art. 4º – A Escola Rural Modelo será localizada à esquerda do CNR e construída com os recursos orçamentários do Auxílio Federal do Ensino Primário.

Art. 5º – O Curso Normal Regional será construído com os recursos fornecidos pelo Ministério da Educação de acordo com os projetos e planos já fornecidos pelo mesmo [...].

Art. 6º – A Escola de Aprendizagem (Externato - Internato) à esquerda da ERM, será construída de acordo com as plantas e projetos fornecidos pelo SENAI e com os recursos oferecidos pelos seringalistas, orçamentários e ajuda do Banco de Crédito da Borracha S/A.

Parágrafo único: a) terraplanagem e alvenaria, madeiramento em geral, esquadrias a cargo do Território, da contribuição dos seringalistas e do Banco da Borracha; b) material sanitário e elétrico, bem como vidros e cobertura de brásilite a cargo do SENAI (O GUAPORÉ, 5 jun. 1948).

A leitura desse decreto revela o empenho em recorrer a diferentes fontes de financiamento, além do orçamento do Território: Ministério da Educação e Saúde, programas de educação do governo federal, empresários seringalistas, Banco da Borracha e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). É possível, também, entender que os planos do governo Trota nortearam o desenvolvimento da Educação Escolar no Território, principalmente em Porto Velho, em torno do CNR.

Não obstante carecer de instalações adequadas e definitivas, as atividades do CNR prosseguiram. Em 21 de janeiro de 1949, a Portaria DE sem número regulamentava as provas de admissão para mais 40 alunos, praticamente o mesmo número (36) da primeira turma. Dentre outras exigências, o candidato deveria ter de 14 a 18 anos de idade, apresentar atestado de vacina contra varíola, ter cursado o primário fundamental e ser aprovado em teste de sanidade e capacidade física. A nota final era por média ponderada e as provas contemplariam Português e Aritmética (orais e escritas), ambas com peso 3, e História do Brasil e Geografia (apenas orais), com peso 2 cada uma (ALTO MADEIRA, ed. 3.340, 6 fev. 1949).

Reiniciadas as aulas em março de 1949, já funcionava as três primeiras séries do curso de formação de regentes do Ensino Primário. O corpo magisterial estava estabelecido nas Portarias DE de 29 de março, 23 de maio e 13 de julho:

Quadro 7 - Professores do Curso Normal Regional Carmela Dutra – 1949

Nome	Formação	Cadeira	Séries
Marise Castiel	Professora	Português	1 ^a
Floripes Carvalho	Professora	Corte e Costura	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a
Maria do Carmo Ribeiro	Professora	Trabalhos Manuais	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a
Cléa Bringel Guerra	Professora	Educação Física	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a
Henrique Florani	Padre	Canto Orfeônico	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a
José Bezerra Duarte	Professor	Português	3 ^a
		Geografia	1 ^a
Enos Eduardo Lins	Professor	Matemática	1 ^a
		Português	2 ^a
Ernesto Laudelino de Almeida	Doutor	Ciências Naturais	1 ^a e 2 ^a
Carlos Sales Vieira	Professor	Desenho	1 ^a e 2 ^a
Oderlo Beleza Serpa * Dispensado em 23/5/1949	Professor	História Geral	3 ^a
Stélio José Moreira * Designado em 13/7/1949	Doutor		
José Otino de Freitas	Engenheiro	Desenho	3 ^a
Ari Tupinambá Pinheiro	Médico	Anatomia	2 ^a
		Matemática	2 ^a

Fonte: Preparado pela autora com base em ALTO MADEIRA (ed. 3.355, 8 abr. 1949; ed. 3.409, 14 ago. 1949).

Ao mesmo tempo em que se buscava o pleno funcionamento do CNR, o governo territorial intercedia junto ao Ministério da Educação e Saúde para que o Instituto Maria Auxiliadora fosse autorizado a retomar a formação de professores.

Por meio do Ofício 60, de 17 de setembro de 1949, o governador Joaquim de Araújo Lima solicitou ao ministro Clemente Mariani que fosse “concedida autorização para funcionar em Porto Velho [...] um estabelecimento de ensino do tipo Escola Normal, sob os cuidados das Irmãs de Maria Auxiliadora, da Congregação Salesiana” (INEP, 1949).

O Ofício resumia bem a situação atual das religiosas, a necessidade urgente de o curso ser reaberto e as expectativas do Território:

2. [...] já dirigem o Departamento Feminino do Ginásio ‘D. Bosco’ e o Instituto ‘Maria Auxiliadora’, que compreende curso pré-primário (Jardim de Infância) e curso primário [...]
3. [...] o Ginásio ‘D. Bosco’ (Departamentos Masculino e Feminino) formará no corrente ano [1949] a sua primeira turma de quartanistas, alunos cujos estudos serão interrompidos caso em 1950 não entre em funcionamento a Escola Normal de que é objeto a presente solicitação.
4. [...] não dispomos de normalistas em número suficiente para as nossas escolas primárias, sendo, então, essa Escola Normal, o estabelecimento de ensino que, no mais próximo futuro, nos iria formar os preceptores indispensáveis [...]
5. A criação da Escola Normal das Irmãs de ‘Maria Auxiliadora’ não trará óbices ao desenvolvimento do plano educacional do governo territorial que, por seu lado, está promovendo o recebimento os meios para instituir a sua própria Escola Normal, cujo primeiro círculo, o C.N.R. ‘Carmela Dutra’, já se encontra em funcionamento. Antes, pelo contrário, entrosada em nosso sistema de ensino, fornecerá elementos para os cursos de especialização do Instituto de Educação do Território, tipo de estabelecimento em que, por força das circunstâncias, terá de se transformar, futuramente, a Escola Normal oficial (INEP, 1949).⁴⁴

Dez dias depois, em 27 de setembro, o Ofício foi enviado ao INEP, que concluiu, em 6 de outubro, o Processo 2.719/49, assinado por Dagmar Furtado Monteiro, chefe da Seção de Organização Escolar (SOE), recomendando seu envio ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em 10 de outubro, o Parecer 378 foi aprovado pelo relator Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983) e conselheiros Nelson Romero (1890 – 1963) e Fernando

⁴⁴ Contrariando as expectativas do governador, Rondônia não teve um Instituto de Educação.

Antônio Raja Gabaglia. No mesmo dia o presidente do CNE, João Cesário de Andrade (1887 – 1963), por meio do Ofício 541, comunicou a aprovação ao ministro Clemente Mariani, que, de próprio punho, homologou a decisão no dia 17 de outubro, conforme reproduzido a seguir:

Figura 28 - Homologação do ministro Clemente Mariani ao funcionamento da Escola Normal do Instituto Maria Auxiliadora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

541

Em 10 de outubro de 1949

Do Conselho Nacional de Educação

Ao Senhor Ministro de Estado da Educação e Saúde

Assunto Autorização para funcionamento de Escola Normal, sediada no Território de Guaporé.

Senhor Ministro

Homologado.
17.X.49
Clemente Mariani

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que

Fonte: INEP (1949).

Desse modo, com bastante celeridade, decorrido apenas um mês da solicitação do governador, estava aprovado o funcionamento da Escola Normal mantida pelo Instituto Maria Auxiliadora. Pelo Ofício 416, em 21 de outubro, Murilo Braga, diretor do INEP, comunicou o atendimento da solicitação ao governador

Joaquim Araújo Lima.

O curso de formação de professores primários deveria ser ministrado de forma intensiva em apenas dois anos, conforme alternativa prevista no artigo 9º da Lei Orgânica do Ensino Normal.

A notícia foi recebida com entusiasmo em Porto Velho, de onde a aluna da 4ª série do curso ginásial, Conceição Teixeira, enviou uma carta de agradecimento ao diretor do INEP, ressaltando: “Nós as alunas da 4ª série, desejaríamos ao sair, deixar fundada esta Escola Normal, e graças a Deus, tão grande desejo, já foi realizado!” (INEP, 1949).

Em meio às informações solicitadas pelo INEP ao Instituto Maria Auxiliadora, para aprovação da Escola Normal, consta o seu quadro docente em 1949, formado por seis professoras, Irmãs Maria Antonieta Cavalcanti (Português e Biologia Educacional), Sílvia Moura (Matemática, Música/Canto e Puericultura), Maria Antonieta Carvalho Melo (Psicologia Educacional e Desenho), Etevilna Cerqueira da Costa (Metodologia e Prática de Ensino), Luisinha Pasi (Educação Física) e Noeme Esteves de Souza (Fundamentos Sociais da Educação).

Dessa lista, apenas as duas primeiras tinham registro na Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde. A Irmã Luisinha Pasi, havia cursado Educação Física em Verona, na Itália, com licença especial da Divisão de Educação Física para lecionar. As demais eram professoras normalistas com registros em processo (INEP, 1949).

Ainda sobre o curso normal do Instituto Maria Auxiliadora, a Portaria Territorial 30, 20 de abril de 1950, designou Leonardo Ramos de Carvalho para atuar no estabelecimento como “Professor-Fiscal”. Essa era uma exigência da Portaria 585, baixada pelo Ministério da Educação e Saúde em 9 de dezembro de 1947 (TERRITÓRIO DO GUAPORÉ, 1950).

Em 1949, a organização do Ensino Normal deu mais um salto importante. Em reunião com os diretores e chefes de serviço do Território, o governador Araújo Lima anunciou que, finalmente, “[...] segundo telegrama do dr. Djalma Cavalcanti [representante do Território na capital federal], o INEP reconheceu a Escola Normal Carmela Dutra, sendo concedidos 500 mil cruzeiros para a construção do respectivo edifício, dentro da verba de 2 milhões já programados”⁴⁵. O terreno para construção

⁴⁵ Esse valor era 33% superior à verba de Cr\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros)

já fora escolhido no governo anterior, junto ao Grupo Escolar Duque de Caxias (ALTO MADEIRA, ed. 3345B, 13 mar. 1949).⁴⁶

Entretanto, somente em 1951, pelo Decreto Territorial 189, de 14 de abril, assinado pelo governador Petrônio Barcelos, a Escola Normal do Guaporé (ENG) foi oficialmente criada na cidade de Porto Velho:

Art. 2º - A E.N.G., destinada a dar o ciclo ginásial do ensino secundário e a formar professores primários, manterá aquele ciclo ginásial de 4 anos e o curso, em três anos, do segundo ciclo do ensino normal.

Parágrafo Único: O atual Curso Normal Regional "Carmela Dutra" destinado a formar regentes de ensino primário, constituirá o primeiro ciclo da E.N.G., a que dará ingresso, ficando à mesma anexo.

Art. 3º - As escolas isoladas "Samaritana", do bairro de Olaria, e "Frederico Trotta", do bairro do Km. 1 da Rodovia, são partes integrantes do C.N.R. "Carmela Dutra", destinando-se ambas a demonstração e prática de ensino.

Art. 4º - O atual Grupo Escolar "Duque de Caxias", mantendo esta denominação, passa a fazer parte da E.N.G., a que fica subordinado para fins de ordem pedagógica, destinando-se a demonstração e prática de ensino.

Art. 5º - Até que fique concluído o edifício que se destina à Escola Normal, o C.N.R. "Carmela Dutra" continuará funcionando em dependências do G.E. "Duque de Caxias".

Art. 6º - Anualmente, e até que seja criado o quadro docente com vencimentos fixados em lei, o Governo do Território concederá à E.N.G., dentro dos recursos orçamentários, uma subvenção destinada ao pagamento de gratificações aos professores do C.N.R. "Carmela Dutra" (ALTO MADEIRA, ed. 3738, 28 abr. 1951).

A leitura do decreto revela dois problemas que ainda careciam de solução: a falta de instalações prediais definitivas (curiosamente o que já ocorrera na criação do Grupo Escolar Barão do Solimões em 1925 e do CNR Carmela Dutra em 1948) e a necessidade de criar um quadro docente permanente.

Sobre o primeiro problema, continuava a dependência de recursos federais. Segundo a diretora da DE, após visita ao Rio de Janeiro, o INEP já havia liberado mais Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), havendo a previsão de as obras serem concluídas em 1952 (ALTO MADEIRA, ed. 3837, 14 out. 1951).

Quanto à remuneração dos professores, o decreto previa a concessão de subsídio. De fato, o Decreto Territorial 182, de 9 de abril de 1951, anterior, portanto,

anunciada em maio de 1948 durante o governo de Frederico Trotta.

⁴⁶ No mesmo relato, o governador antecipou um provável dificultador às obras previstas em geral: a falta de tijolos. Para resolver o problema, era previsto trazer uma máquina do sul do país para a fabricação de tijolos de cimento.

ao de criação da ENG, concedera repassou Cr\$260.000,00 (duzentos e sessenta mil cruzeiros) com o fim explícito de “pagamento de gratificações aos professores da Escola Normal Regional ‘Carmela Dutra’” (ALTO MADEIRA, ed. 3730, 14 abr. 1951).

Ao mesmo tempo, outro Decreto Territorial, o de número 190, de 18 de abril de 1951, concedia subvenção de Cr\$260.000,00 à ENG para “pagamento de gratificações aos professores do Curso Normal Regional ‘Carmela Dutra’, integrante da mesma Escola” (ALTO MADEIRA, ed. 3738, 28 abr. 1951).

Por ser o Curso Ginásial uma exigência para ingresso na Escola Normal, significativa foi a criação do Ginásio Presidente Vargas em Porto Velho, pelo Decreto Territorial 224 de 6 de novembro de 1951, com aulas a serem iniciadas em 1952. Entretanto, mais uma vez se revelava a precariedade das decisões: o artigo 3º do decreto dispunha que “até que seja criado o respectivo quadro de servidores com vencimentos fixados em lei, o magistério será exercido no Ginásio ‘Presidente Vargas’, em 1952, sem ônus para os cofres públicos”, apenas sendo considerados relevantes os serviços prestados pelos professores. Além disso, o novo ginásio iria funcionar no prédio destinado à ENG (ALTO MADEIRA, ed. 3851, 10 nov. 1951).

Decorridos quase oito anos desde sua instalação, em 1943, e mais de cinco anos após a paralisação da Escola Normal Rural do Instituto Maria Auxiliadora, em 1946, finalmente o Território Federal do Guaporé dispunha de uma estrutura para o Ensino Normal.

Ainda que fosse com carências de pessoal e de instalações prediais, o importante é que o Território Federal do Guaporé já poderia oferecer gratuitamente à população desde o Ensino Primário até o Ensino Secundário e o Ensino Normal, em atendimento às Leis Orgânicas de Ensino vigentes.

A organização da Educação Escolar foi conduzida por diversos diretores da Divisão de Educação. Sobre a gestão de alguns deles, reproduzimos a seguir uma análise publicada no jornal Alto Madeira:

O QUE VAI DE ANÁRQUICO e retrógrado na Divisão de Educação não pode, em justa análise e são espírito de justiça, ser atribuído ao atual diretor interino, dr. Ernesto Almeida. Sabemos todos que os males e deficiências educacionais no Guaporé remontam ao tempo da sua primeira diretoria quando o dr. Oldegar Vieira pretendia imprimir súmulas teóricas, de transcendental carismática pedagógica, no acanhado e incipiente meio guaporense. Outros diretores lhe seguiram as pegadas, até que D. Laudímia Trotta – esta sim,

verdadeira educadora – percebeu o X do problema e procurou resolvê-lo frente às necessidades do ambiente, de acordo com os fatos reais da vida amazônica. Traçou um programa simples, lógico, de aproveitamento realizável, substituído logo depois por normas confucionistas, postas em prática por D. Amália Batista que deixaram professores e alunos na mais completa barafunda, com indiscutível prejuízo para o ensino. Foi quando assumiu o cargo, na função de interino, o dr Ernesto Almeida, que agora, iniciado o ano letivo, se defronta com irregularidades sensíveis, entre as quais a das nulidades dos últimos exames escolares. Brevemente publicaremos um memorial dirigido ao governador Joaquim Rondon em 1946, para mostrar que o “quadro clínico” da Educação, não se modificou nestes três últimos anos, apesar de todos os grandes esforços do governo na concessão de verbas e material, construção de escolas, salários compensadores e outras vantagens a essa malsinada diretoria (ALTO MADEIRA, ed. 3511, 05 mar. 1950, grifo no original).

O desafio daí em diante seria consolidar e aprimorar o que fora organizado nos governos de Frederico Trotta, Joaquim Araújo Lima e Petrônio Barcelos.

Concluindo esse período, é apresentado um quadro sinótico sobre a Educação Escolar no Território de 1947 até 1961, período em que se buscava a organização do ensino sob os preceitos das Leis Orgânicas de Ensino:

Quadro 8 - Escolas identificadas na pesquisa – 1947 a 1961

ANO	LOCALIZAÇÃO	ESCOLA	COMENTÁRIOS / FONTE *
1947	Porto Velho (Ilha dos Periquitos)	Escola Rural Heliodoro Balbi	JAM (2 mar. 1947)
1947	Porto Velho (Assunção-Calama)	Escola Rural D. Pedro II	JAM (2 mar. 1947)
1947	Porto Velho (Vitória - São Carlos)	Escola Rural Paulino de Brito	JAM (1 jun. 1947)
1948	Guajará Mirim Limoeiro	Escola Professor Oscar Cunha	MMR
1948	Porto Velho Candeias	Escola Dr. Teodoro Assunção	MMR
1948	São Paulo	Escola Olavo Bilac	MMR
1948	Ilha de Assunção – Rio Madeira	Escola Professor Crispim Sodré de Macedo	MMR

ANO	LOCALIZAÇÃO	ESCOLA	COMENTÁRIOS / FONTE *
1948	Porto Velho	Escola modelo anexa ao Curso Normal Regional	MMR
1948	Porto Velho	Escola Isolada no Km 2 da EFMM	MMR
1948	Ariquemes (Vila dos Papagaios)	Escola Rural Ricardo Cantanhede	MMR; PPP da Escola
1949	Rolim de Moura	Escola Ana Nery	JAM (2 out. 1949)
1949	Porto Velho	Escola Eurico Nelson	JAM (31 jul. 1949)
1949	Porto Velho	Escola Rural Samaritana	JAM (7 ago.1949);
1950	Porto Velho (Rio Madeira)	Escola Rural do Belmonte I	JAM (18 fev.1950);
1950	Km 237 da Estrada de Ferro Madeira Mamoré	Escola Rural	JAM (28 fev. 1950);
1950	Porto Velho (Triângulo EFMM)	Escola Rural Presidente Franklin Roosevelt	JAM (25 fev.1950);
1950	Porto Velho (EFMM)	Escola Rural do Km 237	JAM (28 fev.1950).
1950	Porto Velho (Morro do Querosene)	Escola Rural Gal. Euclides Zenóbio da Costa	JAM (25 fev.1950);
1951	Porto Velho Quilômetro 1	Escola Rural Frederico Trotta	JAM (21 jul.1951).
1951	Porto Velho (Cachoeira de Samuel)	Escola Rural Rodolfo Guimarães	JAM (21 jul.1951);
1951	Guajará Mirim (Yata)	Escola Rural Presidente Dutra	JAM (21 jul.1951).
1951	Guajará Mirim (Costa Marques)	Escola Rural Gomes Carneiro	JAM (21 jul.1951).
1951	Guajará Mirim (Vila Murtinho)	Escola Rural Aluízio Ferreira	JAM (21 jul.1951).
1951	Guajará Mirim (Pedras Negras)	Escola Rural Euclides da Cunha	JAM (11 ago.1951);

ANO	LOCALIZAÇÃO	ESCOLA	COMENTÁRIOS / FONTE *
1951	Porto Velho	Ginásio Presidente Vargas	JAM (10 nov.1951);
1952	Belmonte II – lado direito do Rio Madeira	Escola Rural do Belmonte II	JAM (1º nov.1952);
1952	Porto Velho	Grupo Escolar Duque de Caxias	JAM (1º nov. 1952);
1952	Rodovia Km 02 Porto Velho-Vilhena	Escola Rural Nossa Senhora das Graças	JAM (14 nov. 1952);
1954	Rio Madeira Porto Velho	Escola Rural	JAM (14 ago.1954);
1954	Colônia Agrícola 10 de julho - Tanques	Escola Rural 10 de julho	JAM (02 out.1954);
1955	Porto Velho	Jardim da Infância	JAM (19 mar. 1955);
1955	Uê-Poranga	Escola Rural São Francisco das Chagas	JAM (25 jun. 1955);
1955	Jacy-Paraná	Escola Rural Gov. Joaquim Vicente Rondon	JAM (25 jun. 1955);
1955	Cujubim Grande – Rio Madeira	Escola Rural de Cujubim Grande	JAM (25 jun. 1955);
1955	Quilômetro 54 da Estrada de Ferro Madeira Mamoré	Escola Rural do KM 54	JAM (19 mar. 1955);
1955	Bom Jardim	Escola Rural de Bom Jardim	JAM (19 mar. 1955);
1955	Colônia Agrícola 13 de setembro – Porto Velho	Escola Isolada Marechal Deodoro da Fonseca	JAM (30 jul.1955);
1955	São João Margem esquerda do Rio Madeira	Escola Isolada Doutor Martins	JAM (30 jul.1955);
1959	Trato Sério – Alto Madeira	Escola Multiseriada João Afro Vieira	PPP da Escola

* Legenda: JAM = Jornal Alto Madeira; MMR = Museu da Memória Rondoniense
Fonte: Preparado pela autora.

5.3 Consolidação da Educação Escolar sob as Leis Orgânicas do Ensino

A consolidação da Educação Escolar no Território Federal do Guaporé consistiu em ações de variados tipos, nos seguintes governos posteriores a Petrônio Barcelos, cujo mandato foi encerrado em 22 de fevereiro de 1952:

- a) Jesus Burlamaqui Hosanna – até 18/11/1953 (21 meses);
- b) Ênio dos Santos Pinheiro - até 13/09/1954 (8 meses);
- c) Paulo Nunes Leal – até 05/04/1955 (9 meses);
- d) José Ribamar de Miranda - até 14/10/1956 (18 meses);
- e) Jaime Araújo dos Santos - até 06/11/1958 (23 meses);
- f) Paulo Nunes Leal - até 18/03/1961 (26 meses);
- g) Abelardo Alvarenga Mafra - até 13/09/1961 (6 meses);
- h) Ênio dos Santos Pinheiro - até 03/07/1962 (10 meses).

Ressalte-se, mais uma vez, terem sido administrações curtas, apenas uma superior a dois anos, dificultando a continuidade das ações.

A compreensão desse período de consolidação da Educação Escolar abordará as mesmas questões analisadas anteriormente na fase de organização, porém em outra sequência: a formação de professores, a regulamentação e os investimentos realizados.

5.3.1 Formação de professores

Ao final do governo de Petrônio Barcelos, em fevereiro de 1952, já estavam oficialmente criados os cursos de formação de regentes, pelo Curso Normal Regional Carmela Dutra (CNR), e professores, pela Escola Normal do Guaporé (ENG), bem como o Ginásio Presidente Vargas.

O desafio do governo territorial passava a ser, então, a consolidação do que já fora criado, contemplando a construção de prédios adequados ao ensino e a formação do quadro definitivo de magistério para essas escolas.

A formação de um quadro de professores foi realizada gradativamente por meio de atos do governo. A seguir são apresentados alguns atos identificados na pesquisa referentes a movimentações de pessoal:

Quadro 9 - Atos de nomeação de professores – 1952 a 1961

Data	Ato*	Professor	Escola**	Função	Fonte***
Governo de Jesus Burlamaqui Hosanna					
1952, 04 nov.	Portaria GV 185	Marise Magalhães Costa Castiel	Ginásio Getúlio Vargas	Professor Canto Orfeônico	JAM ed. 4103
1952, 08 nov.	Portaria GV 189	Matilde Monteiro Afonso dos Santos	CNR	Professor Trabalhos Manuais	JAM ed. 4103
1954, 04 jun.	Portaria DE s/n	Sebastião da Costa Santos	ER (baixo Madeira, Porto Velho)	Dirigente (extranumerário mensalista)	JAM ed. 4103
Governo de Paulo Nunes Leal					
1954, 01 set.	DC GV s/n	Inês Kaiaiques Guzman	Não informada	Professor Ensino Primário (interino)	JAM ed. 4678
1954, 01 set.	DC GV s/n	Hermelinda de Matos	Não informada	Professor Canto Orfeônico (interino)	JAM ed. 4678
1954, 01 set.	DC GV s/n	Matilde Monteiro Afonso dos Santos	ENG	Professor Canto Orfeônico	JAM ed. 4678
1954, 16 set.	Portaria DE s/n	Auta Rivéro Leal	GE Barão do Solimões	Professor Ensino Primário (interino)	JAM ed. 4678
1954, 16 set.	Portaria DE s/n	Gabriela Pereira de Souza	ER Samaritana	Diretora (interino)	JAM ed. 4678
1954, 15 nov.	Portaria DE s/n	Odaléa Penha Sadeck	Jardim Infância (Porto Velho)	Diretora (em acúmulo à direção do GE Getúlio Vargas)	JAM ed. 4718
1955, 14 fev.	Portaria DE s/n	Nancy Brasil Fernandes	GE Barão do Solimões	Professor Ensino Primário	JAM ed. 4797
1955, 15 fev.	Portaria DE s/n	Gabriela Pereira de Souza	GE Duque de Caxias	Professor Ensino Primário	JAM ed. 4797
1955, 15 fev.	Portaria DE s/n	Emília Cardoso da Cunha	GE Duque de Caxias	Professor Ensino Primário	JAM ed. 4797

Data	Ato*	Professor	Escola**	Função	Fonte***
1955, 16 fev.	Portaria DE s/n	Syvill Winte Shockness	GE Simon Bolivar (Guajará Mirim)	Professor Ensino Primário	JAM ed. 4797
1955, 15 fev.	Portaria DE s/n	Jacyra Gomes de Oliveira	GE Duque de Caxias	Professor Ensino Primário	JAM ed. 4797
1955, 19 mar.	DC GV s/n	Lydia Johnson	Não informada	Professor Ensino Primário	JAM ed. 4797
1955, 28 fev.	Portaria DE s/n	Geraldina Henriques Lira	GE Duque de Caxias	Subdiretora	JAM ed. 4815
1955, 08 mar.	Portaria DE s/n	Abnael Machado de Lima		Inspetor escolas (capital e interior)	JAM ed. 4815
1955, 08 mar.	Portaria DE s/n	Herbert Alencar de Souza		Inspetor escolas (capital e interior)	JAM ed. 4815
1955, 08 mar.	Portaria DE s/n	Rita de Queiroz	Jardim Infância (Porto Velho)	Auxiliar Ensino	JAM ed. 4815
1955, 10 mar.	Portaria DE s/n	Maria Josefa Passos Henriques	ER Paulino de Brito (Vitoria, baixo Madeira, Porto Velho)	Auxiliar Ensino	JAM ed. 4815
1955, 20 mai.	Portaria DE s/n	Gervina Frazão da Silva	ER Euclides Zenóbio da Costa (Porto Velho)	Dirigente	JAM ed. 4937
1955, 01 ago.	Portaria DE s/n	Alzira Moreira Feitosa	ER Franklin Roosevelt (Triângulo, Porto Velho)	Dirigente	JAM ed. 4955

* Tipos de ato: DC = Decreto; Port = Portaria

Órgão: GV = Governo; DE = Divisão de Educação

** Escola: CNR = Curso Normal Carmela Dutra; ENG = Escola Normal do Guaporé; GE = Grupo Escolar; ER = Escola Rural

*** Fonte: JAM = Jornal Alto Madeira

Fonte: Preparado pela autora.

Outro acontecimento importante nesse período foi a aprovação do Ministério

da Educação e Saúde Pública para que o Instituto Maria Auxiliadora estendesse a duração de seu curso normal para três anos, adequando-se ao artigo 8º da Lei Orgânica do Ensino Normal, a partir de 1953. Até então, desde sua reabertura em 1949, o estabelecimento formava os professores em dois anos, conforme opção concedida pelo artigo 9º da mesma lei.

Solicitação nesse sentido foi encaminhada ao INEP pela Procuradoria Salesiana do Colégio Santa Rosa, em Niterói – RJ, ligada à mesma ordem religiosa, em 19 de outubro de 1952. O pedido foi atendido em 17 de novembro, conforme telegramas do novo diretor do INEP, Anísio Spínola Teixeira (1900 - 1971), ao governador do Território, Jesus Burlamaqui Hosannah, e ao diretor da DE, Antônio Vasconcelos (INEP, 1952):

Figura 29 - Telegrama de Anísio Teixeira ao Instituto Maria Auxiliadora - 1951

M. E. S. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

GOVERNADOR JESUS HOSANNAH
PORTO VELHO - GUAPORÉ

1343 17.11.52 COMUNICO vg DEVIDOS FINS vg BASEADO DO
DOCUMENTAÇÃO ENVIADA ÊSTE INSTITUTO vg ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA SEDIADA ÊSSE TERRITÓRIO FUNCIONARÁ PARTIR 1 953 CURSO NORMAL REGULAR TRÊS ANOS pt SAUDAÇÕES CORDIAIS pt ANÍSIO TEIXEIRA

Fonte: INEP (1949).

Informações solicitadas pelo INEP permitem visualizar o quadro de professores e a grade curricular do curso que era oferecido em dois anos até 1952:

Quadro 10 - Currículo do Curso Normal do Instituto Maria Auxiliadora - 1952

Disciplina	Séries	Professora (Irmã)
Português e Literatura	1ª e 2ª	Edith Younge
Metodologia do Curso Primário	1ª	
História e Filosofia da Educação	2ª	
Metodologia	2ª	
Prática de Ensino	2ª	
Matemática	1ª	Sílvia Gonzaga de Moura

Disciplina	Séries	Professora (Irmã)
Biologia Educacional	1 ^a	Antonieta Cavalcanti
Psicologia Educacional)	1 ^a e 2 ^a	
Desenho e Artes Aplicadas	1 ^a e 2 ^a	Edith Almeida
Música e Canto	1 ^a e 2 ^a	Luiza Miranda Leão
Educação Física, Recreações e Jogos	1 ^a e 2 ^a	Maria Colombo
Higiene e Puericultura	2 ^a	
Sociologia Educacional	2 ^a	Helena Palhano

Fonte: Preparado pela autora com base em INEP (1952).

5.3.2 Regulamentação da Educação Escolar

Um grande marco na fase de consolidação da Educação Escolar foi a definição de currículos, em especial para a formação de regentes do Ensino Primário, em quatro anos, pelo CNR, e de professores do Ensino Primário, em três anos, pela ENG.

Documentos de 1956 do acervo do INEP apresentam esses currículos. O quadro a seguir apresentam, de forma comparativa, alguns dos conteúdos estabelecidos:

Quadro 11 - Currículos do Curso Normal Regional Carmela Dutra (CNR) e Escola Normal do Guaporé (ENG) – 1956

Formação de regentes Curso Normal Regional (CNR)			Formação de Professores Escola Normal Guaporé (ENG)	
Disciplina	Série	Conteúdo	Série	Conteúdo
Anatomia e Fisiologia	3 ^a	Células, tecidos, órgãos, ovogênese, espermatogênese, cérebro, sistemas nervoso, respiratório e digestivo	3 ^a	Células, origem dos animais, tecidos, noções de antropologia, constituição corpo humano, teoria do neurônio, sistema nervoso, funções do cérebro, os cinco sentidos
Biologia Educacional	-	-	2 ^a	Biologia Geral, Genética, teorias do fixismo e do evolucionismo, conceitos de adaptação e mesologia, fases do crescimento humano

Formação de regentes Curso Normal Regional (CNR)			Formação de Professores Escola Normal Guaporé (ENG)	
Disciplina	Série	Conteúdo	Série	Conteúdo
Ciências Físicas e Naturais	2 ^a	Química (substâncias, reações químicas, propriedades das matérias), Física (estados físicos dos corpos, ótica, som, eletricidade)	1 ^a	Química (classificação substância, estudo átomos, reações químicas, noções mineração e metalurgia), Física (matéria, força, energia, estudo dos movimentos, equilíbrio dos líquidos, ondas de som, eletrostática, ótica)
Ciências Naturais	1 ^a	Reinos vegetal e animal, corpo humano, água, solo e ar	-	-
Desenho	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a	Teoria (linhas, ângulos e formas geométricas), resolução de problemas com formas geométricas, curvas, desenho à mão livre	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a	Desenho figura humana e de animais, artes aplicadas (artesanato), desenho decorativo, natureza brasileira
Economia Doméstica	1 ^a	Lavagem e engomagem, limpeza doméstica, cozinha, costura e confecção, consertos, criação de aves	-	-
Educação Física	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a	Exercícios físicos, jogos, jogos esportivos (“volley ball”), objetivos na escola primária, métodos de aula	1 ^a , 3 ^a	Exercícios físicos (grandes e pequenos jogos), atletismo, atividades rítmicas, “volley-ball”, natação
Geografia	2 ^a	Brasil (relevo, bacias hidrográficas, “classificação dos índios”, “raça negra”)	-	-
Higiene	4 ^a	Água, solo, ar, clima, higiene da habitação, saneamento, higiene pessoal, alimentação, profilaxia	2 ^a , 3 ^a	Causas de doenças, conservação saúde, formas de contágio, cuidados e asseio corporal, alimentação, vestuário, puericultura
Filosofia da Educação	-	-	3 ^a	Bases filosóficas da Educação, problemas filosóficos da educação, métodos de educação, aprendizagem, disciplina

Formação de regentes Curso Normal Regional (CNR)			Formação de Professores Escola Normal Guaporé (ENG)	
Disciplina	Série	Conteúdo	Série	Conteúdo
História da Educação	-	-	3 ^a	Educação primitiva, oriental, grega, romana, cristã, medieval, reformista, jansenista, realista, disciplinar, naturalista, idealista, psicológica, científica, espiritualista, contemporânea, brasileira
História do Brasil	4 ^a	Descobrimto, colonização, expansão territorial, Império, Primeira República, Segunda República	-	-
História Geral	3 ^a	Antiguidade greco-romana, árabes, impérios orientais, Idade Moderna, Europa do século XIX, mundo contemporâneo, “últimos progressos” científicos, artísticos e literários	-	-
Matemática	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a	Aritmética (operações, frações, potências, raiz quadrada, números complexos e incomplejos, regra de três, porcentagens, juros), Geometria (ponto, linha, superfície e volume, estudo triângulo e circunferência), Álgebra (equações de primeiro e segundo grau, binômio de Newton, eixos cartesianos)	1 ^a	Álgebra (progressões aritmética e geométrica, logaritmos), Geometria (poliedros, pirâmides, corpos redondos)
Música	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a	Teoria musical, canto orfeônico, hinos cívicos, canções populares, biografia de compositores, folclore,	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a	Afinação orgeônica (sic), aplicação do diapasão, exercícios vocalização e respiração, teoria musical, caligrafia musical, citar instrumentos de que se servem os “selbagens”
Português	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a	Substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, orações, ortografia, leitura e interpretação de textos, tipos linguagem	1 ^a , 2 ^a	Sintaxe oracional, concordância nominal, Literatura e Artes Clássicas, história da Literatura Portuguesa, Gramática, Escolas Literárias, figuras de linguagem

Formação de regentes Curso Normal Regional (CNR)			Formação de Professores Escola Normal Guaporé (ENG)	
Disciplina	Série	Conteúdo	Série	Conteúdo
Sociologia Educacional	-	-	3 ^a	Educação como fenômeno e processo social, relações entre Educação e Sociedade, família, Igreja, Estado, comércio como instituição social, função social da escola e das universidades
Trabalhos Manuais	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a	Pontos crochê, prega de botões, bainha, bordado, dobradura em papel	-	-
Pedagogia	4 ^a	Pedagogia, Psicologia	-	-
Didática	4 ^a	Geral, especial	-	-
Metodologia Ensino Primário	-	-	2 ^a , 3 ^a	Metodologia ensino Geografia, História, Matemática, Ciências Naturais, relacionamento professor – classe, relação classe - comunidade
Psicologia Educacional	-	-	2 ^a , 3 ^a	Psicologia Geral, afetividade, inteligência, Psicologia Educacional, Psicologia Genética, aprendizagem motora, aferição da aprendizagem
Prática de Ensino	-	-	3 ^a	Funções do Jardim de Infância e da Escola Primária, Ensino e Aprendizagem, etapas do ciclo docente, estágio de observação nas diferentes séries da Escola Primária e nas classes pré-primárias, excursões pedagógicas, estágio de direção de classes

Fonte: Preparado pela autora com base em TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1956a; 1956b).

Embora a análise de currículo não seja propósito de nossa tese, vale tecer alguns comentários. Em primeiro lugar, o conteúdo curricular exposto atendia as exigências do artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal.

Chama a atenção a presença de disciplinas essencialmente práticas, como as de Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Higiene, ao lado de conteúdos teóricos, como o estudo de números complexos e incomplexos.

Há também de se fazer uma analogia com o conteúdo curricular de dez anos antes, quando o Curso Normal Rural do Instituto Maria Auxiliadora ainda estava em funcionamento. Naquela época, por exemplo, nos exames finais, as alunas cantavam “em Francês, Espanhol, Italiano ou em Latim” (ALTO MADEIRA, ed. 3088, 1 mai. 1947).

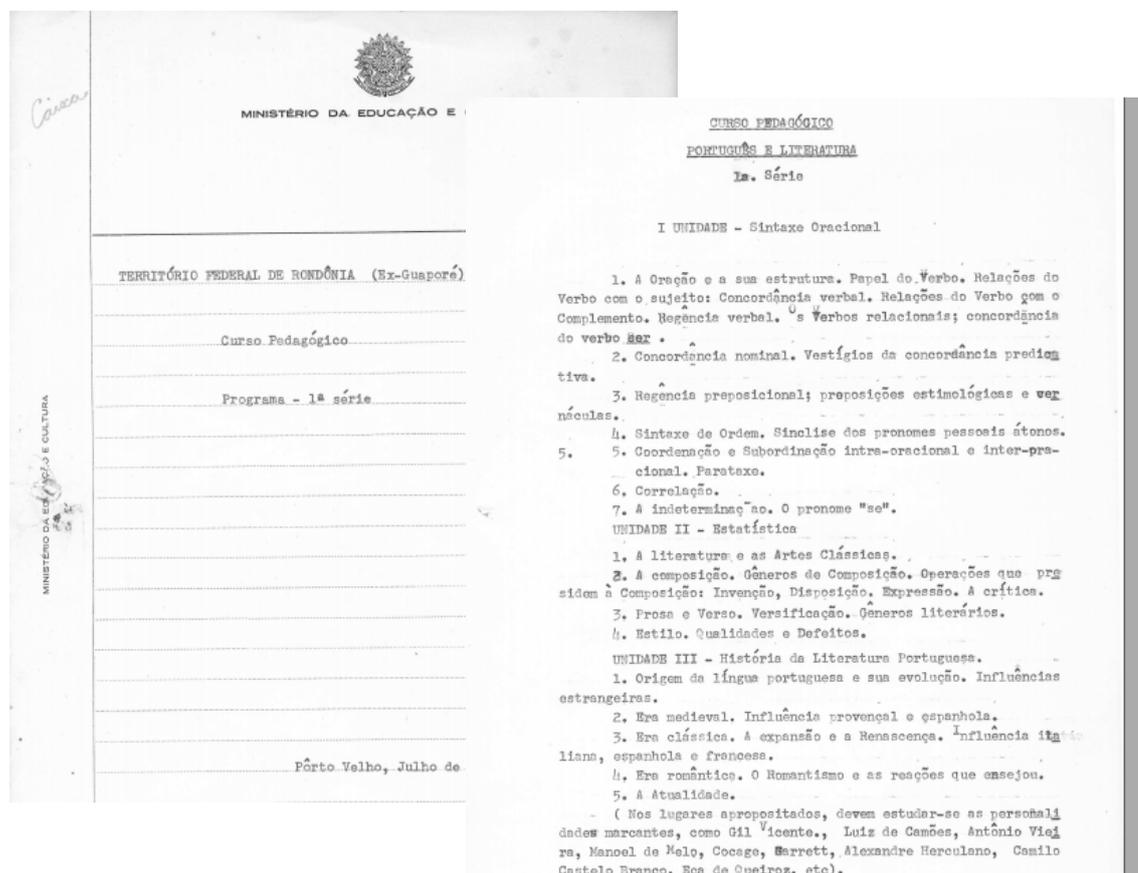
As disciplinas de Pedagogia e Didática, lecionadas na última série do curso, precisam ser destacadas, pois forneciam aos alunos base teórica para exercício do magistério. No programa de Pedagogia estavam presentes temas como: o fim utilitário da Educação, o papel da família, os jogos infantis, as fases do crescimento físico e mental, a adolescência e a puberdade, “mensuração periódica da robustez”, testes intelectuais, analfabetismo, gratuidade e obrigatoriedade do ensino público, fiscalização pelo Estado do ensino particular, ensino leigo, conceitos de sociedade, povo e nação, organização política brasileira e Constituição Federal (INEP, 1956).

Noções de Psicologia também eram ensinadas na cadeira de Didática: base orgânica da vida psíquica, cooperação medicina e pedagogia, hereditariedade, evolução e involução, “teoria de Sergi”, fisiologia dos nervos, memória, fadiga, atenção, educação estética e moral, vícios de embriaguez e de jogos.

Na disciplina de Didática seriam contemplados pontos como métodos de direção, estudo dirigido e pesquisa livre, papel do professor, organização do trabalho escolar, métodos de ensino da leitura e escrita (sentenciação de palavras e fonação), leitura silenciosa e oral, literatura infantil, objetivos de aprendizagem da Matemática, papel dos jogos, motivação, material didático.

É possível entender, analisando tal currículo, que a formação dos regentes de Ensino Primário deveria ser ampla e profunda o suficiente para o exercício do magistério, supostamente permitindo que o ensino fosse ministrado com base em técnicas e métodos pedagógicos modernos.

Figura 31 - Currículo da Escola Normal do Guaporé - 1956



Fonte: TERRITÓRIO DO GUAPORÉ (1956b).

Observavam-se, ainda, providências dirigidas à avaliação dos alunos. Por exemplo, Portaria DE de 13 de dezembro de 1952 designava o professor de Educação Física José Augusto da Câmara Leme para viajar ao Alto Guaporé e aplicar provas finais nas escolas da região. Em seu retorno a Porto Velho deveria apresentar "substancioso relatório à Diretoria da Divisão de Educação" (ALTO MADEIRA, ed. 4133, 27 dez. 1952). Em 1953, a Portaria Territorial 280, de 3 de novembro, autorizou o pagamento de 30 diárias de Cr\$95,00 (noventa e cinco cruzeiros) ao mesmo professor, para uma nova viagem à região com a mesma finalidade (ALTO MADEIRA, ed. 4399, 7 nov. 1953).

Entretanto, os critérios de avaliação não eram suficientemente claros, pois o

artigo 26 do Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto Territorial 77, de 28 de abril de 1948, no governo de Frederico Trotta, era omissivo sobre a nota mínima para promoção à série seguinte.

Dada essa circunstância, em 9 de fevereiro de 1957, no governo de Jaime Araújo dos Santos, a diretora do DE, Marise Magalhães Costa Castiel, que assumira o cargo em 23 de janeiro do mesmo ano, enviou o Ofício DE 73 ao INEP solicitando orientações sobre qual critério adotar. A solicitação descrevia uma situação peculiar:

Esta consulta, Senhor Diretor, é decorrente da medida tomada pela ex-Diretora desta Divisão sobre a avaliação dos últimos resultados escolares no término do ano letivo. Fugindo à norma que vinha sendo adotada há mais de dez anos, foi deliberado, verbalmente, que, no curso primário, somente seria promovido para a série imediatamente superior o aluno que obtivesse cinquenta pontos em cada matéria.

Ora, no Ginásio exige-se apenas a nota 4,0 para aprovação.

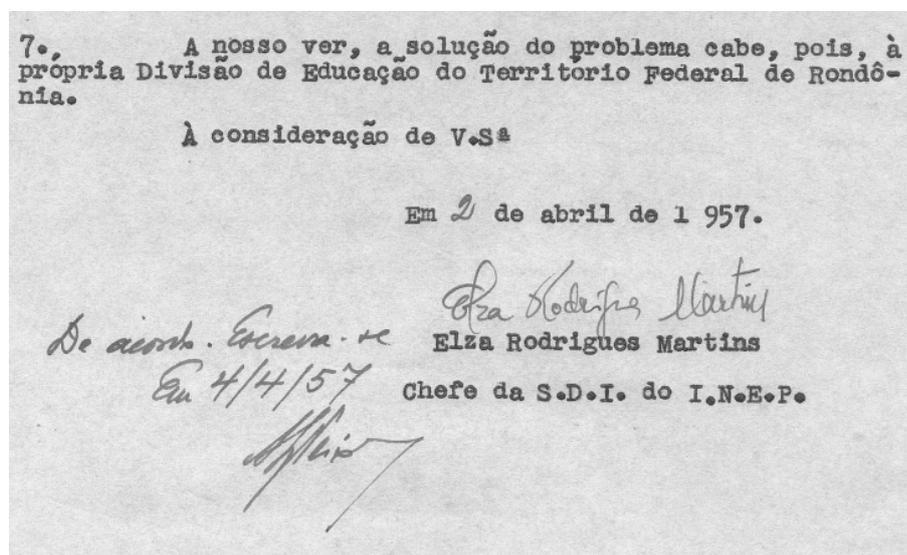
Não foi bem recebida, portanto, pela população a deliberação da DE, provocando, essa medida, o encaminhamento de um recurso, que ora se encontra em nossas mãos (INEP, 1957).

Após parecer da chefe da Seção de Documentação e Intercâmbio (SDI) do INEP, Elza Rodrigues Martins, o diretor do órgão, Anísio Teixeira, respondeu à diretora do DE que a solução caberia ao Território.

É interessante notar que no parecer do INEP, mais uma vez, é citada a expectativa sobre a aprovação da LDB, o que ainda demoraria mais quatro anos. Apesar da responsabilidade delegada pela Lei Orgânica do Ensino Primário, o Ministério da Educação e Cultura ainda não baixara um regulamento para isso, “aguardando-se, para todo o país, a elaboração definitiva de diretrizes e bases da educação” (INEP, 1957).

Em se tratando de um registro histórico, vale reproduzir o breve despacho manuscrito de Anísio Teixeira no parecer do INEP:

Figura 32 - Despacho de Anísio Teixeira em parecer do INEP - 1957



Fonte: INEP (1957).

5.3.3 Investimentos na Educação Escolar

Também foi continuado o plano de construção de escolas rurais e isoladas. Em 23 de julho de 1955, o Decreto Territorial 311 criou a Escola Rural Marechal Deodoro da Fonseca no interior da Colônia Agrícola 19 de Setembro, em Porto Velho. No mesmo mês, no dia 27, pelo Decreto 312 foi criada a Escola Isolada Doutor Martins, “no lugar denominado São João”.

É interessante repetir o preâmbulo do segundo decreto, assinado pelo governador em exercício José Ribamar de Miranda:

Considerando ser a educação um dos problemas básicos da formação da nacionalidade;
Considerando que é dever precípua dos poderes públicos proporcionar a iniciação cultural que a todos conduz equilibrada formação, elevando o nível dos conhecimentos úteis à vida [...] (ALTO MADEIRA, ed. 4925, 30 de julho de 1955).

Com verbas repassadas pelo INEP, eram realizados investimentos no Curso

Primário Supletivo. Portarias DE de 2 e 11 de junho de 1954 designavam professores, “a título precário”, para regência do Curso Primário Supletivo, percebendo gratificação pró-labore de Cr\$350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) mensais: Abnael Machado de Lima, Floriano Bezerra, José Hermógenes Chaves, Osvaldina Lima Ribeiro, no Grupo Escolar Barão do Solimões; Olívia Pereira Sales, na Escola Rural Nossa Senhora das Graças, no quilômetro 2 da rodovia Porto Velho – Cuiabá; Aristóteles Nazareno Leite da Silva, na Escola Rural Presidente Franklin Roosevelt, no bairro Triângulo, em Porto Velho; Sílvio Pereira das Chagas, na Escola Rural Euclides da Cunha, em Pedras Negras, Guajará Mirim (ALTO MADEIRA, ed. 4635, 14 ago. 1954).

No ano seguinte, mais nomeações para esse fim foram publicadas, sob as mesmas condições. Portarias DE de 11 de junho de 1955 nomeavam Nagib Lima e Walter de Paula de Sales, respectivamente, para regência dos cursos supletivos oferecidos no Grupo Escolar Barão do Solimões e na Escola Rural Nossa Senhora das Graças. Informavam esses decretos, o custeio pelo Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Cultura (ALTO MADEIRA, ed. 4896, 25 jun. 1955).

A demonstrar que o Território continuava preocupado com a especialização de pessoal, a Portaria Territorial número 1, de 1º de dezembro de 1953, designou a “Atendente Auxiliar Referência 13”, Josefa Medeiros, para realização de um curso de “Educação Física Infantil” na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ALTO MADEIRA, ed. 4435, 19 dez. 1953).

6 CONCLUSÃO

Finalizada a exposição da pesquisa, é preciso relatar a conclusão que justificará a tese proposta na introdução: a estrutura econômica, ou seja, o modo de produção capitalista, determinou os rumos da Educação Escolar no Território Federal do Guaporé/Rondônia no período de 1943 a 1961.

Antes da conclusão propriamente dita, será realizada uma revisão do conteúdo da tese, ou seja, da fundamentação teórica e da pesquisa empírica.

A **fundamentação teórica** contemplou os principais conceitos necessários ao desenvolvimento da tese, quais sejam: capitalismo, sociedade de classes e Educação Escolar.

Quanto ao capitalismo e à sociedade de classes, conceitos intrinsecamente ligados, justificou-se analisá-los por que eram elementos em formação na região desde o final do século XIX, quando o primeiro ciclo da borracha começou a integrá-la à economia mundial.

O modo de produção capitalista foi analisado a partir de duas perspectivas antagônicas, a liberal e a marxiana.

Propriedade particular, iniciativa privada e livre concorrência constituem pilares do sistema capitalista. São elementos articulados na dinâmica do mercado, o qual, na ótica liberal, age como uma “mão invisível” ao regular todos os preços, inclusive os de mão de obra, em função dos níveis de oferta e demanda. Entretanto, para a teoria marxiana o mercado é um obstáculo à propriedade comunitária e faz do Estado uma instituição a serviço dos interesses particulares.

Na visão de Marx, a regulação pelo mercado avilta os salários e leva à “mais valia”, diferença entre o que recebe o operário e o montante de sua produção, valor apropriado pelo patrão e que gera a acumulação do capital.

Para consolidação do sistema capitalista, a ideologia reinterpretou o conceito de liberdade, associando-o ao desejo de ascensão social próprio da sociedade burguesa. Em Marx, a concepção capitalista de liberdade nada mais é do que transformar os homens em “vendedores de si mesmos”, abrindo caminho à “livre exploração do homem pelo homem”.

A ação do capitalismo não se restringiu a um grupo de países, mas foi estendida globalmente, até mesmo às regiões mais remotas. Consequência dessa

“divisão internacional do trabalho” (países pobres produzindo matérias-primas; os ricos, produtos industrializados), surgiu na América Latina uma forma de capitalismo dependente.

Ao longo do tempo, o capitalismo sempre procurou se adaptar ao contexto socioeconômico. Na década de 1930, a teoria keynesiana, voltada ao enfrentamento da recessão econômica simbolizada pelo *crash* da bolsa de valores de 1929, fez o *laissez-faire* característico do século anterior dar lugar ao *welfare-state* (estado de bem-estar social). O Estado, antes mero espectador, assumiu papel de agente econômico e regulador do mercado, principalmente visando a combater o desemprego. Essas mudanças, todavia, não tiveram o propósito de superar o sistema capitalista, cuja essência permaneceu inalterada.

Mesmo em relação à origem do capitalismo há posicionamentos diferentes das teorias liberal e marxiana. Para os economistas liberais, o surgimento ocorreu nas cidades, decorrente da propensão natural dos homens praticarem o comércio. Para Marx, a origem foi agrária e teve como ponto de partida a acumulação de capital permitida pela concentração fundiária, fenômeno que, em contrapartida, deu início ao surgimento da propriedade particular em lugar da coletiva.

A afirmação de o capitalismo ser resultante do movimento da história e de condicionantes materiais leva à concepção materialista de Marx, segundo a qual a superestrutura jurídico-política, inclusive a educação, é determinada pela estrutura econômica, ou seja, o mundo material gera as ideias. A teoria liberal, ao contrário, firma-se em uma concepção idealista, isto é, as ideias dos homens geram a realidade.

Quanto ao conceito de Educação Escolar, trata-se de uma das manifestações, talvez a mais emblemática, do fenômeno educativo mais amplo, presente não só na escola, mas também na família, nos grupos sociais, nas brincadeiras infantis, nos meios de comunicação e nas festas populares. Apesar de ser expressão autoexplicativa, vale dizer tratar-se de prática institucionalizada, formal, presente em período delimitado da vida e que, a serviço do sistema capitalista, pode acentuar a elitização do ensino.

O objetivo da educação, em seu sentido mais amplo, pode ser definido como propagar a cultura e a civilização, propósito que não pode ser entendido de maneira romanceada, pois, ao longo da história e em diversos lugares, inclusive na região

rondoniense, implicou o extermínio de povos e culturas que deram lugar ao sistema capitalista e à sociedade burguesa. O objetivo latente, portanto, é tornar lógicos e naturais os valores do sistema capitalista e da sociedade de classes.

Embora possa haver consenso quanto a esse objetivo, os fins imediatos da educação são controversos, uma vez que se verifica uma luta perene pela hegemonia nesse campo. Para os liberais, trata-se de adaptar as classes sociais, dominantes ou dominadas, ao modo de produção capitalista, por meio de uma escola dualista em que às elites se destina uma “educação desinteressada”, enquanto a classe dominada recebe ensino primário e profissionalizante.

A corrente liberal pode, ainda, ser dividida entre “idealistas” e “pragmatistas”. Aos primeiros, interessa a “educação moral” ou a “educação estética”; aos pragmatistas, o que importa é adaptar o homem ao mundo moderno influenciado pela industrialização, a urbanização, a ciência e a tecnologia.

Para os socialistas, importa superar o modelo capitalista, para o que é necessário intervir efetivamente no processo de transformação social. Em lugar da escola dualista, a escola única a cargo do Estado.

Essa acirrada disputa não desfaz algumas certezas, a começar de a educação estar articulada à realidade social e ao movimento da história. Como elemento da superestrutura, ela é mais influenciada do que influencia a estrutura econômica.

Concluído o resumo sobre a fundamentação teórica, passamos à revisão da **pesquisa empírica**, lembrando que, apesar de o recorte temporal contemplar o período de 1943 a 1961, foi necessário retroagir algumas décadas.

A história da região foi dividida em sete períodos, na seguinte ordem: período colonial, primeiro ciclo da borracha, Expedição Rondon, construção da ferrovia Madeira – Mamoré, fundação da cidade de Porto Velho, segundo ciclo da borracha e criação do Território Federal do Guaporé.

Há registros de ocupação humana muito antes da colonização portuguesa, inclusive surpreendentes inscrições nos alfabetos grego e fenício em sítios arqueológicos na região do alto Madeira. No século XVII, bandeirantes paulistas fizeram incursões na região, em busca de uma rota fluvial para o rio Amazonas. Desse período, cabe destacar a construção do Forte Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia.

A ocupação efetiva da região foi retomada no final do século XIX com o primeiro ciclo da borracha, cujas aplicações se diversificavam nos países industrializados. O Brasil era líder mundial nas exportações do produto, até que foi superado pelas colônias inglesas do leste asiático, para onde sementes de seringueiras contrabandeadas do Pará foram levadas.

Como desmembramentos do primeiro ciclo da borracha, importantes para a região foram a construção da ferrovia Madeira – Mamoré e a fundação da cidade de Porto Velho, origem da ferrovia e importante porto fluvial, que se tornou o principal núcleo urbano da região.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, a borracha da Amazônia retomou sua importância na economia mundial. O Brasil se tornou novamente o grande exportador mundial, contribuindo com as tropas aliadas no denominado “esforço de guerra”. Nesse contexto de revalorização econômica da região, foi criado em 1943 o Território Federal do Guaporé.

Resumida a pesquisa em seus aspectos teóricos e empíricos, cabe agora apresentar a **conclusão** da tese, que busca comprovar a influência do sistema capitalista e da sociedade de classes na construção da Educação Escolar no Território.

Para isso, foram utilizadas cinco categorias de análise próprias aos estudos sobre a articulação entre sociedade e educação: contradição, totalidade, reprodução, mediação e hegemonia. A seguir, procuramos resumir o que já foi discutido sobre elas na introdução, enfatizando suas manifestações no campo da educação.

A contradição é o motor das transformações da sociedade capitalista, embate constante entre tese e antítese, as quais nem sempre convergem a uma síntese. Ao adotar uma ideologia conservadora, a classe dominante ignora a contradição, negando o caráter inacabado da realidade. Na educação, a contradição se manifesta ao possibilitar tanto a reprodução quanto a superação das relações capitalistas de produção.

A totalidade social abarca a estrutura econômica e a superestrutura jurídico-política, elementos que não podem ser considerados separadamente, pois entre eles há uma relação dialética de influência mútua. A educação, componente da superestrutura, e a estrutura econômica, dada pelos meios e relações de produção,

não podem ser dissociados, mas formam uma totalidade.

A reprodução das relações de produção é condição essencial à perpetuação do sistema capitalista. Nesse processo, a educação participa ao formar a força de trabalho e gerar consenso social quanto às aspirações da classe dominante.

A mediação regula a relação entre as classes antagônicas, dando uma aparência de unidade à sociedade, ocultando as profundas divisões existentes. Assim como as normas jurídicas, a educação também desempenha o papel mediador de normalizar as contradições próprias do capitalismo.

A luta pela hegemonia está presente, em maior ou menor grau, na sociedade de classes, nos planos material e teórico. Em um primeiro momento, a classe dominante implanta sua ideologia; depois, quando consolidada, acontecem os embates para mantê-la. Nesse processo, mais uma vez a educação participa ao concretizar a concepção de mundo imposta pela classe dominante.

Finalmente é possível analisar os dados empíricos à luz do referencial teórico proposto, especialmente como emergem dessa análise as cinco categorias supra relacionadas. Pretende-se, assim, concluir que a Educação Escolar em Rondônia no tempo do Território Federal foi condicionada pelo modo de produção capitalista ali existente.

O primeiro ponto a ser analisado é a presença na região do modo de produção capitalista e de uma sociedade dividida em classes, o que, apesar de bastante óbvio, é interessante demonstrar.

No final do século XIX, a Amazônia brasileira já se integrava à economia mundial por meio das exportações de borracha. Assim, dentro da divisão internacional do trabalho proposta pelos economistas clássicos, a região se especializava na produção de uma matéria-prima em que possuía vantagens competitivas.

A extensão desse fato à região investigada pode ser deduzida pela informação de que 38% do faturamento da companhia de navegação Lloyd Brasileiro em 1908 vieram da linha do rio Madeira. Ou, ainda, pela importância das exportações de borracha nas finanças do Mato Grosso, uma vez que, por exemplo em 1917, responderam por 57,88% da receita tributária do estado.

Outro traço capitalista pode ser identificado na construção da ferrovia Madeira – Mamoré pelo industrial norte-americano Percival Farquhar, investia em outros

grandes empreendimentos no Brasil e em outros países. A região, portanto, já se prestava ao processo de acumulação de capital capitalista.

A consolidação capitalista na região só fez aumentar ao longo dos anos. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a borracha brasileira voltou a ser valorizada no mercado internacional. Nesse contexto, os Acordos de Washington, firmados entre Brasil e Estados Unidos, previam recursos para desenvolvimento da produção da borracha, fortalecendo a articulação entre as economias brasileira norte-americana.

Resultado inevitável do sistema capitalista, a sociedade dividida em classes também era um traço presente na região, revelando-se de diferentes formas. Na cidade de Porto Velho, a imprensa destacava eventos promovidos pela elite e, com menor destaque, os dramas vividos pela população mais pobre.

Na atividade de extração da borracha a divisão se mostrava mais acentuada entre o seringalista, proprietário do seringal e residente na “casa grande”, e o seringueiro, o trabalhador alojado no “barracão”, que penetrava a selva, recolhia e processava o látex extraído.

A elite parecia almejar a uma sociedade europeizada, promovendo artistas e filmes estrangeiros. Anúncios publicados no jornal Alto Madeira faziam apologia aos modos elegantes e requintados. Expressões estrangeiras eram corriqueiramente utilizadas para designar eventos sociais. O caráter burguês da sociedade também se revelava na imprensa, em muitos artigos da Igreja Católica sobre os riscos do comunismo.

Percebidos os traços da economia capitalista e da sociedade de classes, cabe analisar a educação.

Um de seus papéis se voltava à formação de mão de obra para atender aos interesses dos empreendimentos capitalistas. Por exemplo, o marechal Rondon, nas primeiras décadas do século XX, sugeria que os indígenas das tribos Parecis e Bororós escolarizados poderiam prestar bons serviços na conservação das linhas telegráficas e estradas do sertão.

Outro propósito consistia em propagar a cultura cristã ocidental, havendo como exemplo marcante o relato das bodas de um casal indígena da tribo Arikeme recém-convertidos à religião católica.

A concepção de educação em todo o período estudado sempre se manteve

dentro dos limites da ideologia liberal, sem qualquer pretensão de desafiar a hegemonia do sistema capitalista, servindo como instrumento de reprodução das relações de produção.

Também é irrefutável a existência da escola dualista no Território. Conforme analisado em artigo do professor Enos Eduardo Lins, as crianças educadas nas instituições confessionais recebiam um ensino de qualidade, enquanto a escola pública carecia de professores, instalações adequadas e material didático.

Essas constatações podem ser melhor compreendidas ao analisar como as categorias anteriormente citadas (contradição, totalidade, reprodução, mediação e hegemonia) emergem da história da Educação Escolar após a instalação do Território.

Em 1944, durante o primeiro governo territorial de Aluísio Ferreira, o diretor de educação, Oldegar Franco Vieira, sugeriu mudanças no plano de educação recém-elaborado pelo INEP. Uma das sugestões era oferecer uma “educação integral” contemplando atividades extraescolares, como missões culturais, escotismo, museus, publicações educacionais, bibliotecas e clubes de leitura.

A sugestão lembra a ideia socialista da aprendizagem ao longo de toda a vida. Emerge aqui a categoria da **contradição**, pois é uma concepção de educação que tanto pode contribuir na reprodução quanto na superação das relações de produção. Por isso, as instituições do Estado, a serviço da classe dominante, buscam conduzir mudança dessa natureza, mas sem arriscar o *status quo*.

Na gestão de Oldegar Franco Vieira, os problemas da educação pareciam dissociados da realidade econômico-social, sendo resolvidos por regras formais, como o “decálogo do professor”. Somente em 1947, no governo de Frederico Trotta, considerou-se que a estrutura econômica afetava as políticas educacionais, quando a diretora de educação, Laudímia Trotta, procurou criar internatos para instrução das crianças cujos pais trabalhavam como itinerantes na coleta do látex.

É uma admissão, portanto, que educação e sociedade formam uma **totalidade**, não justificando analisá-las separadamente, pois entre elas prevalece uma relação dialética, ou seja, uma influenciando a outra mutuamente.

Eram comuns os elogios, quiçá culto, por parte das escolas a personagens históricos e personalidades políticas, como à princesa Izabel, ao presidente Getúlio Vargas e ao segundo prefeito de Porto Velho, Joaquim Augusto Tanajura, dentre

outros. São situações em que a categoria da **mediação** se manifesta, pois a educação servia como instrumento para mascarar os antagonismos sociais, dando aparência de unidade à sociedade, a qual, na verdade, sempre foi dividida em classes.

A mediação pode até mesmo estar presente na nomeação de uma escola em homenagem a uma personalidade histórica, pois possibilita sua aceitação acrítica pela classe dominada.

Em uma região em que predominavam as atividades econômicas rurais, a proposta de criação dos “clubes agrícolas” nos moldes dos “4 HC” norte-americanos surge com um claro propósito de **reprodução** das relações de produção. Incentivados por políticas públicas federais esses clubes também serviriam para inculcir nos jovens valores próprios de uma economia capitalista.

A categoria da reprodução refere-se ainda à formação da força de trabalho e assim pode ser entendida a decisão do governo Frederico Trotta, em 1948, de criar uma escola de aprendizagem em Porto Velho. Parte do financiamento era proveniente do setor empresarial, como o SENAI, o Banco de Crédito da Borracha e seringalistas, evidenciando o interesse do capital em garantir a mão de obra indispensável ao seu desenvolvimento.

Quanto à categoria da **hegemonia**, é notório que em nenhum momento a pesquisa identificou na região movimentos visando à superação da ordem capitalista, quer no plano teórico, quer na forma de ações concretas, fosse na área específica da educação ou no plano político geral.

No contexto brasileiro, travava-se um intenso embate entre grupos conservadores e renovadores pela hegemonia no campo da educação, mas sem qualquer propósito de superar o modelo capitalista vigente. É interessante notar que no curso da pesquisa surgiram exemplos de como essas forças dividiam e disputavam o espaço político. Em 1949, quando o funcionamento do curso normal do Instituto Maria Auxiliadora foi novamente autorizado, um dos membros do Conselho Nacional de Educação era Alceu Amoroso Lima, um dos líderes do movimento católico conservador. Dois anos depois, o pedido desse mesmo instituto para ministrar o curso em três anos foi decidido pelo INEP, cujo diretor era Anísio Teixeira, um dos expoentes da corrente renovadora da Escola Nova.

Mesmo a disputa entre esses grupos antagônicos parecia não ter reflexo no

Território, pois acerca disso não foram localizados registros na imprensa local. Ademais, o governo territorial se mostrava aliado das instituições confessionais, participando ativamente em suas demandas junto ao Ministério da Educação.

Como conclusão, baseados no que foi exposto e analisado, podemos afirmar que a estrutura econômica capitalista presente no Território foi determinante na construção da Educação Escolar.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Márcia Regina da Costa. Estudo da borracha natural para utilização em períodos de entre-safra num mesmo composto. 2004. Campinas. 84 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Química, Campinas, 2004.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (org.). **Escola Primária na primeira república (1889-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2012.
- ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; GIMENEZ, José Carlos. Educação e Pesquisa: fontes e documentos. *In:* CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (org.). **A pesquisa e a preservação de fontes e arquivos para a educação, cultura e memória.** Campinas: Alínea, 2009. p. 109 -125.
- AZEVEDO, Fernando. **A Cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; IBGE, 1944.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de instituir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In:* GUIMARÃES, M. L. S. **Livro de fontes da historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 19-42.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. *In:* REMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro, 2003. p. 185-212.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES,** Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez., 2008.
- _____. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade.** Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, 2009.
- BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho:** 100 anos de História 1907-2007. Porto Velho: Academia de Letras de Rondônia, 2007.
- BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito:** escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- _____. História e filosofia das instituições escolares. *In:* ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.) **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2002a. (Coleção memória da educação). p. 25-38.
- _____. ALMEIDA PINTO, G. **Arquitetura e Educação:** organização do espaço e

propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos: EdUFSCar, 2002b.

_____. Os estudos Sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, W.; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

_____. NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 04 fev. 2001.

CANTANHEDE, Antônio. **Achegas para a história de Porto Velho**. Manaus: Escola Técnica, 1950.

CASTANHA, André Paulo. As fontes e a problemática da pesquisa em história da educação. Cascavel, 2006. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/. Acesso em: 29 dez. 2018.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares: final do império e primeira república no Brasil. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 39-57.

_____. O Império e as correntes do mar histórico. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). **Navegando pela história da educação brasileira**: 20 anos de HISTEDBR. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2009. p. 113-142.

_____. **Teoria da História e História da Educação**: por uma história cultural não culturalista. Campinas: Autores Associados, 2010.

CASTIEL, Sandra Maria Magalhães Costa. **Raízes de Rondônia**. Porto Velho: 1990.

CAVALCANTE, Washington Heleno. O Posto Indígena Rodolpho Miranda e os índios arikemes: processo de desagregação cultural sob a tutela do SPI. *In*: IV Congresso Internacional de História (cultura, sociedade e saber). Anais... Jataí: UFG, 2014. Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CINTRA, Jorge Pimentel. Raposo Tavares e a formação territorial brasileira. **Revista do IHGSP**. São Paulo, vol. XCVIII, p. 103-116, 2014.

CUNHA, Célio. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

CUNHA, Isabel M. R. Ferin. Análise documentária. *In*: _____. **Análise documentária**: a análise de síntese. Brasília, DF: IBICT, 1987.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

_____. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

_____. **Alceu Amoroso Lima**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA [em linha], 2008-202, <https://dicionario.priberam.org/igarit%C3%A9>. Acesso em: 23 jun. 2021.

DUTRA, Paulo Sérgio. Memórias de professoras negras no Vale do Guaporé: do silêncio à palavra. 2010. Cuiabá: 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. [S. l.]: RocketEdition, 1999. *E-book*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FIGUEIREDO, Lima. O “caboclo Aluísio”. O Jornal, Rio de Janeiro, ed. 7878, p. 5, 3 jan. 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=escola&pagfis=31097. Acesso em: 13 mai. 2021.

FONSECA, Dante Ribeiro da; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Do Território do Guaporé ao Estado de Rondônia: geopolítica, eleições e mudança de elites na Amazônia**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

GARCIA MARQUEZ, Gabriel. Viver para contar. Rio de Janeiro: Record, 2019. **Recurso eletrônico**. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

GOMES, Pascoal de Aguiar. A educação escolar no Território Federal do Guaporé (1934-1956). Cuiabá: 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

GOMES, Leonardo Ribeiro. Circulação de prescrições para a formação da juventude rural no Brasil e nos Estados Unidos: a experiência dos clubes 4-S e 4-H no pós Segunda Guerra Mundial. 2019. Belo Horizonte: 336f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2.

GUERRA, Antônio Teixeira. Observações geográficas sobre o Território Federal do Guaporé. Em: **Revista Brasileira de Geografia**, ano XV, n. 2, abril-junho de 1953. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. p. 183-302.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os economistas).

LAGARINHOS, Carlos Alberto Ferreira. **Reciclagem de pneus**: análise do impacto da legislação ambiental através da logística reversa. 2011. 291 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, São Paulo, 2011.

LIMA, Abnael Machado de. **Achegas para a história da educação em Rondônia**. 2ª ed. Porto Velho: S/E, 1991.

_____. Breve histórico da árdua e onerosa trajetória do ensino no atual espaço limitado pelo estado de Rondônia. **Jornal Alto Madeira**, Porto Velho, 27 jan. 2004. Caderno de variedades, p. 3.

_____. Centenário da criação do município de Porto Velho – Guapindaia um prefeito perfeito. **Gente de Opinião** (digital), Porto Velho, 12 out. 2014.

LINS, Enos Eduardo. Problemas educacionais: Deve existir o curso Normal Regional “Carmela Dutra”. **Jornal Alto Madeira**, Porto Velho, n. 03215, p.2, 15 jul. 1948.

_____. Situação do ensino em Porto Velho. **Jornal Alto Madeira**, Porto Velho, n. 03088, p.4, 01 mai.1947.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-160.

_____. SAVIANI, Dermeval (org.). **Navegando pela história da educação brasileira**: 20 anos de HISTEDBR. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

LUPORINI, T. J. Instituições escolares: etnia e educação escolar. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução

histórica. Campinas: Autores Associados; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007, p. 209-229.

MÁRMOL, José. **Cantos del peregrino**: poesias diversas. Buenos Aires: Felixo Lajouane, 1889.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. ISBN 978-85-7559-321-9 (recurso eletrônico)

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. Edição de Friedrich Engels. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN: 978-85-7559-551-0 (recurso eletrônico)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros**: ocupação humana e trajetória política de Rondônia. Porto Velho: Gráfica e editora Maia, 1998.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Editora Gênese, 1980.

_____. **Retalhos para a história de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Livro II. Porto Velho: Editora Gênese, 1988.

MENEZES, Nilza; HOLANDA, Fabíola. **Jorge Teixeira**: uma contribuição documental. Porto Velho: Edufro, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os Arquivos e Fontes como Conhecimento da História das Instituições Escolares. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.

_____. A história, a memória e as instituições escolares: uma relação necessária. **Cadernos de História da Educação**. v. 11, n. 1 - jan./jun. 2012. p.243- 256.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Coleção os economistas).

MOGARRO, M.J. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. Sísifo.

Revista de Ciências da Educação, v.1, 2006, p. 71-84. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9875/1/Arquivos%20e%20educacao.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

MONARCHA, Carlos. História da educação brasileira (esboço da formação do campo). *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 125-150.

MOURA, Inácio Batista de. **De Belém a S. João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Trajetórias da pesquisa em história da educação no Brasil. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (org.). *In*: **História e história da educação: o debate teórico metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 125-142.

NASCIMENTO, Sílvio Melo do. A escola de Dom Xavier Rey: história da formação de professoras no Vale do Guaporé: Porto Velho, 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho. 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. Estrangeiro Negro, Sim; Mas Instruído: Um Olhar Amazônico sobre a Presença Barbadiana no Campo das Representações Sociais em Porto Velho no Início do Século XX. **Saber Amazônico**. Faculdade Interamericana de Porto Velho/UNIRON, nº 1, Porto Velho: Edufro, 2004.

_____. Metade do Século XX: um olhar através da fotografia. Porto Velho: UNIR, 2008, 135p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2008.

PERIOTTO, M. R. **A “espiral do progresso” e a felicidade da nação**. 2001. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, Evolução Histórica: a criação do Território Federal do Guaporé**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

_____. **Hidrografia do Grão-Pará a Mato Grosso: projeto de integração da Amazônia colonial entre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé (1797-1800)**. Porto Velho: ABG Gráfica, 1998.

_____. **Território Federal do Guaporé: fator de integração da fronteira ocidental**

do Brasil. Rio de Janeiro: Viaman, 2003.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. O ciclo da borracha. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, ano 161, p. 231-250, 2000.

PORTO, J.R.R. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. **Presença**, Porto Velho, n. 16, 2000.

PRADO, Fernanda Batista do. Entre o oratório e a profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946). 2017. Cuiabá. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da educação? **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, n.18, p.13-28, jul./dez., 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7ª. ed. São Paulo: Global, 2017.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os economistas).

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Rondônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. Arquivos: fontes para produzir silêncios ou histórias de lutas pela educação pública. *In*: SILVA, João Carlos da. ORSO, Paulino José. CASTANHA, André Paulo. MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. (org.). **História da educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013. p. 95-109.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferencias realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 no Theatro Phenix do Rio de Janeiro sobre os trabalhos da expedição Roosevelt e da comissão telegraphica. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1916.

_____. **Índios do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

SAMPAIO, Sonia Maria Gomes. **Uma escola (in)visível**: memórias de professoras negras em Porto Velho no início do Século XX. 2010. Araraquara. 145 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010.

SANFELICE, José Luiz. História das Instituições Escolares. *In*: NASCIMENTO, Maria

Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

_____. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622/7190>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. _____. LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (org.). **História e história da educação: o debate teórico metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 7-17.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

_____. **A nova lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectiva**. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. Educação e Colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. *In*: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. I séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. Breves Considerações Sobre as Fontes Para a História da Educação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004b. p. 3-12.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores associados, 2005a.

_____. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em história da educação. *In*: GATTI JUNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (org.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005b. p. 07-31

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007a.

_____. Os balanços na historiografia da educação brasileira: sentidos e perspectivas. Em: NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALLI, Eliandra (orgs). **A Educação e seus sujeitos na História**. Belo Horizonte: Argumentum, 2007b. p. 149- 161.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; _____. (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e**

reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007c. p. 3-30.

_____. **História da história da educação no Brasil**: um balanço prévio e necessário. São Paulo: Autores Associados, 2008.

_____. Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 3 (27), p. 13-45, set./dez. 2011.

_____. **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da educação. São Paulo: Autores Associados, 2015.

SCHUINDT, Elisângela Lima de Carvalho. A diáspora Barbadiana e o legado educacional em Porto Velho. 2016, Porto Velho: 77f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

SILVA, Marina Jardim; FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira; FONSECA, Vera Maria Medina. **Silva Coutinho**: uma trajetória profissional e sua contribuição às coleções geológicas do Museu Nacional. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000200006>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas (Volume I). São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os economistas).

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia Porto Velho**: pequena história de Porto Velho. Porto Velho: Palmares. 1991.

_____. **Da chibata ao inferno**. Porto Velho: Eudfro, 2001.

_____. **Conhecer Rondônia**. 2ª. ed. Porto Velho: M&M Gráfica e Editora LTDA, s/d.

SILVA, Francisca Araújo da. Uma tentativa de Colonização: Colônia Agrícola do Iata (1943-1972). Goiânia. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1986.

SILVA, Marijâne Silveira da Silva. Formação de regentes de ensino primário do Território Federal do Guaporé: o Curso Normal Regional Carmela Dutra. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.9, n.26 p.49-59, maio/ago. 2019.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre, EDPUCRS, 2011.

SOUZA, Valdir Aparecido de. (Des)ordem na fronteira: Ocupação Militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Mamoré (30/40). Assis. 177f. Dissertação (História), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Assis, 2002.

VIDAL, D.G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R.F. VALDEMARIN, V.T. (org.) **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. p.3-30.

VITOR HUGO. **Desbravadores**. I Volume. Edição Missão Salesiana de Humaitá-Amazonas. 1959.

_____. **Desbravadores**. III Volume. Porto Velho: ABG, 1998.

WOOD, Ellen Meikisins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n.10, p.12-29, 2000.

JORNAIS

A BOA NOVA (jornal). Belém: Typ. d'A Estrella do Norte; Typ. d'A Boa Nova. 1871-1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800341>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho: Empresa Jornalística Alto Madeira. 1917-2017. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 7, p.2, 20 mai. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=37764>. Acesso em 28 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 16-B, p.3, 12 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=37796>. Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto velho, ed. 17, p.3, 15 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano%20191&pesq=2%20setembro%201917&pagfis=23447>. Acesso em 29 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 18, p.3, 19 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=23451>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 19, p.1, 22 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano%20191&pesq=2%20setembro%201917&pagfis=23455>. Acesso em 29 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 21, p.1, 29 jul. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=18%20de%20outubro%201918&pagfis=23463>. Acesso em 18 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 22, p.4, 2 ago.1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=23472>. Acesso em: 30 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 25, p.5, 16 ago.1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano%20191&pesq=16%20agosto%201917&pagfis=37838>. Acesso em: 30 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 31, p.5, 02 set. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano>

%20191&pesq=2%20setembro%201917&pagfis=23513. Acesso em: 29 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 32, 06 set. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=9%20dezembro%201917&pagfis=23519>. Acesso em: 29 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 37, p.3, 23 set. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=23535>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 38, p.1, 27 set. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=27%20de%20setembro%20de%201917&pagfis=23539>. Acesso em 20 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 40, 4 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=27%20de%20setembro%20de%201917&pagfis=23551>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 42, p.3, 11 nov. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=18%20de%20outubro%201918&pagfis=23561>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 44, p.3, 18 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=18%20de%20outubro%201918&pagfis=23576>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 46, p.1, 25 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=25%20de%20%20outubro%20de%201917&pagfis=23585>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 51, p.5, 11 nov. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=9%20dezembro%201917&pagfis=23623>. Acesso em 23 mar. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 58, p.2, 9 dez. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=9%20dezembro%201917&pagfis=23666>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 60, 16 dez. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=23669>. Acesso em 17 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 62, p.1, 23 dez. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=25%20de%20outubro%20de%201917&pagfis=37880>. Acesso em 17 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 62, p.2, 23 dez. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=37880>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 63, p.1, 27 dez. 1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=25%20de%20outubro%20de%201917&pagfis=37884>. Acesso em 17 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 67, p.1, 10 jan. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=23687>. Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 70, p.1, 20 jan. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=25%20de%20%20outubro%20de%201917&pagfis=23699>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 74-A, p.1, 3 fev. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=27%20de%20setembro%20de%201917&pagfis=37930>. Acesso em 20 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 75, p.1, 7 fev. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=escola&pagfis=23732>. Acesso em 20 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 76, p.2, 10 fev. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=inteligencia&pagfis=23738>. Acesso em 10 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 77, p.1, 14 fev. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=23741>. Acesso em 27 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 80, p.1, 24 fev.1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=40776. Acesso em 30 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 80-A, p.1, 24 fev. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=37950>. Acesso em 2 out. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 80-B, p.2, 24 fev. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano%20191&pesq=2%20setembro%201917&pagfis=37950>. Acesso em 29 set. 2019.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 84-B, p.2-5, 10 mar. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=escola%20noturna&pagfis=37975>. Acesso em 21 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 99, p.1, 2 mai. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=23877>. Acesso em 28 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 100, p.5, 5 mai. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=9%20dezembro%201917&pagfis=23887>. Acesso em 28 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 104, p.2, 19 mai. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=humayta&pagfis=23908>. Acesso em 28 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 109, p.2, 6 jun. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=23942>. Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 110, 9 jun. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=escola%20noturna&pagfis=23952>. Acesso em 21 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 112, p.2, 16 jun. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=23962>. Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 125, p.2, 1 ago. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=24036>Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 149, p.2, 24 out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=24173>Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 150, p.2, 27 out. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=humayta&pagfis=24180>. Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 161A, p.5, 05 dez. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=humayta&pagfis=24245>. Acesso em 29 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 193, p.5, 27 mar. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=24341>

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 221, p.2, 3 jul. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano%20191&pesq=2%20setembro%201917&pagfis=24481>. Acesso em 29 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 307, p.3, 29 abr. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=escola&pagfis=24833>. Acesso em 12 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 422, p.1, 5 jun. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=fronteira&pagfis=25061>. Acesso em 2 out. 2019.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 423, p.3, 9 jun. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=9%20de%20junho%20de%201921&pagfis=25065>. Acesso em 21 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 507, p.1, 30 mar. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=9%20dezembro%201917&pagfis=25173>. Acesso em 20 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto velho, ed. 629, p.3, 31 mai. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pasta=ano%20191&pesq=2%20setembro%201917&pagfis=25413>. Acesso em 29 set. 2018.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 832, p.1, 14 jun. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=25723>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 843, p.1, 23 jul. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25767>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 845, p.1, 30 jul. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25775>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 847, p.1, 6 ago. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25784>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 849, p.1, 6 ago. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25787>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 850, p.1, 16 ago. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25791>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 851, p.1, 20 ago. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25795>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 852, p.1, 23 ago. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25799>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 859, p.1, 17 set. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25827>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 873, p.1, 5 nov. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=25879>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 978, p.2, 7 nov. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=jos%c3%a9%20da%20cruz&pagfis=26169>. Acesso em 20 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.418, p.1, 4 ago. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=38607>. Acesso em 12 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.503, p.4, 28 mai. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=38966>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.607, p.1, 28 mai. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=araujo%20lima&pagfis=39368>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.695, p.1, 13 jun. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=1946&pagfis=39632>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.978, p.2, 21 mar. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=1946&pagfis=39711>. Acesso em 22 dez. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.985, p.1, 14 abr. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=15990>. Acesso em 12 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.991, p.4, 5 mai. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=1946&pagfis=16019>. Acesso em 22 fev. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.992, p.2, 9 mai. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=matriculadas&pagfis=39769>. Acesso em 22 fev. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.993, p.3, 12 mai. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=16024>. Acesso em 13 abr. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.994, p.2, 19 mai. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=1946&pagfis=39775>. Acesso em 22 fev. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 2.999, p.1, 16 jun. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=1946&pagfis=16044>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.002, p.4, 30 jun. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=1946&pagfis=16059>. Acesso em 22 fev. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.010, p.4, 28 jul. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=matriculadas&pagfis=16091>. Acesso em 22 fev. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.071, p.4, 27 fev. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=matriculadas&pagfis=16269>. Acesso em 16 jan. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.072, p.1, 2 mar. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=matriculadas&pagfis=40018>. Acesso em 16 jan. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.088, p.4, 1 mai. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%e2%80%9cVoc%c3%aa%20conhece%22&pagfis=40041>. Acesso em 19 jun. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.098, p.1, 5 jun. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=40078>. Acesso em 10 jun. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.099, p.4, 8 jun. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=16337>. Acesso em 10 jun. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.101, p.4, 15 jun. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=16345>. Acesso em 10 jun. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.106, p.1, 3 jul. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=40106>. Acesso em 19 jun. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.121, p.4, 7 set. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=40195>. Acesso em 12 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.140, p.1, 2 nov. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=16514>. Acesso em 12 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.142, p.1, 12 nov. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=40270>. Acesso em 12 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.178, p.3, 18 mar. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=16665>. Acesso em 10 mai. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.181, p.1, 28 mar. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=guapor%c3%a9&pagfis=16674>. Acesso em 12 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.215, p.2, 15 jul. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=16806>. Acesso em 6 abr. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.304, p.4, 14 nov. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&pagfis=17010>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.310, p.4, 28 nov. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=ensino%20obrigat%c3%b3rio&pagfis=40782>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.319, p.3, 19 dez. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=17069>. Acesso em 3 set. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.329, p.4, 12 jan. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=grupo%20escolar&pagfis=40850>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.340, p.3, 6 fev. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&pagfis=40891>. Acesso em 9 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.342A, p.3, 6 mar. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=araujo%20lima&pagfis=17189>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.343A, p.1, 13 fev. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=araujo%20lima&pagfis=40901>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.345B, p.1, 13 mar. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=40947>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.355, p.4, 8 abr. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=40994>. Acesso em 30 mar. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.403, p.1, 31 jul. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=17434>. Acesso em 10 mai. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.409, p.4, 14 ago. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=17458>. Acesso em 30 mar. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.445, p. 4, 5 nov. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=matriculadas&pagfis=17602>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.457, p. 3, 26 nov. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=ensino%20obrigat%c3%b3rio&pagfis=17645>. Acesso em 11 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.458, 27 nov. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=PEDREIRO%20WALDEMAR&pagfis=41396>. Acesso em 15 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.511, p. 2, 5 mar. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=17810>. Acesso em 11 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.514, p. 4, 11 mar. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=ensino%20obrigat%c3%b3rio&pagfis=17823>. Acesso em 11 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.548, p. 4, 9 mai. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=17932>. Acesso em 11 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.730, p. 3, 14 abr. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=19920>. Acesso em 13 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.738, p. 3, 28 abr. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=19952>. Acesso em 11 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.837, p. 1, 14 out. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=42260>. Acesso em 11 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 3.851, p. 3, 10 nov. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=20292>. Acesso em 28 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 4.126, p. 3, 17 dez. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=orfe%c3%b4nico&pagfis=20574>. Acesso em 11 out. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 4.133, p. 3, 27 dez. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=20602>. Acesso em 23 nov. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 4.399, p. 3, 7 dez. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=43314>. Acesso em 14 dez. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 4.435, p. 3, 19 dez. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=43454>. Acesso em 14 dez. 2020.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 4.399, p. 3, 7 dez. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=44768>. Acesso em 29 mai. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 4.635, p. 3, 14 ago. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=43854>. Acesso em 29 mai. 2021.

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho, ed. 4.896, p. 3, 25 jun. 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=semin%c3%a1rio&pagfis=44672>. Acesso em 29 mai. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1925-1954. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/manha/116408>. Acesso em: 1 mar. 2021. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=116408>. Acesso em: 1 mar. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, ed. 719, p.6, 10 dez. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=territ%c3%b3rio%20guapor%c3%a9&pagfis=21593>. Acesso em: 1 mar. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, ed. 800, p.3, 19 mar. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=territ%c3%b3rio%20guapor%c3%a9&pagfis=22576>. Acesso em: 1 mar. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, ed. 1.094, p.3, 4 mar. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=territ%c3%b3rio%20guapor%c3%a9&pagfis=25982>. Acesso em: 1 mar. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, ed. 1.964, p.2, 3 jan. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=trotta&pagfis=36553>. Acesso em: 1 mar. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, ed. 1.998, p.10, 14 fev. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=territ%c3%b3rio%20guapor%c3%a9&pagfis=36977>. Acesso em: 1 mar. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, ed. 2.058, p.11, 25 abr. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pagfis=37782>. Acesso em: 13 mar. 2021.

A MANHÃ. (jornal). Rio de Janeiro, ed. 2.069, p.9, 9 mai. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pagfis=37944>

A NOITE. Rio de Janeiro: 1911-[196-]. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&pagfis=1. Acesso em: 22 nov. 2020.

A NOITE (jornal). Rio de Janeiro, ed. 11.387, p.3, 23 out. 1943. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=1943&pagfis=23412. Acesso em: 1 mar. 2021.

A NOITE (jornal). Rio de Janeiro, ed. 12.329, p.7, 3 ago. 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=1943&pagfis=41378. Acesso em: 1 mar. 2021.

BOA NOVA (jornal). Belém: Typ. d'A Estrella do Norte; Typ. d'A Boa Nova. 1871-1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800341>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BOA NOVA (Jornal). Belém, ed. 14 p. 1, 15 abr. 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800341&pesq=&pagfis=1681>. Acesso em: 22 jan. de 2020.

CORREIO DO NORTE: órgão do partido revisionista do estado do Amazonas (jornal). Manaus: [s.l.]. 1909-[s.l.]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228095>. Acesso em: 19 fev. 2020.

GAZETA DE NOTÍCIAS (jornal). Rio de Janeiro: Sociedade Anônima Gazeta de Notícias. 1875-1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04. Acesso em: 26 jan. 2020.

GAZETA DE NOTÍCIAS (jornal). Rio de Janeiro, ed. 111, p. 1, 22 abr. 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=40776. Acesso em: 23 set. 2020.

JORNAL DO BRASIL (jornal). Rio de Janeiro: Jornal do Brasil S/A. 1891-. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03. Acesso em: 23 jan. 2020.

JORNAL DO BRASIL (jornal). Rio de Janeiro, ed. 289, p. 7, 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_03&pasta=ano%20191&pesq=16%20de%20outubro%20de%201913&pagfis=21370. Acesso em: 23 jan. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, AM: Empresa Jornal do Commercio, 1904 - 2007. 61x46 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=170054>. Acesso em: 1 jan. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO (jornal). Manaus, ed. 4248, p.1, 20 fev. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=20%20de%20fevereiro%20de%201916&pagfis=21350. Acesso em 15 jul. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO (jornal). Manaus, ed. 4526, p.1, 30 nov. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=30%20de%20novembro%20de%201916&pagfis=22443. Acesso em 15 jul. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO (jornal). Manaus, ed. 4772, p.1, 11 ago. 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=verba%20da%20escola&pagfis=23399. Acesso em 15 jul. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO (jornal). Manaus, ed. 4782, p.1, 22 ago. 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=aulas&pagfis=23439. Acesso em 15 jul. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO (jornal). Manaus, ed. 5637-A, p. , 11 jan. 1920.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=11%20janeiro%201920&pagfis=145898. Acesso em 16 jun. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO (jornal). Manaus, ed. 7338, p. , 29 out. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=11%20janeiro%201920&pagfis=32382. Acesso em 16 jun. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO (jornal). Manaus, ed. 14.450, p. , 28 mai. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=11%20janeiro%201920&pagfis=150386. Acesso em 16 jun. 2020.

O GUAPORÉ. Porto Velho: [s.n.], 1947 – 1948.

O IMPARCIAL Independente. Bahia [Salvador, BA]: [s.n.], 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imparcial/720933>. Acesso em: 1 jun. 2021.

O IMPARCIAL (jornal) Salvador, ed. 1337, p. 6, 21 mai. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720933&pesq=&pagfis=438>. Acesso em: 22 abr. 2021.

O JORNAL (jornal). Rio de Janeiro, ed. 7878, p. 4, 3 de jan. 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pagfis=31097. Acesso em 13 mai. 2021.

O MADEIRENSE: orgao dos interesses do municipio. Humaitá, AM: [s.n.], 1918-1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843920>. Acesso em: 10 mar. 2021.

O MADEIRENSE (jornal). Humaytá, ed. 1, p. 1, 1º mar. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=843920&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 23 nov. 2020.

O MADEIRENSE (jornal). Humaytá, ed. 1, p. 2, 1º mar. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=843920&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 23 nov. 2020.

O MADEIRENSE (jornal). Humaytá, ed. 14, p. 3, 2 jun. 1918. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=843920&pesq=&pagfis=43>. Acesso em: 23 nov. 2020.

O MATTO-GROSSO (jornal). Cuiabá: Typ... 1890-1937. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189>. Acesso em: 2 fev. 2020.

O MATTO-GROSSO (jornal). Cuiabá, ed. 652, p.1, 22 nov.1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&Pesq=imposto&pagfis=265>. Acesso em 5 out. 2018.

O MATTO-GROSSO (jornal). Cuiabá, ed. 654, p.1, 6 dez.1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&Pesq=imposto&pagfis=273>. Acesso em 5 out. 2018.

O MATTO-GROSSO (jornal). Cuiabá, ed. 655, p.1, 15 dez.1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716189&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=285>. Acesso em 5 out. 2018.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. A constituição federal e as constituições dos estados da Republica do Brazil. Pelotas e Porto Alegre: Echenique e irmão – editores – Livraria Universal, 1895. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224222>. Acesso em: 02 fev. 2020.

_____. (Ministério de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado dos negocios da Industria, Viação e Obras Públicas, Severino dos Santos Vieira, no anno de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. (Ministério de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado dos negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Alfredo Eugenio de Almeida Maia, no anno de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. (Ministério de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, no anno de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 26 jan. 2020.

_____. (Ministério de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, no anno de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 24 jan. 2020.

_____. (Ministerio de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, industria e commercio, Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, no anno de 1910. Rio de Janeiro: Officinas da Diretoria Geral de Estatistica, 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. (Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos negócios da Agricultura, indústria e comércio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1911. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. (Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1912. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 23 jan. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Decreto 2.543 de 5 de janeiro de 1912. 1912b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-publicacaooriginal-100726-pl.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Decreto 9.521 de 17 de abril de 1912. 1912c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9521-17-abril-1912-528099-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. (Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio). Introdução do relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. Pedro Toledo ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio no ano de 1913. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 26 jan. 2020.

_____. (Ministério de Estado da Agricultura, Indústria, Viação e Comércio). Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria, Viação e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873730>. Acesso em: 24 jan. 2020.

_____. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=392421>. Acesso em: 2 mar. 2020.

_____. Decreto-Lei 4244 de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Decreto-Lei 7.772 de 23 de julho de 1945. Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal do Guaporé e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=7772&ano=1945&ato=4240zZ650dRR0Tf17>. Acesso em: 15 mai.

2021.

_____. Decreto-Lei do Ensino 8.529 de 2 de janeiro de 1946a. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/533568>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. Decreto-Lei do Ensino Normal 8.530 de 2 de janeiro de 1946b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm. Acesso em: 18 mai. 2021.

ESCOLA BARÃO DE SOLIMÕES. Histórico da escola. Porto Velho, 2005. Disponível no Arquivo da Escola Barão de Solimões. Mimeografado.

ESCOLA MURILO BRAGA, Histórico da escola. Porto Velho, 2007. Disponível em: <http://escolamurilobragapvh.blogspot.com/p/historico-da-escola.html>

ESCOLA NORMAL DO INSTITUTO MARIA AUXILIADORA. Relação do corpo docente no ano letivo de 1952. Porto Velho, 1952. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, caixa box 21, maço 290.

_____. Relação do número de aulas de cada disciplina no ano de 1952. Porto Velho, 1952. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, caixa box, 21, maço 290.

FUNDAÇÃO NACIONAL PROMEMORIA. Boletim SPHAN – volume 23. Brasília: Fundação pró Memória, 1983. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_23.pdf. Acesso em: 17 jan. 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). Anuário estatístico do Brasil – ano II – 1936. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

_____. Anuário estatístico do Brasil – ano IX – 1948. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

_____. Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940): série nacional – volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940): série regional – parte II – Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952a.

_____. Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940): série regional – parte XXII – Mato Grosso. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952b.

_____. Brasil / Pará. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. Estatísticas do século XX. 2021. Disponível em:

<https://seculoxx.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Cidades 2017. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 15 jun.2021.

INSTITUTO ESTADUAL CARLOS GOMES. Memorial. 2013. Disponível em:
<http://www.fcg.pa.gov.br/memorial-iecpg/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). A educação nas mensagens presidenciais (1890–1986). Brasília, 1987. 2v.

_____. Ofício nº 55 de 19 de fevereiro de 1948 dando ciência do recebimento do Relatório da administração do Território Federal do Guaporé 1946. Rio de Janeiro, 1948. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Processo 1.625/47 em 7 de janeiro de 1948. Parecer técnico e reencaminhamento do Relatório do Território. Rio de Janeiro, 1948. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Despacho nº 319 do Processo 8.774-47 em 11 de junho de 1947. Benedicto Costa Netto encaminha o Relatório da administração do Território Federal do Guaporé ao gabinete da Presidência da República para ciência e reencaminhamento aos ministérios da Guerra e da Educação para providências conforme âmbito. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Análise tecnico-administrativa do Processo 8.774-47 (Relatório da administração do Território Federal do Guaporé, 1946) em 28 de março de 1947 pelo Adm. dos Territórios José Paiva Prudente que o encaminhou à consideração superior. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Despacho em 05 de abril de 1947 do Processo 8.774-47 (Relatório da administração do Território Federal do Guaporé, 1946) pelo Diretor da Divisão do Interior, Floriano Ramos. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Plano geral dos serviços de Educação do Território Federal do Guaporé 1944. Rio de Janeiro, 1944. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, caixa box 06, maço 81.

_____. Ofício n. 87, de 08 de abril de 1946. Dispõe sobre a execução nacional de ensino primário. Rio de Janeiro, 1946. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, caixa box 15, maço 123.

_____. Ofício 112, de 07 de maio de 1946. Dispõe sobre o convênio nacional de ensino primário. Rio de Janeiro, 1946. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 123.

_____. Processo n. 316, de 11 de agosto de 1947. Trata do exame em que se apresenta o ensino primário no Guaporé. Rio de Janeiro, 1947. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, maço 139.

_____. A administração dos Serviços de Educação. Boletim n. 12. Rio de Janeiro

1941.

_____. Processo n. 2.719, de 6 de outubro de 1949. Dispõe sobre a autorização para funcionamento da escola normal particular sediada no território. Rio de Janeiro, 1949. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290.

_____. Ofício n. 340, de 22 de maio de 1954. Comunica autorização para funcionamento a título precário da escola normal do Guaporé. Rio de Janeiro, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290.

_____. Ofício s/n. Comunica a impossibilidade de conceder autorização para funcionamento da escola normal do Guaporé – até que se regularize a situação do Ginásio Presidente Vargas. Rio de Janeiro, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Patrimônio arqueológico - RO, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ro/pagina/detalhes/530>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Atividades do Ministério da Agricultura em 1951. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Curso Pedagógico - Programas para a 1ª, 2ª e 3ª séries. Porto Velho, julho de 1956. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 956.

_____. Parecer nº 157/57 de 15 de abril de 1957 sobre critério para promoção de aluno no curso primário no Território Federal de Rondônia. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 363.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Ofício nº 285, de 31 de outubro de 1947. Despacho de Lourenço Filho ao ministro do Relatório do Território de 1946. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Ofício nº 285, de 31 de outubro de 1947. Solicitação de um técnico de educação para organização do sistema federal de ensino e dos Territórios. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Análise técnica do Relatório da administração do Território Federal do Guaporé no ano de 1946. Processo n. 1.625/47, de 07 de janeiro de 1948a. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Manuscrito do Diretor do INEP Dr. Murilo Braga ao Diretor do D.N.E sobre uma ordem ministerial em 26 de junho de 1947a. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 39.

_____. Questionário do INEP adaptação do ensino primário às leis orgânicas federais de 26 de março de 1947b. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Telegrama n. 23C, de 20 de janeiro de 1947. Enviado pelo Dr. Murilo Braga

ao Diretor de Educação do Território Federal do Guaporé comunicando que as normas do ensino normal federal serão fixadas pelo INEP. Rio de Janeiro, 1947c.

_____. Ofício n. 74 de 27 de março de 1947. Cobrando cópia do regulamento ou instruções vigentes no Território Federal do Guaporé para o ensino primário, visava normalizar as diretrizes de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, 1947d. pasta 1, maço 139.

_____. Telegrama n. 213, de 24 de junho de 1947. Enviado pelo Dr. Murilo Braga ao Diretor de Educação do Território Federal do Guaporé reiterando o preenchimento do questionário enviado pelo ofício 74 de 27/03/1947. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, 1947e. pasta 1, maço 139.

_____. Ofício n. 216 de 11 de agosto de 1947. Solicitando complemento nas informações com novo questionário. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, 1947f. pasta 1, maço 139.

_____. Normas para o Ensino Normal do Curso Normal Regional Carmela Dutra, criado pelo decreto 47 de 19 de dezembro de 1948b. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 975.

_____. Telegrama n. 151, de 02 de março de 1946. Enviado em 17 de maio de 1946 aos senhores interventores comunicando distribuição dos recursos do fundo nacional de ensino primário. Rio de Janeiro, 1946.

_____. Parecer n. 378, de 10 de outubro de 1949. Dispõe sobre a autorização para funcionamento de uma escola normal no território do Guaporé. Rio de Janeiro, 1949. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290.

_____. Processo n. 243, de 27 de janeiro de 1954 e n. 1.040, de 1º de abril de 1954. Dispõe sobre a autorização para funcionamento da escola normal do Guaporé. Rio de Janeiro, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 2, maço 290.

_____. Telegrama n. 151, de 02 de março de 1946. Enviado em 17 de maio de 1946 aos senhores interventores comunicando distribuição dos recursos do fundo nacional de ensino primário. Rio de Janeiro, 1946.

_____. Parecer n. 378, de 10 de outubro de 1949. Dispõe sobre a autorização para funcionamento de uma escola normal no território do Guaporé. Rio de Janeiro, 1949. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290.

_____. Processo n. 243, de 27 de janeiro de 1954 e n. 1.040, de 1º de abril de 1954. Dispõe sobre a autorização para funcionamento da escola normal do Guaporé. Rio de Janeiro, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 2, maço 290.

PORTO VELHO, (Prefeitura Municipal). Anuário estatístico 2010-2016. 2017. Disponível in: <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/19643/anuario-estatistico>. Acesso em 9 jun. 2021.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA. Ofício n. 73/DE, de 09 de fevereiro de 1957. Solicitando parecer sobre promoção de alunos no Território Federal de Rondônia. Porto Velho, 1957. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 363.

_____. Currículo do Ensino Primário (orientação pedagógica – supervisão) para o Território Federal de Rondônia, 1957. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 411.

_____. Articulação e integração no ensino de 1º grau (Diretrizes teóricas dos currículos de 5ªs e 6ªs séries. Porto Velho, s/d. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 842.

_____. Levantamentos básicos para adaptação dos programas de ensino fundamental às condições locais. Porto Velho, s/d. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 325.

TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ. Ofício n. 145, de 10 de abril de 1946. Envia quadro estatístico relativo ao ensino no Guaporé. Porto Velho, 1946. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 123.

_____. Relatório da administração do Território Federal do Guaporé concernente ao ano de 1946. Porto Velho, 1946. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 39.

_____. Ofício n. 37, de 1º de março de 1947. Relatório da administração do Território Federal do Guaporé, concernente ao ano de 1946. Porto Velho, 1947a. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 39.

_____. Ofício 270/G de 21 de setembro de 1947 Resposta ao ofício nº 216 de 11 de agosto de 1947 encaminhando o questionário preenchido conforme solicitado. Porto Velho, 1947. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Resposta do questionário do INEP adaptação do ensino primário às leis orgânicas federais de 10 de setembro de 1947. Porto Velho, 1947. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Ofício 800/DE de 14 de outubro de 1947 Resposta ao ofício nº 231 de 30 de agosto de 1947 informando sobre o ensino Normal do Colégio Maria Auxiliadora. Porto Velho, 1947. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Decreto 47 de 19 de novembro de 1947 Cria o Curso Normal Regional do Território Federal do Guaporé. Porto Velho, 1947. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Gráfico de Escolas e Professores 1947-1948. Porto Velho, 1948a. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Gráfico de matrículas nas Escolas 1947-1948. Porto Velho, 1948b. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Regimento interno do curso normal Carmela Dutra, de 19 de dezembro de 1947. Porto Velho, 1947. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 112.

_____. Regimento Interno da Divisão de Educação do Território Federal do Guaporé, assinado por sua Diretora Laudímia Trotta em 16 de fevereiro de 1948. Porto Velho, 1948. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 112.

_____. Carta manuscrita pelo governador do Território Federal do Guaporé Frederico Trotta ao Diretor do INEP Dr. Murilo Braga solicitando auxílio financeiro para terminar as obras escolares. Protocolo 871/48/INEP de 23 de abril de 1948. Porto Velho, 1948c. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 112.

_____. Ofício 98 de 25 de fevereiro de 1948 do Departamento de Obras prestando informações orçamentárias sobre construção de prédio escolar com dormitórios e instalações sanitárias. Porto Velho, 1948. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 139.

_____. Documentos encaminhados a Anísio Teixeira por 9 professores solicitando registro dos seus nomes e patente no Ministério da Educação. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 2, maço 290.

_____. Atestados encaminhados a Anísio Teixeira pela Divisão de Educação atestando idoneidade dos professores da Escola Normal do Guaporé em 24 de fevereiro de 1954. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 2, maço 290.

_____. Relação de professores e horários da 1ª série da Escola Normal do Guaporé encaminhada pela Divisão de Educação. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 2, maço 290.

_____. Relação de professores e disciplinas ministradas por eles na Escola Normal do Guaporé encaminhada pela Divisão de Educação. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 2, maço 290.

_____. Relatório para instrução do Processo destinado a obter-se autorização do Ministério da Educação para que a Escola Normal do Guaporé funcione validamente em 17 de março de 1954. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 2, maço 290.

_____. Ofício n. 184, de 24 de abril de 1946. Remete ao INEP os seguintes documentos: relação das escolas públicas em funcionamento; mapa do território do Guaporé; projeto de instalação de internatos para ensino primário rural. Porto Velho, 1946. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 123.

_____. Ofício 183/DE de 6 de ABRIL de 1953. Resposta ao ofício nº 177 de 24 de março de 1953 do INEP, encaminhando o questionário preenchido conforme solicitado, sobre os critérios de promoção adotados no Território. Porto Velho, 1953. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 361.

_____. Ofício nº 242/SG-54 de 17 de março de 1954. Solicitação de autorização para funcionamento do curso de segundo ciclo normal da Escola Normal do

Guaporé. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 2, maço 290.

_____. Programa da 1ª série do Curso Normal Carmela Dutra, de 12 e 13 de julho de 1956. Porto Velho, 1956. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290.

_____. Programa da 2ª série do Curso Normal Carmela Dutra, de 14 e 15 de julho de 1956. Porto Velho, 1956. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290

_____. Programa da 3ª série do Curso Normal Carmela Dutra, de 23 e 27 de julho de 1956. Porto Velho, 1956. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290

_____. Programa da 4ª série do Curso Normal Carmela Dutra, de 26 e 27 de julho de 1956. Porto Velho, 1956. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 290

_____. Decreto 224 de 6 de novembro de 1951. Cria o Ginásio Oficial Presidente Vargas em Porto Velho, 1951. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 2, maço 290.

_____. Decreto 189 de 14 de abril de 1951. Cria a Escola Normal do Território Federal do Guaporé. Porto Velho, 1951. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 2, maço 290.

_____. Ofício n. 60, de 17 de setembro de 1949. Criação da escola normal das irmãs Maria Auxiliadora. Porto Velho, 1949. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 1, maço 290.

_____. Telegrama n. 20/DE, de 18 de janeiro de 1954 ao INEP, solicitando autorização para funcionamento do curso de formação de professores primários com duração de três anos. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 2, maço 290.

_____. Ofício n. 64/DE, de 20 de janeiro de 1954. Solicitando autorização para funcionamento do curso de formação de professores primários. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, Pasta 2, maço 290.

_____. Questionário sobre promoção no curso primário de 10 de abril de 1953. Porto Velho, 1953. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 1, maço 361.

_____. Horário de trabalho do curso do 2º ciclo da escola normal do Guaporé de 1954. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 2, maço 290.

_____. Relação de documentos: quatro fotografias legendadas; duas cópias de decretos do governo do Guaporé; os requerimentos de professores; nove atestados de idoneidade de professores; relação do corpo docente da escola normal do Guaporé. Porto Velho, 1954. Disponível no Arquivo do INEP, Brasília, pasta 2, maço 290.

MENSAGEM DE GOVERNADORES

AMAZONAS. Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo lida perante o Congresso do Amazonense na Sessão de 15 de setembro de 1891. Manáos: Typografia do Commercio do Amazonas, 1891.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso do Amazonense na Sessão de instalação em 1º de junho de 1892. Manáos: Typografia do Amazonas, 1892.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da segunda sessão ordinária em 10 de julho de 1893. Manáos: Typografia do “Diário do Amazonas”, 1893.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso do Estado em 10 de julho de 1894. Manáos: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1894.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da terceira sessão ordinária da segunda legislatura em 04 de março de 1897. Manáos: Typografia do “Diário oficial do Estado”, 1897.

_____. Mensagem do vice-governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Júnior lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura em 10 de julho de 1898. Manáos: Imprensa Oficial, 1898.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Júnior lida perante o Congresso de Representantes em sessão ordinária em 10 de julho de 1899. Manáos: Imprensa Oficial, 1899.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Cel. José Cardoso Ramalho Júnior lida perante o Congresso de Representantes em sessão de 10 de julho de 1900. Manáos: Imprensa Oficial, 1900.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Silvério José Nery lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da primeira sessão da quarta legislatura em 10 de julho de 1901. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1901.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Silvério José Nery lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da segunda sessão ordinária da quarta legislatura em 10 de julho de 1902. Acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Volume I. Manáos: Typografia da Livraria Ferreira Penna, 1903.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Silvério José Nery lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da terceira

sessão ordinária da quarta legislatura em 10 de julho de 1903. Acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manáos: Typografia do Amazonas, 1903.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Silvério José Nery lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da primeira sessão ordinária da quinta legislatura em 10 de julho de 1904. Acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manáos: Typografia do Amazonas, 1905.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Antonio Constantino Nery lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da segunda sessão ordinária da quinta legislatura em 10 de julho de 1905. Acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Volume I. Manáos: Typografia a Vapor do Amazonas, 1906.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Antonio Constantino Nery lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da primeira sessão ordinária da sexta legislatura em 10 de julho de 1907. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1907.

_____. Mensagem do Presidente do Congresso Legislativo no exercício de governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Cel. Raymundo Affonso de Carvalho lida perante o Congresso de Representantes na Abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura em 10 de julho de 1908. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1908.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da terceira sessão ordinária da sexta legislatura no dia 10 de julho de 1909. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1909.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da primeira sessão ordinária da sétima legislatura no dia 10 de julho de 1910. Acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1911.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura no dia 10 de julho de 1911. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1911.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura no dia 10 de julho de 1912. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1912.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da primeira sessão extraordinária da oitava legislatura no dia 25 de fevereiro de 1913. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1913.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura no dia 10 de julho de 1914. Acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official. 1914.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da terceira sessão ordinária da oitava legislatura no dia 10 de julho de 1915. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Publica, 1915.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da primeira sessão ordinária da nona legislatura no dia 10 de julho de 1916. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1916.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacelar lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da segunda sessão ordinária da nona legislatura no dia 10 de julho de 1917. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1917.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da terceira sessão ordinária da nona legislatura pelo governador do Estado do Amazonas no dia 10 de julho de 1918, Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1918.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da primeira sessão ordinária da décima legislatura pelo governador do Estado do Amazonas no dia 10 de julho de 1919, Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1919.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da segunda sessão ordinária da décima legislatura pelo governador do Estado do Amazonas no dia 10 de julho de 1920. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1920.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura pelo governador do Estado do Amazonas no dia 10 de julho de 1921. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1921.

_____. Mensagem do Governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da Reunião extraordinária marcada pelo decreto nº 1.425 de 24 de dezembro de 1921, no dia 15 de janeiro de 1922. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1922.

_____. Mensagem do Governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da segunda sessão ordinária da décima primeira legislatura no dia 14 de julho de 1923. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1923.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Turiano Meira lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da terceira sessão ordinária da nona legislatura no dia 14 de julho de 1924. Manáos. Secção de Obras da Imprensa Oficial. 1924.

_____. Mensagem do Interventor Federal no Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alfredo Sá lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas em Reunião Extraordinária no dia 15 de dezembro de 1925. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1925.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Ephigenio Ferreira de Salles lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da primeira sessão ordinária da décima terceira legislatura no dia 14 de julho de 1926. Manáos: Typografia da Imprensa Pública, 1926.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas lida pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Monteiro de Souza perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da segunda reunião sessão ordinária da décima terceira legislatura no dia 14 de julho de 1927. Manáos: Typografia da Imprensa Pública, 1927.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Ephigênio Ferreira de Salles lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da terceira sessão ordinária da décima terceira legislatura em 1928. Manáos: 1928.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Ephigenio Ferreira de Salles lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas na Abertura da primeira sessão ordinária da décima quarta legislatura em 1929. Manáos: 1929.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Dorval Pires Porto lida perante a Assembléa Legislativa do Amazonas em sua 2ª sessão ordinária da décima quarta legislatura em 1930. Manáos: 1930.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Botelho Maia lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas em sua sessão ordinária de abertura em 03 de maio de 1936. Manáos: 1936.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Botelho Maia lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas em sua sessão ordinária de abertura em 03 de maio de 1937. Manáos: 1937.

_____. Mensagem do Interventor Federal do Estado no Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia em exposição ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Manaus: 1938.

_____. Mensagem do Interventor Federal do Estado no Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia em exposição ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República.

Manaus: 1940.

_____. Mensagem do Interventor Federal do Estado no Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia em exposição ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Manaus: Imprensa Pública do Amazonas, 1941.

_____. Mensagem do Interventor Federal do Estado no Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia em exposição ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Manaus: Imprensa Pública do Amazonas, 1942.

_____. Mensagem do Interventor Federal do Estado no Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia em exposição ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Manaus: Imprensa Pública do Amazonas, 1943.

_____. Mensagem do Interventor Federal do Estado no Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia em exposição ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Manaus: Imprensa Pública do Amazonas, 1944.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas em sua sessão de abertura em 15 de março de 1952. Manaus: D.I.O, 1952.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia à lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas em sua sessão de abertura em 15 de março de 1953. Manaus: Imprensa Oficial, 1953.

_____. Mensagem do governador do Estado do Amazonas Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas em sua sessão de abertura em 15 de março de 1954. Manaus: Imprensa Oficial, 1954.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Estado de Matto-Grosso pelo 1o vice-presidente coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce em 1 de junho de 1892. Cuiabá: Typographia do Estado, 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. Mensagem do presidente do estado de Matto-Grosso Coronel Antonio Pedro Alves de Barros à Assembléa Legislativa na 3a sessão anual da sua 5a legislatura a 3 de fevereiro de 1902. Cuiabá: Typ. Official, 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 8 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa pelo Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, presidente do estado, ao instalar-se a 3a sessão da 7a legislatura em 13 de maio de 1908. Cuiabá: Typ. Official, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 8 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 1a sessão da 9a legislatura em 13 de maio de 1912. Cuiabá: Typ. Official, 1912. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 08 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo exm. Sr. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do estado à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura em 13 de maio de 1913. Cuiabá: Typ. Official, 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 26 jan. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo exm. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, presidente do estado à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 15 de maio de 1916. Cuiabá: Typ. Official, 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 7 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida por D. Francisco de Aquino Corrêa, bispo de Prusiade, presidente do estado á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura, em 13 de maio de 1918. Cuiabá: Typ. Official, 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 7 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida por D. Francisco de Aquino Corrêa, bispo de Prusiade, presidente do estado á Assembléa Legislativa. Cuiabá: Typ. Official, 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 7 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida por D. Francisco de Aquino Corrêa, bispo de Prusiade, presidente do estado á Assembléa Legislativa ao instalar-se a sua 3ª sessão ordinária da 11ª legislatura, em 7 de setembro de 1920. Cuiabá: Typ. Official, 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 7 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida por D. Francisco de Aquino Corrêa, bispo de Prusiade, presidente do estado á Assembléa Legislativa ao instalar-se a sua 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura, em 7 de setembro de 1921. Cuiabá: Typ. Official, 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 27 jan. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura em 13 de maio de 1922. Cuiabá: Typographia Official, 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 7 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa em 21 de maio de 1923. Cuiabá: Typographia Official, 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 7 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa,

presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa em 13 de maio de 1924. Cuiabá: Typographia Official, 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 8 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo sr. Dr. Estevão Alves Corrêa, 1º vice-presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa em 13 de maio de 1925. Cuiabá: Typographia Official, 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 8 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa em 13 de maio de 1926. Cuiabá: Typographia Official, 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 8 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1a sessão ordinaria da 14a legislatura, em 13 de maio de 1927. Cuiabá: Typ. Official, 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1a sessão ordinaria da 15a legislatura, em 13 de maio de 1928. Cuiabá: Typ. Official, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. Mensagem dirigida pelo sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, presidente do estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 3a sessão ordinaria da 14a legislatura, em 13 de maio de 1929. Cuiabá: Typ. Official, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. Mensagem apresentada pelo sr. Dr. Annibal Toledo, presidente do estado á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1a sessão ordinaria de sua 15a legislatura em 13 de maio de 1930. Cuiabá: Typ. Official, 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PARÁ. Mensagem dirigida pelo snr. governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do estado do Pará em 1 de fevereiro de 1893. Belém: Typ. Do Diario Official, 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720437>. Acesso em: 22 jan. 2020.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ACERVO DO MUSEU DA MEMÓRIA RONDONIENSE. Palácio Getúlio Vargas. Antiga sede do governo de Rondônia. Porto Velho.

BORRACHA BRASILEIRA. Produção brasileira de borracha natural cai 1,2% em 2016. 2019. Disponível em: http://borrachanatural.agr.br/cms/index.php?option=com_content&task=view&id=25710&Itemid=10. Acesso em: 22 jan. 2020.

CASA DE OSWALDO CRUZ. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundacao-servicos-de-saude-publica>. Acesso em: 05 mar. 2021.

FIRST PNEUS. Ranking de maiores fabricantes de pneus 2017. 2017. Disponível em: <https://www.1stpneus.com.br/2017/09/26/ranking-dos-maiores-fabricantes-de-pneus-2017/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

HISTÓRIA DE RONDÔNIA: Joaquim de Araújo Lima, o 4º governador, iniciou as obras do Palácio Presidente Vargas, o Colégio Carmela Dutra e escolas rurais. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-joaquim-de-araujo-lima-o-4o-governador-iniciou-as-obras-do-palacio-presidente-vargas-o-colegio-carmela-dutra-e-escolas-rurais/>. Acesso em: 3 mai. 2021.

PORTO DE MANAUS. História. 2020. Disponível em: <https://www.portodemanaus.com.br/?pagina=historia>. Acesso em: 20 jan. 2020.

QEDU. Brasil: ideb 2019. 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 9 jul. 2021.

TEATRO AMAZONAS. Cronologia histórica. 2020. Disponível em: <http://teatroamazonas.com.br/cronologia-historica/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

THEATRO DA PAZ. O “da Paz”. 2015. Disponível em: <http://theatrodapaz.com.br/#>. Acesso em: 20 jan. 2020.